



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
Câmpus de Marília

**Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**

MARIA APARECIDA JACQUES DE ARRUDA

**DIRETRIZES PARA A CRIAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO E MEDIAÇÃO  
CULTURAL NO ÂMBITO DOS SABERES INDÍGENAS**

Marília, SP  
2023

**Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**

**MARIA APARECIDA JACQUES DE ARRUDA**

**DIRETRIZES PARA A CRIAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO E MEDIAÇÃO  
CULTURAL NO ÂMBITO DOS SABERES INDÍGENAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (nível Doutorado) como parte das exigências para obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, Campus de Marília.

Área de Concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento

Orientadora: Profa. Dra. Rosangela Formentini Caldas

Marília, SP  
2023

A779d Arruda, Maria Aparecida Jacques de

Diretrizes para criação de sistemas de gestão e mediação cultural no âmbito dos saberes indígenas/ Maria Aparecida Jacques de Arruda. -- Marília, 2023.

210 p. : il.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília.

Orientadora: Rosangela Formentini Caldas

1. Sistema de informação indígena. 2. Mediação cultural indígena. 3. Gestão de conhecimento indígena. 4. Política pública informacional – Povos indígenas. 5. Mato Grosso do Sul – Povos indígenas. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pela autora

## **IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA**

Apresenta resultados eficazes com diretrizes de políticas públicas informacionais capazes de serem efetivadas para contribuir com o desenvolvimento econômico, ambiental e social de comunidades indígenas brasileiras. As políticas públicas informacionais são ações que podem ser elaboradas pelos ambientes de informações que possibilitam acessos pleno de informações para todos, assim como, desenvolvem habilidades para utilizar a informação de maneira efetiva pelos indígenas. Esta pesquisa dialoga com os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 proposta de pela ONU, considerando que os povos indígenas são guardiões e gestores natos das florestas, dos rios, dos oceanos, dos solos, dos animais, dos biomas e de toda a natureza que precisa ser preservada e sustentada para o bem-estar social e qualidade de vida das nações. Criar sistema de gestão e mediação cultural de saberes para população indígena brasileira é fundamental para auxiliá-los na tomada de decisões inteligentes para melhoria de suas vidas, porque acredita-se que a informação contribui para a erradicação da pobreza e da desigualdade social; oferece e promove novos meios de melhorias sustentáveis em seus ambientes naturais, promove a saúde, proporciona educação de qualidade, a cultura, a pesquisa e a inovação.

## **POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH**

It presents effective results with informational public policy guidelines capable of contributing to the economic, environmental and social development of Brazilian indigenous communities. Informational public policy are actions that can be developed by information environments that allow full access to information for all, as well as develop skills to use information effectively by indigenous people. This research is in line with the sustainable development objectives of the 2030 Agenda proposed by the UN, considering that indigenous peoples are natural guardians and managers of forests, rivers, oceans, soils, animals, bioms and all nature that needs to be preserved and to be sustained for the social well-being and quality of life of nations. Creating a management system and cultural mediation of knowledge for the Brazilian indigenous population. It is essential to help them to make smart decisions to improve their lives, because we believe that information contributes to the eradication of poverty and social inequality, offers and promotes new means of sustainable improvements in their natural environments, promotes health, provides quality education, culture, research and innovation.

MARIA APARECIDA JACQUES DE ARRUDA

**DIRETRIZES PARA A CRIAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO E MEDIAÇÃO  
CULTURAL NO ÂMBITO DOS SABERES INDÍGENAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Rosangela Formentini Caldas - (orientadora)  
Universidade Estadual Paulista (Unesp/Marília)

Profa. Dra. Tamara de Souza Brandão Guaraldo – (examinadora)  
Universidade Estadual Paulista (Unesp/Marília)

Profa. Dra. Daniela Pereira dos Reis - (examinadora)  
Universidade Estadual Paulista (Unesp/Marília)

Profa. Dra. Heloá Cristina Camargo de Oliveira - (examinadora)  
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Prof. Dr. João Arlindo dos Santos Neto - (examinadora)  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Marília, 14 de março de 2023

Dedico especialmente à minha filha Giovana,  
que amo muito!

À minha família, principalmente aos meus pais  
Pedro e Julia, exemplos de persistência,  
resistência, dedicação e amor!

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela minha vida!

À Profª. Drª. Rosangela Formentini Caldas, minha orientadora, minha amiga – pela paciência, incentivo e competência com que conduziu meus estudos.

À Profª. Drª. Tamara de Souza Brandão Guaraldo, e Profa. Dra. Heloá Cristina Camargo de Oliveira, pela disposição em participar da banca de qualificação, contribuindo significativamente para o desenvolvimento desse estudo e pela gentileza em aceitarem continuar colaborando para o aprimoramento da tese, ao fazerem parte da banca de defesa.

Aos Professores, membros da banca de defesa: Profa. Dra. Daniela Pereira dos Reis e Prof. Dr. João Arlindo dos Santos Neto, pelas excelentes contribuições nessa pesquisa. Obrigada por tê-los como membro da minha banca!

Às Professoras Drª. Natália Marinho do Nascimento, Drª. Elaine da Silva e Drª. Lídia Eugenia Cavalcante Lima, que se dispuseram a fazer parte da minha banca como suplentes. Muito obrigada!

A Profª. Drª. Marta Lígia Pomim Valentim, coordenadora da Linha de pesquisa Gestão, Mediação e Uso da Informação, e do Grupo de Estudos Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional, pelas inspirações, pelos ensinamentos, pelo carinho e por me instigar no aprimoramento desta pesquisa.

Aos colegas e amigos de turma e do Grupo de Estudos, especialmente, minha amiga Glória Niembo, por me apoiar, me inspirar e me dar o ombro nos momentos difíceis no decorrer dessa jornada. Minha gratidão eterna!

À minha família: meus dez irmãos, meus cunhados e cunhadas, sobrinhos e sobrinhas e, em especial meus pais Pedro e Julia e minha querida filha Giovana – pelas orações dedicadas, pela compreensão e constante incentivos. Gratidão!

Aos amigos profissionais bibliotecários da UFMS, em especial Virginia Ornellas, às amigas servidoras do Campus de Aquidauana, Maria de Fátima Bonifácio, Ercília Mendes e demais colegas, pelo constante incentivo e colaboração!

À Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), especialmente à Direção do Campus de Aquidauana pelo apoio e colaboração, na concessão de meu afastamento para o desenvolvimento dessa pesquisa. Muito obrigada!

Aos colaboradores da pesquisa, Professor Dr., Antropólogo e pesquisador por sua imprescindível contribuição nas respostas com sugestões e opiniões muito relevantes. Também ao Capitão/Liderança Guarani-Kaiowá, juntamente com seu assessor Vereador indígena “Tato” da comunidade Amambaí, por aceitar colaborar com esta pesquisa. A estes sujeitos de pesquisa, minha gratidão!

A todos os professores da Pós-Graduação em Ciência da Informação (Unesp/Marília) pelos ensinamentos e incentivos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Unesp/Marília) e todos os seus atenciosos funcionários.

**Muito obrigada!**

## RESUMO

A população indígena brasileira como parte da dinâmica sociedade globalizada tem procurado na hodiernidade, buscar melhorias e aperfeiçoamentos a partir de acessos e posses de informações. Povos reconhecidos pelas lutas para preservação de suas culturas nativas são cidadãos usuários e produtores de informações e conhecimentos, como demais sociedade não indígena. Contudo, esses novos usuários e respectivas culturas são, na atualidade muito pouco mencionados e reconhecidos na área da Ciência da Informação como sujeitos informacionais, que produzem insumos de alto valor para o desenvolvimento e inovações sociocultural do país. Acredita-se que informação e conhecimento ao serem assimilados cognitivamente, se fundem em saberes significativos e ao serem externados e organizados em suportes informacionais, podem ser potencialmente mediados na interação entre pessoas, as quais as requerem para variadas necessidades. As tecnologias facilitam a apropriação e a disseminação desses saberes, sustentam a interação entre os indivíduos e objetos informacionais, e podem auxiliar no enriquecimento e concepção da identidade etnocultural das populações. Assim, esta pesquisa objetivou apresentar diretrizes e subsídios para o desenvolvimento de um sistema de gestão e mediação cultural, priorizando os saberes indígenas, como contributo de políticas públicas informacionais destinada aos povos nativos do Estado de Mato Grosso do Sul. Quanto à metodologia, optou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa, explicativa e exploratória. Utilizou-se o método gestão baseado em evidência, optando-se por quatro fontes de evidências para maior confiabilidade nos resultados. Para tanto, optou-se pelos seguintes procedimentos de coletas de dados: levantamento bibliográfico no Portal de Periódicos da Capes, Base de Dados em Ciência da Informação, base de dados *Scopus* e *Scielo*; Levantamento da temática nos *sites* das instituições públicas como Biblioteca Curt Nimuendajú e Museu do Índio, ligados à Fundação Nacional do Índio; aplicação de questionário para um pesquisador da temática indígena e entrevista semiestruturada com uma liderança indígena. Utilizou-se da técnica de análise de conteúdo para validar os resultados. Considera-se que os objetivos foram alcançados, diante de importantes diretrizes políticas informacionais evidenciadas para o desenvolvimento de um sistema de gestão e mediação cultural de saberes indígenas. As diretrizes e políticas públicas identificadas servem não só para resgatar e armazenar conhecimento e/ou saberes indígenas, mas também para levar ao reconhecimento, inclusive à academia, como ativos imprescindíveis, de alto valor econômico, social, cultural, para o desenvolvimento das nações. Os resultados alcançados dialogam com os objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 proposta pela Organização das Nações Unidas. Este estudo, por fim, sugere que estudos dessa natureza sejam uma constância na Ciência da Informação para contribuir com o desenvolvimento informacional e etnocultural dos povos indígenas brasileiros e também para que outros países, interessados na temática possam desenvolver pesquisas relacionadas à essa e que possam apresentar resultados pertinentes para serem compartilhados no Brasil.

**Palavras-Chave:** Sistema de informação indígena; Mediação cultural indígena; Gestão de conhecimento indígena; Política pública informacional – Povos indígenas; Mato Grosso do Sul – Povos indígenas; Título.

## ABSTRACT

The Brazilian indigenous population, as part of the dynamic globalized society, has sought in modern times to seek improvements based on access and possession of information. People recognized for their struggles to preserve their native cultures are citizens who are users and producers of information and knowledge, like other non-indigenous societies. However, these new users and respective cultures are currently, little referenced and recognized in the area of Information Science as informational subjects, which produce high-value inputs for the sociocultural development and innovations of the country. It was believed that when information and knowledge are cognitively assimilated, they merge into meaningful knowledge and when externalized and organized in informational supports, they can be potentially be mediated in the interaction between people, who require them for various needs. Technologies facilitate the appropriation and dissemination of this knowledge, support the interaction between individuals and informational objects, and can help in the enrichment and conception of the ethnocultural identity of populations. Thus, this research aimed to present guidelines and subsidies for the development of a cultural management and mediation system, prioritizing indigenous knowledge, as a contribution to informational public policy aimed at native peoples of the State of Mato Grosso do Sul. For the methodology, had been chosen a qualitative, exploratory research. Had been used the evidence-based management method, opting for four sources of evidence for greater reliability in the results. For that, the following data collection procedures had been chosen: bibliographic survey in the Portal de Periódicos da Capes, Information Science Database, Scopus and Scielo database. Had been survey of the theme on the websites of public institutions such as the Biblioteca Curt Nimuendajú and the Museu do Índio, linked to the Fundação Nacional do Índio; application of a questionnaire to an indigenous researcher and a semi-structured interview with an indigenous leader. Had been used the content analysis technique to validate the results. The objectives achieved are considered, in view of important informational political guidelines evidenced for the development of a management system and cultural mediation of indigenous knowledge. The guidelines and public policy identified serve to not only rescue and store indigenous knowledge, but also to lead to recognition, including the academy, as essential assets, of high economic, social, cultural value, for the development of nations. The results achieved are in line with the sustainable development objectives of the 2030 Agenda proposed by the United Nations. This study, finally, suggests that studies of this nature are a constant in Information Science to contribute to the informational and ethnocultural development of Brazilian indigenous peoples and so that other countries interested in the subject can develop, research related to this and that can present relevant results to be shared in Brazil.

**Keywords:** Indigenous information system; Indigenous cultural mediation; Indigenous knowledge management; Information public policy; Mato Grosso do Sul (State) – Indigenous people; Title.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Sistema de captação de dados informacionais .....	54
Figura 2 - Relação sequencial dos procedimentos de coleta de dados.....	83
Figura 3 - Recorte da amostragem de população autodeclarada indígena, apresentada pelo relatório de 2010, do IBGE .....	90
Figura 4 - Mapa dos municípios de Mato Grosso do Sul com maior número de população indígena .....	91
Figura 5 - Esquematização do processo de codificação e categorização .....	103

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Descritores e Bases de Dados referenciais da área da Ciência da Informação .....	96
Quadro 2 - Ativos informacionais .....	104
Quadro 3 - Ambientes informacionais .....	121
Quadro 4 - Estruturas organizacionais .....	131
Quadro 5 - Diretrizes de gestão de políticas informacionais para população indígena brasileira .....	164

## LISTA DE ABREVIATURAS

AC	- Análise de Conteúdo
BRAPCI	- Base de Dados Brasileira de Pesquisa em Ciência da Informação
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CI	- Ciência da Informação
CIMI	- Conselho Indigenista Missionário
CSOPP	- Programa das Organizações da Sociedade Civil e Participação
DSI	- Disseminação Seletiva da Informação
FUNAI	- Fundação Nacional do Índio
GBE	- Gestão Baseada em Evidências
GC	- Gestão do Conhecimento
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MBE	- Medicina Baseada em Evidência
MS	- Estado de Mato Grosso do Sul
MT	- Estado de Mato Grosso
NI	- Novo Institucionalismo
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
ONU	- Organização das Nações Unidas
PBE	- Prática Baseada em evidências
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SciELO	- <i>Scientific Electronic Library Online</i>
SECICMS	- Secretaria de Estado de Cidadania e Cultura de MS
SESAI	- Secretaria Especial de Saúde Indígena
SI	- Sistema de Informação
SPI	- Serviço de Proteção ao Índio
TCLE	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TI	- Terras Indígenas
TIC	- Tecnologias da Informação e Comunicação
UC	- Unidade de Contexto
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UP	- Unidade de Prova

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	13
<b>1.1 Objetivos.....</b>	23
1.1.1 Objetivo geral.....	23
1.1.2 Objetivos específicos .....	23
<b>1.2 Justificativa .....</b>	23
<b>2 POVOS INDÍGENAS DO BRASIL .....</b>	28
<b>2.1 Pensamentos e saberes de natureza etnológico .....</b>	29
2.1.1 Conhecimento do senso comum.....	36
<b>2.2 Novo Institucionalismo (NI) e as políticas públicas .....</b>	39
2.2.1 Políticas públicas .....	41
2.2.2 Políticas públicas indígenas.....	44
<b>3 GESTÃO DE SISTEMAS ORGANIZACIONAL/INSTITUCIONAL.....</b>	51
<b>3.1 Sistema de informação .....</b>	52
<b>3.2 Sistemas de informação como política de gestão que agregam cultura e conhecimento .....</b>	58
<b>4 TIPOLOGIAS DA MEDIAÇÃO E SUAS POTENCIALIDADES DE USO.....</b>	63
<b>4.1 Mediação da informação .....</b>	66
<b>4.3 Mediação cultural de saberes de natureza etnológica.....</b>	71
<b>5 METODOLOGIA .....</b>	75
<b>5.1 Prática baseada em evidências (PBE).....</b>	77
5.1.1 Gestão Baseada em Evidências (GBE) .....	78
5.1.2 Gestão Baseada em Evidências no contexto da Ciência da Informação .....	80
<b>5.2 Fontes de Evidências de informações de natureza etnológica .....</b>	82
<b>5.3 Universo da pesquisa .....</b>	86
5.3.1 Povos indígenas de Mato Grosso do Sul .....	87
<b>5.4 Amostragem .....</b>	94
5.4.1 Procedimento para coleta de dados .....	95
5.4.2 Procedimentos de análise dos dados .....	98
<b>6 ANÁLISES E DISCUSSÕES DE RESULTADOS.....</b>	102
<b>6.1 Ativos informacionais.....</b>	103
6.1.1 Planejamento estratégico e gestão de ativos informacionais.....	109
6.1.2 Técnica de gestão e organização de produtos e serviços informacionais indígenas.....	112

6.1.3 Gestão para capacitação e autonomia informacional indígena .....	115
6.1.4 Processo de gestão de ativos informacionais como produtos de valor agregado .....	117
<b>6.2 Ambientes informacionais indígenas.....</b>	<b>121</b>
6.2.1 Espaço especializado no tratamento de ativos informacionais e culturais de natureza etnológica.....	124
6.2.3 Espaços educativos e inovadores .....	126
6.2.4 Espaços de interações e mediações mediante tecnologias informacionais .....	128
<b>6.3 Estruturas organizacionais .....</b>	<b>130</b>
6.3.1 Projeto de criação de espaços de atenção à cultura tradicional indígena .....	135
6.3.2 Políticas públicas para o desenvolvimento indígena integrada às políticas públicas nacional.....	137
6.3.3 Política de revitalização, proteção e transmissão de línguas originárias .....	139
6.3.4 Política pública de organização e preservação cultural e do conhecimento indígena .....	141
6.3.5 Projetos políticos de criação e implementação de estrutura tecnológica de informação e comunicação indígena.....	143
6.3.6 Projetos políticos de financiamento de recursos tecnológicos e implementos agrícolas em terras indígenas .....	147
<b>7 PROPOSTA DE CENTROS INFORMACIONAIS COMO SISTEMA DE GESTÃO E MEDIAÇÃO .....</b>	<b>150</b>
<b>7.1 Integração das categorias como diretrizes de ação .....</b>	<b>150</b>
<b>7.2 Políticas públicas como garantia de direitos informacionais para população indígena.....</b>	<b>155</b>
<b>7.3 Gestão baseada em evidências como processos de mediação cultural de saberes indígenas em bibliotecas e museus.....</b>	<b>159</b>
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>166</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>174</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>187</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Na dinâmica da sociedade globalizada é imprescindível acessar e tomar posse de informações e conhecimentos, como formas de abrir caminhos ao desenvolvimento sociocultural, ao aprendizado e ao aprimoramento intelectual de indivíduos que os adquirem. Informação, conhecimento, saberes são gerados socialmente por sujeitos cognoscentes, pertencentes a determinadas comunidades, seja de forma individual ou coletiva que por sua vez, apresentam-se registrados nas memórias que podem ser expressos nas comunicações orais, ou estar registrados em suportes físicos, digitais e virtuais.

Os povos indígenas brasileiros como parte dessa dinâmica sociedade, são cidadãos usuários e produtores de informações e conhecimentos como demais sociedade. No entanto, na hodiernidade esses sujeitos informacionais, seus saberes e culturas têm sido pouco revelados na área da Ciência da Informação brasileira, tal qual recursos valiosos para o etnodesenvolvimento e progresso das nações. Essa nova categoria de usuários precisa tomar posse desses valiosos insumos para aprimoramentos, capacitações, resoluções de problemas, desenvolvimento local, e/ou etnodesenvolvimento e satisfação de outras carências informacionais.

Na contemporaneidade brasileira, a sociedade ocidental - ainda influenciada pelas antigas formas de pensar da colonização eurocêntrica, subjuga os povos da floresta - impondo-lhes discursos de ordem, de poderes, ditando-lhes regras de saberes constituídos e articulados (FOUCAULT, 2008) e, por meio de processos arraigados de aculturação<sup>1</sup>, continuam alterando e desvalorizando as formas de pensar e produzir conhecimentos de natureza indígena. Segundo relatório divulgado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), desde o ano 2019, violências e violações de direitos indígenas têm aumentado sistematicamente, devido à omissão completa, do então governo federal em relação à proteção das terras já demarcadas, sendo esta, uma das principais causas das agressões e assassinatos de indígenas no Brasil. Em 2021, o CIMI registrou 305 ocorrências desse tipo de casos, os quais atingiram pelo menos 226 Terras Indígenas (TIs), em 22 estados do país. Essas categorias de agressões, que incluem expropriação de terras indígenas somadas à

---

<sup>1</sup> A aculturação se dá através do contato e interação de duas ou mais culturas, de forma impositiva ou natural, dando origem a uma nova cultura. No caso dos povos indígenas brasileiros, foi de forma impositiva pelos colonizados do Brasil. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/do-que-se-trata-aculturacao.htm>. Acesso em: mar. 2023.

omissão do poder público, têm se avultado neste último ano de 2022. Indignados pelos descasos do poder público federal, frente a essas e outras violências e hostilidades, várias lideranças indígenas marcharam até o Ministério da Justiça, em Brasília (DF), para denunciar tais ataques, exigir justiça e reivindicar o direito de viver em suas terras.

Do ponto de vista dos povos originários, esse descaso tem representado o agravamento de um cenário que já era violento e estarrecedor, e como consequência dessa postura do governo Jair Messias Bolsonaro, aumentaram pelo sexto ano consecutivo, os casos de “invasões possessórias, de exploração ilegal de recursos ede danos ao patrimônio” (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-CIMI, 2021, documento eletrônico).

Esses dados retratam a grave realidade que os povos indígenas brasileiros têm enfrentado há mais de 500 anos, que os desafiam a combaterem, mesmo ante o preconceito, aos estereótipos e às injustiças sofridas constantemente. A marcha de lideranças indígenas à Brasília mostra a importância fundamental da atuação de grupos indígenas organizados em defesa de seus direitos, garantias e de sobrevivência; são lutas dos movimentos e associações indígenas pelo país, sinalizando a abertura de novas perspectivas que suas representações possam traçar para garantir um futuro mais digno e justo. Nesse sentido, a união de lideranças e de povos pode reivindicar direitos, exigir cumprimentos dos marcos legais que já existem, além de buscar visibilidade nacional e internacional, por meio de suas manifestações políticas.

A história brasileira mostra que essa população sempre esteve unida, organizada e fortalecida. Uma das mais importantes conquistas dentre todas as suas lutas, foi a promulgação da Carta Constitucional de 1988, no artigo 231, reservado aos povos indígenas, garantindo-lhes maior autonomia aos seus direitos, como a posse permanente das terras que habitam,garantia de usufruto exclusivo de seus territórios tradicionalmente ocupados, reconhecido como lugar para produzir e preservar suas culturas tradicionais;reconhecimento de seus direitos de preservação da cultura; do meio ambiente,dentre outros.Ressalta-se que o Brasil reconhece esses direitos e também os direitos humanos dos povos indígenasporque é signatário dos seguintes tratados:Direito Internacional sobre os Direitos Humanos, Carta das Nações Unidas, Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; Convenção para a Eliminação da Discriminação Racial; Convenção 169 da Organização

Internacional do Trabalho; Convenção da Diversidade, entre outrostratados e acordos destinados a esses povos (PIB;ISA.ORG, *on-line*). Todos esses acordos e tratados estabelecem deveres aos Estados participantes, para agirem de forma respeitosa, promover e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais de indivíduos e coletividades.

Na atualidade brasileira, a população indígena convive entre a sociedade não indígena como cidadãos plenos, que têm os mesmos direitos e garantias de obterem informações para suprirem necessidades diversas, inclusive, apossarem-se dos tratados acima listados como fontes de informações registradas e documentadas; visto que, a documentação de natureza etnológica são mecanismos que lhes apresentam garantias às suas terras, à justiça, à saúde, à educação e a outros benefícios para suas sobrevivências e desenvolvimentos. No âmbito de instabilidades política e constantes afrontas contra os indígenas, os recursos informacionais são estratégias que caracterizam instrumentos de defesa que fortalece as lutas por melhorias demandadas por essa população, e que instiga-os a participarem do atual contexto e buscarem seus direitos e reconhecimento social como pessoas que lutam e se apoderam de seus espaços étnicos, conquistam seus lugares de fala; pessoas que se aprimoram, aprendem novo idioma - como a Língua Portuguesa, conquistam espaços na universidade se formando em curso superior, que se destacam e se tornam protagonistas sociais.

Destaca-se que, saberes indígenas podem ser amplamente definidos, como o conhecimento que uma comunidade indígena (local) acumula ao longo de gerações em um ambiente particular, é o conhecimento de uma determinada cultura ou comunidade (ANWAR, S.d., tradução nossa), significam por si, informação e compreensão adquirida por meio de aprendizagens ou experiências. O conhecimento indígena, diz Anwar (S.d.) é a base para tomada de decisões em nível local, em proveito da agricultura, prevenção de saúde, preparação de alimentos, educação básica, gestão de recursos naturais e em uma série de outras atividades desenvolvidas em comunidades. O conhecimento local, no entendimento de Mole, Ekwelem e Din (2018, tradução nossa) é único e tradicional, existente e desenvolvido em torno das condições específicas dos povos indígenas de uma determinada área geográfica. Os autores argumentam ainda que, esse tipo de conhecimento é de natureza tácita e é encontrado nas memórias e atividades das pessoas e é por isso

que, quando um ancião morre, é como se uma biblioteca tivesse sido incendiada. Por isso, a importância de ser registrada e conservada em espaços informacionais.

Esta pesquisa traz evidências sobre a importância do conhecimento e/ou saberes e culturas originárias, como ativos valiosos que precisam ser preservados como verdadeiro tesouros, principalmente para a preservação ambiental, desenvolvimento sustentável, preservação da biodiversidade; preservação das florestas, do solo e da água, tal como recursos naturais e das pessoas indígenas, originárias neste país, que formam um rico mosaico cultural diversificado e inestimável. Nesse sentido, é urgente a recuperação e preservação desses bens valiosos em espaços de gestão informacionais/culturais que devem ser geridos por um profissional da informação em colaboração com agentes indígenas, pois em seus espaços étnicos, os indígenas são considerados exímios gestores dos conhecimentos originários. Quando capacitados para o entendimento dos processos documentais em ambientes informacionais, um agente indígena pode atuar como um co-gestor desses ambientes e/ou sistemas de gestão e mediação cultural/informacional indígena.

Os ativos informacionais culturais indígena, no entendimento de Paiva (2014) são saberes relacionados aos povos nativos. As informações registradas de origem étnica, abrangem diversos tipos de textos, que podem ser armazenados em qualquer suporte (papel, madeira, pedra, tecido, CD-Rom, DVD, pendrive, dispositivos on-line e outros), os quais, apresentam e discutem informações e conhecimentos sobre os povos originários. Sublinha-se que, com relação a esses saberes, a população indígena brasileira - como outras da América Latina - são referências culturais devido às suas diversidades étnicas que enobrecem um país. Porém, são as menos beneficiadas com os avanços, desenvolvimentos e mudanças sociais e culturais desses países onde essas comunidades indígenas estão inseridas (RAMÍREZ VELÁZQUES, 2007). Isso acontece porque exploradores invadem suas terras e se apossam de suas riquezas naturais; apropriam-se de suas fórmulas medicinais; desvalorizam e substêm suas culturas; destroem seus espaços nativos; confiscam tudo o que lhes é de direito originário; nada é compartilhado, resarcido ou devolvido aos proprietários legítimos, que são os indígenas.

Esses são escopos dos direitos de propriedade garantidos aos indígenas, nos artigos 14 e 15 da Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre Povos Indígenas e Tribais em Estados Independentes. Esses estatutos enfatizam o direito à consulta e participação dos indígenas no uso, gestão e

conservação de seus territórios, conforme explicita o texto. Além disso, prevê o direito à indenização por danos e proteção contra despejos e remoções de suas terras tradicionais (A CONVENÇÃO, 1989).

Essas questões mencionadas acima, são entendidas como novos desafios paradigmáticos a serem enfrentados pelas populações ameríndias no Brasil, pois enfatiza-se que, à essas pessoas é garantido não só acessar informações mas também, de se apoderarem delas e, porquanto, serem reconhecidas como produtoras e consumidoras de informações e de conhecimentos. Sendo assim, se faz premente a necessidade dessas populações terem um espaço informacional específico de preservação de suas diversidades étnicas, culturais, e ainda, que tal espaço alcance a todas as comunidades nas diversas regiões do país de forma física ou remota. Esse espaço deve contribuir com a conservação e manutenção do seu *habitat* de forma sustentável para o progresso e etnodesenvolvimento<sup>2</sup> desses povos assegurando-lhes, assim, suas desvinculações dos poderes hegemônicos informacionais e estatais, que vigiam e controlam a produção documental e, de informações dessa natureza, desde o início da República brasileira (MELLO; PIMENTA, 2018).

Mello e Pimenta (2018) argumentam que devido ao fato do estado brasileiro ter o poder de proteção da população indígena, desde o início da República; no ano 1910 foi criada a agência estatal específica para os assuntos indígenas, denominada Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) que, a partir daquele período, gerou um acúmulo documentário em arquivos que representava os atos provenientes do Estado para com a população indígena brasileira. Desse modo, aquela documentação gerada, comprovava, “em diversas circunstâncias a presença de comunidades indígenas em territórios brasileiros e a memorialidade desses povos” (MELLO, 2018, p. 94). Em 1967 foi criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em substituição ao SPILTN, mantendo os mesmos objetivos. A FUNAI deu continuidade na recuperação de documentos nas diversas regiões do país. Em meados dos anos de 1970, essa Fundação, com a colaboração do Museu do Índio criou o repositório denominado “Centro de Documentação Etnológica (CDE) tendo como o objetivo principal, a salvaguarda, o controle e a

---

<sup>2</sup> O etnodesenvolvimento é uma forma de pensar o desenvolvimento sustentável para determinadas comunidades cuja cultura é marginalizada pelos ideais capitalistas. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/28176/o-etnodesenvolvimento-como-forma-de-insercao-do-desenvolvimento-sustentavel-junto-aos-povos-indigenas-brasileiros>. Acesso em: mar. 2023.

organização de todos e qualquer documentação de interesse etnológico e indigenistas" (MELLO, 2018, p. 94), mantendo desse modo, toda a documentação gerada junto aos povos indígenas brasileiros, sob o controle do Estado.

O acúmulo documental gerado pelas instituições estatais serviu, e ainda serve como salvaguarda das terras indígenas brasileiras, pois

os territórios indígenas devem estar embasados numa documentação para que tenha a possibilidade de resgatar a memória da presença dos povos indígenas numa determinada localidade do país e sua possível transformação em terra indígena reconhecida pelo Estado brasileiro (MELLO, 2018, p. 95).

Essa documentação amparou também, para garantir terras tradicionalmente ocupadas, para comprovação da existência de povos isolados, para garantir acessos à saúde pública, educação entre outros direitos e, como documentos históricos dessa população. Tais documentos têm sido fundamentais para o desenvolvimento das potencialidades dos indígenas, para o acesso às informações referente a constituição da cultura material que estabelece a qual etnia pertence um indivíduo, para a materialidade e recuperação de seus territórios demarcados e invadidos por fazendeiros. Assim, os acervos documentais indígenas ajudam provar e entender as dinâmicas produzidas entre indígenas e o Estado brasileiro. Na atualidade, os indígenas têm usufruído dessa documentação e de seu valor comprobatório para garantir seus direitos conquistados; aprenderam ler e interpretar tais documentos e entender a importância dos registros e armazenamentos informacionais.

Na atual sociedade da informação, os povos indígenas brasileiros têm-se motivado para a importante ação documentária "em virtude das vicissitudes do arcabouço jurídico-institucional" e das demandas documentais (MELLO, 2017,p. 35), em que se percebe algumas mudanças substanciais da ação estatal brasileira - por parte da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para com os indígenas - no intuito de descentralizar as práticas documentárias e incentivar as iniciativas dos indígenas, de começarem a participar das atividades de documentação de natureza etnológica, relacionados aos seus interesses (MELLO, 2017) significando, desse modo, mesmo que de forma ainda tímida, uma ruptura dos processos hegemônicos do Estado com relação à guarda informacional e da cultura etnológica. Percebe-se que as possibilidades do contato e da manutenção de documentos e informações por parte dos indígenas, proporcionadas pela FUNAI, pode beneficiá-los e empoderá-los no

sentido de realizar ações de registros documentários com especificidades culturais e informacionais que demarcam a culturalidade da população indígena.

Neste entendimento, pressupõe-se que os elementos, informações e conhecimentos, ao serem processados cognitivamente, se fundem em saberes significativos. Estes, ao serem transformados em objetos documentais, informacionais são organizados e podem ser potencialmente mediados entre a interação de sujeitos que as requerem para variadas necessidades. As tecnologias facilitam a apropriação e a disseminação desses saberes; sustentam a interação entre sujeitos e objetos informacionais e podem auxiliar no enriquecimento e concepção da identidade cultural das populações.

Entende-se que uma forma dos povos indígenas se manifestarem, de maneira independente para defenderem seus interesses em relação aos seus saberes documentados e depositados nos repositórios da FUNAI, faz-se a partir da articulação de sistemas de gestão dos dispositivos informacionais da instituição (biblioteca e museu), com um sistema de gestão e mediação cultural e de saberes específicos aos indígenas, de maneira que alcance remotamente as comunidades originárias. Esse sistema poderá ser gerenciado por um agente indígena, capacitado para tal função.

Destarte, para que se construa uma imprescindível inter-relação sociocultural, numa perspectiva de manejo, fomento e disponibilidade de serviços informacionais e de saberes etnológicos aos indígenas, as ações de implementação de sistemas de gestão e de mediação cultural de saberes de natureza etnológica podem potencializar a interação entre sujeitos que buscam informações para variadas necessidades. Entendendo-se a mediação como um processo múltiplo de possibilidades para a atuação sociocultural, ela representa um elo entre o sujeito e os objetos informacionais, podendo ser a mola propulsora conectiva entre as comunidades e suas formas culturais e os espaços de saberes. Ou seja, um ato que facilita a compreensão e o aprendizado daquele que busca, que usa e que se apropria da informação representada e armazenada em artefatos culturais, históricos e informacionais. Ao final, à medida que tal processo avança, pode promover a cidadania desses povos resignados, isolados e marginalizados perante a sociedade ocidentalizada.

A promoção de ações mediadoras de culturais/ou saberes aos povos originários tem como fundamental a constituição de um espaço cultural/informacional, como por exemplo, um sistema de gestão e mediação, tal como biblioteca on-line que

proporcionará acessos e usos desses ativos de modo remoto, principalmente, para aqueles que habitam os espaços rurais. Para facilitar essa ação mediadora é imprescindível que os profissionais sejam capacitados e habilitados, atuando juntamente com representantes indígenas para gerenciar os saberes originários ali armazenados. Tal proposta, apesar de ser “um modelo branco” (LUCIANO, 2006, p.60) poderá ser mais uma conquista desses povos que, articulados e organizados são empoderados com instrumentos e novas tecnologias que, por conseguinte, vão fortalecer seus modos próprios de vida. Isso significa, numa projeção espaço-temporal mais ampla, contribuir para um entendimento e posse desses saberes e/ou informações etnológicas. Uma vez disponibilizados nos espaços em redes de Internet, atuam como forma de resistência, de sobrevivência e de apropriação de conhecimentos, de tecnologias e de valores culturais (LUCIANO, 2006). Deste modo, pode-se entender também a gestão cultural como uma ação que vai além das rotinas técnicas (selecionar, organizar, classificar, armazenar e compartilhar) para, principalmente, trabalhar as relações humanas, interna e externamente. Isso inclui mobilizar pessoal técnico, colaboradores, usuários e também a comunidade externa como usuários em potenciais, pois gerir um espaço e/ou sistema informacional, ultrapassa o local e transcende ao externo, seja físico ou on-line.

Sobre a gestão dos saberes<sup>3</sup> indígenas, Sarkhel (2016) discorre que esse conhecimento ainda é um recurso subutilizado no processo de desenvolvimento, portanto são necessários esforços especiais para compreender, documentar, preservar, disseminar esses saberes, sendo responsabilidade do profissional da informação estar na vanguarda da gestão, ora adotando ora adaptando a salvaguarda desses saberes em outros ambientes; algo diferente das tradicionais preservações nas memórias de sábios anciões.

Os bibliotecários gestores, diz Sarkhel (2016), precisam estar conscientes de seu papel para destacarem na sociedade a magnitude e a importância do saber indígena que a geração mais velha possui, reforçando assim, a necessidade urgente de conscientização e participação plena de todos das comunidades, para que estas

---

<sup>3</sup> SABERES devem ser entendido neste estudo como conhecimentos, pois, na língua inglesa, não há distinção de palavras. Na expressão “indigenous knowledge” citado por Sarkhel, é entendido como saberes ou conhecimento indígena. Entende-se que a palavra “saberes” é mais apropriado para se referir ao conhecimento local e originário.

mesmas passem a documentar seus respectivos saberes como ricos patrimônios e, para com o passar dos tempos, esse patrimônio não se perca.

A gestão e mediação cultural de saberes tornam-se um processo eficiente para organização, seleção, armazenamento, disponibilização desses imprescindíveis elementos; os quais poderiam compor um sistema informacional que dialogue e interaja com seus usuários ávidos de saberes informacionais. Por conseguinte, preconiza-se um sistema que demanda o contexto de gerir a informação e/ou saberes de natureza etnológica, que pode promover a mediação cultural de povos indígenas contribuindo para seu desenvolvimento social, cultural e sustentável, a fim de destacar seu ordenamento político-institucional para a sociedade brasileira. Mediante tal ponto de vista, esta pesquisa levantou evidências científicas que respondeu a seguinte questão: quais contributos um sistema de gestão e mediação cultural incorporado às políticas públicas institucionais, poderiam promover para o aprimoramento, a capacitação, para o etnodesenvolvimento, resolução de problemas e bem-estar sociocultural de povos indígenas do Estado do Mato Grosso do Sul?

Como resposta da questão, destaca-se que a princípio, há a necessidade de resgatar e registrar em suportes informacionais esses saberes e culturas para sua preservação; é preciso a criação de ambientes informacionais especializados para gerenciar, salvaguardar e mediar tais ativos para as comunidades originárias, da qual o ambiente faz parte; esses ambientes informacionais indígenas precisam ser especializados na gestão desses tipos de ativos para tratar, preservar e cuidar, principalmente, promover o seu reconhecimento e valorização por parte da sociedade não indígena; os ambientes informacionais indígenas, devem ser espaços dinâmicos que precisam estar sempre em função de seus usuários, proporcionando pesquisas, estudos, aprendizagens e aperfeiçoamentos para sujeitos que se apropriam da informação, tornando-se assim, ambientes inovadores para os povos indígenas.

Neste sentido, ressalta-se que as ações de apropriações documentárias pelos povos indígenas brasileiros, para que eles mesmos possam atuar como gestores de forma autônoma é um ato bastante atual (MELLO, 2019a). É um processo que demanda capacitações, treinamentos e aprendizados por parte desses agentes. Contudo, um sistema dessa natureza é uma ferramenta que vai ao encontro dos desejos de suprir carências informacionais, culturais e de documentos dos povos indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul, os quais podem necessitar desses ativos, que comprovem seus espaços, que garantam seus direitos e que amparem suas

reivindicações frente ao poder público estatal e à sociedade não indígena. Além disso, um sistema informacional bem organizado e estruturado permite que as sociedades indígenas possam usufruir desses elementos culturais e informacionais de modo mais qualificados; de modo a sustentar suas demandas, para seus deleites intelectuais, para suas afirmações e comprovações étnicas de suas terras e espaços interculturais e interétnicos. Portanto, um espaço informacional deve fomentar espaços de saberes ou documentais, sempre de forma orgânica em seus ambientes de natureza etnológica.

Por conseguinte, apresenta-se a pesquisa destacando a importância da implantação de um sistema de gestão e mediação cultural de saberes de natureza etnológica, para resgatar, organizar e salvaguardar ativos informacionais indígenas, para sanar as carências nos acessos e posses de informações pelos povos indígenas e, consequentemente, contribuir também para a inserção e capacitação dessa população nos meios tecnológicos de informação, comunicação e do conhecimento. Para que essa proposta seja efetivada urge a elaboração de políticas públicas informacionais, com propostas de fomentos para construção de espaços informacionais de atenção à cultura tradicional; um ambiente que atenda às necessidades das comunidades indígenas brasileiras vinculado de forma multidirecional com organizações públicas estatais.

O resultado dessa pesquisa apresenta importantes conceitos e reconhecimentos sobre o valor do conhecimento indígenas para o desenvolvimento sociocultural, tanto das comunidades originárias como demais sociedades, a nível mundial. Destaca-se a importância da institucionalização de espaços informacionais indígenas, para garantir e sustentar sua efetivação, em prol de atender as demandas informacionais de populações indígenas. Sugerem-se projetos políticos multidirecionais com organizações públicas das diversas áreas para desenvolverem propostas conjuntamente, em formas de ações proativas e eficazes para amplo desenvolvimento das comunidades indígenas brasileiras.

Considera-se que todas essas ações para a melhoria e desenvolvimento da população indígena, estão diretamente ligadas à gestão e mediação cultural de saberes e de informação, para as comunidades indígenas.

## 1.1 Objetivos

### 1.1.1 Objetivo geral

Apresentar diretrizes para o desenvolvimento de um sistema de gestão e mediação cultural de saberes indígenas, proporcionando subsídios para a criação de políticas públicas informacionais de destaque aos povos indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul (MS).

### 1.1.2 Objetivos específicos

- Verificar dispositivos informacionais (Biblioteca e Museu) de organizações e/ou Instituições, que atuem como centro de salvaguarda de saberes indígenas;
- Recolher sugestões e/ou opiniões de professores e de profissionais (*expertises*) que trabalham com questões indígenas (indigenistas);
- Levantar opiniões, pareceres ou convicções de lideranças indígenas pertencentes ao Estado do MS;
- Apresentar diretrizes que motive a efetivação de sistemas de gestão e mediação cultural de natureza etnológica aos povos indígenas;
- Propor ações que facilitem o desenvolvimento de políticas públicas informacionais indígenas.

## 1.2 Justificativa

A princípio, a ideia de pesquisar e apresentar diretrizes de políticas públicas informacionais para população indígena do Estado de Mato Grosso do Sul (MS), surgiu a partir da vivência da pesquisadora, que é oriunda da região, com a presença dessa população nos espaços por onde circula, tanto na área rural, quando criança, como, nos espaços urbanos na atualidade. Para os sul-mato-grossenses, é muito comum e natural conviver com a presença indígena em todos os lugares, afinal, essa população faz parte do contexto sociocultural deste Estado.

Empenhar-se com a temática indígena no doutorado foi corroborado, pelo fato da pesquisadora trabalhar em uma universidade pública federal que recebe alunos de

diversas etnias indígenas em seus cursos de graduação e pós-graduações. Com o tempo, estas etnias se integram e interagem com o público universitário. Além disso, a universidade possibilita o ingresso desses estudantes em um curso específico de licenciatura indígena, formando um contingente de aproximadamente 300 alunos por ano nos espaços da academia.

Considera-se este estudo relevante porque, com os constantes avanços e inovações das tecnologias da informação e comunicação (TICs) em todos os contextos e cenários sociais, na modernidade, urge a necessidade de uma política de gestão de informações e conhecimentos como ações proativas que possam cumprir o propósito de manter dados e rotinas atualizados e adequados para as populações, antes alijadas informacionalmente, como os povos indígenas brasileiros, que têm buscado inserir-se nessa sociedade através da aprendizagem tecnológica, do aprimoramento, da qualificação informacional, de participações políticas, inserção educacional, iniciação científica, entre outros aprimoramentos.

Nessa perspectiva, a proposta de um sistema de gestão e mediação cultural e de saberes de natureza indígena, como ferramenta moderna auxiliada por dispositivos tecnológicos de informação e comunicação é bastante significativo para impulsionar o desenvolvimento sociocultural de comunidades indígenas brasileiras; principalmente, se essa proposta for trabalhada em parceria com órgãos estatais e/ou privados, que pode ser operacionalizado por um profissional da informação, com a colaboração de agentes indígenas; certamente, é uma proposta que pode contribuir com o fornecimento de subsídios informacionais para os povos do Estado de Mato Grosso do Sul.

Este estudo se justifica, portanto, por sua relevância e inovação nas áreas das Ciências Sociais e, consequentemente, na Ciência da Informação, as quais, com suas teorias conceituais, históricas e epistêmicas, contribuíram para o desenvolvimento discursivo e comprobatório do estudo apresentado. A Ciência da Informação contribuiu também, nos discursos e debates sobre os funcionamentos dos ambientes de informações digitais no sentido de realizar trabalhos cooperativos e integrados de informações étnicas; de buscar inseri-las nos processos da gestão, para armazená-las, organizá-las, selecioná-las e disseminá-las, por meio de um sistema das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs). Destaca-se, também, a contribuição com novos conceitos de informações e saberes/conhecimentos etnoculturais, que pode dialogar com a Biblioteconomia, com a Ciência da Informação e áreas afins.

Concomitantemente, a pesquisa contribuirá com o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Unesp/Marília, especialmente com a Linha de Pesquisa: Gestão, Mediação e Usos da Informação, para a qual, esta pesquisa foi estrategicamente elaborada, discutida e planejada dedicando-se às questões informacionais e culturais de origem etnológica, abordando a temática da gestão nos processos de buscas, recuperações, organizações, seleções, armazenamentos, e a mediação informacional frente aos acessos e posses de informações e/ou saberes; processos esses, que facilitam e otimizam o tempo nas pesquisas e acessos pela população indígena. Desta forma, considera-se mais uma pesquisa com a temática do conhecimento indígena a contribuir com a Ciência da Informação.

Outro estudo desta natureza, realizada nesse Programa de Pós em Ciência da Informação e respectiva Linha de pesquisa, mencionada acima, foi da autora Heloá Cristina Camargo de Oliveira, no ano 2020, intitulada “A natureza fenomenológica da mediação: contribuições para a mediação da informação”, na qual a autora busca um entendimento a partir de um ponto de vista gnosiológico da mediação, sua extensão e limitações relacionadas com a Ciência da Informação, frente às comunidades culturalmente marginalizadas, dentre elas, as indígenas.

Ainda na área da Ciência da Informação, o pesquisador Rodrigo Piquet Saboia de Mello no ano de 2019, desenvolveu a tese intitulada “Fenômeno informacional indígena”, apresentando uma discussão de como os povos indígenas, emergiram e começaram a reinventar práticas, tecnologias e processos documentais (MELLO, 2019a, p. IV). A pesquisa de Mello (2019a) conclui que esse fenômeno informacional indígena é uma emergência única no atual contexto e que, o manejo das novas tecnologias de informação e comunicação, o fomento aos centros de documentação indígena, e uma maior democratização dos repositórios indigenistas, sob o domínio do Estado brasileiro, representam um caminho positivo pela reafirmação étnica dos indígenas e também pelo avançar democrático da sociedade brasileira.

Enfatiza-se, ainda que o estudo procurou se alinhar com as orientações que promanaram da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) no ano 2020, que sugeriu estudos dessa natureza, ao advertir que:

Em virtude das particularidades existentes entre diferentes regiões, países como o Brasil necessitam adotar estratégias em busca de melhoria das condições de vida das suas populações [...], em se tratando de populações indígenas, há de ser considerada, com grande ênfase, a diversidade sócio-cultural dos diferentes grupos étnicos.

Têm-se considerado fatores e situações como suporte a um processo de desenvolvimento duradouro, os quais devem ser tomados em conjunto, já que há uma interdependência entre eles (FUNAI, on-line 2020).

Essas estratégias de melhoria das populações indígenas e do desenvolvimento duradouro ali sugerido serão metas possíveis se essa população for instrumentalizada e capacitada para tais ações e, para a construção de objetos e espaços que a representam culturalmente, como um espaço de saberes etnológicos.

A FUNAI (2020) propôs também, estratégias voltadas para as necessidades básicas,

[...] ou seja, uma estratégia destinada a satisfazer as necessidades fundamentais de um grande número de pessoas, mais do que crescimento econômico por si mesmo. Isto significa que o país deve concentrar seus recursos e esforços no sentido de produzir os bens essenciais;

Fortalecer visão interna, ou endógena, e não uma visão externa e orientada para as exportações e importações;

Usar e aproveitar as tradições culturais existentes e não as rejeitar a priori como obstáculos ao desenvolvimento e, ainda, basear as ações de desenvolvimento no uso dos recursos locais quer sejam naturais, técnicos e humanos;

Respeitar, e não destruir o meio ambiente, ou seja, é válida do ponto de vista ecológico, orientando-se para a auto sustentação nos níveis local, nacional e regional;

Ser mais participativa do que tecnocrática.

Desta forma, um sistema de gestão e mediação de saberes etnológicos contemplaria essas estratégias requeridas para o etnodesenvolvimento de populações indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul e do Brasil.

Um sistema informacional de natureza etnológica agrega diversos tipos de suportes informacionais, seja ele físico como os materiais impressos, os vídeos, materiais sonoros e imagéticos, também, materiais digitais e on-line, disponíveis CD-Room, pendrive, bases de dados on-line e Internet, os quais, armazenam e/ou salvaguardam informações e conhecimentos confiáveis. Esses meios serão disponibilizados para aquisição e posse, de forma consciente e reflexiva, viabilizando às pessoas o aprimoramento e desenvolvimento intelectual e crítico. Além disso, esses recursos promovem o desenvolvimento de competências e fortalece os diálogos e argumentos nas ações reivindicatórias e tomadas de decisões; por isso, acredita-se que na atualidade, os povos indígenas possam ponderar suas participações na

promoção e execução de ações que possibilitem o acesso e a apropriação de tais insumos. A finalidade é a melhoria de condições de vida dos nativos, seguindo as estratégias elencadas acima, propostas pela FUNAI.

Países como Austrália<sup>4</sup>, Canadá<sup>5</sup>, USA<sup>6</sup> e Índia<sup>7</sup> mantêm espaços informacionais de sistemas de gestão de bibliotecas digitais de natureza etnológica, as quais disponibilizam diversos formatos e suportes informacionais de natureza etnicocultural. Ao acessar o *website* ou uma das interfaces, o consultante tem a opção de buscar um texto, ou clicar nas galerias de imagens, de vídeos com histórias e/ou relatos de experiências de diversas populações indígenas; estudos de um pesquisador indigenista, ou ainda, acessar um *hiperlink* que o levará para outras páginas ou textos, proporcionando ao pesquisador esclarecer dúvidas e se informar sobre as etnias, ali armazenadas.

São ricas experiências de sistemas de gestão de bibliotecas digitais com informações de natureza indígena, os quais podem vir a ser referências para serem implantados no Brasil, para agregar e salvaguardar informações étnicas, das diversas populações indígenas, como as do Estado de Mato Grosso do Sul. Se as experiências forem apoiadas junto às organizações estatais, como Ministério dos Povos Indígenas e FUNAI, será por certo, um grande feito inovador que favorecerá acessos informacionais e culturais para todos os interessados nas temáticas dos saberes de natureza étnica, numa extensão nacional e até global. Desta forma justifica-se este estudo com a certeza de apresentar um resultado de grande importância social e inovador pois, agrupa conhecimentos científicos e apresenta importantes diretrizes informacionais relacionadas com as sociedades étnicas/indígenas e não indígenas, demandando novos estudos nas áreas da Ciência da informação, da Sociologia, Antropologias, Educação e afins.

<sup>4</sup> National Library of Australia. Disponível em: <https://www.nla.gov.au/what-we-collect/indigenous>. Acesso em: 20 mar. 2020.

<sup>5</sup> UBC - University of British Columbia. UC Library. Disponível em: <https://guides.library.ubc.ca/c.php?g=307208&p=5011598>. Acesso em 20 fev. 2020.

<sup>6</sup> American Philosophical Society. Disponível em: <https://www.amphilsoc.org/library/CNAIR>. Acesso em 28 fev. 2020.

<sup>7</sup> TKDL - Traditional Knowledge Digital Library. Disponível em: <http://www.tkdl.res.in/tkdl/langdefault/common/Home.asp?GL>. Acesso em: 20 mar. 2020.

## **2 POVOS INDÍGENAS DO BRASIL**

Historicamente, os povos indígenas brasileiros trazem em suas trajetórias de vida, heranças da colonização do Brasil, marcadas por usurpações culturais, violências físicas e psicológicas, tanto de colonizadores europeus, como de poderes hegemônicos, ocidentalizados, como grupos econômicos, políticos e religiosos. Esses povos sofrem discriminações e são estereotipados como inferiores, sujeitados à marginalização e clichês, “atribuídos mais às imagens construídas pelos colonizadores do que ao seu modo atual de ser” (LIMA, 2006, p. 11). Assim caracterizados, os indígenas se desafiam a conviver com a contemporaneidade e seguir lutando para se lançarem no futuro e construírem uma vida melhor, conforme regem suas tradições culturais diferenciadas.

Essa diferença, diz Luciano (2006, p. 17), “[...] não é só de tempo (ancestralidade), nem de população, mas, e principalmente de cultura, de espírito e de visão do mundo sobre o passado, o presente e o futuro”. Desse modo, a desigualdade de pensamentos era de certa forma, de ambição dos colonizadores que faziam parte de um plano de dominação cultural, econômica, política e militar do mundo todo (LUCIANO, 2006), cujo plano, os indígenas desconheciam e não podiam adivinhar qual era, pois, aquele tipo de estratégia e/ou projeto não fazia parte da cosmovisão indígena, ou seja, planos esses que não tinham relação com as formas naturais dos povos indígenas entender e ver o mundo em que viviam.

Esses problemas acima mencionados por Luciano (2006) continuam na atualidade, tendo em vista, as notícias midiáticas divulgadas frequentemente, sobre espacamentos e assassinatos de indígenas, causadas em detrimento de posses ilegais de suas terras, por grupos invasores e interesseiros na exploração de recursos naturais e patrimoniais de natureza etnológica. São graves violências relatadas, como esta divulgada pela mídia on-line, Fundo Brasil:

[...] “Violência contra o patrimônio”, “Violência contra a pessoa” e “Violência por omissão do poder público”. Entre as categorias que mais chamam a atenção, está a de “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio” [...] (FUNDO BRASIL, 2022, on-line, aspas da mídia).

As lideranças representantes da população indígena brasileira, enxergam essas brutalidades como pontos de acirramentos das violências, por isso, se unem

para denunciar esses ataques, reivindicando seus direitos de pertencimento à terra, conforme consta na Constituição brasileira. Eles reivindicam retorno de demarcações dos territórios indígenas, e denunciam o desmonte dos mecanismos de fiscalização e proteção territorial, além do estímulo do então governo federal, Jair Bolsonaro, às invasões de terras por parte de grileiros, fazendeiros e garimpeiros.

Essas reivindicações na atualidade são para evitar tragédias, como o ocorrido no período da colonização, quando os europeus se instalaram neste país. De acordo com o censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existiam no Brasil, naquele ano do recenseamento, 305 etnias indígenas e, 274 línguas distintas, com distintas formas de pensar, ver e perceber o mundo que os cercam. Atualmente essa população retrata 0,4% do total da população brasileira. A diversidade étnica (da língua, de saberes e de culturas próprias) representada pelas distintas etnias, faz deste país, um vasto patrimônio cultural de natureza etnológica e, é essa pluralidade cultural que constitui a nação nacional, única e ricamente diversa.

## 2.1 Pensamentos e saberes de natureza etnológico

A diversidade multicultural de natureza etnológica brasileira está alicerçada pelas cosmologias e crenças mitológicas, a partir das quais, os povos originários se orientam e garantem sentido nas ações cotidianas, permitem interpretar acontecimentos e avaliar as decisões em suas formas de viver, a partir da natureza que os cercam, sendo que cada etnia que compõe a população indígena brasileira, tem um jeito próprio de viver de forma digna, unida e compartilhada deliberadamente.

De acordo com Luciano (2006, p. 169) a história dos povos indígenas brasileiros se estende por muitos milhares de anos antes da chegada dos europeus, [...] “por isso, eles têm um conhecimento genuíno de suas realidades, o que lhes possibilitou viverem e desenvolverem civilizações milenares equivalentes a qualquer outra civilização humana”. Suas demandas e desejos são atendidos a partir de seus saberes etnológicos.

Suas crenças, valores, tecnologias etc. provêm de um conhecimento comunitário prático e profundo gerado a partir de milhares de anos de observações e experiências empíricas que são compartilhados e orientados para garantir a manutenção de um modo de vida específico (LUCIANO, 2006, p. 170).

É importante destacar tais constatações para demonstrar e desfazer ideias preconceituosas e estereotipadas, de que os indígenas são incapazes de assegurar a sua própria sobrevivência e por isso, precisam dos “brancos” para ensiná-los a viver (LUCIANO, 2006, aspas nossa). Ao contrário dessa visão, os indígenas são grupos minoritários que ocupam uma posição específica em nossa sociedade devido às suas diversidades etnoculturais (MELLO, 2019a). No entanto, muito ainda precisa ser feito para que essa população seja entendida e respeitada como grupos sociais de natureza etnológica, originários deste país, cuja sociedade não indígena insiste em excluí-los moral e socialmente, ignorando-os como se fossem invisíveis. Neste sentido, ressalta-se que,

[...] após o “descobrimento” do País pelos europeus, deu-se também a dissolução da identidade indígena: os índios já não eram mais considerados os senhores da terra “descobertas”, mas sim uma possibilidade de auxílio na exploração dessa nova conquista e, posteriormente uma ‘mão-de-obra barata’ (GUERRA, 2012, p. 54, aspas do autor).

As narrativas de inferioridades e discriminações foram reforçadas pelos colonizadores até perpetuar na história identitária da população originária brasileira, e no imaginário social que enxergam essas pessoas em uma suposta posição de inferioridade de índio<sup>8</sup> (GUERRA, 2012). Essas visões deturpadas ainda permanecem na atualidade brasileira, o que dificulta considerar os direitos dessas populações nativas à cidadania plena; assim mesmo, como cidadãos brasileiros, são normalmente ignorados, seus espaços são invadidos por colonos e por grupos hegemônicos detentores do poder político e econômico, de origens e mentalidades diferentes dos nativos. Esses poderes hegemônicos e ocidentalistas, vem construindo e reforçando essa invisibilidade constantemente; inclusive, o próprio Estado nacional nos anos 2019 a 2022, o qual tinha o dever de tutela e de proteção desses povos, não lhes respeitavam e ignorava-os, retirou direitos e garantias já homologadas, principalmente de seus espaços territoriais.

---

<sup>8</sup> ÍNDIO, conforme o “Portal Amazônia” na atualidade, os nativos veem essa expressão como uma forma pejorativa, associada popularmente à preguiça, povo atrasado cultural e tecnologicamente, e até, à selvageria. Consideram incoerentes, pois generaliza etnias tão diversas e plurais.

Essas omissões do poder estatal com relação aos indígenas<sup>9</sup> é contrária ao que é disposto na Declaração das Nações Unidas, da qual, Brasil é signatário, sobre eliminação de todas as formas de discriminação racial, considerando que, a discriminação entre seres humanos em razão de raça, cor ou origem étnica é uma ofensa à dignidade humana. Nestes casos, o Comitê estabelece que, os países que não instituírem a segurança territorial ou não tomaram outras medidas eficazes contra atos de violências e discriminações de pessoas indígenas estão em situação de discriminação racial – a qual é considerada um delito contra a sociedade e punível por lei (DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, documento eletrônico).

Esse descaso por parte das forças do Estado, os quais desrespeitam os acordos assinados, abrem margem para grandes indústrias hidrelétricas, de minerações e do agronegócio, explorarem essas terras, que não as pertencem, gerando constantes conflitos com a população indígena. Ações colonizadoras afetam sobremaneira a vida dos nativos, diminuindo, assim, as possibilidades de desenvolvimento sociocultural dessas comunidades, tanto de moradia, como de produções de alimentos que se tornam cada vez mais escassas e pobres de nutrientes; falta segurança alimentar, falta de serviços de saúde, saneamento básico, de seguranças e proteção, levando as comunidades sofrerem ainda, violação de direitos das mulheres e das crianças, entre outros problemas que afligem milhares de povos indígenas no Brasil (OLIVEIRA, 2019).

A respeito desses processos de subjetivações, dissoluções identitárias e/ou domesticação de corpos, Foucault (1996) faz com que um sujeito passe a ser dócil e útil, do ponto de vista político, pois ele é treinado para aceitar e assumir seu lugar de subserviente, para se condicionar e assumir o lugar em que ele é colocado, interligado com a política e vinculado ao econômico. Com esse mesmo pensamento, Guerra (2012), conclui em seus estudos sobre exclusão e identidades indígenas, que alguns povos nativos se percebem conformados como membros atuantes de sua nação, e que, se suas condições de vida se mantêm de forma favoráveis, seria resultado da própria atuação na sociedade em que vive, e não, em virtude de benefícios ou interferências de outros. Às vezes, os processos de assimilações que levam os

---

<sup>9</sup> INDÍGENA, significa "aquele que está ali antes dos outros" e usada como definição mais correta para se referir à diversidade dos povos originários. Além de demonstrar respeito, é a maiscorreta, porque significa "originário, nativo, que estava no local antes de qualquer um". Disponível em: <https://portalamazonia.com/amazonia/portal-amazonia-responde-qual-a-diferenca-entre-os-termos-indio-indigena-e-indigenista>. Acesso em: set. 2022.

sujeitos a perdas de identificação étnicas e/ou a perdas de peculiaridade cultural, são “armadilhas paternalistas da vitimização” (GUERRA, 2012, p.54) do próprio poder estatal o qual reforça a concepção ocidentalista e histórica do indígena como alguém frágil, indefeso e ignorante, normalizando tal subjetivação (FOUCAULT, 2008), imposta ao longo da história sobre os povos indígenas.

Se alguns povos indígenas na atualidade de fato passaram a depender da tutela assistencial do Estado para sobreviver é porque foram conduzidos a essa situação pelo processo violento de colonização, principalmente pela expropriação de seus territórios e saberes, e de suas culturas (LUCIANO, 2006, p. 170).

Certifica-se assim, que muitos indígenas brasileiros sofreram e permanecem sofrendo processos de alienação e dominação de suas formas de ser, de suas formas de pensar, de crenças e valores etnoculturais; eles são burlados e/ou ludibriados sobre seus direitos, principalmente pelo Estado nacional que detém permissão e poder de proteção desses povos. No entanto, ao contrário desse ponto de vista, os indígenas são povos produtores de riquezas culturais únicas; cada tribo e/ou etnia tem sua forma específica de aprender, adquirir conhecimento, pensar e entender o mundo onde vive, a seu modo.

Em oposição ao pensamento eurocentrista, o antropólogo Lévy-Strauss (2008) em meados do século XX, pesquisou e desenvolveu teorias e pensamentos sobre os povos indígenas, defendendo a ideia de que as sociedades não europeias - como os povos africanos, asiáticos e indígenas - não deveriam ser chamadas de primitivas, pois esse julgamento de povos primários e atrasados difere na realidade, ao se apresentarem bem desenvolvidos com elevados graus de pensamentos reflexivos, de pensamentos filosóficos e taxonômicos, de classificação da flora e da fauna. O autor sustentava que, cada civilização tende a superestimar a orientação objetiva de seu pensamento, como confirmado pelo fragmento:

Quando cometemos o erro de ver o selvagem como exclusivamente governado por suas necessidades orgânicas ou econômicas, não percebemos que ele nos dirige a mesma censura e que, para ele, seu próprio desejo de conhecimento parece melhor equilibrado que o nosso (LEVI-STRAUSS, 2008, p.19).

Desta forma, esclarece-se a ideia de que, não existem povos superiores ou inferiores biologicamente, mas sim, seres humanos dotados das mesmas

capacidades e estruturas cognitivas e sensoriais. Neste sentido, Santille (2002) defende que os sistemas tradicionais de conhecimentos têm seus próprios fundamentos científicos e epistemológicos. O tradicional, diz a autora, “[...] não é a sua ancestralidade, mas o modo como ele é adquirido e usado, pois muitos conhecimentos são de fato recentes [...]” (SANTILLE, 2002, p. 50). Assim também, o diretor geral da UNESCO, Audrey Azoulay (2021, p.1) acredita que os povos indígenas não são as “raízes” da humanidade, mas fazem parte do núcleo estrutural humano, como todos os nossos contemporâneos, por isso “a longa história de suas representações sociais e práticas culturais não devem prejudicar seu direito a um presente justo e sustentável” (AZOULAY, 2021, p. 1).

Na mesma linha de raciocínio, Dantas e Ferreiras (2013, p.106) afirmam que o *homo sapiens*, é dotado de pensamento complexo, e por isso, se distinguem de outras categorias de seres vivos devido à sua “capacidade de produzir informações sobre o meio, que ao serem convertidos em conhecimento por determinados processos mentais, destinam-se a orientar as ações humanas no mundo”. Por certo, os indígenas como humanos e originários do *Homo sapiens*, são dotados de pensamentos complexos, distinguindo-se de outros seres da natureza, mas relacionados. Suas ações produzem sentidos em seu contexto etnológico sobre o que se observa, se ouve e se sente, produzem saberes que são repassados de gerações a gerações e construídos mentalmente por meio de suas vivências etnoculturais, as quais os direcionam na vida.

Pelo exposto, Foucault (2008) sustenta suas teorias nas relações recíprocas entre saber e poder e que, estes elementos participam efetivamente nas relações sociais. Afirma que através do saber e poder se constrói o discurso ligado às formas de dominação, e que saber gera poder no sujeito que o legitima. O autor aponta que os conhecimentos são formados por meio das relações entre os sujeitos, afinal, o poder é uma verdade que está estabelecida nos discursos pautados por aqueles que o validam. Destarte, o saber e poder dos indígenas estão intrínsecos, a partir das cosmologias ancestrais que lhes garantem e sustentam possibilidades de vida, pois seus principais saberes estão ligados à percepção e à compreensão que eles têm da natureza, manifestando-se no trabalho, nos ritos, nas festas, na arte, na medicina, nas construções das casas, na comida, na bebida e até na língua, a qual tem sempre um significado cosmológico (LUCIANO, 2006). Luciano indica que a memória tradicional é sempre capaz de agregar novas informações, por isso, em certas situações, uma

postura diferente converte os rituais antes sagrados e restritos a certos grupos sociais, em festas abertas para todos; evidenciando, assim, as diferenças entre visões de mundo e de vida, pelas quais se orientam os indígenas e os não indígenas. Tais ponto de vista, produzem veracidade de rationalidades e lógicas diversas, que concebem os conhecimentos repassados e geram novos e atualizados saberes.

De acordo com Bourdieu (1989), as sociedades são formadas por estruturas que são as bases das culturas e estas são formadas por sistemas simbólicos. O autor considera que essas estruturas, são estruturadas e estruturantes e, a partir delas, o sujeito se constrói, transforma e agrega outras estruturas, seu espaço ou campo/meio é o local das interações sociais, onde se adquire o saber/conhecimento a partir dos *habitus* (cultura) que pode ser ao mesmo tempo social ou individual, sendo ele (*habitus*) o elemento mediador entre indivíduo e sociedade. Com base nesta concepção, é possível perceber uma estrutura cosmológica, baseada na natureza que estabelece os princípios e os pressupostos básicos da organização social, política, econômica e religiosa dos povos indígenas, ou seja, os campos de poder estruturantes etnológicos. As virtudes e os valores (*habitus*) (BOURDIEU, 1989) são definidos desde a criação do mundo, porém destina ao homem produzir as condições reais efetivas (LUCIANO, 2006), em que os conhecimentos produzidos e transmitidos recebem esta função social e se constituem em pilar do poder políticos, portanto, objeto de disputa e manipulação de grupos e indivíduos, o qual acaba criando *status* de poder diferenciado e uma escala de valores subjetivos (FOUCAULT, 2008; BOURDIEU, 1989).

A partir desse entendimento, refletindo as estruturas sociais étnicas dos indígenas, observa-se que o poder estatal e as instituições de poder/saber da modernidade têm produzido discursos ideológicos que os legitimam ignorantes e desqualificados. Porém, conforme argumenta Foucault (2008, p. 25) “[...] é preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-las da sombra onde reinam”.

Salienta-se que o discurso eurocêntrico e ideológico a respeito dos indígenas, de suas formas de ser, de pensar e de cultivar suas culturas e conhecimentos, precisa ser desestruturado para, então, arquitetar novos paradigmas de valorização do conhecimento de grupos tradicionalmente excluídos, conforme expressa Ndlovu (2017, p.129), “[...] é preciso que os saberes indígenas sejam resgatados da chamada matriz do poder colonial”.

Para esse resgate de saberes indígenas sugere-se a desconstrução na forma de ver, entender e julgar de modo eurocêntrico os conhecimentos tradicionais; desestruturar os discursos e práticas hegemônicas e de colonialidade do pensamento ocidentalizado (NEVES, 2008). Desta maneira na atualidade, a população indígena brasileira está resgatando suas formas tradicionais de pensar e está buscando novos artifícios de socialização, aprendizagens e de aquisição de conhecimentos a partir de suas demandas étnica-sociais e culturais, de suas lutas pelo reconhecimento e pela valorização de pensamentos, de saberes e de suas culturas. Os indígenas entendem que o cosmo define seu lugar de pertencimentos à terra e aos territórios onde se relacionam socialmente com a natureza e nessa simbiose cosmológica, constituem seus saberes e/ou conhecimentos etnológicos.

Com base nessa perspectiva cosmológica que os conhecimentos indígenas são constituídos e estruturados; sempre ligado à natureza, estão na terra, nos animais, nas plantas e nas pessoas com as quais convivem, pois “[...] a ideia de formas indígenas de conhecer, ver e imaginar o mundo tem o potencial de permitir outra imaginação do mundo para além da visão ocidentalista” (NDLOVU, 2017, p. 128). Comunga desse pensamento, Nakata (2007, tradução nossa) ao salientar que, o conhecimento e os materiais indígenas são sempre muito mais do que artefatos ou documentos. Os sistemas de conhecimento indígenas são fundamentados em diferentes cosmologias, epistemologias e ontologias do conhecimento ocidental, uma vez que estão na terra e nas pessoas que pertencem à terra. Como tradição oral, o conhecimento indígena é praticado, continuado e requer renovação por meio de expressões ativas desse conhecimento, por meio de eventos, de práticas, de performances e de cerimônias particulares que dependem de orquestrações corretas e válidas de pessoas, lugares e atividades. Na opinião de Sarkhel (2016, p. 428, tradução nossa) “os sistemas de conhecimentos evoluem através das interações humanas entre si, bem como com a natureza dentro e fora”.

Isso posto, assegura-se que povos indígenas percebem fontes de informações e saberes/conhecimentos a partir da memória e ancestralidade, as quais, são responsáveis pelo armazenamento e disseminação dos conhecimentos por meio da oralidade de pessoas mais experientes e vividas como os anciões, pajés e xamãs. Pelo fato de os indígenas se apoiarem em diferentes cosmologias, seus conhecimentos são os que têm e que vêm da natureza em seu entorno; eles acreditam nas pajelanças (rezas), nos chás, nas curas pelas fumaças, crêem no mito, conhecem

e aprendem o que lhes será útil para a vida<sup>10</sup> (LEVI-STRAUSS, 2008), do contrário, ignoram as demais coisas (não úteis). São estas formas de conhecimentos e/ou saberes tradicionais, de natureza tácita passados de geração a geração que garantiam o aprendizado desde tempos longínquos dos povos primitivos. Tais conhecimentos e/ou saberes, são concebidos ou entendidos por certos “homens ocidentalistas” como conhecimento do senso comum ou, conhecimento empírico.

### 2.1.1 Conhecimento do senso comum

O conhecimento do senso comum é uma temática discutida nas ciências sociais que procura distinguir a relação entre o pensamento científico e aquele referente ao senso comum, ou seja, pensamento popular (CARVALHO, 2005).

Na perspectiva de Carvalho (2005, p.146) esse tipo de conhecimento é fruto de interações sociais ou, conforme o autor menciona “representação social” [...] poisé no contexto das relações sociais que um indivíduo que participa da sociedade, interpreta suas variações e seus saberes.

Através de representação social o indivíduo se apropria e ordena o mundo, dando sentido àquilo que parece ser “estranho” ou que, à primeira vista é hermético, considerado propriedade de especialistas. Na passagem da teoria para o senso comum, num processo mediado pelo diálogo entre o indivíduo, a ideia de representação social descobre nos grupos sociais um discurso que explica o mundo e que orienta o comportamento dos indivíduos pertencente a este grupo. Não sendo uma teoria científica, mas uma versão do senso comum [...] (CARVALHO, 2005, p. 147).

Desta forma, diz o autor que a representação social se apresenta como sendo uma categoria especial de conhecimento, variando em função de onde, quando e de quem se serve dela.

Sobre conhecimento científico e conhecimento comum, Santos (2020) argumenta que, é preciso repensar a epistemologia da ciência, o que requer criar uma imagem inadequada da própria ciência e de outras formas de conhecimento como o senso comum (obstruir conceitos); reconstruir ou construir novas configurações de conhecimentos, em que ciência e senso comum dialoguem. Santos (2020) entende

<sup>10</sup> Útil para vida –os indígenas não costumam acumular “coisas” sem necessidades, eles procuram se inteirar daquilo que consideram importante, que tem relevância e/ou utilidade no seu cotidiano. Ver Levi-Strauss, 2008.

que o senso comum é originalmente apresentado como um conhecimento natural que tenha relação e credibilidade com valor de crença, que seja prudente e pensa de modo local ao universal.

Santos (2020) defende uma proposta chamada de Epistemologia do Sul<sup>11</sup>,

A qual é uma proposta epistemológica que pretende identificar, validar os conhecimentos nascidos nas lutas, nas lutas sociais contra a opressão que, na época moderna, foram fundamentalmente produzidas por três formas de dominação: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. São epistemologias porque procuram validar conhecimentos, conhecimentos outros, que não aqueles que estão validados pelas epistemologias do Norte (SANTOS, 2020, documento eletrônico).

Esse autor comenta que, desde o século XVII, a epistemologia vem construindo a ideia de que o único saber que pode ser científico, que pode ser validado é a ciência. Segundo o autor, nesse percurso histórico, a ciência hegemônica, vem ganhando a batalha, inclusive contra a Filosofia e a Teologia. Com a ideia do monopólio da verdade e do conhecimento, vem reforçando, desde então, que o único conhecimento válido é o conhecimento científico. Assim,

[...] esse conhecimento científico, como sabemos, produzido segundo uma certa concepção do ser, da natureza, do próprio conhecimento, uma relação de aparente total separação entre sujeito e objeto, a natureza considerada um ser inerte, o conhecimento como descoberta, em princípio individual, não uma construção coletiva (SANTOS, 2020, documento eletrônico).

Com insistentes repetições esse monopólio da verdade e do conhecimento, foi se consolidando e transformando demais conhecimentos em simples opiniões/especulações sem valor, desmerecendo e/ou invalidando conhecimentos tradicionais, vernáculos, populares que sempre existiram e continuam a existir. Isso não só se deu nas longínquas comunidades indígenas ou quilombolas, mas também, nas cidades, nas favelas, nos bairros, onde as pessoas governam e dão sentido à sua vida, por meio de conhecimentos que não são necessariamente conhecimentos científicos (SANTOS, 2020, documento eletrônico).

<sup>11</sup> Epistemologia do Sul - O conceito de Sul não aponta exclusivamente a uma geografia. É uma metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado, e da resistência a essas formas de opressão (SANTOS, 2016, p. 15). SANTOS, B. S.; ARAÚJO, S.; BAUMGARTEN, M. As epistemologias do sul num mundo fora do mapa. **Sociologia**, Porto Alegre, v. 1, n. 43, p. 14-23, set./dez. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-018004301>. Acesso em: maio, 2022.

Essa força hegemônica de pensamento neoliberal, que apresenta constantemente sua narrativa histórica como o conhecimento objetivo, científico e universal e, sua visão da sociedade moderna como a mais avançada e, por isso a mais normal da experiência humana (LANDER, 2005), apoia-se nas condições históricas culturais, específicas, garantida e reforçada pelo neoliberalismo “[...] despojado de tensões e contradições, de tendências e opiniões civilizatórias que têm uma longa história na sociedade ocidental. Isso lhe dá capacidade de constituir-se no senso comum da sociedade moderna” (LANDER, 2005, p. 8).

É preciso buscar alternativas para desconstruir esse conformismo excludente e desigual da modernidade, afinal, essa desestruturação de pensamento neoliberal hegemônico exige um esforço extremamente vigoroso e multifacetado que está sendo realizado nos últimos tempos em todas as partes do mundo, conforme destaca Lander (2005).

Partindo desse entendimento de desconstrução de pensamentos e conhecimentos hegemônicos e, buscando reconhecer e resgatar saberes marginalizados, não eurocêntricos, de uma perspectiva cosmológica dos povos indígenas e de suas formas de obter e produzir saberes e/ou conhecimentos, propõe-se apresentar um sistema de gestão e mediação cultural e de saberes de natureza etnológica voltados para recuperação, organização, preservação e disseminação às populações indígenas, juntamente com suas colaborações, a partir de seus entendimentos etnoculturais. É importante enfatizar que a população indígena brasileira tem a proteção tutelar do Estado nacional, por meio da Funai, órgão estatal responsável pela intervenção nas causas indígenas na atualidade. Neste caso, faz-se necessário que este órgão estatal abrace esta proposta como mais uma ação estratégica de melhorias e desenvolvimento de comunidades indígenas, pois políticas públicas informacionais de natureza etnológica devem fazer parte da agenda dessa organização pública estatal.

Portanto, uma instituição pública que tem a responsabilidade de atuar junto aos povos indígenas, poderia buscar adequação às novas vigências de estruturas formais e organizacionais, segundo propostas do novo institucionalismo; isto é, apresentar novas visões, adequações e modelos de se fazer políticas públicas, visando um atendimento mais eficiente das carências dessa população.

## 2.2 Novo Institucionalismo (NI) e as políticas públicas

O novo institucionalismo é apresentado como uma nova proposta para repensar as diferentes estruturas de instituições públicas. Trata-se da importância de pensar em uma nova modelagem de políticas, estruturada e planejada em prol do bem comum. Reflete-se sobre como as instituições interligadas à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), podem fazer fluir as informações culturais, a partir de planejamentos de políticas públicas e da união dessas instituições (mediação) com as comunidades indígenas.

O novo institucionalismo surge das inquietações com o crescimento das instituições sociais, políticas e econômicas, pois, essa complexidade inquietante tem maior repercussão na vida coletiva em sociedade (PETERS, 1996; POWELL; DIMAGGIO, 1991) e, precisa fornecer novas respostas para velhas questões sobre como as escolhas sociais são moldadas, mediadas e canalizadas por arranjos institucionais (POWELL; DIMAGGIO, 1991).

O novo institucionalismo não é um corpo de conhecimento único, ao contrário: é composto por três diferentes perspectivas analíticas: institucionalismo histórico, institucionalismo da escolha racional e institucionalismo sociológico. Postulados por Hall e Taylor (2003 apud VICENTE, 2014), procuram explorar o conjunto de relações existentes entre as instituições e seu comportamento, bem como, a explicação dos processos pelos quais as organizações se originam ou se modificam nas diferentes perspectivas: histórica, racional e sociológica.

As áreas da Microssociologia, História Social e Estudos Culturais sempre consideraram as instituições como novos blocos de construção da vida social e política. Na perspectiva teórica da Sociologia, é essa ciência que proporciona a base para o entendimento do processo e do grau de institucionalização,

[...] porque as práticas ou atividades seriam incorporadas às organizações, não porque aumentaria sua eficácia abstrata (em termos de fins e meios), mas em consequência do mesmo tipo de processo de transmissão que dá origem às práticas culturais em geral (VICENTE, 2014, p.31).

O novo institucionalismo está menos interessado em descrever estruturas formais e constituições das organizações, porém, procura descobrir as estruturas imersas e as “regras do jogo” que influenciam os comportamentos dos atores. No seu

percurso sociológico, “a vertente investiga o papel dos elementos institucionais ao definir valores, normas, interesses, identidades e crenças” (VICENTE, 2014, p. 32).

Sob o enfoque do novo institucionalismo, apareceram as mudanças institucionais nas organizações. Essas mudanças são alterações nas normas que governam os relacionamentos interpessoais, pressionam ou facilitam comportamentos através da estrutura de incentivos materiais e não materiais para indivíduos de um determinado grupo social, como apontado por Nee e Ingram (1998 apud VICENTE, 2014), os quais também mencionam tais mudanças institucionais entendidas como um processo de isomorfismo ou divisão por meio de mecanismos, tais como pressões para apresentar ação legitimada e normativa nos programas de mudanças.

No ponto de vista de DiMaggio e Powell (1991) uma importante contribuição da abordagem institucional é a ênfase na influência do ambiente, ao colocar o isomorfismo como fator vital para a sobrevivência da organização e como fator significante no processo de tomada de decisão dos atores. Esse processo normativo é, portanto, o melhor conceito de homogeneização; é como “um processo restritivo que força uma unidade em uma população a assemelhar-se a outras unidades que enfrentam o mesmo conjunto de condições ambientais” (DIMAGGIO; POWELL, 1991, p.66). Tudo deve ser cuidadosamente negociado e articulado entre os diversos níveis de governo, entre organizações que compõem determinadas arenas, entre as chefias e os subordinados, entre outros (NEE; INGRAM, 1998 apud VICENTE, 2014, p. 34). Os autores entendem que nas mudanças institucionais é preciso ter congruência na interação entre as normas formais e informais, dentro das organizações sociais.

Sugere-se, assim, que todas as mudanças em uma instituição deverão ser procedentes dos seus atores organizacionais, porque estes tendem a aceitar essas mudanças e serem favoráveis às preferências e interesses que elencaram. Nesta perspectiva, os projetos de políticas públicas são problemas institucionais, na medida em que as instituições existentes não afetam apenas a formulação dos problemas e soluções, mas também constituem a maior urgência na escolha dos instrumentos e na execução das ideias que orientam a ação pública (FONTAINE, 2015).

Desse modo, a análise de políticas públicas muito se beneficia dos contributos do novo institucionalismo. As tipologias das abordagens histórica, sociológica e escolha racional, adicionadas às do novo paradigma normativo (FONTAINE, 2015) estuda como as normas e valores incorporados por instituições políticas, estruturam

o comportamento individual e o empírico, os quais analisam determinados tipos de instituições e seu impacto na sociedade e nos resultados dos governos; ou seja, as instituições tornam-se as variáveis independentes das políticas (PETERS, 1996). Assim também a análise institucional contemporânea analisa o comportamento real e não apenas os aspectos formais e estruturais das instituições. As abordagens mais recentes do NI concentram-se em resultados na forma de políticas públicas e decisões relacionadas; reflete o movimento final de políticas públicas na ciência política e suas preocupações com os benefícios e encargos que os governos realmente produzem para seus cidadãos (PETERS, 1996).

É na perspectiva do novo institucionalismo que as políticas públicas para os povos indígenas devem ser elaboradas como diretrizes gerais que apresentem e expressem parâmetros de ações de equidade, de desenvolvimento e de reconhecimento de direitos de acordo com suas culturas.

Sob a ótica do novo institucionalismo, mudanças estruturais organizacionais, e/ou institucionais devem ocorrer nos órgãos estatais brasileiros, responsáveis pela proteção dos povos nativos. As mudanças são alterações nas normas que governam os relacionamentos interpessoais, que pressionam e, ao mesmo tempo, facilitam condutas pela definição de estruturas de incentivos materiais e não materiais para a população indígena brasileira. Neste caso, as principais mudanças significativas de ordem institucional para a população indígena brasileira, seriam o desenvolvimento de ações proativas, com políticas públicas informacionais efetivas para essa população.

## 2.2.1 Políticas públicas

Entende-se por políticas públicas, conjuntos de ações e decisões de governantes voltadas para a solução de problemas da sociedade em geral, ou seja, são a totalidade de metas e planos nas esferas nacional, estadual ou municipal que um governo planeja para conseguir o bem-estar da sociedade e o interesse público.

Para melhor esclarecer essa questão, faz-se necessário entender a esfera do pública do ponto de vista de Habermas (1991) vista como um domínio da vida social, onde a opinião pública pode ser formada; ou seja, parte da esfera pública surge em toda conversação (diálogo), no qual, o indivíduo privado, se reúne para formar um corpo público. O cidadão desempenha o papel de uma pessoa privada que não está

agindo em nome de uma empresa ou interesse pessoal, mas como alguém que lida com assuntos de interesses gerais para formar uma esfera pública.

A esfera pública política é abordada por Habermas (1991), como discussões públicas ligadas a temas do Estado e às práticas políticas; já o poder estatal é visto como poder público que se legitima através do sufrágio nas eleições; o Estado e suas práticas e poderes contundentes não fazem parte, mas são a contrapartida de uma esfera pública (HABERMAS, 1991) onde as opiniões são formadas. Portanto,

[...] a opinião pública deve controlar o Estado e sua autoridade nas discussões cotidianas, bem como nas eleições formais. Uma esfera pública é o requisito básico para mediar entre o Estado e a sociedade e, em uma situação ideal, permite o controle democrático das atividades do Estado(HABERMAS, 1991).

A expressão, opinião pública se refere às tarefas de críticas e controles de um órgão público por parte de um cidadão informal, e em eleições periódicas; podem, dessa forma, exercer fiscalização perante a estrutura organizada de um governo na forma de Estado.

Embora a autoridade estatal seja o executor da esfera pública, ela não faz parte desta. Por certo, a autoridade estatal é geralmente considerada autoridade pública, mas sua tarefa provém de cuidar do conforto de todos os cidadãos, principalmente desse aspecto da esfera pública.

A elaboração de políticas públicas diz respeito às formas de gestão da administração pública, características às agendas de governo, à tomada de decisões, restrições de gastos, entre outras. A política pública perpassa diversas áreas do conhecimento, como Educação, Economia, Sociologia, Psicologia Social e Administração Pública, que podem elaborar ações de desenvolvimento, melhorias e soluções de problemas públicos diversos na sociedade, de maneira transversal, fundamentada na multidisciplinaridade de saberes (CAMILLO, CASTRO FILHO, 2020).

De acordo com Secchi (2012) há uma diferença entre problema público real e aquilo que se gostaria que fosse na realidade pública; a percepção de um problema público não deverá ser de cunho subjetivo ou intersubjetivo, porque “uma situação pública passa a ser insatisfatória a partir do momento em que afeta a percepção de muitos atores relevantes (SECCHI, 2012, p. 35). Definindo ou delimitando o problema é necessário determinar seus elementos e sintetizar em uma frase a essência do mesmo, é preciso delimitá-los e norteá-los para estabelecer o conjunto de causas,

soluções, obstáculos e avaliações. Por isso, se justifica a delimitação de um problema público, por ser este ato, politicamente imprescindível no processo de elaboração de uma política pública para que um político, uma organização ou agente público possa identificar o problema e se interessar na resolução de tal problema, colocar na lista de prioridades e agendas.

A agenda é entendida por Secchi (2012) como um conjunto de problemas relevantes, que pode figurar em programas de governo, planejamentos orçamentários, um estatuto partidário ou uma simples lista de assuntos entendido como importantes que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública. Desse modo, infere-se que as políticas públicas estabelecem ações como respostas para as demandas sociais. Ações governamentais voltadas para resolução de problemas enfrentados pelos cidadãos, seja no âmbito educacional, da saúde, da cultura, da economia, da segurança, entre outras. São conjuntos de práticas políticas que garantem o bem-estar da sociedade e dignidade da pessoa humana (CAMILLO, CASTRO FILHO, 2020).

A partir desse entendimento, destaca-se a emergência de formação de uma agenda de políticas públicas informacionais e culturais direcionadas aos povos indígenas brasileiros. Considerando a ideia da “politização da cultura como marca maior do nosso tempo e da institucionalização das políticas dirigidas à diversidade étnica e cultural brasileira” (OLIVEIRA, 2015, p. 15), as ações políticas fundamentadas nas culturas indígenas, promovidas pelo Estado e lideranças indígenas podem ser regulamentadas e promover o reconhecimento étnico, à regulamentação fundiária, direitos humanos, educação, letramento informacional e digital, entre outras agendas, preservando, conjuntamente outros direitos relativos ao exercício pleno e preservação das culturas indígena brasileira.

Com essa perspectiva que se delinea políticas públicas informacionais para a população indígena brasileira. É necessário e premente que se defina, reflita e delimite a problemática informacional das comunidades indígenas, e que se elabore e priorize agendas com ações merecedoras de intervenções públicas que apresente resultados com projetos e planejamentos de políticas públicas culturais e informacionais indígenas.

## 2.2.2 Políticas públicas indígenas

Concebe-se por políticas públicas indígenas a intervenção que o Estado nacional efetua desde o início do século XX, no cotidiano dos povos indígenas que habitam o território brasileiro. Teve início em 1910 junto ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI) que a organizou, com o propósito de minimizar conflitos gerados devido às ocupações de territórios por diversos agentes econômicos em expansão, como fazendeiros, mineradoras, madeireiras, entre outras empresas (LUCIANO, 2006). Com o tempo essa política indigenista acabou por atender muito mais aos interesses daqueles grupos econômicos, que se interessavam pelos espaços indígenas, do que, em garantir os direitos dos nativos. Estes viram seus territórios serem reduzidos e ocupados, cada dia mais. É um modelo de política, contrária ao que Haberman (1991) sugere, ao salientar que, a opinião do público interessado nas ações do Estado é a que deve prevalecer na elaboração de uma política pública.

A política indigenista brasileira, desde o período colonial, tem apresentado ambiguidade, pois ao mesmo tempo em que garantia direitos e proteção das populações indígenas, através de leis que proibiam a escravização; em outros momentos, permitia essa escravização e assassinatos de grupos indígenas julgados inimigos. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), no ano 1967, tornou-se sucessora do SPI e, tinha como principal objetivo executar políticas indigenistas do Brasil. “[...] com a proteção e promoção dos direitos indígenas, demarcando e fiscalizando as terras pertencentes à essa população e garantindo o desenvolvimento sustentável, o acesso aos direitos sociais e de cidadania” (ALVES; VIEIRA, 2017, p.100). Esse órgão é responsável pela intervenção nas causas indígenas até a atualidade.

A FUNAI foi projetada para superar os antigos impasses do SPI, para executar as tarefas de tutela do Estado sobre os povos indígenas em territórios nacionais, no entanto, segundo informações na website PIB (Povos Indígenas do Brasil), essa instituição acabou reproduzindo a antiga.

Sua criação foi inserida no plano mais abrangente da ditadura militar (1964-1985), que pretendia reformar a estrutura administrativa do Estado em função da promoção da expansão político-econômica para o interior do País, principalmente para a região amazônica (PIB online, 2022).

As políticas indigenistas foram totalmente subordinadas em função dos planos nacionais, quais eram: construção de estradas, de hidrelétricas, expansão de fazendas e extração de minérios, a partir das terras indígenas. As práticas da FUNAI durante os governos militares, em relação aos indígenas, foram marcadas pela perspectiva assimilacionista<sup>12</sup>, permeando assim, a história do SPI. Até o ano 1991, essa instituição era vinculada ao extinto Ministério do Interior, o qual exercia grande interferência sobre as ações da FUNAI. A presidência dessa instituição, entre as décadas de 1970 e 1980, era exercida, em grande maioria, por militares ou políticos de carreiras que não se interessavam pelas causas indígenas ou, às vezes, eram contrários aos interesses destes. A administração geral foi mantida em Brasília, os postos indígenas preservados, e as inspetorias transformadas em delegacias regionais. A FUNAI se estruturou aos moldes do SPI, ficando um pouco centralizado e com muita rigidez burocrática em três níveis: nacional, regional e local (SOUZA LIMA, 2001 apud PIB on-line); o quadro funcional daquela antiga agência, extinta por irregularidades, foi transferida para a atual.

[...] a Funai continuou a operar, assim como o SPI, com profissionais pouco qualificados. Não se concretizou a proposta de se realizar planejamentos antropologicamente orientados, conduzidos por profissionais de formação sólida, bem pagos e comprometidos com o futuro dos povos indígenas. O órgão foi permeado, em todos os níveis, por redes de relações pessoais, clientelistas e corporativas, que remetem ao paternalismo e ao voluntarismo que dominaram o velho SPI (PIB on-line).

Percebe-se que, desde que foi instituído, esse órgão estatal vem construindo histórias de ineficiência, desinteresse e dificuldade de operação, criando mais limitações nas suas intervenções a favor dos indígenas. Isso provocou situações críticas, conflituosas e de emergências decorrentes dos planos de colonização e exploração econômica que chegavam aos extremos do país (PIB ON-LINE, 2022).

Mesmo diante desse contexto desfavorável, a temática indígena começa a se despontar no cenário político nacional, a partir da década de 1970, quando surgem organizações de apoio aos indígenas tais como:

---

<sup>12</sup> Teoria que defende a fusão ou miscigenação de culturas ou hábitos culturais diferentes. "**assimilacionismo**". Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [on-line], 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/assimilacionismo>. Acessado em: mar. 2023.

[...] as comissões pró-índio (CPIs), as associações nacionais de apoio ao índio (ANAIIs), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), a Operação Amazônia Nativa (OPAN), o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI). Estas duas últimas se juntaram para fundar o atual Instituto Socioambiental (ISA). Criadas por intelectuais e clérigos envolvidos com a questão indígena, estas entidades passaram a realizar importantes trabalhos como: o questionamento fundamentado às políticas oficiais, a interlocução entre índios e Funai, bem como a formulação de alternativas concretas para o indigenismo brasileiro (SANTILLI, 1991; LIMA, 2002 apud PIB on-line).

Essas organizações colaboraram, significativamente, junto aos indígenas para que passassem a ganhar visibilidade nacional, através de suas manifestações políticas em busca de seus direitos. A partir da década de 1980, começaram a estruturar suas primeiras organizações formais de base comunitária ou regional. Suas mobilizações e o apoio das organizações fortaleceram a outorga de uma de suas conquistas mais importante dentre todas até então: a promulgação da Carta Constitucional de 1988. O Art. 231, do referido texto, reconhece os seus direitos às diferenças. Ter seus direitos expressos no texto constitucional representou um passo significativo na construção de uma nação pluriétnica e multicultural; na garantia de usufruto exclusivo de seus territórios tradicionalmente ocupados, definidos a partir de seus usos, costumes e tradições.

A Constituição de 1988 estabeleceu ainda, um marco importante: prescreveu que as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas devem ser identificadas e delimitadas (MURA; SILVA, 2018, p.84), e o critério para esse procedimento, foi definido exclusivamente, pelas maneiras de uso de territórios por parte dos indígenas, considerando seus costumes e saberes procedentes das territorialidades que deles derivam.

Com as garantias e conquistas constitucionais, a população indígena e suas organizações foram reconhecidas e consolidadas como parte legítima em juízo em defesa de seus direitos, o que incentivou a expansão e fortaleceu suas associações. A partir de 1990, foram instauradas comissões especiais, inclusive, para rever o Estatuto do Índio criado em 1973, onde foram tratados temas como:

[...] a situação jurídica dos índios e as responsabilidades assistenciais da Funai; os direitos de autoria e a propriedade intelectual; a proteção ambiental e a regulamentação do uso e exploração de recursos naturais; os procedimentos de demarcação de terras indígenas, entre outros (PIB on-line, 2022).

Houve ainda nesse período, diversos debates e discussões acerca do órgão indigenista oficial: após a extinção do Ministério do Interior, a FUNAI passou para jurisdição do Ministério Público e Segurança Pública até atualidade de 2022. Diversas outras mudanças e indefinições ainda ocorreram desde a criação dessa Fundação.

Sobre o papel da FUNAI na relação Estado e povos indígenas, o ex-presidente da FUNAI, durante a segunda gestão do governo Lula, Marcio Meira, em uma entrevista ao Instituto Socioambiental (ISA), no ano 2010, disse:

Quando a Funai foi criada em 1967, ela tinha a função de monopolizar a política indigenista. O Estatuto da Funai repetia isso mesmo depois de 1988, quando a Constituição definiu que o Estado Brasileiro é pluriétnico e pressupõe, então, que ele tem de se organizar para cuidar dos povos indígenas e de sua diversidade cultural e étnica, em todas as escalas. Assim, em qualquer Ministério ou órgão público, deve haver uma política voltada para essa diversidade (MEIRA, 2010, p. 79).

Naquele período, foi publicado um decreto de reestruturação da FUNAI, criando um novo Estatuto, de modo a atualizar essa Fundação com a Constituição de 1988. Meira (2010) diz que, costumava repetir, inclusive aos indígenas, "que a Funai sempre será um monopólio da relação do Estado com os indígenas" (MEIRA, 2010, p. 80). Esclarece ainda que a FUNAI é referência simbólica, afetiva, amorosa e também raivosa da relação Estado e indígenas. Porém, esse monopólio simbólico não pode ser traduzido em monopólio da execução das políticas.

Nesse sentido, afirmava que nem todas as questões políticas indigenistas são da responsabilidade da FUNAI. Por exemplo, políticas públicas de educação cabem ao Ministério da Educação executá-las; as políticas públicas da saúde, competem ao Ministério da Saúde executá-las; ao Ministério da Cultura responsabilizar-se pelas políticas públicas de cultura, e assim sucessivamente. Em todas essas políticas, deve haver uma distinção, uma especificidade, próprias para os povos indígenas. Porém, esse ponto de vista, durante todos esses anos de discussões, não consegue ter prosseguimento ou sair do papel, porque não são efetivadas, devido às constantes mudanças de governos com pontos de vista diferentes.

Cada novo governo federal, novas modificações, novas regras, novas políticas, novos presidentes/gestores. Comungando desse ponto de vista, Mello e Souza (2015, p. 34), expressam que:

O Estado brasileiro possui períodos oscilantes entre governos democráticos e ditatoriais, ou seja, aqueles que respeitam os direitos humanos, a liberdade de opinião e as liberdades individuais e coletivas, e aqueles autoritários, que têm como principais características o cerceamento das liberdades individuais, o obstáculo aos dispositivos legais de respeito à dignidade humana e ao direito à informação, e, consequentemente, o impedimento ou dificuldade do acesso à informação, individualmente ou pela sociedade aos documentos e informações produzidas pelos órgãos estatais.

Confirmado, deste modo, que FUNAI não consegue cumprir com seu papel, e/ou objetivo para o qual foi criada: garantir o cumprimento das políticas públicas indígenas; cuidar dos povos nativos e de sua diversidade cultural e étnica em todas as escalas, conforme disse Marcio Meira (2010) exposto acima.

Da mesma opinião, Pozzobon (1999, p. 280) expõe que:

O estado de ineficácia e anomia no qual se encontra a Fundação é uma prova eloquente do papel secundário reservado à questão indígena pelos poderes constituídos. Tudo se passa como se a FUNAI fosse apenas um meio de vida para seus funcionários, pois muitos agem como se os índios não fossem a substância que justifica sua profissão, mas apenas um incômodo adicional. Alguns se entregam a atividades ilícitas, tais como o roubo de equipamentos, as negociações com terras indígenas, bem como ao tráfico de madeira e ouro ilegalmente explorados. Há mesmo aqueles que manipulam os índios através de um sistema clientelista de troca de favores e mercadorias, o que torna extremamente difícil a tarefa de livrar o órgão dessas máfias internas.

As políticas indígenas que deveriam representar e atender aos indígenas ficam no cenário político do Estado como meros coadjuvantes, permanecendo sempre como subordinadas às diretrizes políticas do Estado (MELLO, 2019a).

No processo de implantação das políticas públicas para a população indígena, Venere (2005, p. 46) destaca dois elementos que ele considera fundamentais: “[...] artifício jurídico da tutela e a atuação do SPI/FUNAI sob as comunidades indígenas”. O autor cita trecho do Instituto Socioambiental, ao entender o intuito da tutela enquanto legislação perniciosa.

A figura da tutela, ou seja, o fato dos índios serem considerados "relativamente incapazes" pela Constituição Federal, criava uma relação de submissão e dependência. A prática tutelar tirava a oportunidade das populações indígenas decidirem sobre o seu destino, mantendo-as à margem das discussões e decisões sobre políticas e programas a elas destinados. A esse quadro acrescente-se a mentalidade de alguns, que acreditavam, e muitos ainda acreditam, que os índios representam um obstáculo ao desenvolvimento e uma ameaça

à segurança nacional. Sob esses pretextos limitavam-se os direitos indígenas, assegurados em Lei, no que se refere à terra e à liberdade de organização política (ISA, 2004 apud VENERE, 2005, p. 46).

Essa proteção ou poder tutelar foi construído a partir de visão ideológica e burocrática Estatal, idealizada pelo militar Marechal Rondon que, para tanto, utilizava técnicas disciplinares e militarizante (FOUCAULT, 1996) tendentes a manipular, escravizar e aterrorizar as populações indígenas. Fica claro, que a tutela tem a finalidade, simplesmente de controlar ou transformar, por meio de ensinamentos, ou orientações dirigidas, condutas desviantes em ações e significados prescritos pelos códigos dominantes para manipular grupos sociais, os quais não compartilham da ordem estabelecida (VENERE, 2005). Esse autor argumenta que, dependendo da conjuntura histórica, política e econômica, o Estado adotava uma determinada postura para atender aos seus interesses mais imediatos.

Mello (2019a) lembra que, com a formação dos diversos movimentos políticos dos indígenas, empreendidas com o intuito de reivindicar melhorias para essa população, conseguiram realizar nos últimos tempos, uma série de ações que resultaram em um maior reconhecimento e no atendimento mais eficaz das políticas públicas indígenas. Deste modo,

[...] houve um fortalecimento do movimento indígena e maior visibilidade política da questão indígena nas últimas décadas. Além disso, no plano demográfico, ficou evidente que, ao invés de uma tendência de descenso, sua população total vem crescendo em ritmo pronunciado, superando inclusive as médias nacionais. (PAGLIARO; AZEVEDO; SANTOS, 2005, p. 12).

Naquela década de 1970, conforme explanam os autores acima citados, houve bastante empolgação dos indígenas com relação aos movimentos políticos e à atual conjuntura demográfica encontrada: ao invés de uma tendência decrescente, essa população de natureza étnica vem crescendo em compasso mais intenso do que a atual população nacional. “Os povos indígenas se organizaram e tiveram êxito na alteração do eixo de descenso demográfico e tal mudança difere do projeto político do Estado e nas ações de documentação até então empreendidas” (MELLO, 2019a, p. 36). Essa tendência de aumento demográfico, que Mello está mencionando, seja talvez, pelo fato de muitos indígenas se assumirem pertencentes a uma comunidade étnica; pois tempos outrora, muito deles, principalmente os mais jovens, negavam

suas origens porque se sentiam inseridos na sociedade não indígena pelos processos de aculturação impostas.

Devido aos movimentos e organizações políticas indígenas e conquistas de diversos direitos e reconhecimentos, aquelas pessoas que “negavam” ou “omitiam” pertencer a uma etnia, resolveram responder ao Censo afirmando suas origens.

Neste sentido, a questão da documentação como registros de territórios e natalidade populacional realizada pela FUNAI, favoreceu essa contabilidade de forma mais positiva que tempos passados. Entende-se que dentre as diversas atribuições da FUNAI com relação aos povos indígenas brasileiros, é também sua responsabilidade, salvaguardar as documentações (atas, registros, atos administrativos, entre outros) e manifestações culturais representativas das populações indígenas brasileiras em seus espaços informacionais, cujo repositório em grande parte, estão anexos ao acervo da Biblioteca Curt Nimuendajú e no Museu do Índio, instituições essas, mantidas por essa Fundação.

Concebe-se que, para uma boa gestão desses materiais, conforme aponta Anwar (S. d., documento eletrônico), primeiramente seria buscar o reconhecimento acerca da importância global desses ativos informacionais, tanto para os processos de desenvolvimento socioeconômico local nacional com repercussão internacional. Num segundo momento, situar sua relevância para o desenvolvimento sustentável da biodiversidade e de ecossistemas naturais do planeta. Além disso, é importante sua captura e preservação para disseminações futuras, não só para jovens de hoje, mas também, para os do amanhã, pois, se não for providenciado formas de recuperações e suas presavações, teme-se que esses insumos sejam perdidos, devido a rápida urbanização e desgastes contínuo da população mais idosa.

É preciso que a FUNAI elabore processos estratégicos de gestão dos fluxos informacionais de saberes indígenas, que possam ser acessados por todas as comunidades nativas do Brasil, e também por demais interessados nesses conhecimentos. Percebe-se uma urgência de políticas públicas informacionais e culturais, que favoreçam acessos e posses de informações de forma remota, por meio das tecnologias de informações e comunicações e redes de Internet – as quais devem ser elaboradas conjuntamente com Ministério da Cultura e agentes indígenas representantes de etnias brasileiras.

### **3 GESTÃO DE SISTEMAS ORGANIZACIONAL/INSTITUCIONAL**

A gestão de sistemas organizacional e/ou institucional de informações é um processo desenvolvido para facilitar os acessos e posses de informações e/ou conhecimentos, pelos usuários que possam demandar esses ativos, ali organizados. O profissional gestor tem a missão de planejar ações para recuperar, selecionar, organizar e armazenar, para posterior disseminação ou mediação ao seu utilizador/usuários efetivo ou potencial. Os processos de gestão de sistemas informacionais devem ser eficientes para favorecer o compartilhamento de informações entre todos os sujeitos integrados no sistema. Por isso, é necessário que os gestores colham ações eficazes, baseadas em boas práticas de gestão, para facilitar a mediação dessas informações entre os requerentes.

Sistemas de informação em uma organização, segundo Amaral (1994), são metodologias, técnicas ou ferramentas que possibilitam a gestão, com praticidade e agilidade, nos processos de coletar, organizar, armazenar e disseminar informações, favorecendo ainda, a rápida recuperação requerida por esses sistemas. A gestão de sistemas organizacional, como gestão estratégica eficiente, facilita sua utilização por meio do uso de recursos inteligentes, disponibilizados pela tecnologia de informação e sistemas de informação. E, devido à acelerada evolução e sofisticação dessas tecnologias, as organizações têm procurado formas mais rápidas de se inserir nesse modelo. Considerando que, o desenvolvimento e evolução das organizações é resultado da evolução do conhecimento e da informação (BAZZATTI, GARCIA, s. d., documento eletrônico).

O conhecimento é construído a partir de fluxos de mensagens de dados e de informações, gerados na interação entre seres humanos e seu ambiente. A informação assimilada e processada, cognitivamente, gera conhecimento; consequentemente, cada nova informação afeta o conhecimento, adicionando-lhe algo ou reestruturando-o (MACHLUP, 1983 apud SANTOS *et al.*, 2001). É um processo cíclico, sempre em desenvolvimento.

Para melhor entendimento da palavra organização é significativo, apresentar ponto de vista de Gutiérrez (2008) sobre sua compreensão de organização:

[...] identificamos como organização toda comunidade ou grupo de indivíduos cujos membros estejam estruturados e articulados para atingir determinados objetivos. O paradigma da organização são as

empresas, mas à luz dessa descrição, também podem ser considerados organizações, outras comunidades de indivíduos [...], como um hospital, uma ONG, um centro educacional, um ministério, um centro de pesquisa, uma instituição política ou mesmo, apertando a definição, uma unidade familiar (GUTIÉRREZ, 2008, p. 26).

Neste sentido, as questões de informação, conhecimento e de cultura organizacional aqui abordadas serão convergentes às comunidades indígenas ou, às instituições relacionadas a essa organização de natureza etnológica.

Isto posto, percebe-se na atualidade, que as organizações dependem de informações de natureza diversa para alcançar seus objetivos (BEAL, 2004), pois essas têm se destacado como ativos de grande importância para as organizações sociais. Fato este reforçado com o contínuo desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação (TICs), que potencializam a produção e disseminação desses insumos, de forma muito rápida; logo, tais fenômenos têm demandado aos profissionais gestores, cada vez mais atenção e habilidades específicas na área da gestão da informação, e/ou gestão de sistemas de informação.

### **3.1 Sistema de informação**

Para entender um sistema de informação é importante definir o que é um sistema. Um sistema é entendido por Churchman (1971) e também Koontz (1986) apud Lapolli (2003, p.23) como “um conjunto constituído ou combinação de coisas ligadas interdependentes e que interagem de modo a formar uma unidade complexa, ou, um todo composto de uma forma organizada segundo um esquema”. É um complexo de componentes que interagem entre si na execução de um objetivo global. A perspectiva sistêmica é simplesmente um modo de pensar a respeito desses sistemas totais e seus componentes.

Segundo Laudon e Laudon (2014) um sistema de informação (SI) pode ser definido tecnicamente, como um conjunto de componentes inter-relacionados que coletam ou recuperam, processam, armazenam e distribuem informações, destinadas a apoiar a tomada de decisões, a coordenação e controle em uma organização. Esses autores dizem que, sistemas de informação contém informações sobre pessoas, locais e itens significativos para uma organização/instituição ou para um ambiente que a cerca.

No entendimento de Oliveira *et al.* (2009) um sistema de informação é um conjunto de procedimentos organizados que, quando executados, provêem informação de suporte à organização.

Do ponto de vista de Amaral (1994, p. 28):

Sistemas de Informações é um determinado tipo de sistema que possui um processo de captação de dados que são submetidos a um processamento e que resultam em uma série de informações de saída. Não necessariamente um sistema de informações está relacionado com o uso de computadores. Pode-se ter um sistema de informações eficiente se utilizando meios manuais.

Essa autora relata que, um sistema de informações não deve ser considerado como meros prestadores de serviço para uma organização, porque “sua utilização adequada, necessita de conhecimento para a organização interna da empresa, das suas estratégias de negócios e de suas metas de crescimento futuras” (AMARAL, 1997, p. 19). Um sistema de informação, continua a autora é como um conjunto de atividades que consiste em uma área funcional das organizações, responsáveis pela gestão do recurso informacional, além de todos os recursos envolvidos no planejamento, desenvolvimento e exploração do seu sistema de informação (AMARAL, 1997).

Um sistema de informação pode ser definido como um conjunto de partes ou componentes, unidos entre si por elementos interdependentes. Esse conjunto de elementos interligados, pode ser concebido como agrupamento de dados, informações e conhecimentos.

É notório que, dados são potenciais informações; representam conjunto de fatos, conceitos ou estatísticas que, ao serem analisados e interpretados, podem produzir informações (BERNAL; MOLINA, 2017), porém, dados isolados não representam informações, é preciso que um dado, seja captado, assimilado e processado para resultar em informação (LAPOLLI, 2003).

A noção de informação é definida por Le Coadic (2004, p. 4) como “um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte”. Esse autor ressalta ainda que, “a informação comporta um elemento de sentido, ou seja, é um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte material-temporal (impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc.)”.

À vista disso, concebe-se sistema de informação, estruturado por exemplo, da seguinte forma: insere-se na entrada (captação), um conjunto de dados para ser processado e transformado em informações, em seguida, o sistema reconhece a informação e a organiza, de acordo com sua lógica de organização antes criada; finalmente, a informação é disponibilizada para o usuário que a interpreta, assimila e dela se apossa. É o processo da saída da informação.

**Figura 1 - Sistema de captação de dados informacionais**



Fonte: O Autor – adaptado de Lapolli (2003).

Logo, um sistema de informações compõe-se de mecanismo que têm a capacidade de captação de dados, os quais são submetidos a um processamento, resultando em uma série de informações de saída (LAPOLLI, 2003). Já, a gestão desses sistemas, seria uma abordagem multidisciplinar em relação ao propósito da organização: a busca de melhores práticas de criação, de organização e de uso da informação/conhecimento, conectando as fontes de geração, com as necessidades de aplicação do conhecimento. Assim, pode-se alcançar o desenvolvimento e inovações a partir desses insumos. O gerenciamento desses sistemas de informações, é entendido como um modelo gerencial que visa melhorar o fluxo informacional de uma organização através da produção, armazenamento, mediação, compartilhamento e aplicação de informações em uma instituição organizacional.

Por conseguinte, um sistema de gestão, pode ser entendido como sistema de informação, porque é formado pela combinação organizada da informação, das pessoas, da tecnologia e dos processos (PRATES, 1994 apud LAPOLLI, 2003) assim, esses processos de organizações, são inerentes a um processo de gestão, até porque, parafraseando Lapolli (2003, p. 30) “[...] sem uma constante interação desses elementos, o sistema de informação, por si só, não pode garantir informações seguras e precisas [...]. É imprescindível um gestor para coletar, processar, organizar, armazenar e disponibilizar tais informações, fazendo fluir esses dados informacionais, de forma atualizada, a partir do sistema. É importante que, todas as medidas

deliberadas, perante um sistema de informação, devem ser decididas por um gestor de informações. Essa informação deve estar selecionada, classificada, organizada e disponível de forma fácil, para ser acessada pelo usuário que dela necessita.

A atitude gestora é formada por procedimentos de gestão da informação, a qual é entendida por Davenport e Prusak (1998) como um processo que envolve um conjunto de atividades estruturadas e desenvolvidas por empresas que objetivam adquirir, distribuir e usar a informação e o conhecimento, como bens importantes para qualquer organização. Esse entendimento compactua com o pensamento de Lapolli (2003) mencionado na página anterior.

A gestão de sistema de informações tem propósitos específicos de contribuir com os objetivos e metas do sistema organizacional, sendo destinada aos contextos políticos, sociais e culturais da organização, inerente a essa. Um contexto de gestão de sistema informacional aborda a dinâmica dos fluxos formais e explícitos de informações e possibilita agilidade nas demandas de forma eficaz, propiciando entendimento e geração de novos conhecimentos. Nesse ínterim, é oportuno abordar os sistemas de conhecimento indígena, pois é a partir da discussão sobre tais conhecimentos que se visualiza um sistema de gestão e mediação de saberes étnicos, como ferramenta moderna para o etnodesenvolvimento dos povos do Estado do MS.

Na mesma linha de raciocínio, Sarkhel (2016, tradução nossa), entende que o conhecimento, de modo geral, tem sido amplamente reconhecido como insumo básico para o desenvolvimento sustentável, deste modo, os sistemas de conhecimento evoluem através das interações humanas, bem como, com a interação com a natureza dentro e fora dela. Nessa perspectiva, esse autor acredita que,

Ao longo dos séculos, os povos indígenas aprenderam e praticaram como cultivar alimentos e sobreviver em seu ambiente. Eles aprenderam e transmitiram seus conhecimentos sobre quais variedades de culturas plantar, quando semear e capinar, quais plantas são venenosas e quais podem ser usadas como remédio, como curar doenças e, ao mesmo tempo, administrar seu ambiente de maneira sustentável e equilibrada (SARKHEL, 2016, p. 427).

Ilustra dessa forma, a importância e magnitude do conhecimento indígena, desde as gerações mais velhas à atual. Por isso, necessita com urgência, de conscientização e participação de todas as comunidades indígenas, para documentar seus respectivos conhecimentos como patrimônio, o qual não pode se perder (SARKEL, 2016).

Salienta que, o processo de documentar está relacionado ao processo de gestão. Tal processo é considerado fundamental na atualidade, ao considerar que a geração de conhecimento se constitui de elementos essenciais para uma organização, uma vez que a gestão do conhecimento favorece o aprendizado, o desenvolvimento, o compartilhamento, subsidiando tomada de decisões e agregando valor à organização. A gestão do conhecimento indígena deve atuar conforme abordado acima e pode ir além, ao favorecer acessos para comunidades periféricas e rurais. Pois, compete ao profissional gestor, não só coletar novas informações, mas treinar, capacitar e estimular a uso informacionais pelas comunidades.

O conhecimento indígena, na atualidade, diz Anwar, (s. d., tradução nossa) está sendo considerado, a nível global, como um bem de alto valor. Segundo Nakata (2002, tradução nossa) estima-se que 80% da população mundial, dependem desse conhecimento, como um ativo para produção de medicamentos ou de alimentos. Portanto, na era da informação, comenta o autor, a preservação de conhecimentos e culturas indígenas tornou-se importante, devido à sua compatibilidade com a preservação do meio ambiente local e o desenvolvimento sustentado nas comunidades envolvidas. Nakata (2002) declara ainda que se faz necessário que profissionais da informação e instituições informacionais, como as bibliotecas, tomem posições mais proativas com relação ao conhecimento originário, para sua preservação e divulgação. Esse autor fala de processos emergentes de recentes tendências em todo o mundo, para documentar e descrever os saberes indígenas, pois a cultura nativa “[...] em tempos mais contemporâneos, celebradas como parte da diversidade de culturas no mundo, não é mais inferior, apenas diferente” (NAKATA, 2002, não paginado; tradução nossa).

Esse interesse na preservação, e também, nas formas de gestão desses ativos é predominantemente impulsionado pela pesquisa sobre práticas de desenvolvimento sustentável, nos países em desenvolvimento que são apoiados por programas das nações unidas(ONU) e por algumas organizações não governamentais (ONGs). Esses países contam ainda com a preocupação da comunidade científica, com a perda da biodiversidade de espécies e ecossistemas e a implicação futura disso tudo para o planeta (MYER, 1998 apud NAKATA, 2002, tradução nossa). A documentação de saberes originários, deve ser implementada a partir de estratégias de gestão de sistemas de informações culturais que possibilitem, não só a organização e armazenamento, mas, principalmente, sua disponibilização, acessos e posses. Desse

modo, concorda Nakata (2002, não paginado; tradução nossa) que o desenvolvimento de sistemas de conhecimento em todos os lugares “sugere contato, diversidade, troca, comunicação, aprendizado e transformação entre diferentes sistemas de conhecimento e crenças”.

Para efetivação de um sistema de gestão desses conhecimentos, é importante observar uma perspectiva africana, apresentada por Nakata (2002, tradução nossa) sobre a necessidade de se compreender o conhecimento indígena e seu papel na vida da comunidade, a partir de uma perspectiva integrada, que inclui os aspectos espirituais e materiais de uma sociedade, bem como, as relações complexas entre eles.

É necessário ter essa compreensão para não cair em contradição, diz o autor, pois, a estratégia de documentar, arquivar e divulgar o conhecimento originário, pode ser contraditória com a própria base conceitual do que é visto como “indígena” no conhecimento indígena. Isso porque, à medida que os conhecimentos indígenas vêm se destacando como ativos valiosos em diversos setores, como nas indústrias multibilionárias de fornecimento de genética; no processamento de alimentos e produtos farmacêuticos, em países desenvolvidos; produtos químicos, energia e outras manufaturas, aumenta-se as exigências sobre a verificação e atestado de origem. Segundo dados do Programa das Organizações da Sociedade Civil e Participação (CSOPP) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 1995, p. 9; NAKATA, 2002, não paginado) ocorre também cobranças por parte dessas instituições, pela realização de documentação e armazenamentos, registros em bancos de dados e repositórios eletrônicos desses conhecimentos. Isso só demonstra e ilustra os grandes interesses ocidentais na posse desses saberes e, por sua vez também justifica as práticas documentárias desenvolvidas até então, seguindo padrões técnicos ocidentalizados. Com efeito, o conhecimento indígena tornou-se mais fragmentado e especializado à medida que cientistas e pesquisadores escolhem os nacos culturais e/ou peças que se encaixam em seus interesses.

Assim, faz-se pertinente que profissionais gestores, os quais se ocupam da gestão de informações e/ou saberes dessa natureza, em suas instituições informacionais, venham se atentar para a importância de registrar e preservar o conhecimento local, a partir da perspectiva indígena/originária, que interpreta essa organização e preservação por outro viés. É importante que se entenda esses saberes originários como ativos de suma importância para o desenvolvimento das pessoas

indígenas e não indígenas, das empresas e/ou organizações, e por extensão, como bens fundamentais para o desempenho organizacional dos indígenas, frente às fortes correntes de competitividade. Daí a importância do gerenciamento desses insumos em diversos ambientes informacionais, sempre em parceria com agentes indígenas.

### **3.2 Sistemas de informação como política de gestão que agregam cultura e conhecimento**

Para um eficiente compartilhamento de informações ou de conhecimentos pressupõe a existência de um ambiente e de ferramentas apropriados à inserção, organização e disseminação de informações, de forma que possam facilitar os fluxos e acessos de maneira prática e rápida pelos sujeitos requerentes. Por conseguinte, se faz importante o desenvolvimento de um sistema, tal qual uma plataforma que possa efetivar o compartilhamento de informações ou de conhecimentos para as organizações indígenas do Brasil. Um sistema que funcione como uma ferramenta de gestão de ativos culturais nativos, que tenha a finalidade de garantir às populações originárias brasileiras o acesso à todas as fontes documentais informacionais, que garantem e resguardem seus direitos legais, de forma interligada e coordenada pelas atividades de instituições públicas, como a FUNAI.

Uma plataforma de gestão pode ser entendida como um conjunto de subsistemas e interfaces que formam uma estrutura comum, na qual as empresas podem eficientemente desenvolver e produzir uma linha de produtos derivados destes subsistemas (GAWER; CUSUMANO, 2014, tradução nossa). Esses autores dizem que o termo “plataforma” tornou-se quase onipresente, aparecendo no campo de desenvolvimento de novos produtos e gerenciamento de operações, na estratégia de tecnologia e em economia industrial. Este pode significar um sistema físico ou virtual que uma empresa usa como ferramenta para criar seus produtos, ou, em um entendimento mais amplo -pode ser uma coleção de ativos(componentes, processos, conhecimento, pessoas e relacionamentos) que um conjunto de produtos compartilha (GAWER; CUSUMANO, 2014, tradução nossa).

Uma plataforma de um sistema de gestão pode ser associada a um efeito de rede, onde vários grupos organizacionais acessam e desenvolvem seus produtos e serviços informacionais e culturais, de forma interligada, formando um

conjunto de ativos organizados, que possam fluir com eficiência entre os vários ambientes conectados. Nessa perspectiva, tal sistema interativo entre organizações e/ou instituições em diálogo com as comunidades indígenas, são características de ações políticas de gestão de sistemas, operando de forma cooperativa, para a efetivação de novas práticas de agregação etnocultural, interligadas às tecnologias de informação e comunicação (TICs), como serviços informacionais destinados aos povos indígenas brasileiros.

De acordo com Gawer e Cusumano (2014) para criar um espaço utilizável para o desenvolvimento de produtos em uma empresa, ou organização, requer planejamento e gerenciamento específicos. Primeiramente, a organização precisa se inteirar dos interesses de seus usuários, de suas demandas informacionais, para que as práticas da gestão estejam alinhadas aos objetivos estratégicos da organização (TREVISAN; DAMIAN, 2018). Para tanto, é importante a construção de um conjunto de diretrizes que possam orientar os gestores, desenvolver ações integradas e colaborativas com relação às práticas da gestão, que possam selecionar, organizar e agregar a informação e a cultura nativa em um só sistema para sua efetiva disseminação e compartilhamento.

A ação de gerenciar ativos informacionais, frente ao complexo cenário na atual sociedade, na qual as mudanças são constantes, exige dos profissionais da informação, repensar de forma estratégica as práticas, os processos e tomadas de decisões nas organizações informacionais, para assim, facilitarem a interação entre as pessoas, e o acesso ao conhecimento ali existente. Há de se ter em mente que informação e conhecimento, são elementos de alto valor que movem o mundo em tempos de globalização; são produtos de bens e serviços nas organizações e de grande importância para o aprendizado e aprimoramento intelectual das pessoas que o adquirem (SIMIONESCU, 2018).

Ressalta-se que, os ativos informacionais, culturais e conhecimentos disponíveis nos espaços de bibliotecas, arquivos, museus, entre outros ambientes, são dotados de conhecimentos tácitos e explícitos, onde um complementa o outro e se interagem mutuamente nas atividades criativas dos profissionais que atuam nesses espaços (TAKEUCHI; NONAKA, 2008). Esses autores destacam que conhecimento deriva da assimilação da informação e esta deriva daquele, ou seja, é um processo dual (VALENTIM, 2008) que desperta a sabedoria, o senso crítico, a aprendizagem e,

uma vez assimilados, imediatamente, requer novas informações e assim sucessivamente.

No entendimento de Gutiérrez (2008) o conhecimento tácito é baseado em experiências pessoais do indivíduo que, em muitos casos, identifica-se com suas habilidades. Normalmente, encontra-se interiorizado no sujeito e é difícil de ser formalizado, transferido ou explicitado para outra pessoa. Tem um formato subjetivo, inerente ao sujeito que o possui, específico do contexto, em razão de que os seres humanos adquirem conhecimento através da criação e organização constante de suas próprias experiências. No entanto, de acordo com ponto de vista de Polanny (1966) citado por Takeuchi e Nonaka (2008) o conhecimento, que pode ser expresso em palavras ou números, representa somente a ponta do *iceberg* do corpo total do conhecimento, pois o sujeito cognoscente, pode saber mais do que pode dizer e, ao expressar-se, não esvazia sua memória cognitiva de conhecimentos. Assim, os conhecimentos tácitos, ressaltam Takeuchi e Nonaka (2008), inclui elementos cognitivos e técnicos. Os elementos cognitivos se referem aos modelos mentais, ou seja,

[...] os seres humanos criam modelos de trabalho do mundo, ao fazerem e manipularem analogias em suas mentes. Os modelos mentais, como os esquemas, os paradigmas, as perspectivas, as crenças e os pontos de vista, ajudam os indivíduos a perceberem e definirem seu mundo (TAKEUCHI; NONAKA, 2008, p. 58).

Igualmente, os elementos técnicos do conhecimento tácito incluem o *know-how*, habilidades concretas, artesanatos, ou seja, é o conhecimento explícito o qual, pode ser externalizado, codificados e escrito em documentos e outros meios de informação. Refere-se ao conhecimento transmissível em linguagem formal e sistemática. Pode ser expresso de diversas maneiras: na forma de dados, fórmulas científicas, recursos visuais, fitas de áudio, especificações de produtos ou manuais (TAKEUCHI; NONAKA, 2008).

O conhecimento explícito, diz Gutiérrez (2008) caracteriza-se por ser diretamente codificável em um sistema de representação, como uma linguagem natural, por exemplo. Nesse sentido, é fácil de transmitir ou comunicar e, portanto, é acessível ao outro indivíduo, de forma direta. Este conhecimento pode ser formal e sistematicamente transmitido aos indivíduos.

Esses dois tipos de conhecimentos – tácito e explícito – não são entidades separadas, mas sim complementares (TREVISAN; DAMIAN, 2018). Dessa forma, uma organização social cria e utiliza conhecimento, convertendo o tácito em explícito, e vice-versa. São esses dois tipos de conhecimentos que, nesta tese, denominou-se de saberes, os quais são produzidos entre as comunidades indígenas, a partir de suas culturas de natureza etnológica.

Conforme elucidado sobre conhecimentos e informações, deslinda-se que o processo de criar, organizar, compartilhar, usar e gerenciar o conhecimento é o que define a gestão do conhecimento de uma organização, a qual, ao pretender operar com eficiência e eficácia, transforma as informações em conhecimento, agregando valor e enriquecendo a aprendizagem e o desenvolvimento intelectual.

Segundo Almarabe (2011, tradução nossa) a gestão do conhecimento, no caso de uma instituição pública, é uma forma de alavancar o conhecimento para melhorar processos, para a formulação de políticas e programas governamentais sólidos, assim como a prestação eficiente de serviços públicos e aumento da produtividade. A essência da gestão do conhecimento (GC), diz essa autora, é fornecer estratégias para obter o conhecimento certo na hora certa e no formato certo para as pessoas certa, em diferentes aplicações. Destarte, a gestão está inherentemente agregada à capacidade da organização, em utilizar e adequar as diversas fontes, suportes e tipos de informações, no desenvolvimento de competências e capacidades inovadoras para, de forma estratégica, fortalecer o crescimento da mesma.

Assim, entende-se a gestão do conhecimento indígena dotado de conhecimentos tácitos e explícitos, pois esses são originários da relação sociocultural nas comunidades étnicas, munidos de estruturas cognitivas e emocionais que inclui valores, crenças e suposições, vividas e compartilhadas na realidade entre os membros da organização. Afinal, é a partir desses conhecimentos que surgem novas estruturas e renovam-se as já existentes.

A gestão desses conhecimentos/saberes e culturas, é visualizada na perspectiva de um sistema de informação, elaborado a partir de processos estratégicos, já elencados acima, como ferramentas de mediação cultural e informacionais às comunidades indígenas do MS. O objetivo é que essas comunidades sejam contempladas com informações e conhecimentos selecionados e organizados em espaços apropriados. Ao serem iniciados e adaptados a esses espaços estruturados, os usuários/indígenas passam a se valer desses ativos

informacionais para o seu aprendizado; para adquirir habilidades profissionais; resolver problemas de sua comunidade; para desenvolvimento intelectual, crítico e reflexivo. Com o tempo, compreender e se situar quanto ao seu papel na vida política, o valor econômico de suas atividades, a prevenção da saúde, enfim, adquirir autonomia informacional e documental equitativa até para exercer a defesa de seus espaços naturais. Ademais, no que tange seus ativos, o acesso à informação significa, em última escala, a preservação dos direitos de propriedade intelectual etnológica; e com efeito, a consolidação dos ganhos constitucionais quanto aos direitos de manifestação e manutenção da cultura de sua etnia, ante a demanda cada vez mais crescente de usurpações e violações.

## **4 TIPOLOGIAS DA MEDIAÇÃO E SUAS POTENCIALIDADES DE USO**

As discussões a respeito da temática mediação, mediação da informação e cultural têm a contribuição de estudiosos e pesquisadores que apresentam valiosas ideias que facilitam a compreensão das práticas e dos processos informacionais no contexto da Ciência da Informação, principalmente de estudiosos brasileiros “que buscam fortalecer e demarcar teoricamente a pesquisa em torno da mediação na Ciência da Informação” (SANTOS NETO, BORTOLIN, 2020, p. 147).

A mediação segundo Vygotsky (1978) citado por Abdullahi (2008, p. 383, tradução nossa) “[...] é um mecanismo fundamental de desenvolvimento especificamente humano”. A mediação, diz o autor, originou-se a partir da tríade sujeito, ferramentas culturais e objetos e, sobre essa trilogia surgem a estrutura e o desenvolvimento de processos psicológicos do homem mediante atividades práticas culturalmente mediadas e historicamente desenvolvidas.

A mediação, segundo Silva e Gomes (2013, p.38) tem sido trabalhada na Ciência da Informação desde o séc. XIX, porém, “[...] ainda é um conceito embrionário e premente de uma construção de sentidos mais sólidos, haja vista que importa o sentido jurídico, e mais recentemente, o sentido da mediação cultural desenvolvido na comunicação [...]. Os autores recomendam que, estudiosos da Biblioteconomia e Ciência da Informação pensem em uma “apropriação crítica do conceito da mediação” para assim, impulsionar de forma mais sólida o debate epistemológico da mediação. Recomendam, ainda, refletir sobre o discurso de Gomes (2010, p. 87) apud Silva e Gomes (2013, p. 39) quando afirma que, para se discutir sobre mediação, primeiramente, “é preciso situá-la como ação vinculada à vida, ao movimento, ao processo de construção de sentidos”.

Com efeito, nesse ponto de vista, a mediação é um processo dinâmico, é um ato de intermediação que visa viabilizar, não só a posse de um objeto cultural ou informacional, mas, relações e convivências dos sujeitos entre si – é uma ação portadora de sentidos, incrustados, tanto nos objetos, como nos sujeitos culturais e seus respectivos contextos (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014). Nesse âmbito, a ação mediadora não está só intermediando elementos físicos, ou seja, não é só um ato funcional no âmbito restrito, mas é um ato de produção de sentidos que se realiza, dinâmica e amplamente no campo cultural e social, dos quais o sujeito mediado, faz parte (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014).

É preciso ponderar que a mediação da informação e/ou da cultura deve primar por fornecer ao usuário inúmeras possibilidades de interpretação diante da posse informacional; e o agente mediador, como elemento terceiro do processo, deve ser também, um provocador, estimulador, capaz de produzir diversos questionamentos, e comportamentos emocionais. Isso quer dizer que, ao se apropriar da informação, o sujeito cognoscente irá associá-la ao seu conhecimento anterior que, por sua vez, é resultado de seu desenvolvimento sociocultural e histórico. Essa apropriação informacional poderá gerar dúvidas/conflitos. Os quais suscitarão novas necessidades informacionais e assim sucessivamente (ALMEIDA JÚNIOR, 2009).

Nessa abordagem, convém refletir sobre os objetivos implícitos e explícitos da mediação da informação, defendidos por Almeida Júnior (2009) ao afirmar que, a ação mediadora está presente em todas as atividades realizadas pelo profissional da informação, tais quais:

[...] o armazenamento da informação é alimentado a partir de interesses e demandas dos usuários. A política de seleção, amplamente discutida no desenvolvimento de coleções, tem o usuário final como base de sustentação. O mesmo se dá com os trabalhos de processamento das informações: têm suas ações voltadas para a recuperação de informações que atendam e satisfaçam necessidades dos usuários (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, 92-93).

Essas ações são sempre voltadas para os usuários e é inadmissível pensar que elas não estejam direcionadas a atender às necessidades informacionais dos requerentes, pois seriam trabalhos vazios e desprovidos de objetivos, alerta Almeida Júnior (2009). Dentre esses fatores, continua o autor,

[...] tornou possível – e quase inevitável – a distinção da mediação entre implícita e explícita. A primeira, a mediação implícita, ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais (1) em que as ações são desenvolvidas sem a presença física e imediata dos usuários. Nestes espaços, como já observado, estão a seleção, o armazenamento e o processamento da informação. A mediação explícita, por seu lado, ocorre nos espaços em que a presença do usuário é inevitável, é condição *sine qua non* para sua existência, mesmo que tal presença não seja física, como, por exemplo, nos acessos à distância em que não é solicitada a interferência do profissional da informação (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, 92-93).

Ressalta-se, em tempo, que no entendimento de Gomes (2014) a ação mediadora de interferência por um profissional da informação é o desenvolvimento e ofertas de produtos e serviços que possam satisfazer as necessidades de informações

do usuário. Comungando com Almeida Júnior (2009), Gomes (2014) infere que essa mediação pode ser caracterizada como explícita/direta quando realizada mediante interações diretas entre sujeitos informacionais, seja ela presencial ou virtual. Por seu lado, a mediação implícita/indireta é menos evidente por se tratar de relações representativas, através das atividades-meio, que se caracterizam como ações intermediárias das relações diretas entre os sujeitos/usuários reais e potenciais e dos espaços de informações (GOMES, 2014).

Nessa abordagem, Gomes (2014) reforça que, o objetivo implícito da mediação traduz-se no desenvolvimento do protagonismo social, o qual procede das relações dialógicas. A autora salienta que o sucesso da ação mediadora

[...] é dependente do nível de conscientização do agente dessa ação quanto ao seu próprio papel protagonista. O profissional da mediação da informação age, constrói e interfere no meio, portanto, é também um protagonista social, e nessa condição se constitui em sujeito da estética, da ética e da produção humanizadora mundo (GOMES, 2014, p. 47).

Esses profissionais, e/ou agentes, intervém, por meio dos processos dialógicos e interativos junto aos objetos informacionais e sujeitos usuários, constituindo assim, processos relacionais entre esses, estabelecendo sentidos e significados, reciprocamente. Esses processos interativos e de diálogos nos espaços sociais e simbólicos são definidos por mediação da informação e da cultura (ALMEIDA, 2014; ALMEIDA JUNIOR, 2009; DAVALLON, 2019; GOMES, 2014, 2020).

O agente mediador, conforme definição de Gomes (2014, p. 49) é o sujeito que “medeia polos (instâncias sociais, sujeitos sociais e dispositivos culturais), [...]”, esse agente diz a autora, é também um protagonista do processo de mediação e, consequentemente, um protagonista social. O protagonista é alguém que representa em sua essência,

[...] uma ação de resistência contra a opressão, discriminação, apartheid social, rejeição, desrespeito e negação ao diferente, por esta razão, não se pode falar em protagonismo, omitindo-se que este ao mesmo que resulta da ação mediadora também a impulsiona e, por conseguinte, também reflete na dimensão política desta ação(GOMES, 2019, p. 11).

O mediador protagonista, precisa considerar que as ações de mediações, devem ser realizadas sempre em conjunto, dialogicamente, com todos os indivíduos

da comunidade envolvidos na ambiência da informação. Pois, esse agente, “representa o caminho humanizador do mundo e, portanto, promissor da construção da ética de relações sociais, capazes de assegurar o espaço crítico, de diálogo, alteridade e criatividade” (GOMES, 2017, p. 27). A dialogia, presente na ação mediadora, é constituída de experiências humanas que dependem da comunicação e da transmissão cultural, as quais, por isso, constituem o *locus* da mediação.

Nesse sentido, Hall (1997) diz que, os humanos são seres interpretativos e instituidores de sentidos, e a ação humana possibilita atribuir e definir significados e nexos para as coisas, codificar, organizar, regular e normalizar maneiras de comportamentos uns em relação aos outros. Esse autor diz ainda que são os sistemas de códigos de significados que permitem o homem entender as ações alheias e dar sentido às próprias ações (HALL, 1997). Compactua assim, com o pensamento de Gomes (2017) a qual entende a comunicação e o diálogo como principais elementos da mediação.

Dessa lógica interativa e dialógica entre mediador e mediado é que se infere o desenvolvimento do protagonismo informacional de povos indígenas, pois a mediação informacional e da cultura possibilita um olhar sistêmico e orgânico frente às fissuras informacionais que ocorrem em todos os espaços sociais. Nessa perspectiva, a ação mediadora proporciona entendimentos do conjunto de ações coletivas e individuais de uma comunidade organizacional.

#### **4.1 Mediação da informação**

No contexto da Ciência da Informação, parafraseando Almeida, (2008, p.3) “entre os muitos conceitos de mediação que alcançam transversalidade nas disciplinas científicas [...]”, discorre-se sobre reflexões e discussões da mediação consciente da informação e da cultura, na perspectiva de direcionar o indivíduo para apropriação da informação etnocultural, para consciência crítica e ao protagonismo social, ignorando demais conceitos nas outras áreas, por exigir discussões mais profundas.

No entendimento de Gomes (2019a, p.196) a mediação promotora do protagonismo social,

[...] confere à ação mediadora certa característica de substrato ao autoconhecimento e ao entrelaçamento da humildade e da autoestima

dos interlocutores dessa ação é a mediação consciente; no momento que o profissional entende que esta mediação possui sentido de compartilhamento de cooperação, de abertura ao diálogo, à crítica e à criatividade, de abertura também entre o velho e o novo.

Nesse ponto de vista, a mediação da informação se centra na relação dialógica, possibilitando ao profissional buscar a realização do trabalho compartilhado e colaborativo, apresentando sua condição de protagonista social (GOMES, 2019a) ao se posicionar com ações de lideranças frente às adversidades que surgem cotidianamente e ameaçam seu desempenho em prol do coletivo e do bem comum (GOMES, 2019b).

No mesmo sentido, Almeida Júnior (2017) interpreta a mediação informacional como uma ação dialógica de interações entre as partes de um sistema social, aberto para o encontro das ideias, da cultura, do pensamento e do conhecimento em contínua harmonia entre atores e agentes informacionais.

A mediação da informação, diz o autor:

[...] é toda ação de interferência, realizada por um profissional de informação e na ambência de equipamentos informacionais, direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, singular ou plural, individual ou coletivamente, visando a apropriação da informação que satisfaça, parcialmente ou de maneira momentânea, uma necessidade informacional (ALMEIDA JÚNIOR, s.d.; n.p.).

O autor certifica que, os espaços de mediações culturais e informacionais contribuem para as interações e conexões de sentidos entre mediadores e mediados, esclarecendo que, mesmo que o indivíduo não tome um dispositivo informacional em mãos, só pelo fato de contatar, auditiva ou visualmente, houve ali, uma ação dialógica que possibilitou a mediação informacional.

Essa ideia da ação dialógica de interação vai ao encontro do pensamento do educador Freire (1994) que valida a dialogicidade como maneira de se construir o saber e o aprendizado, pois, através desta, partilha-se visões distintas de mundo e também se alicerça para a construção de um mundo comum. Nesse âmbito de visão acerca da mediação dialógica, imagina-se ambientes informacionais potencialmente transformador, instauradores e emancipadores do diálogo, ao qual se reflete quando há interesse em pensar ambientes informacionais/culturais com e, a partir de pessoas, comunidades e diferentes públicos (OLIVEIRA, BATISTA, PIMENTEL, 2021).

A mediação da informação, no entendimento de Almeida (2008) é inerente às ações sociais e inter-relacionadas entre partes de um sistema social e de processos de compreensão intersubjetiva. A transitividade informacional, na atualidade, é possível através dos sistemas de comunicações em rede de Internet, que facilitam os acessos e posses desses ativos disponíveis nesses ambientes virtuais. São esses ambientes que possibilitam tanto o trabalho do profissional que disponibiliza a informação, como a aquisição por aqueles que irão construir novos conhecimentos e buscar atualizações. No mesmo sentido, ratifica-se “a comunicação como fator fundamental de ligação, que propicia mais que acesso à informação, mas o contato, a comunicação entre as pessoas” (FACHIN, 2013, p.26).

Os espaços de bibliotecas, museus e arquivos, os quais tratam dos efeitos das novas tecnologias, são reconhecidos como espaços de excelência em mediação da cultura, da informação e de saberes e, consequentemente, de ações que agregam conhecimentos. No processo evolutivo das sociedades vinculadas com as novas tecnologias da informação e comunicação, são estes espaços os que possibilitam as transformações socioculturais modernas, constituindo a chamada rede global, na qual diferentes culturas e realidades se entrecruzam (ALMEIDA, 2014).

Compreender que os espaços informacionais interligados e/ou interconectados via redes de internet e as novas tecnologias de comunicação são ambientes potencializadores de interações/conexões entre as pessoas e que facilitam novos fluxos informacionais, é estabelecer um ponto de partida para alavancar um sistema de mediação informacional/cultural. Destaca-se, em tempo, que a informação está imersa na dialogia e, em nenhuma hipótese, apresenta-se desnuda de interesses. Independentemente do suporte; seja este físico, digital, virtual, seja oral, se foi acessada, teve um motivo, uma necessidade, um interesse.

#### **4.2 Mediação cultural**

A relação cotidiana do homem com a realidade e com o conjunto de artefatos criados pelas práticas sociais, como costumes, tradições, valores e normas, expressões e experiências sensoriais, visuais, sonoras, linguagens, dentro outros é que dá significado à vida material, imaterial ou simbólica do indivíduo. Esse conjunto de práticas é entendido como cultura (MARTELETO, 1995).

Assim, informação, conhecimento e cultura são eventos interconectados. A cultura, acredita Geertz (2008) é como uma teia de significados que amarra o homem, a qual ele mesmo teceu e, por mais que o sujeito se afasta dessa teia social, permanece a memória, onde fica armazenada; ao mesmo tempo, mantém-se em construção e reproduzíveis todos os artefatos simbólicos e materiais transmitidos de geração em geração, originada dessa coletividade (MARTELETO, 1995). A memória, portanto, é a depositária da informação social, que constitui a cultura; e esta, por sua vez, resulta dos convívios entre agentes e instituições sociais.

Na atual sociedade pós-moderna (RASTELI; CALDAS, 2017) diversas áreas do conhecimento, como a educação, sociologia, antropologia, comunicação e ciência da informação têm refletido e estudado os fenômenos históricos, políticos e sociais da questão cultural. Focam seus respetivos interesses nas políticas de identidade e de preservação cultural, artísticas; no gerenciamento das instituições culturais, na apropriação e mediação de bens culturais, entre outras. Em consequência desses diversos estudos, as definições e conceitos em torno da mediação cultural se ampliaram.

As discussões aqui apresentadas, abordam a cultura, a partir de sua natureza fundamentalmente comunicativa. Percebem-na como processos de produção de sentido, que não representa exclusivamente a transferência de conteúdo, mas coloca o sujeito como produtores de significados (ALMEIDA, 2008; GOMES, 2014). Partindo dessa percepção da mediação cultural, como parte da Ciência da Informação e da Comunicação, tem-se a perspectiva de uma mediação cultural, interpretada como conexões que se estabelecem entre as ações sociais de populações indígenas e suas motivações, individuais ou coletivas, para interações Interétnicos.

Nesse sentido, há um conceito da mediação cultural, entendida por Oliveira, Batista e Pimentel (2021) como uma ação produzida para fomentar as relações entre objeto cultural e as pessoas. É uma ação que propicia aceder obras e/ou produções culturais para um maior número de pessoas, principalmente, para aquelas menos favorecidas economicamente, porque são atividades desenvolvidas, na maioria das vezes, entre as relações políticas, culturais e espaços públicos. Tais ações abrangem, dessa forma, uma vasta gama de práticas, as quais, repercutem em artistas e atores sociais que são: comunidades educativas, empresariais, prefeituras, entre outros (SIMIONESCU, 2018). Essa modalidade de mediação cultural, apresentada como uma ação e/ou evento cultural, possibilita encontros especiais entre artistas e o

público, promove trocas, aprendizados e engajamentos e, pode ajudar a desfazer barreiras sociais, psicológicas e exclusões. São ações realizadas, na maioria das vezes, temporariamente com datas e/ou prazos específicos ou aleatórios; são atividades interrompidas por espaços de tempos, são móveis de um lugar a outro.

O espaço de mediação cultural de saberes de natureza etnológica pensado neste estudo visualiza um ambiente informacional, onde se possam agregar objetos culturais, informacionais de forma digitalizadas e registradas para interações e conexões de diversas etnias brasileiras, principalmente, para as populações indígenas do Estado do Mato Grosso do Sul. Idealiza-se uma junção dialógica entre museu, biblioteca e arquivo na mesma interface. Esse espaço como mediador, deve ser dinâmico, proativo, interconectado, considerando e respeitando as práticas sociais e culturais cotidianas e suas interações interétnicas. Conforme perspectiva de Martin-Barbero (2000, p. 154) a mediação é como uma fissura entre um estímulo e resposta, por exemplo, nas formas de comunicações entre uma mídia e seus ouvintes e/ou espectadores, entre o que é dito e o que é entendido “[...] há um espesso espaço de crenças, costumes, sonhos, medos, ou seja, tudo o que se configura a cultura cotidiana”. Essa espessura cultural rotineira que enriquece a comunicação e sua interlocução e/ou interconexão dialógica é o processo da ação mediadora, postulando assim, com Almeida Júnior (s.d.).

Neste sentido, as ações culturais desenvolvidas com e para as populações de uma determinada comunidade têm que levar em consideração as práticas sociais, essas bagagens de mundo, da vida, das pessoas, para ser entendida e processada pelo sujeito mediado, pois, os gostos e concepções de mundo, são coletivos e influenciados pelo meio sociocultural. Sem tais ponderações, as atividades propostas apresentarão modelos prontos, falsificados, impostos e não mediados, por não considerar essas experiências e práticas culturais.

Desse modo, conforme ponto de vista de Simionescu (2018) mediação se refere a processos de interconexão entre as esferas cultural e social, visto que as interações são baseadas na dialogia devido ao seu efeito socializador cultural. Assim, para que a cultura se torne comunicação, faz-se necessário que a comunicação se torne cultura, ou seja, uma depende da outra; já que um fenômeno cultural também funciona como um processo de comunicação (SIMIONESCU, 2018) por sua vez, um meio de comunicação é também uma manifestação pertencente à cultura (HALL, 1959 apud SIMIONESCU, 2018). Portanto, a mediação cultural e informacional é um ato

conectivo de comunicações entre interagentes de um sistema sociocultural. Esses interagentes comungam as mesmas ideias, crenças, valores, pensamentos conjuntamente, dialogicamente, instituindo, desse modo, os espaços de mediações culturais de saberes. Dessa maneira, contribuem para as interações e conexões de sentidos entre mediadores e mediados (ALMEIDA JÚNIOR, S. d.).

#### **4.3 Mediação cultural de saberes de natureza etnológica**

As ações de mediações culturais de natureza etnológica em espaços informacionais podem ser implementadas por políticas públicas culturais, através de projetos de inserção e engajamento de agentes indígenas e não indígenas que, juntos, possam elaborar planos articulados de políticas públicas para o desenvolvimento sociocultural e do protagonismo social. Essa parceria em síntese, “[...] são processos iterativos que os certificam como produtores e consumidores culturais e informacionais, [...]” (OLIVEIRA; BATISTA; PIMENTEL, 2021, p. 21). Esses espaços, dizem os autores, são privilegiados para o encontro, para a troca, ou seja, para a mediação de saberes, para articulações dinâmicas que estimulam o pensamento crítico, valores e visões de mundo plurais, minimizando, por conseguinte, fronteiras excludentes das minorias.

A mediação cultural de saberes, para ser efetivado, normalmente, necessita de um terceiro elemento externo na qualidade de mediador, para intervir e solucionar possíveis conflitos, impasses, ou indagações, em torno do objeto de desejo, da obra de arte ou do saber, da informação ou qualquer outro artefato a ser entendido, apropriado e adquirido (ALMEIDA JUNIOR, 2017). “A ação do elemento terceiro tem sempre um impacto sobre o ambiente (mais frequentemente o ambiente social) no qual, ela se situa” (DAVALLON, 2019, n.p.). O mediador neste caso, se interage a partir de articulações linguísticas, a comunicação ou diálogos, conforme relata Baktein (1981) citado por Gomes (2019a) e, nessa ação mediadora, o objeto da transmissão são os signos e significados que garantem a preservação e a posse e/ou acesso à cultura ultrapassando barreiras do tempo e do espaço (GOMES, 2019).

Davallon (2019) reporta a importância da mediação cultural para facilitar o desenvolvimento intelectual e possibilitar a autonomia dos envolvidos e o protagonismo social. Diz ainda que a ação mediadora ultrapassa a simples relação e/ou interação entre dois termos do mesmo nível, porém, ela é produtora de algo mais

satisfatório (DAVALLON, 2019). A mediação de saberes históricos, por exemplo, é de suma importância para os jovens conhecerem o passado e entenderem o presente e prepararem o futuro através das memórias de seus antepassados. Portanto, a mediação na abordagem sociológica, refere-se, principalmente às mediações sociais que estabelecem, o principal domínio das mediações das instituições informacionais como os espaços de bibliotecas, museus e arquivos, reconhecidos como espaços de excelência em mediação da cultura, da informação e/ou, de saberes (DAVALLON, 2019). Tais espaços passam pelos efeitos das novas tecnologias, seja em uma empresa, seja nas redes sociais e/ou, no dia a dia dos profissionais da informação como mediadores.

Nesta mesma linha de pensamento sobre a mediação cultural, Abdullahi (2008, tradução nossa) expressa que os homens, frequentemente, recorrem à cultura para explicar ou justificar fracassos ou sucessos de desenvolvimentos e/ou milagres econômicos de determinado país. O autor diz que a diversidade social e cultural não é só útil *per si*, mas essencial para o desenvolvimento e evolução de uma nação. Por tanto, mediar e gerenciar a diversidade e as identidades culturais não é um desafio para poucos, tais como os estados étnicos e multiculturais da África e na Ásia. No mundo todo, relata o autor, existem em torno de cinco mil grupos étnicos e, um terço desses países tem pelo menos uma minoria substancial, em torno de 10% (dez por cento) da população, que faz parte de grupos étnicos ou religiosos (ABDULLAHI, 2008, tradução nossa).

O Brasil é um dentre esses países multiculturais, principalmente de grupos indígenas. De acordo com o último Censo IBGE de 2010, a diversidade de povos indígenas no país, naquele ano, era de 305 etnias distintas com mais de 274 línguas diferentes, totalizando cerca de 896.000 pessoas. A maior parte desse contingente populacional encontra-se espalhada por milhares de aldeias, localizadas em 724 Terras Indígenas de Norte a Sul do País (POVOS INDÍGENAS NO BRASIL – PIB online).

Portanto, em questões culturais e diversidades étnicas, este país está muito bem representado. Além dos povos indígenas, há também uma representatividade de comunidades quilombolas, descendentes africanos, asiáticos entre outros que fazem do Brasil, uma terra de culturas miscigenadas.

É, por tanto, com base nesses dados que a Ciência da Informação brasileira precisa propor estudos sobre a temática do conhecimento etnológico, a fim de

resgatar e salvaguardar memórias etnoculturais. Além disso, é preciso um olhar atento para a geração futura no que se refere à oferta de conhecimento da sua história ancestral; a usufruí-la para o etnodesenvolvimento de suas comunidades e demais populações.

Ainda assim, a propósito da ação mediadora de um espaço informacional e cultural “não seja imputada pelos agentes da cultura que muitas vezes reproduzem modelos fadados a perpetuar todas as lógicas de opressão social” (OLIVEIRA; BATISTA; PIMENTEL, 2021, p.21) faz-se necessário entender e levantar a opinião dos sujeitos para quem as ações serão propostas; reconhecê-los como produtores culturais, “[...] como narradores e não somente narrativas” (2021, p. 21). Faz-se imprescindível elaborar e reformular programas e ações que se desvinculem do padrão euro-norte-americano de criar, apresentar e consumir arte e cultura (OLIVEIRA; BATISTA; PIMENTEL, 2021) para a partir de então, propor espaços de compartilhamento culturais e informacionais com pessoas de diferentes vivências e experiências etnoculturais.

Com o entendimento desse “giro decolonial” na sua concepção, é a partir da dialogicidade entre narrativas e narradores que se desafia a articular ambientes culturais para os indígenas, não só acessarem e se apoderarem de diferentes tipos de informações, mas também, serem reconhecidos como produtores e consumidores de saberes e conhecimentos, demandando um espaço informacional específico de preservação de suas diversidades étnicas culturais. O propósito é que as ações interativas gerem frutos e alcancem todas as comunidades nas diversas regiões do país de forma remota.

Esses aspectos socioculturais e de diversidades etnológicas induzem para um sistema de gestão e mediação cultural e de saberes aos povos indígenas sul-mato-grossense, como subsídios de inovação na preservação e armazenamento histórico cultural e de memória dessa população ameríndia, como insumos de sustentabilidade e etnodesenvolvimento.

Acredita-se que um sistema de mediação cultural, pode congregar vários ambientes informacionais/culturais de saberes indígenas como, as instituições bibliotecárias, arquivistas e museólogas, entre outros repositórios de natureza etnológica, que armazenam e/ou salvaguardam informações etnoculturais. Este sistema aqui proposto tem a perspectiva de não só levar informações para os nativos sul-mato-grossenses, mas também externá-los para toda sociedade brasileira e quiçá,

internacionais, a fim de consolidar o reconhecimento e valorização dos povos indígenas como sujeitos produtores culturais *sui generis*.

## 5 METODOLOGIA

Os caminhos metodológicos percorridos no desenvolvimento deste estudo foram nitidamente demarcados por um conjunto de procedimentos intelectuais, reflexivos e técnicos adotados, objetivando encontrar respostas e/ou soluções de questões sobre a temática proposta. O método definido para melhor responder tais questões e, para alcançar o objetivo da pesquisa, foi o método denominado gestão baseada em evidências, o qual sustenta quatro fontes informacionais, para assegurar resultados confiáveis e atingir o propósito que se pretende. É uma pesquisa exploratória que contemplou, de forma exaustiva, o âmbito estudado, utilizando-se de diferentes instrumentos para coleta de dados, tais como levantamento bibliográfico, levantamento de informações em instituições públicas, aplicação de questionário a um profissional pesquisador e, uma entrevista com liderança indígena. Tais instrumentos favoreceram auferir elementos que contribuíram com a proposta inicial e com o desenvolvimento desta pesquisa.

Desse modo, a partir do enfoque da abordagem metodológica, apresenta-se este estudo, como sendo de natureza qualitativa, do tipo exploratória e explicativa. Visto que, a pesquisa explicativa, do ponto de vista de Gil (2008), objetiva basicamente, identificar fatos que estabelecem ou que contribuem para a ocorrência de um fenômeno. Este autor diz que “este tipo de pesquisa é que mais aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o porquê das coisas” (GIL, 2008, p. 28). A pesquisa explicativa, no entendimento de Kauark, Manhães e Medeiros (2010), quando realizada nas ciências sociais, requer o uso do método observacional, porque assume, geralmente, as formas de pesquisa experimental ou *ex post facto*. Visando neste caso, estabelecer relações de causa-efeito através de manipulações diretas das variáveis, relativas ao objeto de estudo, buscando identificar as causas do fenômeno. A pesquisa explicativa é, neste caso, baseada muitas vezes em experimentos, mais realizados em laboratórios do que em campo. No entanto, sobre essa opinião dos autores supracitados, Gil (2008, p. 28) defende que,

Não significa que as pesquisas exploratórias e descritivas tenham menos valor, porque quase sempre constituem etapa prévia indispensável para que se possam obter explicações científicas. Uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação dos fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado.

Gil (2008) entende que o conhecimento científico está pautado nos resultados oferecidos pelos estudos explicativos.

Com relação à pesquisa exploratória, ressalta-se que é realizada, principalmente, quando a temática escolhida é pouco explorada ou quando não há estudos prévios suficientes e por isso, dificulta a formulação de hipóteses precisas sobre ela (RICHARDSON, 2017). Além disso, diz o próprio Richard (2017, [p.06]) que, “[...] os estudos exploratórios são realizados para desenvolver, refinar e testar procedimentos e técnicas de mensuração”.

A pesquisa exploratória, de acordo com Gil (2008) é desenvolvida com o propósito de familiarizar-se e/ou favorecer uma visão geral, de tipo aproximativo, sobre determinado fenômeno. Esse autor salienta que a pesquisa exploratória costuma ser a primeira etapa de uma investigação mais ampla quando o tema é bastante genérico, demandando maior esclarecimento e delimitação, exigindo para isso a revisão da literatura (pesquisa bibliográfica); a discussão com especialistas entre outros procedimentos e técnicas. “O produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados” (GIL, 2008, p. 27).

Quanto a abordagem metodológica qualitativa, Godoy (1995), diz que esse tipo de pesquisa na atualidade, tem sido validado entre os pesquisadores, por possibilitar variadas formas de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas complexas relações sociais estabelecidas em diversos ambientes. São nesses ambientes, com contextos complexos, que “um fenômeno pode ser melhor compreendido por ser o contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada” (GODOY, 1995, p. 21). Para tanto, o pesquisador se direciona para esse contexto (campo) para apreender as informações fenomenológicas em estudo, partindo do ponto de vista das pessoas nele envolvidas.

A abordagem qualitativa no entendimento de Triviños (1987) trabalha os dados a fim de encontrar seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do contexto. Já Oliveira, (2011, p, 24) diz que “O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências”. Nesse tipo de pesquisa, continua este autor, os dados coletados são ricos em descrições de pessoas, situações, fatos históricos, comportamentos, atitudes, entre outros. Complementando esse entendimento, o autor Triviños (1987), reporta que, as

descrições dos fenômenos observados/captados estão impregnadas dos significados que o ambiente lhe atribui e, como produto de um ponto de vista subjetivo, deve ser evitada qualquer expressão quantitativa, numérica.

No entendimento de Minayo (2002, p.21) um estudo qualitativo responde a questões muito particulares.

[...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para tanto, a presente pesquisa, em cuja essência envolve a temática de sistemas de gestão e mediação cultural e de saberes e/ou conhecimentos de natureza etnológica, aborda processos e fenômenos que não podem ser quantificáveis, pois a pesquisa não tem a intenção de formalizar números estatísticos e nem medir as ocorrências, mas obter dados objetivos a serem descritos e explicados a partir das fontes de evidências levantadas.

O método proposto para esta pesquisa é a Gestão Baseada em Evidências (GBE), o qual foi ao encontro da perspectiva de alcançar os objetivos determinados neste estudo, de maneira crítica e comprovada cientificamente. Este método é bastante relevante por demandar três ou mais fontes de evidências como garantia de resultados confiáveis e consistentes. O método GBE foi adaptado da Prática Baseada em Evidência, conforme relatado a seguir.

## **5.1 Prática baseada em evidências (PBE)**

A prática baseada em evidências (PBE) é um método oriundo da medicina que foi desenvolvido por grupos de médicos pesquisadores que criaram um novo conceito de medicina, os quais instituíram a prática médica chamada de Medicina Baseada em Evidência (BEM), a qual é norteada por evidências de pesquisas científicas bem desenvolvidas (ALMEIDA, 2008) isto é, entendida como uso consciente, claro e crítico de melhores e atuais evidências integradas com experiências clínicas, valores e preferências do paciente (SACKETT *et al.* 1996 apud CIOL; BERQUET, 2009).

Após II Guerra Mundial, surgiu a necessidade de se tomar decisões baseadas em informações testadas precocemente e devido ao aumento exponencial de informações na área da saúde, o médico inglês Archidald Cochrane sentia necessidade de tomar decisões clínicas pautadas em evidências, através de consultas de produções científicas da área. Sugeriu como uma ação importante a organização periódica de resumos críticos e atualizados para a prática clínica (CIOL; BERAQUET, 2009). Essas autoras salientam que,

Cochrane semeou as bases de um projeto para reunir toda a literatura científica sobre determinado assunto de saúde e elaborar resumos contendo todos os resultados de forma que pudessem ser facilmente interpretados pelos clínicos durante o cuidado com o paciente (CIOL; BERAQUET, 2009, p.222).

Cochrane também estimulava seus pares, a analisarem criticamente as literaturas médicas antes de tomar uma decisão clínica. Assim, do projeto citado acima, por volta do ano de 1991, surgiu a proposta do método conhecido como Medicina Baseada em Evidência (MBE) pelo grupo pesquisador chamado de *Evidence-Based Medicine Working Group*, da Universidade MacMaster, no Canadá.

Preocupados com o aumento da informação médica e suas consequências para a prática clínica, o grupo inicia o movimento da MBE, publicando o primeiro artigo em 1992, na série *Users Guide to the Medical Literature* do JAMA, intitulado *Evidence-based medicine: a new approach to teaching the practice of medicine* (ALMEIDA, 2008, p. 46).

A partir dessa data, a medicina baseada em evidências ou saúde baseada em evidências, expandiu-se e têm caminhado por outras áreas do conhecimento como a Educação e Administração apresentando-se como um método para resoluções de problemas científicos.

#### 5.1.1 Gestão Baseada em Evidências (GBE)

Na Administração, os pesquisadores têm adotado a nomenclatura gestão baseada em evidência (GBE) como um novo método e pode ser definido, de acordo com Reavy, Berta e Kohen, citados por Rousseau (2006, tradução nossa), como tomada de decisão através do uso consciente, explícito e crítico de quatro fontes de informações (evidências) tais como:

- Expertise (experiência) e análise crítica profissional;
- Evidências do contexto local, que pode ser uma avaliação crítica das melhores evidências;
- Pesquisas e investigações disponíveis;
- Perspectivas das pessoas que possam ser afetadas pela decisão.

Segundo Rousseau (2006, tradução nossa) é importante nesse método da GBE, se alicerçar em várias fontes de evidências para que, na prática, o resultado do estudo não seja comprometido, quando se baseia em apenas uma fonte. Figueiredo (2020, p. 31) diz que, no caso de uma só fonte de evidência este “pode ser altamente sensível a erros sistemáticos”, pois, “os limites cognitivos e de processamento de informações tornam-nos propensos a preconceitos e a vieses inconscientes que têm efeitos negativos sobre a qualidade das decisões que tomamos”.

Desta forma, para garantir um resultado de pesquisa mais confiável e objetivo, é de suma importância buscar mais de uma fonte de informação, principalmente as pesquisas e/ou estudos científicos com resultados atualizados que resumem de forma explícita o que se sabe e o que não se sabe sobre uma determinada questão relacionada à prática. Essas são as bases que sustentam à gestão baseada em evidências (BRINER, DENVEY, ROUSSEAU, 2009, tradução nossa).

Com esse mesmo ponto de vista, Figueiredo (2020) entende a GBE e, alega que os gestores que estudam a literatura acadêmica e seguem práticas da área comprovada, cientificamente, contribuem com melhores resultados para os negócios. Deste modo, o autor também apresenta quatro fontes de evidências para tomada de decisões, que corroboram com Briner, Denvey e Rousseau (2009) tais como:

1. Resultados de pesquisas científicas – (pesquisar nas bases de dados acadêmicas para encontrar estudos confiáveis a respeito do dilema a ser resolvido);
2. Informações levantadas dentro da própria organização e/ou instituição – (dados financeiros e estatísticos que medem satisfação do cliente ou de empregados, relatórios, entre outros);
3. Experiência profissional – (conhecimento específico e acumulado com o tempo para saber como lidar com diferentes situações);
4. Valores e preocupações das partes interessadas – (procurar entender o que pensam aqueles que serão afetados pelas decisões, o que ajudará

compreender, quais serão suas relações e até ajudar a proteger os resultados das medidas).

Ressalta-se que, conforme ponto de vista dos autores citados acima, nem sempre todas as fontes de evidências estão disponíveis ou compensam financeiramente o esforço. É relevante sempre questionar a melhor evidência disponível, para tomar determinada decisão, pois, o método da gestão baseada em evidências, parte do pressuposto de que uma pesquisa científica é construída, a partir de observações, de análises e/ou mensurações, verificáveis através de outros estudos científicos e experiências práticas. Rousseau (2009, p. 25) diz que “[...] um consenso geral em todos os campos interessados em práticas baseadas em evidências é que uma síntese de evidências de vários estudos é melhor do que evidências de um único estudo” (tradução nossa).

Por isso, a importância de buscar estudos e/ou pesquisas científicas em bases ou bancos de dados científicos, confiáveis e de alto impactos; buscar relatórios e relatos de experiências de organizações sérias, éticas e renomadas, assim também, de profissionais especialistas pesquisadores e/ou estudiosos, atualizados com vasto conhecimento na área que atuam. São evidências valiosas que podem contribuir para um bom resultado da pesquisa, assim justifica-se o uso de quatro fontes de evidências nesta pesquisa, para principalmente, garantir resultados objetivos e confiáveis.

Ressalta-se que o método GBE vai ao encontro com as práticas da Ciência da Informação, por ser esta uma área especializada em fontes informacionais, tanto nas formas de buscar e recuperar, como nos processos de organizá-las e armazená-las para disponibilizar às pessoas que delas necessitam.

### 5.1.2 Gestão Baseada em Evidências no contexto da Ciência da Informação

A Ciência da Informação, por ser uma área multidisciplinar, tem a facilidade de trabalhar com todas as demais áreas do conhecimento, seja selecionando, seja organizando e armazenando as informações para facilitar os acessos, levando em conta sua relevância e importância para o consultente e/ou pesquisador. Tanto é que, em espaços informacionais que trabalham com informações específicas, como em uma empresa ou hospital, o profissional da informação costuma cadastrar seu público usuário conforme suas necessidades informacionais, para os quais são direcionados

periodicamente as informações demandadas, por meio de um serviço, denominado disseminação seletiva da informação (DSI).

Na atualidade, com a globalização e o mundo em desenvolvimento (BOOTH, 2008, tradução nossa) as práticas de pesquisas em bibliotecas baseadas em evidências, estão sendo muito mais importantes e imprescindíveis que os usos de recursos tecnológicos, principalmente, onde esses recursos tecnológicos são escassos (BOOTH, 2008, tradução nossa). Além disso, as complexidades da comunicação não confiáveis na Internet, dificuldades de acessos de fontes de evidências e o desafio de interpretar a literatura de pesquisa, sobretudo, onde o inglês não é a primeira língua, tem desafiado os profissionais da informação a se aperfeiçoarem e se voltarem para uma nova perspectivas sobre esse fazer profissional.

A gestão baseada em evidência (GBE) como uma prática da Ciência da Informação está voltada para as ações do profissional, no sentido de especialização na pesquisa, pois há na atualidade, diversas preocupações da CI, sendo uma delas, com as lacunas nas práticas de pesquisas conduzidas por profissionais e/ou acadêmicos das outras área de conhecimento. Tais preocupações fundam-se na falta de relevância ou rigor científico, com a ausência de experiências nos usos de expressões de buscas, em lugar certo e/ou fonte informacional específica, com agilidade, eficiência e eficácia, visando a tomada de decisão consciente, a ponto de não comprometer os resultados de seus estudos e pesquisas. Nestes casos, a gestão baseada em evidências é uma abordagem pragmática para preencher essas lacunas.

A gestão baseada em evidências considera profissionais bibliotecários, arquivistas e museólogos excelentes pesquisadores, os quais segundo Booth (2002, tradução nossa) no entanto, precisam se colocar na “pele” do pesquisador para aprender a pensar como estes de forma crítica, analítica e metodológica.

Sugere ainda que estes profissionais vão além das fontes formais de informações, principalmente, em tempos de redes de Internet; por isso, precisam ter a percepção da pesquisa como uma atividade multicanal e não de canal único para que assim ultrapassem os pesquisadores das demais áreas e se tornem melhores pesquisadores, capazes de se antecipar com um resultado, conhecendo a demanda daqueles.

Esse método da gestão baseada em evidências na área da Ciência da Informação brasileira, a princípio, é uma novidade. Embora, não tenha sido realizado

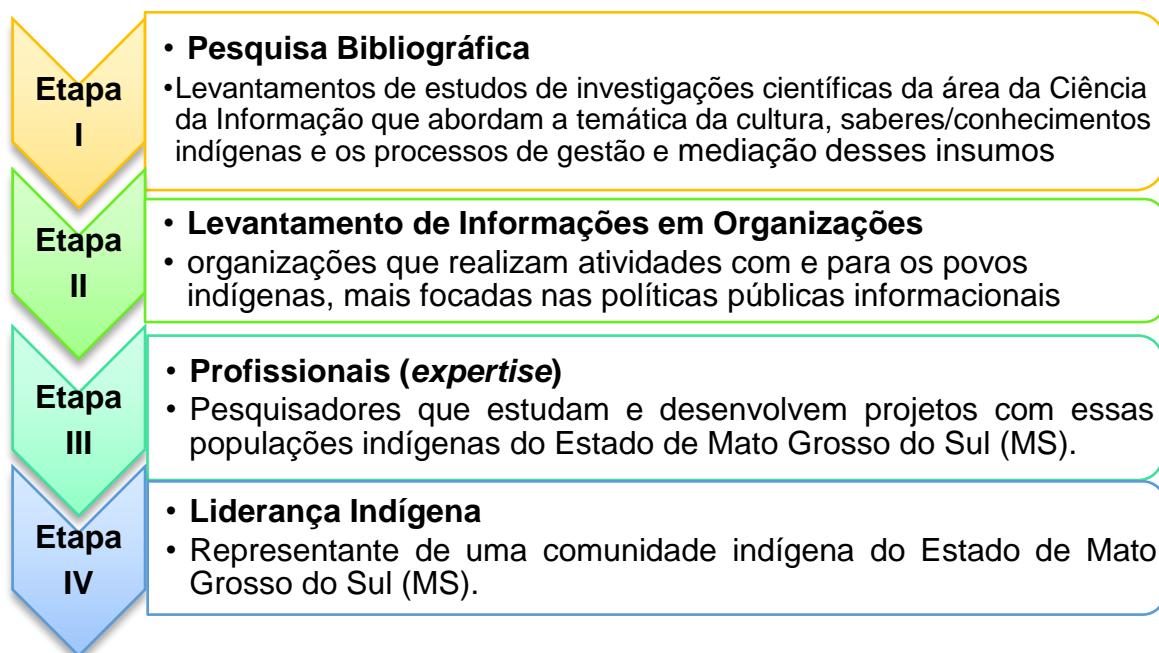
pesquisas mais profundas para verificar se houve algum trabalho científico que utilizou a GBE aplicado nesta Ciência, considera-se assim, ser este estudo, o primeiro nesta área do conhecimento a utilizar esse método científico.

Com base nos conceitos e pontos de vistas acima referenciados, este estudo pretende buscar e examinar evidências informacionais de natureza etnológica, conforme amostragem e etapas de coletas de dados descritas a seguir:

## **5.2 Fontes de Evidências de informações de natureza etnológica**

Para Rousseau (2009, tradução nossa) as fontes de evidências são normalmente sínteses de vários estudos, por isso, favorecem melhores e confiáveis resultados do que, uma única fonte de evidência. Para contemplar o método, gestão baseada em evidências, neste estudo, optou-se pelas quatro fontes de evidências elencadas a seguir, na figura 2:

**Figura 2 - Relação sequencial dos procedimentos de coleta de dados**



Fonte: Elaboração do autor

Detalhamento das quatro fontes de evidências elencadas na Figura 2:

➤ **Fontes de informações científicas** e/ou Pesquisas Bibliográficas, a qual, Marconi e Lakatos (2003) indicam ser conveniente o levantamento de fontes secundárias que abrange toda bibliografia já publicada; relacionada ao tema de estudo, desde publicações avulsas, como boletins, livros, revistas, jornais, monografias, teses e outras, as quais permitem ao pesquisador o contato direto com aquilo que foi escrito sobre o assunto e que, igualmente, permitem resolver problemas já conhecidos, além de explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente.

A realização da pesquisa bibliográfica que possibilitou levantar o referencial teórico preliminar foi feita a partir do uso de descritores pré-elaborados. Esta consistiu, a princípio, de um teste de aderência e de combinações de palavras-chave; definição das estratégias de busca; seleção das bases de dados científicas e por fim, a varredura nas bases. Para os testes de aderência e de combinação de palavras-chave, realizou-se uma listagem inicial das palavras, com base na definição do tema,

do tópico de pesquisa, do problema e dos objetivos. O teste de aderência tem a intenção de eliminar termos não aderentes ao tema ou que representem pouco para a área de estudo (RUTHES; SILVA, 2015).

Desta maneira efetuou-se as buscas por meio de palavras-chave/descritores com termos compostos como: “gestão de informações indígenas”; “gestão de bibliotecas indígenas”; “Política Cultural indígena”, “conhecimento indígena”, “saberes de natureza etnológica”; “mediação cultural indígena”; “mediação de saberes etnológico”. Tais expressões de buscas foram empregadas nos campos: título ou assunto. Foram exploradas bases de dados on-line, preferencialmente, na área da Ciência da Informação (CI), nacionais e internacionais, nas línguas portuguesa, espanhola e inglesa. Devido às buscas na área específica da CI, não terem apresentado resultados relevantes, explorou-se as bases multidisciplinares, para obter maior alcance da temática em questão, com a perspectiva de resgatar tais informações publicadas, para estabelecer parâmetros e/ou traçar modelos e discussões sobre políticas públicas informacionais, e também, levantar diretrizes que possam contribuir com os objetivos propostos.

A técnica de levantamento bibliográfico para coletar dados, foi realizada nos seguintes ambientes informacionais: Bases de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), SCIELO, Base de Dados Scopus/Elsevier e Portal de Periódicos CAPES.

➤ **As organizações e/ou Instituições** - são centros de documentação e bibliotecas com informações de natureza etnológica que gerenciam tais insumos e atuam juntamente com os povos indígenas como: a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e seus dispositivos informacionais (Biblioteca e Museu do Índio), Organização das Nações Unidas (ONU) do Brasil e Internacional e também, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Ressalta-se que nessas instituições acima mencionadas, pesquisou-se fontes bibliográficas e documentais, organizadas e disponibilizadas em repositórios a elas pertencentes. As fontes documentais são formadas por materiais como, documentos de arquivos públicos; publicações parlamentares e administrativas, atas; portarias, contratos, entre outros; é possível ainda, encontrar fotografias, filmes, materiais cartográficos, gravuras e afins (MARCONI; LAKATOS, 2003).

A visita ao *website* das instituições ONU e UNESCO não favoreceu recuperar informações bibliográficas, como artigos e estudos científicos, pois, a princípio, não foi identificado um repositório, conforme se acreditava existir.

A Instituição Funai apresenta em seu *website* a Biblioteca Curt Nimuendajú, e *link* para acessar o Museu do Índio, dentre outras informações sobre a população indígena brasileira.

Ressalta-se que essas instituições, acima mencionadas, foram localizadas através de seus *websites* (endereços on-line) na Internet. São elas exemplos de algumas Instituições que realizam estudos, pesquisas e relatos de experiências no seio das diversas comunidades indígenas no Brasil e na América Latina. Também recuperam e armazenam documentos, artefatos e outras fontes informacionais em seus espaços, como os repositórios, biblioteca e museu - as quais são potenciais fontes de evidências para uma boa prática de gestão informacional.

- **Os profissionais (expertises)** – foram considerados os professores e/ou pesquisadores indígenas e/ou indigenistas regionais do Estado do MS (antropólogos, sociólogos, educadores e afins) que estudam essa temática e que acumulam conhecimentos específicos, os quais colaboraram com suas experiências profissionais nesta pesquisa; estes foram cotados como uma terceira fonte de evidência.

A proposta para coletar informações dos profissionais, foi, a partir de envio de questionário com perguntas abertas, o qual, Marconi e Lakatos (2003) indicam que é um instrumento de coleta de dados, formado por uma série de perguntas ordenadas a serem respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Normalmente, as perguntas são enviadas pelo pesquisador ao respondente via correios [correios eletrônicos] ou, um portador; depois de ser respondido e/ou preenchido, o pesquisador devolve-o, ao remetente (MARCONI; LAKATOS, 2003).

No questionário, antes de elaborar as perguntas, deve-se elaborar uma nota explicativa sobre a natureza da pesquisa, sua importância e necessidade de obter a resposta, tentando despertar o interesse do respondente em responder às questões e devolvê-las dentro de um prazo razoável (MARCONI; LAKATOS, 2003).

- **Liderança indígena** pertencente a uma comunidade étnica do Estado de MS, elencado como a quarta fonte de evidência, tivera levantada assuas

preocupações, valores e opiniões, ao se relatar a favor ou contra um sistema de gestão e mediação cultural e saberes etnológico, que possam ser interconectados por profissionais informacionais e por agentes indígenas que venha interagir com suas comunidades étnicas.

Para coletar informações da liderança indígena, foi realizada uma entrevista semiestruturada, a qual, segundo Triviños (1987, p.147) “é um dos principais meios que tem o pesquisador para realizar a coleta de dados”. Reforça que, a entrevista semiestruturada é uma das mais importantes no enfoque qualitativo, porque esta, “ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessária, enriquecendo a investigação”.

Constata-se que das quatro fontes de evidências propostas acima, as fontes bibliográficas que resultam de pesquisas científicas foram as primeiras ferramentas a serem analisadas por serem oriundas de estudos diversos, as quais, foram analisadas, discutidas e comparadas, uma com relação à outra, e também, ampararam a pesquisadora, como uma espécie de guia na formulação de questões com os profissionais das organizações e gestores/lideranças indígenas neste estudo.

### **5.3 Universo da pesquisa**

Com relação ao universo da pesquisa, procurou-se elencar elementos que pudessem contribuir com este estudo, principalmente, com o método gestão baseada em evidências, o qual sugere mais de uma fonte informacional para garantir melhores resultados. Com esse propósito, foram escolhidas as bases de dados científicas: BRAPCI, Scopus/Elsevier, Portal de Periódicos CAPEs e SciELO; Instituições públicas brasileiras incumbidas com as causas indígenas, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e respectivos espaços informacionais, responsáveis pela preservação e salvaguarda de documentos, artefatos culturais e informacionais e também, um antropólogo, pesquisador e professor universitário atuante na causa indígena no Estado de MS; e uma liderança indígena da etnia Guarani-Kaiowá que, de forma voluntária, propôs-se a colaborar com a pesquisa, ao relatar seus pontos de vista e entendimentos sobre um sistema de gestão e mediação cultural e de saberes

de natureza etnológica para comunidades nativas do estado de Mato Grosso do Sul (MS).

### 5.3.1 Povos indígenas de Mato Grosso do Sul

O Estado de Mato Grosso do Sul é considerado um Estado indígena. Adjetivo este que o qualifica, devido à quantidade de povos indígenas que nele já habitaram, que cultivavam formas de vida próprias; cada etnia vivia de acordo com seus hábitos, costumes e/ou cultura; cada uma delas, com suas tradições etnológicas, intentavam viver de forma livre e digna (MELIÁ S. J., 2015). Essa herança cultural indígena foi deixada pelo antigo Estado de Mato Grosso, o qual foi dividido no ano de 1977, mercê das disputas político-econômicas da região, naquele período. Com a divisão, ficou do lado norte o Estado de Mato Grosso (MT) e do lado sul, o Estado de Mato Grosso do Sul (MS).

Essa divisão geográfica e simbólica de cunho político e econômico não afetou, consideravelmente, a ancestralidade das populações indígenas, suas culturas e suas formas de ser e de viver indígenas, que muito contribuiu e ainda contribui com o progresso sócio cultural, permanecente neste Estado brasileiro. Mas dessa eventualidade política, diz Meliá (2015) o MS herdou muitas deformações do antigo MT, tal como a colonização de pessoas de origens e mentalidades diferentes, que se instalaram nos territórios, invadindo e provocando mudanças traumáticas nessas populações originárias. O MS, em obediência aos colonizadores,

[...] preferiu concentrar sua população originária em poucos centros para deixar livres grandes extensões de terra para o agronegócio de gado, soja e cana de açúcar, uma história que tem caracterizado e prejudicado a relação da população não indígena como os primeiros habitantes da região, despojando-os, em menos de um século e meio, de seu ser primitivo, enquanto primeiro e primordial, para reduzi-los a uma condição secundária e dependente, tida como irrelevante e como resto (MELIÁ, 2015, p. 15).

Deste modo, a história do novo Estado (MS), foi sendo contada de forma deturpada da realidade. A soma de contribuições e soluções de problemas que os indígenas deram, desde tempos ancestrais ao MT, e que, permaneceram no atual MS, foram sendo desconsideradas, descartadas por muitos colonizadores, acarretando,

conforme destaca o autor acima, em grandes problemas “de uma colonialidade que vai de crise em crise” (MELIÁ, 2015, p. 15).

Afirma-se que a história da população indígena do Estado de Mato Grosso do Sul, não teve início no ano de sua fundação em 1977. Ela possui uma profundidade milenar da qual não pode prescindir, por manter no seu seio, como raiz e continuidade, populações históricas anteriores à entrada dos desbravadores e colonos (MELIÁ, 2015, p. 16).

De acordo com informações da Secretaria de Estado de Cidadania e Cultura de MS (SECICMS, 2022) a qual, cita o censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Estado de Mato Grosso do Sul (MS) é o segundo Estado brasileiro em número de habitantes indígenas, com 80.459 habitantes. Os povos indígenas atualmente, assentados no Estado do MS, correspondem às seguintes etnias: Terena e Kinikinau (família linguística arawak); Kaiowá e Guarani (família linguística tupi-guarani); Kadiwéu (família linguística guaikurú); Ofaié (também conhecido como, Ofaié-Xavante) e Guató (família linguística macrojê). Segundo a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/MS, 2022) – essas populações, estão presentes em 29 municípios do estado de MS. Dentre elas, somente oito (8) etnias que se comunicam na língua mãe: Guarani, Terena, Kadwéu, Guató, Ofaié e Kinikinaw (SECIC, ON-LINE, 2022). Além dessas relatadas, havia as etnias Chamacoco e Ayoreo, de língua zamuco, e Atikum e Kamba, cada uma com uma língua original isolada, que hoje não falam mais (CHAMORRO; COMBÈS, 2015, p. 20). Essas etnias, a princípio, não existem mais neste estado, devido aos processos assimilacionista da colonização, os quais os fez perder suas originalidades.

Os autores, Chamorro e Combès, (2015) dizem que nem sempre foi assim, pois muitos desses povos vieram de regiões vizinhas ao Estado do MS, “o Gran Chaco (Terena, Kinikinau, Kadiwéu, Chamacoco) ou, de mais longe, como os Atikum que vieram do Nordeste” (2015, p. 20). Na atualidade, a mensuração das populações indígenas brasileiras tem sido instável, devido a alguns possíveis descendentes não se auto declararem indígena e/ou não assumirem determinada etnia.

Essas informações vão ao encontro do relatório do censo demográfico indígena 2010, realizado pelo IBGE naquele ano, com levantamentos de informações oriundas de todos os domicílios do país, em cujas investigações foram notadas características indígenas. Os resultados, foram comparados com os censos demográficos de 1991 e

2000, nos quesitos cor e raça. Nessa comparação, foi identificado um crescimento populacional de 10,8% ao ano, referentes àqueles que se declararam indígena nos anos anteriores. Os pesquisadores esclarecem que não há nenhum efeito demográfico que explique tal fenômeno. “Muitos demógrafos atribuíram o fato a um momento mais apropriado para os indígenas, em que estavam saindo da invisibilidade pela busca de melhores condições de vida, mais especificamente, os incentivos governamentais” (IBGE, 2012, documento eletrônico). O relatório diz que, nesse conjunto populacional apresentado, não foi incluído as populações indígenas isoladas, pela própria política de contato, como também, indígenas que estão em processo de reafirmação étnica após anos de dominação e repressão cultural, porquanto ainda estão se declarando como tal.

O relatório diz que as alterações nas composições absoluta e relativa verificadas de 1991 para 2000 são reflexo do crescimento do número de pessoas que, no Censo Demográfico 1991, identificaram-se como de outras categorias e, em 2000, passaram a se identificar como indígenas. Com esse ponto de vista, observa-se que:

Desde a última década do século passado vem ocorrendo no Brasil um fenômeno conhecido como “etnogênese” ou “reatinização”. Nele, povosindígenas que, por pressões políticas, econômicas e religiosas ou por terem sido despojados de suas terras e estigmatizados em função dos seus costumes tradicionais, foram forçados a esconder e a negar suas identidades tribais como estratégia de sobrevivência – assim amenizando as agruras do preconceito e da discriminação – estão reassumindo e recriando as suas tradições indígenas (LUCIANO, 2006, p. 28)

Nesse contexto, é possível perceber que alguns indígenas e/ou etnias do Estado de MS, têm passado pelo mesmo processo de aculturação e/ou etnogênese, modificando a quantidade demográfica nas pesquisas, ora para mais, ora para menos.

A seguir, parte de um quadro capturado do relatório do IBGE, que apresenta a quantidade populacional indígenas, no ano de 2010, em MS.

**Figura 3 - Recorte da amostragem de população autodeclarada indígena, apresentada pelo relatório de 2010, do IBGE**

**Tabela 4 - População autodeclarada indígena, da participação relativa no total da população do estado e total da população autodeclarada indígena no País, segundo as Unidades da Federação - 2010**

Unidades da Federação	População autodeclarada indígena	Unidades da Federação	Participação relativa	
			No total da população do estado (%)	No total da população autodeclarada indígena do País (%)
Amazonas	168 680	Roraima	11,0	6,1
Mato Grosso do Sul	73 295	Amazonas	4,8	20,6
Bahia	56 381	Mato Grosso do Sul	3,0	9,0
Pernambuco	53 284	Acre	2,2	1,9
Roraima	49 637	Mato Grosso	1,4	5,2
Mato Grosso	42 538	Amapá	1,1	0,9

Fonte: Relatório IBGE: Os indígenas no censo demográfico 2010; Captação do autor

Esse total de 73. 295, apresentado como população autodeclarada, está bem aquém de outras amostras, como a quantidade citada pela SECIC MS, de 80.459 habitantes.

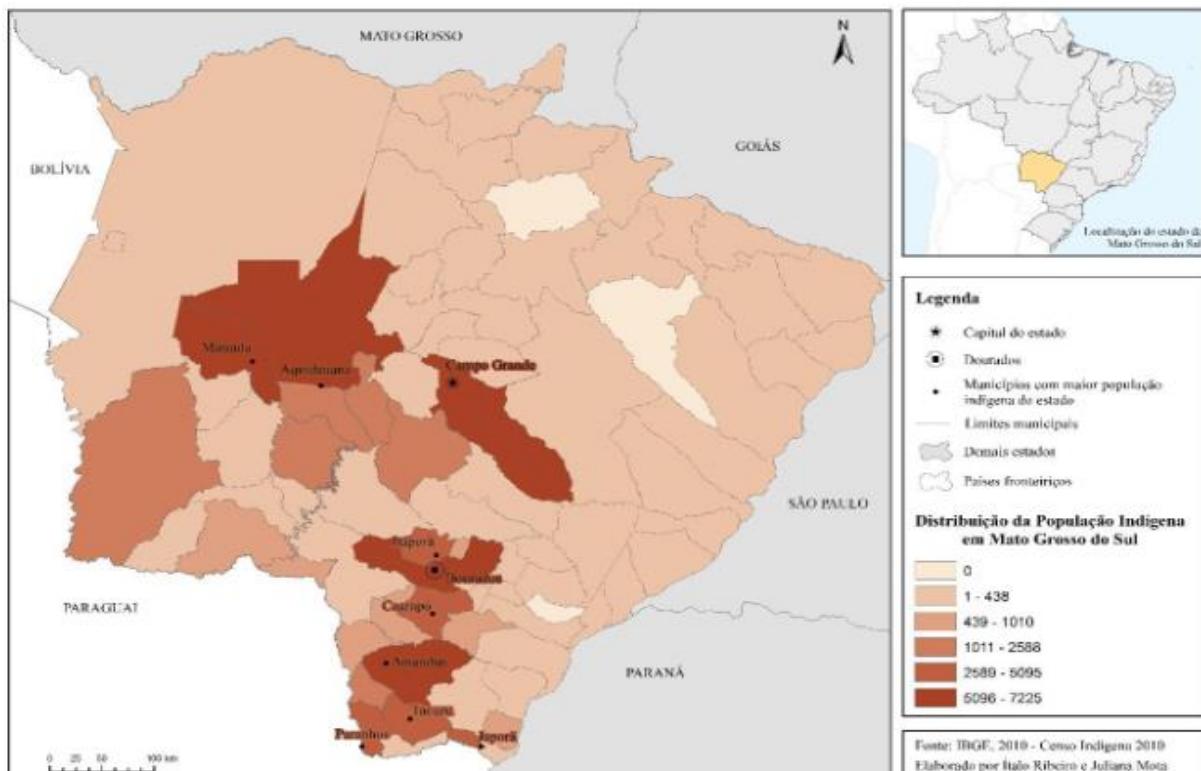
Na pesquisa realizada por Mota (2015, p. 26) foi apresentado uma quantidade maior que a amostragem da tabela do IBGE.

[...] esse total de 77.0255<sup>13</sup>, 61.158 pessoas, estão territorializadas em reservas ou terras indígenas e 15.867 fora delas. Em referência à etnia Guarani Kaiowá, estes representavam 56,3% da população indígena no estado, ou seja, 43.401 pessoas.

O Mapa a seguir (Figura 4), apresenta os Municípios com maior população indígena no Estado de Mato Grosso do Sul, contabilizada pelo IBGE em 2010, segundo Mota (2015), a qual diz que, a maioria dessa população está territorializada nos municípios de Amambai, Dourados, Caarapó, Itaporã, Aquidauana, Miranda, Japorã, Paranhos e Tacuru.

<sup>13</sup> Resultado apresentado pela autora citada, o qual difere com dados informados pela SECICMS.

**Figura 4** - Mapa dos municípios de Mato Grosso do Sul com maior número de população indígena



Fonte: Mota (2015)

Dentre as duas maiores populações indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul (MS), encontram-se as etnias Terena e Guarani-Kaiowá.

A etnia Terena é a segunda maior, com aproximadamente 16 mil indivíduos, no ano 2001, conforme matéria (PIB, 2022, on-line). Esta etnia, por contar com uma população numerosa e por manterem constante contato com a população regional, são povos indígenas, cuja presença no estado se revela de forma mais explícita, tais quais as mulheres vendedoras nas ruas da cidade de Campo Grande, capital do estado, ou das legiões de cortadores de cana-de-açúcar que constantemente, deslocam-se para as usinas de açúcar e álcool, ou para trabalhos temporários em fazendas, entre outras atividades que demandam serviços braçais.

A maioria dos Terena ainda vive nas aldeias, porém, um número significante tem migrado para as cidades, para viver como indígena desaldeado. Segundo o PIB (2022, on-line) essa intensa participação no cotidiano sul-mato-grossense, favorece a atribuição estereotipada aos Terena, tais como, “aculturados” e “índio urbano”. Tais declarações servem para mascarar a resistência de um povo que, através dos séculos, luta para manter viva sua cultura, sabendo positivar situações adversas

ligadas ao antigo contato, além de mudanças bruscas na paisagem, ecológica e social, que o poder colonial e o Estado brasileiro, os reservou.

O povo Terena, é de língua Aruák, vivem atualmente em um território descontínuo, fragmentado em pequenas ilhas, cercadas por fazendas e espalhadas por sete município do MS, tais quais:

Miranda, Aquidauana, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia, Nioaque e Rochedo. Também há famílias terena vivendo em Porto Murtinho (na Terra Indígena Kadiweu), Dourados (TI Guarani) e no estado de São Paulo (TI Araribá). Nestas duas últimas localidades, famílias terena foram levadas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) para servirem de "exemplo" aos índios locais (exemplo de afinco nas práticas agrícolas e também de "obediência" ao sistema de controle imposto pelos funcionários daquele extinto órgão público (PIB.SOCIOAMBIENTAL.ORG, on-line, 2022).

Do total da população Terena no estado, estimam que 13.629 pessoas habitam as terras indígenas (TIs) acima relacionadas, cerca de 2.400 famílias. Lembrando que esses números são do ano 2001. A língua Aruák dos Terena, é falada pela maioria das pessoas que se reconhecem, na atualidade, como Terena, no entanto, seu uso e frequência, é desigual em várias aldeias e terras indígenas. Por exemplo, nas cidades de Dois Irmãos do Buriti e Nioaque, pouquíssimas pessoas se comunicam na língua Aruák, já em outras, como na comunidade Cachoirinha, município de Miranda, há casos de jovens que dominam mal o português. De modo geral, diz a reportagem, pode-se definir os Terena como um povo estreitamente bilíngue.

Os povos Guarani-Kaiowá do MS, segundo destaca Mota (2015) devido à diversidade nas formas de territorialização e à mobilidade dos povos Guarani-Kaiowá não há como saber, com exatidão, o total dessa população.

Os Guarani são conhecidos por distintos nomes: Chiripá, Kainguá, Monteses, Baticola, Apyteré, Tembkuá, entre outros. No entanto, sua autodenominação é Avá, que significa, em Guarani, "pessoa". Este povo vive em um território que compreende regiões no Brasil, Bolívia, Paraguai e Argentina e se diferencia internamente em diversos grupos muito semelhantes entre si, nos aspectos fundamentais de sua cultura e organizações sociopolíticas, porém, diferentes no modo de falar a língua guarani, de praticar sua religião e distintos no que diz respeito às tecnologias que aplicam na relação com o meio ambiente (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2022).

Essa mobilidade é característica da etnia Guarani-Kaiowá que procura se adaptar às profundas transformações históricas e econômicas por que passou Mato Grosso do Sul, desde sua fundação (MOTA, 2015).

As múltiplas formas de territorialização demonstram as estratégias de resistência diante da atual conformação social e econômica brasileira e contraria a ideia historicamente produzida de que os povos indígenas estão em vias de extinção, colaboraram para a desconstrução da ideia na qual afirma que a condição de ser indígena é transitória, como propunham as políticas indígenas anteriores a Constituição Federativa do Brasil de 1988, previsto no Art. 231: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens" (MOTA, 2015, p. 29).

Essa etnia Guarani, segundo Susnik (1980) apud PIB (2022) é marcada por

Três aspectos da vida guarani que expressam uma identidade que dá especificidade, forma e cria um "modo de ser guarani": a) o *ava ñe'ë* (*ava*: homem, pessoa guarani; *ñe'ë*: palavra que se confunde com "alma") ou fala, linguagem, que define identidade na comunicação verbal; b) o *tamõi* (*avô*) ou ancestrais míticos comuns e c) o *avareko* (*teko*: "ser, estado de vida, condição, estar, costume, lei, hábito") ou comportamento em sociedade, sustentado em arsenal mítico e ideológico. Estes aspectos informam ao *ava* (homem guarani) como entender as situações vividas e o mundo que o cerca, fornecendo pautas e referências para sua conduta social (SUSNIK, 1980 apud PIB. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, ON-LINE, 2022).

O autor relata que, dentre os povos Guarani no Brasil, há subgrupos guarani-ñandeva, guarani-kaiowá e guarani-mbya, que se diferenciam nas formas linguísticas, nos costumes, nas práticas rituais, na organização política e social, na orientação religiosa, assim como formas específicas de interpretar a realidade vivida e de "interagir segundo as situações em sua história e em sua atualidade" (SUSNIK, 1980 apud PIB. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, ON-LINE, 2022).

Salienta-se que essa etnia indígena, como as demais em terras brasileiras, passou e continua passando por processos estigmatizados de desvalorização, preconceitos e racismo pela sociedade nacional. São povos que demonstram resistência, que lutam conjuntamente por seus direitos e respeitos, que preservam seus espaços junto à natureza em suas terras tradicionais. São sujeitos do tempo presente (MELLO, 2019a) organizados e conectados em parceria e solidariedade, que

buscam melhorias, aprendizados e aperfeiçoamento em suas formas de agir e ser indígena.

Destarte, na atual sociedade da informação estão atentos aos novos paradigmas informacionais como ativos de desenvolvimento, competências e habilidades para o “etnoconhecimento”. Desta forma, parafraseando Mello, (2018), é possível afirmar um despertar informacional e documental dos povos indígenas com relação à importância de selecionar, organizar e salvaguardar documentos e demais artefatos informacionais e culturais de natureza etnológica.

#### **5.4 Amostragem**

Para as amostragens dos sujeitos indígenas foi, *a priori*, realizado um levantamento da localização das comunidades existentes no Estado de MS. A comunidade contemplada foi selecionada a partir de uma amostragem por acessibilidade ou conveniência, a qual, segundo Gil (2008, p. 94) é constituída pelo mesmo rigor de todos os tipos de amostragem. “O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo”. Neste tipo de amostragem, diz o autor, aplicam-se estudos exploratórios e qualitativos, para os quais não é requerido elevado nível de precisão.

Essa amostragem foi necessária, devido ao fato de o Estado de MS possuir na atualidade, uma população indígena estimada em 80.459 habitantes, presentes em 29 municípios, representados por 08 etnias, tais como: Guarani, Kaiowá, Terena, Kadwéu, Kinikinaw, Atikun, Ofaié e Guató, localizados em várias regiões do MS; sendo as etnias Guarani-Kaiowá e Terena as predominantes, localizadas em vários municípios inclusive, nas áreas urbanas. Isso posto, foi necessária a estratificação aleatória desses sujeitos, com o uso da amostragem por acessibilidade ou conveniência, a qual favoreceu o deslocamento da pesquisadora até uma comunidade da etnia Guarani-Kaiowá, em um município próximo da Capital do Estado, onde coincidentemente reside. A acessibilidade permitiu contato com a liderança que consentiu a entrevista.

#### 5.4.1 Procedimento para coleta de dados

Para coleta das informações que atendessem esta pesquisa, a partir da gestão baseada em evidencias, seguiu-se as fontes de evidências proposta, tais como:

**Fonte 1** - Para a realização das análises bibliográficas de informações científicas propôs-se as seguintes ações: levantar fontes bibliográficas em bases de dados conforme descrito no subitem 5.2. Com o material recuperado, realizaram-se leituras flutuantes dos conteúdos (título, resumos e palavras-chave), para resgatar possíveis evidências de diretrizes e/ou ações descritos nos textos, para posterior elaboração de relatório dos mesmos.

Enfatiza-se que os descritores propostos, fechados entre aspas (" "), não possibilitaram as recuperações das referências em todas as Bases de Dados elencadas. Contudo, no uso das palavras-chave, sem recurso das “aspas” - entendido como uma pesquisa mais ampla – possibilitou-se, vasta recuperação de textos que apresentavam uma ou outra palavra. Foi onde houve maior representatividade da temática, demandando, porém, maior tempo na leitura para constatar ser ou não relevante para o estudo, e por último, se pertencia à área da Ciência da Informação. Descartou-se também, o uso de operadores *booleanos* (AND, NOT), pois, esta forma, não permitiu recuperações de bibliografias planejadas.

Diante de um pequeno resultado considerados relevantes, em praticamente todas as Bases de Dados elencados, usando os descritores e/ou palavras-chave propostos, optou-se em permanecer com os artigos recuperados que, *a priori*, seriam pertinentes para o estudo, mesmo que o periódico não fosse da CI, pois sendo esta Ciência, uma área multidisciplinar<sup>14</sup>, permite que as outras áreas contribuam para o estudo em questão.

Assim, no Quadro 1 - é possível conferir os descritores usados que permitiu o levantamento das fontes bibliográficas nas respectivas Bases de Dados e também, a quantidade recuperada econsiderada relevante para o estudo. As referências levantadas estão listadas no Apêndice 1.

---

<sup>14</sup> Multidisciplinar é a reunião de várias disciplinas em busca de metas e/ou objetivos a serem atingidos. A Ciência da Informação se ocupa: da Biblioteconomia, da Linguística, da Psicologia, da Filosofia, da Sociologia, da Matemática, da Administração, da Ciência da Computação, da Engenharia, entre outras – essa junção interdisciplinar faz a Ciência da Informação multidisciplinar (SARACEVIC, 1996).

**Quadro 1 - Descritores e Bases de Dados referenciais da área da Ciência da Informação**

DESCRITORES	BRAPCI	SCOPUS	CAPES	SCIELO	TOTAL REC*	TOTAL REL**.
Gestão de Informação Indígena	0	0	0	0	0	0
Gestão do Conhecimento Indígena	1	34/6	0	1/1	36	8
Conhecimento Indígena	23/18	0	0	0	23	18
Biblioteca Indígena	17/17	10/7	30/5	0	67	29
Política Informacional/Cultural Indígena	2/2	11/5	1/1	0	14	7
Mediação Cultural Indígena	2/2	67/2	2/2	0	71	6
Saber Indígena	4/4	0	0	0	4	4

Fonte: Elaboração da autora

Observa-se que onde aparece um número, separado com a barra (/), significa a quantidade recuperada e quantidade relevante em cada base de dados, somando-se todos no total (recuperado e relevante).

Destaca-se que existem descritores que foram descartados por não possibilitar uma recuperação expressiva para a pesquisa, tais quais:

“gestão de bibliotecas indígenas”; foi preciso desmembrar a expressão, sem uso das aspas como: gestão de bibliotecas, ou, biblioteca indígena –para desta forma, recuperar algumas referências; Já o descritor “saberes de natureza etnológica”; mesmo sem uso das aspas ou, palavras separadas, não possibilitou nenhum resultado; “mediação de saberes etnológico”; essa expressão, também não permitiu a recuperação de bibliografias; “Saber indígenas”, esse descritor foi modificado, com as palavras escritas no singular, sem as aspas, para permitir a recuperação de artigos científicos na base de dados BRAPCI.

Infere-se que essas palavras descartadas foram inferidas em leituras e interpretações das fontes informacionais recuperadas, foram analisadas, conforme proposta da análise de conteúdo.

Esclarece-se que, nem todas as bases de dados possibilitam a recuperação das referências, por meio do uso de descritores padronizados, isto é, fez-se necessário utilizar, diversas formas de recursos de buscas, nas diferentes bases de dados, as vezes com uso de “aspas”, outras sem as “aspas”; as vezes com o uso dos booleanos “AND” “NOT”; outras, com uso de expressões truncadas, usando símbolos como (\*) asterisco ou (%) porcentagem. Acredita-se que, essa “não padronização” de

descritores indexados é peculiar das empresas gestoras das bases de dados e seus respectivos sistemas de buscas e recuperações.

**Fonte 2** - Para recuperar dados informacionais nas organizações e/ou instituições buscou-se nos seus respectivos *websites* documentos e/ou informações ali arranjados, os quais foram analisadas e anotadas suas metas e missões de gestão, com a perspectiva de recuperar fontes de evidências que atendessem os objetivos deste estudo.

**Fonte3** - Dos profissionais (*expertise*), foram convidados três profissionais, mas somente um pode participar da coleta de dados. A primeiro, uma profissional (professora aposentada), que atua com políticas indígenas do MS; agendou-se a entrevista, a pesquisadora deslocou-se até o local combinado, procedeu-se à entrevista, em tom de conversas, porém, as respostas não foram coerentes com o estudo, optou-se em refutá-las. No segundo momento, foi com uma docente universitária, doutora em educação, que atua junto a uma comunidade indígena da etnia Terena. Entretanto, no momento de agendar a entrevista, através de conversas via aplicativo de celular, a docente deixou de responder às mensagens da pesquisadora; mesmo na insistência de uma data, ao q, posteriormente, não se manifestou.

Já em um terceiro momento, constatou-se um antropólogo, professor, doutor, pesquisador e estudioso das etnias indígenas, existentes no Estado de Mato Grosso do Sul, a quem foi encaminhado um convite via *e-mail* onde prontamente se colocou à disposição para responder tanto uma entrevista quanto um questionário. Devido ao atraso do tempo para com a pesquisa, optou-se em enviar um questionário com questões abertas, o qual, respondeu sobre suas práticas, propôs sugestões como boas fontes de evidências na gestão e mediação cultural e de saberes de natureza etnológica, devolvendo-o em seguida, conforme Apêndice 2.

**Fonte 4** - O Líder indígena foi visitado em sua comunidade pela pesquisadora que, naquela ocasião convidou o Cacique (Capitão para aquela etnia), para participar da entrevista, portando em mãos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Assim, a pesquisadora explanou o objetivo da pesquisa em questão. Com o aceite do respondente, iniciou-se a entrevista semiestruturada, a qual favoreceu

colher opiniões e sugestões sobre um sistema de gestão e mediação cultural e de saberes de natureza etnológica, destinado às comunidades indígenas locais, regionais e nacionais, de acordo com o Apêndice 3.

#### 5.4.2 Procedimentos de análise dos dados

Nesta seção são descritos os procedimentos de análises dos dados obtidos, mediante pesquisa bibliográfica, levantamento de dados informacionais nas organizações, aplicação de questionário e a realização da entrevista. As análises realizadas nessas quatro fontes de evidências, elencadas acima, juntamente com o apoio dos procedimentos da análise de conteúdo, permitiram inferir diretrizes e subsídios, baseadas nas melhores práticas, evidenciadas nos textos científicos e nas comunicações – como fontes de evidências pertinentes, para atingir os objetivos elencados. Assim, pôde-se vislumbrar a construção de diretrizes de políticas públicas informacionais nas organizações indígenas do MS.

A análise de conteúdo, proposto para analisar e discutir as informações levantadas é um procedimento indicado por Laurence Bardin como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores que permitem a inferências de conhecimentos relativos às condições de produção ou recepção destas mensagens (BARDIN, 2016, não paginado).

Essa técnica consiste em leituras aprofundadas em cada resposta dada pelos sujeitos de uma pesquisa e/ou mensagens como formas de comunicações ou textos científicos, a fim de se compreender as “entrelinhas” do que foi exposto, informados nas opiniões ou ideias das pessoas, seja na forma oral ou escrita. A análise de conteúdos permite ao analista observar as expressões indiretas e/ou implícitas nas respostas e conteúdos analisados. Sua função primordial é o desvendar crítico a partir de análises de conteúdo, continentes e discursos diversificados.

No entendimento de Silva e Valentim (2019, p. 331)

a ‘Análise de Conteúdo’ consiste em um método passível de ser aplicado em diversos contextos, sendo bastante adequada para pesquisas qualitativas em que se necessita identificar a presença ou ausência de determinados aspectos investigados.

A análise de conteúdo qualitativa, conforme ponto de vista de Scheier (2012), mencionado por Silva e Valentim (2019), possibilita, sistematicamente, a descrição dos significados e dos materiais de análise de acordo com aspectos específicos. Atentam para, no caso de a categorização ser feita *a posteriori* ser possível definir os aspectos a serem analisados a partir dos dados coletados (SILVA; VALENTIM, 2019).

No entendimento de Cavalcante, Calixto e Pinheiro (2014) a técnica análise de conteúdo, é composta por procedimentos sistemáticos que proporcionam o levantamento de indicadores (quantitativo ou não), permitindo a realização de inferência de conhecimento. É um instrumento de pesquisa científica, com múltiplas aplicações, e, por conseguinte, os procedimentos utilizados podem variar em função dos objetivos da pesquisa. Independentemente de suas finalidades, é preciso que ela seja submetida para ter valor científico, atendendo algumas regras para que o resultado seja validado, e por quanto, diferencie de análises meramente intuitivas.

Segundo Oliveira (2008, p.570)

O objetivo principal da análise de conteúdo pode ser sintetizado em manipulação das mensagens, tanto do seu conteúdo quanto da expressão desse conteúdo, para colocar em evidência indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a mesma da mensagem.

Em termos de aplicação, diz a autora, a análise de conteúdo possibilita acessar diversos conteúdos, explícitos ou não, presentes em um texto, seja expresso nos valores junto ao texto analisado, sejam quando brotam das implicações do contexto político dos discursos, assim [...] análise das representações sociais sobre determinado objeto; inconsciente coletivo em determinado tema; repertório semântico ou sintático de determinado grupo social ou profissional; análise da comunicação cotidiana, seja ela verbal ou escrita, entre outros (OLIVEIRA, 2008, p. 271).

A técnica de análise de conteúdo deve ser realizada em três fases:

- **A pré-análise** consiste, de modo geral, na organização e leituras flutuantes nos primeiros contatos com o material eleito a ser analisado (BARDIN, 2016).
- **A exploração do material selecionado** de modo a aprofundar mais a análise, utilizando-se de procedimentos preestabelecidos como a codificação (BARDIN, 2016). A codificação corresponde à escolha das unidades de registro (recorte do texto em unidades significativas). A escolha das categorias de análise (classificação e agregação) é uma das etapas mais

importantes da codificação, pois, é nessa etapa que as unidades de registros são agregadas e classificadas por meio da operação de categorização (BARDIN, 2016; SILVA; FOSSÁ, 2015),

- **O tratamento dos resultados obtidos**, o qual corresponde à terceira fase da análise; a inferência e a interpretação, em que os dados brutos serão trabalhados e interpretados; enfim, o que foi desenvolvido através da análise em todo o material (SILVA; FOSSÁ, 2015).

Observa-se que, essa análise e tratamento dos resultados foram realizados com as quatro fontes de evidências levantadas. Tal abordagem deve apresentar conteúdos e/ou mensagens que nos permitam traçar inferências sobre outras realidades não ditas e/ou expostas, respondendo à questão referente ao problema e, aos objetivos propostos neste estudo.

#### 5.4.3 Elaboração das categorias de análise

Os dados coletados foram analisados, por meio da análise categorial temática apresentado por Bardin (2016) a qual, consiste no desmembramento do texto em categorias temáticas, proposto para atender aos objetivos da pesquisa, ou seja, a análise categorial, a qual funciona por operações de desmembramentos equivalentes. As categorias iniciais foram definidas, posterior às coletas de dados. Entre as técnicas que compõem o escopo da análise de conteúdo, aplicou-se a análise categorial, para interpretar os dados obtidos, seja a partir da pesquisa bibliográfica em bases de dados científicas, seja a partir do questionário e da entrevista semiestruturada, aplicados aos sujeitos da pesquisa. A escolha pela análise categorial é respaldada pelo fato de que “é a melhor alternativa quando se quer estudar valores, opiniões, atitudes e crenças, através de dados qualitativos” (SILVA; FOSSÁ, 2015, p. 8).

Com as leituras e interpretações dos textos levantados, das respostas do questionário, e da entrevista que foram aplicados aos sujeitos envolvidos com a temática – foi elaborado recortes das palavras e/ou fragmentos das unidades de contexto, que possibilitou, a codificação semântica, a partir destas, posteriormente, construiu-se os indicadores.

As categorias definidas, surgiram a partir dos descritores determinados no levantamento e identificação dos artigos em bases de dados informacionais. A partir

dos descritores informação, conhecimento e saber indígena, gestão da informação/conhecimento indígena, foram agrupadas, formando categorias denominados **Ativos informacionais**: são dados, informação, conhecimento e saberes – são ativos valiosos que devem ser bem administrados, de modo a maximizar o seu valor. Esses ativos indígenas, é entendido por Zaman (2022, tradução nossa) como um sistema vivo, porque, é muito mais reflexivo e está intimamente ligado, aos processos e atividades de gestão de conhecimentos sob a ótica dos indígenas e seus sistemas comunitários, visto que, um sistema vivo está constantemente criando novos conhecimentos, os quais, estão profundamente ligados às atividades do dia-a-dia e aos sistemas sociais comunitários.

Os descritores Biblioteca, arquivo, museu e repositórios indígena e as tecnologias foram reunidas em categorias denominados **Ambientes informacionais**: são os espaços de interações sociais que gerenciam o contexto, no qual se dá informações, conhecimentos e saberes. Os ambientes informacionais indígenas servem como mantenedores da cultura que tem como missão principal, atender às necessidades de informações, relacionadas às etnias específicas, sendo de particular interesse, para a recuperação, conservação, divulgação e revitalização da informação em (e entre) dois espaços, interno e externo (CIVALLERO, 2007, tradução nossa).

Os descritores, políticas informacional/cultural e cultura indígena, ao serem agregadas originaram as categorias **Estruturas organizacionais**: são entendidas, como a ordenação e agrupamentos de atividades e recursos materiais, financeiros e humanos, que visam o alcance dos objetivos e resultados de uma organização. São estruturas relacionadas à institucionalização de políticas públicas informacionais, constituída e planejadas para atender a população indígena brasileira.

Com a formação das categorias, elaborou-se as Unidade de Contextos (UC), em seguida, Unidade de Provas (UP). Essas categorizações surgiram, a partir das leituras e interpretações dos documentos (categorias de contextos) - Apendices A, B, C.

## **6 ANÁLISES E DISCUSSÕES DE RESULTADOS**

A análise dos dados coletados ocorreu mediante a aplicação da análise de conteúdo, com emprego da técnica análise categorial, proposto por Bardin (2016).

A classificação de elementos em categorias Bardin (2016) exige investigar o que cada elemento tem em comum com outros, sendo a parte em comum existente a que vai permitir o seu agrupamento. Para tanto, após exploração do portfólio de análise (categorias de contexto), por meio de leitura flutuante, realizaram-se as codificações, agregando palavras com significados semelhantes, para assim, formaram-se os indicadores. Durante este processo, foram inicialmente, codificados todos os elementos considerados relevantes e relacionados, aos objetivos específicos.

Após levantamento das menores partes, isto é, as menores unidades dentro do texto, que correspondem uma palavra, a um trecho, uma frase, ou até mesmo um fragmento que descreve ou representa um código e/ou unidade de registro, passou-se em seguida, agrupá-las por similaridade ou afinidade, formando as unidades de contexto (UC), como conceitos norteadores, referenciando Bardin (2016). Esses fragmentos possibilitaram a codificação em partes menores, formando unidades de prova (UP). Por conseguinte, à junção das palavras que formaram essas UPs, procedentes dos textos, (também chamadas de unidades de registro UR), denominou-se indicadores. São esses termos inferidos, que melhor representam as categorias de análises elaboradas.

Assim exposto, a Figura 5, representa esses processos de categorização e abstração do conteúdo.

**Figura 5 - Esquematização do processo de codificação e categorização**



Fonte: A autora

Essa representação (Figura 5), segue a linha de entendimento de Bandin (2016) sobre a categorização, a qual pode ser subdividido em 4 grupos:

- a) **Categoría de contexto:** engloba todo o conteúdo, são as mais amplas e podem ser definidas a partir da pesquisa bibliográfica, Por isso, mantêm relação direta com os objetivos da pesquisa;
- b) **Categoría de análise:** subdivisão das categorias de contextos em partes menores que possibilitaram a análise;
- c) **Unidades de registro (Indicadores):** são as palavras-tema que explicam a categoria de análise;
- d) **Unidade de contexto (de prova):** são os menores recortes, palavras, frases ou fragmento, ou seja, menores recortes que possibilitam explicar a unidade de registro.

Deste modo, destacam-se os quadros 2, 3 e 4, elaborados com respectivas categorias, indicadores, unidades de provas e unidades de contextos, juntamente com as inferências, entendimentos e discussões apresentadas, após as análises.

## 6.1 Ativos informacionais

O Quadro 2, apresenta a categoria ativos informacionais, com as unidades de contextos (UC), os quais são alguns fragmentos recortados que explicam as unidades de prova (UP). Essas unidades de prova são partes representativas que permitiram a

elaboração dos seguintes indicadores (I): Planejamento estratégico e gestão de ativos informacionais; Técnica de gestão e organização de produtos e serviços informacionais; Gestão para capacitação e autonomia informacional indígena; Processo de gestão de ativos informacionais como produtos de valor agregado.

**Quadro 2 - Ativos informacionais**

CATEGORIA	INDICADORES	UNIDADE DE PROVA	UNIDADES DE CONTEXTO
ATIVOS INFORMACIONAIS	Planejamento estratégico e gestão de ativos informacionais	Planejar Elaborar planos Elaborar projetos Traçar estratégias Adequar Desenvolver padrões Gerenciar Controlar/gerir Tomada de decisão Lidera Desempenho Competitividade	Planejar e adequar estratégias de mudanças, desenvolvimentos e expansão de territórios, a partir de posses informacionais pelos povos indígenas [...]. Líderes comunitários indígenas são os principais guardiões do conhecimento; especialistas que ajudarão a identificar, coletar e validar o conhecimento adquirido [...] como gestores.
	Técnica de gestão e organização de produtos e serviços informacionais indígenas	Coletar Capturar Organizar Codificar Indexar Conserver Proteger Documentar Analisa Desenvolvimento de coleções Resgate de saberes Preservar a língua original Preservar cultura tradicional Transferência Divulgar Difusão do patrimônio cultural Disseminar Compartilhar Cooperação Estabelece parceria Conectar pessoas Colaboração União de sistemas	[...]as técnicas indígenas de gestão de recursos naturais [...] são considerados sofisticados, cientificamente válidos, produtivos e adequados [...] engloba um conjunto de atividades inter-relacionadas relativas à identificação, coleta, codificação, documentação, organização [...] transferência e compartilhamento de conhecimento sobre os meios de subsistência e ecossistemas das comunidades indígenas, para o desenvolvimento.
	Gestão para capacitação e autonomia informacional indígena	Recursos humanos Capital humano Treinar Transformador Capacitar Capacitação tecnológica Incentivar Fornecer acesso	Capacitação: diz respeito às habilidades necessárias para a Sociedade da Informação, incluindo alfabetização informacional [...] seria necessário desenvolver a capacidade do pessoal sobre como gerir e preservar o conhecimento como os dos indígenas, [...] trabalhar em as

CATEGORIA	INDICADORES	UNIDADE DE PROVA	UNIDADES DE CONTEXTO
		Desenvolver habilidades Empoderamento Inovação Apropriação escrita Alfabetizar Experiencia Conhecer	implicações legais que advêm da gestão e preservação do conhecimento indígena [...] as técnicas indígenas de gestão de recursos naturais [...] são consideradas sofisticadas, cientificamente válidas, produtivas e adequadas.
	Processo de gestão de ativos informacionais como produtos de valor agregado	Patrimônio cultural Valor de prova Elementos de veracidade Conhecimentos como mercadoria Produto de troca Recurso vital Recebem vantagem Ferramenta de construção Constituição de cultura Expertise Contributo cultural Contributo científico e tecnológico Incorporação Integrar	O conhecimento indígena é cada vez mais discutido por todos como uma mercadoria, algo de valor, algo que pode ter valor agregado, algo que pode ser trocado, negociado, apropriado, preservado, algo que pode ser escavado e minerado. [...] uma das maiores proteções que o recolhimento e a salvaguarda dessa documentação pode trazer é do uso da terra por parte dos indígenas [...].

Fonte: Elaboração da autora

Esta primeira categoria “Ativos informacionais” constitui-se da junção de informação, conhecimento e/ou saberes indígenas. Foi denominada ativos, por serem considerados algo de muito valor no contexto organizacional. Normalmente, essa terminologia é proveniente de área financeira e refere-se a elementos valiosos para um indivíduo ou organização e, em decorrência dessa grandeza, precisa ser muito bem preservado e protegido (SÊMOLA, 2014). Paralelamente, é com esse mesmo grau de importância que se discorre sobre os ativos informacionais de natureza étnica.

Saberes e/ou conhecimentos indígenas, aqui denominados ativos, são entendidos por Zaman *et al.* (2015) como um sistema vivo, por serem muito mais reflexivos e por estarem intimamente imbricado nos processos e atividades de gestão de conhecimentos, provenientes da visão de mundo dos indígenas e de seus sistemas comunitários. Desse modo, por ser algo inerente às atividades do dia a dia, um sistema vivo detém a capacidade de gerar novos saberes, na medida em que se avolumam os desafios, nestes tempos, da vida primitiva em comunidade, de suas necessidades materiais e espirituais; dos intercâmbios culturais incidentes a que estão sujeitos esses povos. Enfim, esse sistema é, dessa forma, alimentado e posto a

produzir conhecimentos oriundos de múltiplos relacionamentos sociais intercomunitários, a serem geridos sem que se abra mão da ancestralidade e dos ritos indígenas. Ressalta-se, de passagem, que tais saberes/conhecimentos podem ser, ainda, ponderados e avaliados antes da sua aceitação e assimilação pela comunidade geradora. Portanto, para gerir (administrar) ativos informacionais, é necessário a princípio, que eles sejam criados, assimilados e/ou desenvolvidos pelos sujeitos cognoscentes. Essa construção dos saberes acontece por intermediação de processos sociais colaborativos, bem como por meio de processos cognitivos de um indivíduo. Só então o conhecimento é desenvolvido, compartilhado, ampliado e justificado nos ambientes e/ou espaços organizacionais comunitários. Destaca-se, em tempo, que esses processos de criação e desenvolvimento de ativos estão relacionados às etapas de compartilhar conhecimentos tácitos; de criar e justificar conceitos; de construir protótipos e nivelá-los em graus de cognição (KROGH; ICHIJO; NONAKA, 2000, apud ZAMAN et al., 2015, tradução nossa).

Assim também, Mello (s. d.; documento eletrônico) entende e conceitua os ativos informacionais de natureza etnológicos, como tangíveis e intangíveis. Esse autor ressalta que a natureza dos ativos intangíveis surge de conhecimentos da população indígena, a partir de valores e saberes culturais que, por sua vez, positivam-se nos ativos tangíveis, a exemplo da documentação sobre os povos indígenas brasileiros. “Os ativos intangíveis representam um conjunto estruturado de conhecimentos, saberes, práticas e atitudes das empresas que, ao interagir com seus ativos tangíveis, contribuem para a formação do valor de uma organização” (KAYO, 2002, p. 14 apud MELLO, s. d. documento eletrônico). Neste sentido, Mello (s.d.) inverte o eixo de entendimento empresarial de organização para o campo organizacional das entidades indígenas e, por conseguinte, especificidades desses povos espalhados pelo Brasil.

Os ativos tácitos e/ou intangíveis referem-se às coisas que um indivíduo sabe, e não podem ser expressas, usando a linguagem. São os modelos mentais que nunca se esvaziam, conforme exposto por Takeuchi e Nonaka (2008) mencionados anteriormente, nesta tese. O contexto das comunidades tradicionais é o facilitador para o desenvolvimento de saberes originários; ambientes propícios de cultura que favorecem os processos de capacitação e engajamento, com novas informações e *know-how* (habilidade, expertise, capacidade).

Os ativos tangíveis são, então, documentos e registros informacionais de natureza etnológica, os quais formam um conjunto de valor agregado, fundamental para o desenvolvimento das potencialidades dos povos indígenas (MELLO; PIMENTA, 2018). Esses ativos tangíveis ou explícitos (NAKATA, 2013) são conhecimentos textuais, escritos, gravados em áudios, vídeos ou gráficos. Podem consistir numa entidade física ou virtual. Esta pode ser nomeada, medida, divulgada e, às vezes, seu valor monetário pode ser determinado. Desse modo, conforme já argumentado, o processo de criação do conhecimento é muito influenciado pelo contexto e cenário particular (NONAKA, 1994 *apud* ZAMAN *et al.*, 2015). Já nas organizações (empresariais), esse ativo é alienado ao seu contexto; as fontes de conhecimentos implícitas são transformadas em produtos comoditizados e transmitidos, sistematicamente, entre as empresas. Com efeito, estas organizações se tornam o centro de modelos de criação desse tipo de conhecimento, por transformar o que é tácito em formas explícitas e codificadas; diferentemente dos modos de gestão dos conhecimentos indígenas.

Por isso, é possível considerar que esses ativos e os materiais culturais indígenas são um corpo de conhecimento altamente contextualizado, onde as atividades coletivas são partes essenciais do sistema de gestão; além disso, essas comunidades têm um sistema de governança integrado de crenças culturais e mitológicas que controlam essas manifestações coletivas (ZAMAN *et al.*, 2015). Por conseguinte, tais crenças, são sempre mais do que artefatos ou documentos; são riquezas valiosas, de alto calibre que urgem sua preservação e cuidados (NAKATA, 2013, p. 101, tradução nossa). Além disso, faz-se necessário uma compreensão do conhecimento indígena e de sua importância na vida da comunidade, adotando uma perspectiva integrada o bastante para incluir os aspectos espirituais e materiais desse tipo de sociedade, bem como as relações complexas que emergem dela (NAKATA, 2013).

Os ativos informacionais pertencentes aos povos originários são múltiplos e diversos. Assim também Sharkel (2016, p. 430, tradução nossa) visualiza-os, dizendo que a amplitude desses ativos integra outros campos de cognição. Embora a lista seja ampla, considera-se relevante apresentar algumas manifestações desses conhecimentos/saberes que o autor relata:

- Árvores e plantas que crescem bem juntas: chamam-na de plantas indicadoras, ao apresentar a salinidade do solo ou, que florescem no início das chuvas;
- Práticas e tecnologias: métodos de tratamento e armazenamento de sementes, métodos de fixação óssea, tratamento de doenças;
- Nutrição: valorização dos recursos alimentares locais, elaboração de receitas dietéticas sazonais;
- Alimentos e tecnologia: por exemplo, fermentação;
- Saúde: testes de curandeiros de novos medicamentos vegetais;
- Usos da flora, fauna, metais e minerais para o manejo de doenças comuns e crônicas; cuidados da saúde preventivas;
- Cuidados veterinários, por exemplo, doenças do gado com ervas disponíveis localmente;
- Crenças: como os festivais religiosos, cerimônias;
- Recursos humanos: organizações locais como grupos de parentesco, conselhos de anciões ou grupos que compartilham e trocam trabalho;
- Educação: métodos tradicionais de instrução e oralidade, aprendizagem através da observação;
- Comunicação: contar histórias;
- Agricultura e Pescas: pecuária e medicina étnico-veterinária;
- O uso da sabedoria indígena é evidente na previsão do tempo, tratamento de sementes, qualidade do solo, bio pesticidas e fertilizantes, formas de vida em rios e oceanos e seu comportamento;
- Ferramentas: equipamentos para plantios e colheitas, panelas/utensílios e implementos/ferramentas;
- Artesanato: fabricação de tapetes; manejo do couro; têxteis; trabalhos em metal, cerâmica, fibras, joias;
- Artes Cênicas: ampla gama de formas de arte folclórica e clássica, específicas de cada região;
- Religião e astrologia: ampla gama de visões de mundo baseadas nas práticas das comunidades étnicas, entre outras várias.

Com base nessas diversas manifestações informacionais e culturais nativas fazem-se necessário e imprescindível focar em planejamentos de sistemas de gestão que agreguem todas as formas de manifestação indígena, procurando não ignorar

e/ou negligenciá-las, como aconteceu em tempos passados, pela ciência ocidental dominante (SARKHEL, 2016).

Destarte, fica esclarecido que os ativos informacionais indígenas, devem ser recuperados, registrados e preservados em ambientes apropriados, não só para a sua manutenção e salvaguarda, mas também para divulgá-los e disseminá-los entre as comunidades locais, nacionais e globais. Justificam-se como ativos de riqueza e de alto valor para o etnodesenvolvimento, mormente, quando se pensa em progresso e inovações para população indígena brasileira. Em última escala, há ainda a necessidade de serem difundidos, visando um maior reconhecimento e valorização mundial. Na mesma medida, considera-se imprescindível que as comunidades locais, originárias entendam, a partir de seu contexto, a tamanha relevância da preservação desses ativos étnicoculturais.

#### 6.1.1 Planejamento estratégico e gestão de ativos informacionais

A elaboração de desenhos e planos de gestão de ativos informacionais indígenas é um esforço essencial, necessário para que essa população possa compreender, preservar, documentar e disseminar o conhecimento originário, além de transferi-lo, adotá-lo ou ainda adaptá-lo a outros lugares de preservação, fora das mentes sábias dos anciões (SARKHEL, 2016, tradução nossa). O conhecimento indígena se manifesta no cotidiano da população; são usados pelas pessoas em nível local como base para decisões, relativas a todas as atividades vitais, incluindo saúde, educação, gestão de recursos naturais, segurança alimentar e gestão de conflitos. Esses ativos, consequentemente, constituem o **capital social** e, principal ativo das pessoas na comunidade locais (ASAMOAH; NGULUBE, 2021, tradução nossa).

O **planejamento estratégico** para acessos informacionais, destinados às populações indígenas brasileiras, deve objetivar atender às carências de informação e demais insatisfações e/ou lacunas que permeiam as comunidades locais; devem apresentar **propostas políticas** que **fomentem e apoiem** a formação de **ambientes inovadores**, capazes de preservar e disseminar ativos étnicoculturais, e garantir, seus acessos e posses, pelos sujeitos requerentes. Neste sentido, a *International Federation of Library Associations and Institutions - IFLA* (2015?) apresenta os 17 objetivos de desenvolvimento sustentáveis (ODS) da nova agenda 2030, elaborada pela ONU. Tal Agenda destaca o acesso à informação e o reconhece entre os

objetivos constantes do 16 ODS. Enfatiza que o acesso público à informação propicia às pessoas **tomarem decisões** conscientes que possam melhorar suas vidas (IFLA, 2015?, não paginado, documento eletrônico). O acesso aos ativos (informação, conhecimento, saberes), permite que as pessoas (inclusive as indígenas) saiam das condições de pobreza e de desigualdades, possibilita melhorar a agricultura, proporciona educação de qualidade, promove a saúde, a cultura e a inovação (IFLA, 2015?).

Esses objetivos de desenvolvimento sustentáveis, vão ao encontro do conceito, e/ou, da proposta de políticas de inovação social, os quais se alinham à ideia de suprir deficiências de crescimento econômico e social e de possibilitar condições para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo (BITTENCOURT; RONCONI, 2016).

As autoras destacam, dentre as estratégias para a inovação social:

O crescimento econômico inteligente significa o desenvolvimento de uma economia baseada em conhecimento e inovação; o crescimento econômico sustentável promove uma economia mais eficiente em termos de recursos, mais verde e competitivo; na prioridade de crescimento inclusivo agrega-se uma economia com alto nível de emprego que tenha coesão social e territorial (CE, 2013 apud BITTENCOURT; RONCONI, 2016).

Essa perspectiva estratégica de inovação põe em relevo uma inquietação socioeconômica de desenvolvimento sustentável para as comunidades; assenta que a **inovação social** está relacionada à concepção de desenvolver e/ou criar práticas proativas e assertivas para resolver problemas sociais diversos. A inovação social pode ser interpretada como elemento de criatividade, procedente de participações ativas e colaborativas entre as comunidades, um recurso que possibilita o desenvolvimento de políticas participativas por meio de trocas de ideias, diálogos interativos, com base em posses informacionais pelos sujeitos.

Assim também, Bedin, Padilha e Lopes, (2019) entendem que os ativos informacionais são imprescindíveis para gerar inovação social.

A inovação social abrange a melhoria do bem-estar dos indivíduos e da comunidade por meio do emprego, consumo ou participação, e seu propósito expresso é, portanto, fornecer soluções para problemas individuais e comunitários (BEDIN; PADILHA; LOPES, 2019, p.502).

Destarte, a gestão de ativos informacionais é condição *sine qua non* para a inovação social, visto que se preocupa com a resolução das adversidades sociais e,

para tanto, propõe estratégias voltadas para melhorias da qualidade de vida e desenvolvimento das pessoas e de seus territórios.

Compreende-se ativos informacionais indígenas tal quais riquezas naturais, ou tesouro da humanidade, imprescindíveis para o desenvolvimento sustentável e inovação. Criar estratégias para gerenciar e salvaguardar esses ativos é pertinente, de modo que são considerados ativos cobiçados, recentemente reconhecido, algo que vêm emergindo nos círculos acadêmicos e científicos como fontes de pesquisas, nas áreas de:

Ecologia, ciência do solo, medicina veterinária, silvicultura, saúde humana, gestão de recursos aquáticos, botânica, zoologia, agronomia, economia agrícola, sociologia rural, matemática, ciência da gestão, educação e extensão agrícola, pesca, gestão de áreas, ciência da informação, gestão da vida selvagem e gestão de recursos hídricos (NAKATA, 2002, p. 2, tradução nossa).

Esse reconhecimento é decorrente da necessidade de formas e métodos de estudos e pesquisas na questão de **sustabilidade ambiental**, por isso há uma demanda emergente da comunidade mundial por conhecimento indígena e, acompanhando isso, uma série de respostas para **preservar, salvaguardar e proteger** essa área, como um recurso vital das comunidades indígenas em todo o mundo (NAKATA, 2013, tradução nossa). Esse autor diz ainda que há também uma literatura crescente sobre sistemas de conhecimento indígena. Por isso, seria necessária, a intersecção de instituições públicas que administram grandes quantidades de ativos informacionais, estabelecer parcerias com as comunidades locais, as quais, “[...] têm seus próprios sistemas de gestão desses conhecimentos e ainda buscam a afirmação política dos povos indígenas ao redor do mundo, porque têm algum controle sobre o tratamento de seus conhecimentos [...]” (NAKATA, 2013, p.101, tradução nossa).

Essa percepção e reconhecimento desses bens informacionais de natureza etnológica deve fazer parte do cotidiano das comunidades indígenas, no sentido de buscar formas de recuperação e preservação da memória identitária e **revitalização cultural** e social dessas comunidades (CIVALLERO, 2007). Esse autor reforça que a recuperação e salvaguarda desses ativos informacionais são tarefas, cujas realizações os espaços informacionais possibilitam, para resgatarem identidades em fuga e a conduzir indígenas a acreditarem em si mesmos, esquecendo a exclusão

social (CIVALLERO, 2007) – são **formas de descolonização** de seus conhecimentos/saberes.

Do exposto, visualiza-se que um adequado planejamento para organizar, salvaguardar e, posteriormente, com a colaboração de um agente nativo, disseminar ativos informacionais de natureza etnológica, dos e para os povos indígenas, são **formas de emancipação** que os habilitam para **tomada de decisões e aprendizagem efetiva**. Com efeito, ao apossarem-se desses ativos, devem ter a consciência de que têm em mãos algo - “essencial para a compreensão de um processo educativo; fundamental para ultrapassar a condição de tutela em direção à liberdade, e desse modo, superar as práticas históricas que legitimam a opressão” (MAROLDI; LIMA; AASI, 2018, p. 179), desta população brasileira. Os sistemas de conhecimento indígenas são fundamentados em diferentes cosmologias, epistemologias e ontologias do conhecimento ocidental. Está na terra, e nas pessoas que pertencem à terra (NAKATA, 2013, tradução nossa).

Na opinião de Zaman, (2010, tradução nossa), todo conhecimento envolve seres humanos que fazem o conhecer. Destaca que o conhecimento é um recurso um tanto intrínseco e, portanto, as pessoas são as únicas fontes verdadeiras de conhecimento, tornando-as o centro de um processo de gestão do conhecimento. Todavia, “o conhecimento indígena, como um sistema vivo é muito mais reflexivo e está intimamente imbricado nos processos e atividades de gestão do conhecimento dos povos originários e seus sistemas comunitários [...]”, tais quais são, processos sociais e colaborativos, bem como, processos cognitivos de um indivíduo (ZAMAN, 2010, p. 1, tradução nossa). Estes saberes indígenas, como já dito, são corpos de conhecimentos altamente contextualizados, onde as atividades coletivas da comunidade são partes essenciais de um sistema de gestão.

As técnicas e formas de gestão e desenvolvimento de produtos e serviços de ativos informacionais, devem ter o apoio e orientações de profissionais da informação. Porém, são os indígenas que devem desempenhar um papel principal e decisivo na organização, na revitalização informacional e cultural para as comunidades nativas e seus espaços etnológicos.

#### 6.1.2 Técnica de gestão e organização de produtos e serviços informacionais indígenas

A gestão e desenvolvimento de produtos e serviços informacionais, dos e para os povos indígenas, engloba um conjunto de atividades inter-relacionadas relativas à **identificação, coleta, codificação, documentação, organização, preservação, transferência, ligação, aplicação, disseminação e compartilhamento** de conhecimento sobre os meios de subsistência e ecossistemas das comunidades indígenas, visando o desenvolvimento e/ou etnodesenvolvimento dessas comunidades (EDEJAFIRU, 2019, SHARKHEL, 2016, tradução nossa). A população indígena tem profundo e minucioso conhecimento dos sistemas e das espécies, com as quais vive em contato, há gerações. Suas técnicas de gestão de recursos naturais não são primitivas, destrutivas, tampouco ineficazes, conforme ponto de vista de muitos formuladores de políticas e/ou de cientistas da sociedade ocidental; pelo contrário são consideradas sofisticadas, cientificamente válidos, produtivas e adequadas, pondera Edejafiru (2019).

O conjunto de atividades técnicas de **documentar** ativos informacionais indígenas, são partes da gestão que, segundo Jain (2006, tradução nossa), pode ser usado para **resgatar** o conhecimento Indígena.

Se quisermos preservar nossa cultura, nossas tradições e o conhecimento inestimável de nossos antepassados, que podem guiar as próximas gerações, isso é possível através da gestão do conhecimento. Pois o conhecimento indígena não é estático; é dinâmico. Portanto, é imperativo preservá-lo não apenas para desenvolver a África, mas para mostrar ao mundo em geral o grande conhecimento que o continente africano possui (JAIN, 2006, p. 58, tradução nossa).

As atividades internas de um espaço de informação devem estar sempre, destinadas a facilitar os acessos e posses pelos usuários que buscam tais informações. Desta forma, Sharkhel (2016, p. 431, tradução nossa) entende que, “o objetivo principal do sistema de gestão do conhecimento indígena é fornecer acesso às coleções e a materiais ali organizados e **indexados**”. O autor entende ainda que, os profissionais da informação, os quais detêm de muita habilidade na organização de elementos informacionais, devem se valer dessas experiências para tornar acessíveis e usáveis esses saberes. É imprescindível, um direcionamento de ações que favoreçam acessos equitativos para todas as comunidades. A estratégia de gestão de processos técnicos, como o **desenvolvimento de coleções, as codificações, indexações e armazenamentos**, deverá adaptar-se aos modelos de

entendimento da população indígena, para, assim atingir suas finalidades que são os acessos e as posses informacionais.

As técnicas de desenvolvimento de coleções compõem-se de estratégias políticas de gestão para resgatar e/ou recuperar informações e artefatos culturais de natureza étnica, no sentido de organizar um espaço, físico ou on-line para salvaguardar os conhecimentos e/ou saberes originários. Esse processo de desenvolvimento de coleções indígenas deverá ter a colaboração de agentes indígenas por serem os principais interessados e capacitados para entender, quais produtos e serviços, são compatíveis com seus sistemas de conhecimentos originários. Nesse mesmo sentido, Sharkhel (2016) sugere que tais atividades organizacionais para os povos indígenas possam contar com a parceria de pessoas da comunidade e cooperação de profissionais etnógrafos, antropólogos, botânicos, zoólogos, historiadores orais, e outras cooperações. Somam-se a estes, os esforços de outros profissionais iniciados nos trâmites desses processos, tais como profissionais da informação, capacitados para **coletar, organizar, documentar, divulgar e mediar essas informações**.

Os indígenas, ao serem capacitados para gerir seus próprios conhecimentos/saberes, passam a lutar pela preservação e desenvolvimento de seus próprios acervos, entendendo a importância da salvaguarda da **memória indígena ancestral**, tornando-se protagonistas no **resgate de saberes, na preservação de suas línguas originárias, na disseminação e transferências** de informações e/ou, de suas **culturas e histórias originárias** (MELLO, 2019a). Como protagonistas, têm a oportunidade de ampliar a visibilidade e entendimento da memória ancestral no espaço em que vivem; de desenvolver a autovalorização e das pessoas da comunidade da qual pertence; de promover seus conhecimentos originários em relação às plantas medicinais, agriculturas, crenças e outras formas e expressões etnicoculturais (BEDIN; PADILHA; LOPES, 2019).

Além de atividades técnicas internas, é fundamental para um bom desempenho nos espaços informacionais, a garantia, a recuperação e preservação de elementos indígenas, cobjetivando a transformação, integração, inclusão social, igualdade como forma de gestão desses espaços, bem como proporcionar o desenvolvimento sustentável nas comunidades locais. Esses elementos, comenta Asamoah e Ngulube (2021, tradução nossa) giram em torno de fatores como a existência de planos de extensão da instituição informacional; o conteúdo e o foco desses programas de

extensão; a parceria com a comunidade indígena; os serviços desenvolvidos para seus membros e, ainda, as responsabilidades sociais da instituição dentro da comunidade membros em que está inserida. Tudo faz parte de processos da gestão.

Para que tudo isso tenha sucesso, os esforços de interações requerem **acordos e parcerias** de todas as partes interessadas e envolvidas. Nesta circunstância, as lideranças das comunidades indígenas podem ser as partes interessadas, pois são os principais guardiões e especialistas em conhecimento originário. São agentes que poderão ajudar a **identificar**, a **coletar** e a **validar** o conhecimento adquirido (ASAMOAH; NGULUBE, 2021, tradução nossa) em partilha com profissionais da informação, cujos papéis são claramente definidos como gestão.

#### 6.1.3 Gestão para capacitação e autonomia informacional indígena

Na atualidade, é indispensável refletir sobre a importância que o conhecimento e informações de natureza etnológica possuem para povos indígenas brasileiros. Diversas organizações etnológicas, dentre elas os Ticuna, Pataxó, Munduruku, têm se manifestado como protagonistas nas ações de documentação e disseminação de suas culturas, inclusive, “[...] para a garantia do modo de vida peculiar e mesmo da sobrevivência de grupos muitas vezes vulneráveis frente ao desenvolvimento econômico assimétrico do país” (MELLO, 2019b, p. 106).

O exercício documentário realizado pelos indígenas, Mello e Couto (2017) são novas caracterizações que têm surgido por força da necessidade de **preservação da memória cultural** dessa população, visto que, “[...] a transmissão da memória indígena passou a ocorrer por meio do suporte físico, ou seja, de natureza documental” (MELLO; COUTO, 2017, p. 92). Além disso, os processos de transformação da memória dos nativos foram efetivados com base nas experiências vivenciadas por eles, em seus constantes contatos com exemplos de registros, utilizados pela sociedade ocidental, onde os documentos têm valor de prova, sendo, desta forma, uma simples interpretação (relatório) dos acontecimentos em terras indígenas.

Suas formas de documentação assumidas, em parceria com profissionais da informação, “são fazeres documentários de âmago etnológico” (MELLO; COUTO, 2017, p. 94). São fazeres, entendidos, como nova configuração documentária, emergente para preservação de estoques informacionais depositados em repositórios

públicos e geridos por entidades autônoma como os **administrados pelos próprios indígenas**, em seus centros de documentação (MELLO; COUTO, 2017).

A capacitação de agentes indígenas para exercícios de gestão de seus ativos informacionais, diz respeito à promoção de **habilidades** para o aprimoramento das diversas atividades técnicas de organização e desenvolvimento de espaços informacionais para usufruto de seu povo. Também envolve o treinamento e **capacitação de recursos humanos**, com o propósito de **alfabetizar informationalmente**. Por via transversal, busca incentivar e capacitar outros agentes indígenas a se apropriarem da informação e, em prol da sua disseminação como forma de **compartilhamento** de saberes. Para a autonomia de gerar e gerenciar seus próprios ativos informacionais ou documentais (MELLO, 2019a) faz-se coerente, habilitá-los para acessos e usos das tecnologias de informação e comunicação: Trata-se de recursos facilitadores da aprendizagem, da **apropriação da escrita** da língua materna e também das línguas portuguesa, inglesa e espanhola, para citar as mais comuns no Brasil.

A capacitação de pessoas para gerir o conhecimento, é uma **ação inovadora**, junto aos povos indígenas brasileiros, porque, são esses sujeitos, reconhecidos como **capital intelectual**, os predecessores e, únicos ativos estratégicos informacionais verdadeiros (JAIN, 2006) e, esse **processo de capacitação** para a gestão, junto às comunidades, são novas formas para obter conhecimento, de aprendizagens e de atuação em seus modos de vida. Os ativos informacionais indígenas são exclusivos de uma determinada cultura ou comunidade, e são bases para **tomada de decisões** em nível local (JAIN, 2006), assim sendo, a gestão desses ativos tem um fator comum em que ambos, conhecimento e gestão, são **capital humano**. Nesse sentido, esse autor destaca que, as mudanças dos padrões da atual sociedade da informação têm influenciado o conhecimento indígena, no sentido de que algumas pessoas indígenas, pretendem esquecer suas raízes de origem, por meio dos processos de aculturação da sociedade não indígena, por isso, a importância da gestão desses conhecimentos, como forma de resgatar e preservar tais ativos identitárias.

A gestão para capacitação, no âmbito das comunidades indígenas, constitui-se de atitudes de **inovação social**, visto que **desenvolve capacidade** do pessoal sobre formas de gerir e preservar ativos etnicoculturais; **propicia aprendizagem** e **habilidades** de acessos e posses de informações e da cultura étnica. A extensão dessa inovação social consolida o reconhecimento da riqueza intrínseca desses

ativos, assim como, viabiliza **acessos à memória ancestral**, proporcionando **melhorias e bem-estar** das pessoas da comunidade, por ser local de trocas de experiências, de incentivo à criação de conteúdos em seu próprio idioma. Por fim, promove o respeito, o empoderamento e, consequentemente, a **autonomia informacional** indígena (SARKHEL, 2016, tradução nossa).

Assim, Jain (2006, tradução nossa) diz que, para o sucesso de uma boa gestão, é importante recompensar os funcionários em razão deles ofertaram a aprendizagem, o compartilhamento e a instauração de um **clima colaborativo**. É importante proporcionar-lhes facilidades como **oportunidades de carreira** e reconhecimento de suas conquistas. Dessa forma, o compartilhamento de conhecimento será incorporado à sua cultura, considerando que, em todo processo de desenvolvimento e gestão, o componente de “**recursos humanos** deve ser incluído e, de fato, concentrado” (JAIN, 2006, p. 55, tradução nossa) para uma gestão próspera.

A gestão de ativos indígenas só será transformadora e socialmente inclusiva, com capacitações e treinamentos de pessoas indígenas, para atuarem como gestoras, capazes de desenvolver sistemas de organização e gestão de ativos informacionais em um contexto etnicocultural que facilite seu uso, posses e acessibilidade.

#### 6.1.4 Processo de gestão de ativos informacionais como produtos de valor agregado

A administração de ativos informacionais visa o bem-estar organizacional e o seu desenvolvimento. Essas demandas suscitam a criação de processos mais eficientes e eficazes, tais como a elaboração e oferta de produtos e serviços de informações que possam **gerar valor** para o cliente/usuário. A posse desses ativos impulsiona a **inovação** e promovem o desenvolvimento de ofertas de mercado único. O processo de gestão de ativos informacionais indígenas é uma necessidade premente, segundo constatam Asamoah e Ngulube, (2021) pois, devido à documentação e organização inadequada, em diversos espaços, esses ativos, ficam só nas mentes dos guardiões e morrem com eles. Estes autores relatam que,

Organizar a informação para fácil acesso e recuperação não é apenas catalogar, abstrair, indexar e classificar, mas, o impulso para a gestão de conhecimento indígena é desenvolver um sistema de organização do conhecimento (KOS) em um contexto cultural que possa ser

utilizável e acessível a todos (ASAMOAH; NGULUBE, 2021, p. 2, tradução nossa).

E, mesmo que estejam organizados com base na “noção ocidental” de conhecimento e informação, é premente um modelo integrado de sistema de gestão do conhecimento indígena, que seja transformador e socialmente inclusivo desses ativos indígenas, os quais, são bastante marginalizados (ASAMOAH; NGULUBE, 2021). Os processos da gestão de ativos informacionais devem objetivar o resgatedo conhecimento e/ou cultura indígena e seus registros como documentos que comprovem suas terras. São **elementos de veracidade** que permitem suscitar e/ou comprovar a permanência de povos em localidades, muitas vezes pleiteadas, ora por fazendeiros ora por mineradores (MELLO; PIMENTA, 2018). Isso é importante para **preservação das tradições culturais**, de saberes tradicionais de antepassados, cujo valor é inestimável para as populações. Essa é a herança que os guia para as próximas gerações e que não pode se extinguir.

De acordo com Meso e Smith, (2000, p. 224) apud Jain (2006, tradução nossa) com o surgimento da gestão do conhecimento, o **capital intelectual** está ganhando cada vez mais reconhecimento como o único ativo estratégico verdadeiro e dinâmico, Jain (2006). É imperativo preservá-lo não apenas para desenvolver um país, mas para inteirar ao mundo em geral acerca do grande conhecimento que um continente possui. O conhecimento/saber indígena pode ser usado para contribuir com a sustentabilidade de todo um país, incluindo as organizações indígenas (JAIN, 2006 p.3). Gerir ativos informacionais originários pode ser visto como uma das maneiras mais eficazes e proativas de um espaço informacional, por serem práticas necessárias para aproveitar esse conhecimento, como elemento efetivo ao desenvolvimento sustentável de uma sociedade (PANT; MOORTHY, 2013).

Administrar ativos informacionais permite que as organizações ou instituições acadêmicas, públicas, privadas ou corporativas saibam o que está à disposição delas; o que podem compartilhar para se manterem à frente dos concorrentes. “É uma atividade indissociável das instituições [...]. Facilitado com os atuais avanços das TIC, as mais recentes práticas de gestão do conhecimento, podem ser usadas para gerenciar o patrimônio do conhecimento tradicional de um país” (PANT; MOORTHY, 2013, p.95, tradução nossa).

Essas práticas de gestão de ativos informacionais envolvem **identificar, capturar, gerenciar, armazenar e disseminar** o conhecimento indígena, além de proteger os direitos dos detentores originais do conhecimento tradicional. Sarkhel (2016) argumenta que, a maioria das pessoas do mundo, confia no conhecimento/saberes indígena sobre: “plantas, animais, insetos, micróbios e sistemas agrícolas para alimentos ou medicamentos. Não são apenas os países pobres e as pessoas pobres que se beneficiam do conhecimento indígena da biodiversidade mundial” (SARKHEL, 2016, tradução nossa, p. 432). Assim também Nakata (2013, tradução nossa), relata que

[...] há uma demanda emergente da comunidade mundial por conhecimento indígena e, acompanhando isso, uma série de respostas para preservar, salvaguardar e proteger essa área como um recurso vital das comunidades indígenas em todo o mundo (NAKATA, 2013, p.100, tradução nossa).

Sarkhel (2016) infere que, o conhecimento indígena ajudou a impulsionar a **inovação e desenvolvimento** industrial, desde agricultura e produtos farmacêuticos até produtos químicos, produtos de papel, energia e outros. São ativos para a ciência, para indústrias e comércio. Neste sentido, Nakata (2002, tradução nossa) relata que, de acordo com as documentações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): o **conhecimento indígena** alimenta indústrias multibilionárias de fornecimento de genética, desde alimentos e produtos farmacêuticos em países desenvolvidos, até produtos químicos, energia e outras manufaturas. Por essas razões, o conhecimento Indígena é suscetível a notório abuso e exploração porque, assim como outras formas de conhecimento, têm valor comercial potencial (SARKHEL, 2016, tradução nossa).

Esses ativos informacionais indígena são cada vez mais discutidos por todos, como **uma mercadoria de muito valor, um produto de troca, algo de valor com vantagem competitiva** entre as instituições e/ou organizações que as possuem e preservam, (NAKATA, 2002). Dessa forma, tornam-se fator fundamental de **desenvolvimento das potencialidades dos povos indígenas**, que, a partir dos acessos e posses, começam a se **apoderar** em virtude desses processos em curso (MELLO; PIMENTA, 2018).

O processo de gestão desses bens valiosos, como formas de **agregar recursos vitais, culturais**, oriundos das comunidades originárias, mesmo que

inseridos nas comunidades científicas, deve primar por apresentar/divulgar uma perspectiva indígena nessa gestão. A razão situa no entendimento do gestor acerca do papel que esses saberes desempenham na vida da comunidade, integrada por valores de natureza material e espiritual, bem como das relações complexas entre eles (NAKATA, 2002,). Ao propor a gestão de ativos indígenas, os profissionais da informação precisam ter essa compreensão para não cair em contradição, ao propor a gestão de ativos indígenas, alheio às concepções originárias. Porque “a estratégia de arquivar e divulgar o conhecimento originário, é contraditória com a própria base conceitual do que é visto como “indígena” no conhecimento indígena” Nakata (2002, p. 3, aspa do autor; tradução nossa). Ademais, de acordo com este autor, o conhecimento indígena é coisa diferente, em lugar diferente para pessoas diferentes – havendo, portanto, controvérsias sobre suas características que os diferencia do conhecimento científico.

Nakata (2002, tradução nossa) alerta para ao usar os métodos e instrumentos da ciência ocidental que fragmenta as categorias de informação, que isola e depois armazena; tais métodos podem não dar certo no contexto de desenvolvimento das comunidades originárias. Desse modo, esse conhecimento indígena, se torna dissociado dos contextos locais, separados de sua originalidade, ou seja, uma entidade a ser estudada, trabalhada, desenvolvida, integrada, transferida e, finalmente, alterada para se adequar a outra. Neste sentido, Pablo B. Eyzaguirre, cientista sênior do Instituto Internacional de Recursos Genéticos de Plantas em Roma, citado por Nakata (2002, p. 3, tradução nossa) também expressa preocupação, ao pronunciar:

[...] tirar pepitas "validadas" de conhecimento indígena fora de seu contexto cultural pode satisfazer a necessidade de um pesquisador externo, ou até mesmo resolver um problema técnico em desenvolvimento, mas pode minar o próprio sistema de conhecimento (EYZAGUIRRE, 2001, p. 1, aspas do autor, apud NAKATA, 2002, p.3).

Por esse motivo, seria conveniente a parceria entre profissionais da informação e lideranças indígenas na criação e desenvolvimento de espaços informacionais, e no seu **desenvolvimento de serviços** como na coleta, recuperação, codificação, preservação e disseminação desses ativos informacionais indígenas. O foco é **integrar valor** entre dois sistemas, tradicional e científico – produzindo novos conhecimentos e práticas que proporcionam soluções para o **desenvolvimento**

**sustentável** em países e comunidades em desenvolvimento (NAKATA, 2002, tradução nossa). Essas ações em conjunto facilitam acessos a todo tipo de ativos informacionais, incluindo o **patrimônio cultural** em seus diversos formatos, demonstrando assim, que as instituições informacionais, são espaços proativos e dinâmicos. Nesse sentido, é apropriada a percepção de que esses espaços têm se engajado, gradualmente, em iniciativas para melhorar os acessos e a representação da arte e cultura indígena, tanto em espaços físicos quanto, no virtual (FULLMER, 2021).

Esses espaços denominados ambientes informacionais são instituições fundamentais para desenvolver planos e projetos de proteção e salvaguarda de ativos de natureza etnológica, como patrimônio cultural e natural indígena.

## 6.2 Ambientes informacionais indígenas

A partir das análises de conteúdos referentes aos ativos informacionais elaborou-se a categoria “Ambientes informacionais”, e gerou-se indicadores que representam, de maneira mais sucinta, a junção das palavras recortadas com significados semânticos e/ou semelhantes, estruturando, a partir das unidades de prova temática, os seguintes indicadores: Espaço especializado no tratamento de ativos informacionais e culturais de natureza etnológica; Ambientes prestadores de múltiplos serviços aos usuários; Espaços educativos e inovadores; Espaços de interações e mediações via tecnologias informacionais.

Tais espaços informacionais são apresentados e discutidos no Quadro 3.

**Quadro 3 - Ambientes informacionais**

CATEGORIA	INDICADORES	UNIDADE DE PROVA	UNIDADES DE CONTEXTO
<b>AMBIENTES INFORMACIONAIS</b>	Espaços especializado no tratamento de ativos informacionais e culturais de natureza etnológica	Armazena Salvaguarda Preserva Coletor Organiza Recuperação Desenvolvimento de coleções Transcrição Exposições	[Museu do índio], sua missão, enquanto unidade de informação, era a salvaguarda e disseminação de informações de natureza etnológica[...]. As tecnologias de informação e comunicação, estão sendo usadas em todo o mundo para armazenar, gerenciar, recuperar, disseminar e preservar o conhecimento indígena [...].
	Ambientes prestadores de múltiplos serviços aos usuários	Pesquisa on-line Levantamento bibliográfico Comutação bibliográfica Empréstimo domiciliar	[...] experiências vivenciadas pelos indígenas, envolvem ensaios, exposições, projetos e museus em diversas regiões do Brasil [...] as bibliotecas e centros

CATEGORIA	INDICADORES	UNIDADE DE PROVA	UNIDADES DE CONTEXTO
		Empréstimos entre bibliotecas Catalogação na fonte Normalização de publicações segundo ABNT Serviços de reprografia Disponibiliza acesso à Internet para pesquisa	de documentação são de particular interesse para a recuperação, conservação, divulgação e revitalização da informação em (e entre) dois espaços [...]. [...] contando com uma coleção de cerca de 50 mil registros, entre livros, folhetos, periódicos, recortes de jornais, obras de referência, monografias, dissertações e teses [...].
	Espaços educativos e inovadores	Ambiente Inovador Centro de pesquisas Centro de educação Centro de registro Centro de diálogo Instituição de acessos culturais Espaço de memória Suporte para restituir a vida Mantenedor de cultura Suporte cultural Especializado nos temas povos indígenas do Brasil	[...] ampliar a rede de inovação no estado, parte do princípio de que desenvolvimento é baseado na informação e no conhecimento, elementos fundamentais para gerar inovação[...]. As bibliotecas podem (e devem) desempenhar um papel principal e decisivo na reorganização e revitalização cultural e social das comunidades nativas [...]

Fonte: Elaboração da autora

Os ambientes informacionais são espaços onde a pessoa acessa, usa e interage com diversos elementos, ferramentas e mecanismos que auxiliam no processo de recuperação e da posse da informação (CAMPOS; VALÉRIO, 2021). São os espaços destinados à recuperação, à organização e ao armazenamento das informações e/ou saberes, ali dispostos e tendentes a ser disponibilizados e/ou disseminados a seus consultentes reais ou potenciais.

Os ambientes informacionais são considerados por Vechiato, Oliveira e Vidotti (2016, p. 59) citado por Campos e Valério (2021, p. 109), como espaços que contemplam as esferas analógica, digital ou híbrida. Na esfera primeira, como o próprio nome expressa, “a informação possui natureza analógica bem como os suportes de armazenagem”; na segunda, “estão as informações de natureza digital, que suscita armazenamento em suportes também digitais, enquanto que, na esfera híbridas, comporem-se os tipos de informação e ambos os tipos de suportes”. Não é demais realçar a natureza desses espaços: os arquivos, as bibliotecas, os museus, os repositórios e, os centros de documentação e informações, de natureza física, digital e/ou online – reservados para salvaguardar elementos informacionais, gerenciados por um profissional da informação.

Os ambientes de informações dos e, para os povos indígenas, devem estar adequados para atender às demandas informacionais de natureza etnológica, tão bem como, ser organizado e gerenciado, preferencialmente por um agente indígena. Assim, podem ser estabelecidos princípios originários étnicos. Esses espaços informacionais, dentro das comunidades indígenas, têm um legado de serviços vinculados a protocolos por tradição, estendendo-se ao longo do tempo passado, presente e futuro (ROY, s. d. não paginado, tradução nossa).

No ano de 2007, a Organização Internacional das Nações Unidas (ONU) em uma Assembleia Geral, nos Estados Unidos, sobre povos indígenas, segundo Fullmer (2021), elaborou a Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas, na qual, apresentava algumas ações sobre causas indígenas e, ali, conferiu-se credibilidade e subsídios para fomentar novas iniciativas em instituições de patrimônio cultural, tal como a bibliotecas. A Declaração apresenta as melhores práticas e os padrões mínimos a serem seguidos, conforme o artigo 11 expõe:

Os povos indígenas têm o direito de praticar e revitalizar suas tradições e costumes culturais. Isso inclui o direito de manter, proteger e desenvolver as manifestações passadas, presentes e futuras de suas culturas, como sítios arqueológicos e históricos, artefatos, desenhos, cerimônias, tecnologias e artes visuais e cênicas e literatura (ONU, 2007, p. 12 apud FULLMER, 2021, não paginado).

Assim também, organizações como a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), têm se manifestado sobre seu interesse na promoção de cooperação internacional nas áreas de ambientes informacionais, culturais e de serviços de informações para as comunidades indígenas; cooperação essa que possa atender as necessidades globais, nacionais, comunitárias, culturais e linguísticas, e incentivar lideranças indígenas dentro do setor (IFLA, 2019).

Essas manifestações seguidas da promoção de ambientes informacionais para os povos indígenas geram a expectativa de **capacitação**, de **aprendizagem**, do **aperfeiçoamento**, de **inovação**, do **desenvolvimento intelectual e profissional** no sujeito que os acessa; movidos pelo anseio da aquisição de informações e conhecimentos organizados nesses ambientes. São **ações proativas** em prol do etnodesenvolvimento, que devem **ser implantadas** e **implementadas** em todas as comunidades indígenas brasileiras.

### 6.2.1 Espaço especializado no tratamento de ativos informacionais e culturais de natureza etnológica

Os ambientes de informação são espaços de excelência no tratamento de ativos informacionais e culturais indígenas. São espaços que comungam das técnicas de gestão, mencionadas na categoria “Ativos informacionais”, no Indicador 6.1.2, inter-relacionando com as funções dos “Ambientes informacionais”, quais sejam: planejar, coletar, codificar, organizar, preservar, usar, controlar e disseminar o conhecimento/saberes Indígena, de maneira eficiente e eficaz para aqueles que as buscam. Visto que, as técnicas de gestão e desenvolvimento de produtos e serviços, são inerentes aos ambientes informacionais. Deste modo, além de coletar novas informações, os profissionais que atuam nesses ambientes, devem alcançar a comunidade local da qual fazem parte. É preciso treiná-los e trabalhar com conteúdo de relevância local, para desta forma, **incentivar a comunidade**, fazer **uso** dos produtos e serviços informacionais, ali existentes (SARKHEL, 2016, tradução nossa) inclusive, solicitar e incentivar a colaboração dessa população.

Os serviços e produtos desenvolvidos nos ambientes de informação precisam chegar até o usuário que as requerem, para suprir suas necessidades e/ou deleites. Uma vez que, sem envolvimento da comunidade, sem levantamento de suas demandas informacionais, sem considerar suas formas de pensamentos, crenças, seus conhecimentos originários, quando da organização e salvaguarda de ativos informacionais e culturais – esses ambientes estarão fadados ao fracasso, como um simples depósito de artefatos informacionais e culturais, porque, se assim for, a população originária, não se identificará com o ambiente.

Ambientes, tais quais museus e as bibliotecas têm como missão, enquanto unidade de informação, a **salvaguarda e disseminação** de informações de natureza etnológica (MELLO, 2017b). No entanto, se faz relevante que sejam adotadas técnicas de organização e de **seleção de materiais** e/ou ativos informacionais, **de desenvolvimento de coleções**, na perspectiva de compreensão originária desses processos técnicos. No entendimento de Chen e Ducheneaux (2017, tradução nossa) esses ambientes, qual seja o tipo ou modalidade, devem **suprir as necessidades** de informação, com a **disponibilização** de fontes de informações, por meio de **orientações, diálogos e interações**, com suas respectivas comunidades nativas, para assim, cumprir com os objetivos para os quais existem.

Por certo, todas as atividades técnicas desenvolvidas por profissionais da informação, nos espaços internos de um ambiente informacional, têm como propósito final a **posse de informação** pelos usuários que ali as buscam, pois, são ambientes **prestadores de múltiplos serviços e produtos informacionais**. Esses processos técnicos, que podem ser realizados nos espaços das comunidades indígenas, assim como a sua gestão, não deverão dispensar a presença e colaboração da comunidade e lideranças indígenas e, para isso, diz liderança indígena Guarani-Kaiowá em entrevista: - “Precisa de **apoio financeiro, tecnológico e capacitação** para **aprender** a respeito do que vai ter que fazer”.

#### 6.2.2 Ambientes prestadores de múltiplos serviços aos usuários

Ambientes informacionais como espaços públicos tem responsabilidade social ao desenvolverem, serviços e produtos voltados para comunidades específicas, como as de indígenas; têm o poder de “**recuperar identidades** em fuga e apoiá-las para levar os indígenas a acreditarem em si mesmos, esquecendo a exclusão social” (CIVALLERO, 2007b, tradução nossa). Este autor argumenta que um espaço informacional pode evitar a perpetuação da ignorância e da desinformação - uma desinformação que manteve as comunidades indígenas na sombra por séculos (CIVALLERO, 2007b, tradução nossa).

Com a mesma perspectiva, Chen e Ducheneaux, (2017, tradução nossa), acreditam que ambientes informacionais nativos desempenham uma função crucial na **revitalização e preservação da cultura, história e idiomas tribais**. Esses ambientes promovem a **alfabetização** da comunidade nativa, **levando tecnologias** para esses povos; apoiam o **crescimento e desenvolvimento das crianças**, ao **capacitar membros tribais**, trazendo materiais para leituras de notícias, por exemplo. Por fim, recuperam **atividades que fortalecem a identidade cultural**, servindo como centro de pesquisas para os indígenas e não indígenas.

Os serviços das instituições informacionais (museu e biblioteca) ligadas à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), possuem **acervos on-line**, especializados nos temas povos indígenas do Brasil: política indigenista e **questão ambiental em terras indígenas**. A biblioteca denominada Biblioteca Curt Nimuendajú, dispõe de coleções, de **livros, folhetos, periódicos, coleção de recortes de jornais, atos da FUNAI** publicados no **Diário Oficial da União, monografias, dissertações e teses**, entre

outros conteúdos. Possui também, em sua página, junto ao catálogo bibliográfico, um *link* (PHL.NET) de **bibliotecas digitais** de outras instituições, que não são específicas da temática indígena, como: Domínio Público; Biblioteca Digital da Unesp; Repositório Instituto Butantã; Scielo; Internet Archive, entre outras, que, podem ser acessadas e, se preciso for aceder à distância as informações, via redes de Internet. A maioria desse material está disponibilizada na forma física, com raras exceções, de disponibilização de conteúdos para aceder remotamente; o Museu do Índio (MI),**preserva e disponibiliza exposições virtuais** de artefatos de natureza etnológica, tais como: alguns artesanatos, fotos e filmes históricos sobre algumas etnias brasileiras. Disponibiliza **acervo on-line, arquivo virtual histórico, coleções etnográficas, dicionários multimídias e catálogo de referências documentais**. Além disso, junto ao catálogo do acervo bibliográfico, tal qual, a página da Biblioteca Curt Nimuendajú, oferece o mesmo *link* (PHL.NET) de bibliotecas digitais de outras instituições, as quais podem ser acessadas, remotamente, via website do Museu do Índio.

Assim também Roy (s.d. não paginado, tradução nossa) diz que ambientes informacionais que atendem os povos indígenas, especialmente aqueles em terras indígenas, “podem fornecer serviços semelhantes aos oferecidos para outros públicos – **coleções, informações, acesso e treinamento no uso de tecnologia, promoção da leitura para crianças e jovens, aconselhamento ao leitor**”, entre outros. Esses serviços refletem a cultura local – desde a construção de espaços para cerimônias até a colocação de placas em línguas indígenas. Como tal, conseguem **ser inovadores** e únicos, por fornecer às comunidades formas diferentes e variados conteúdos informacionais, saberes indígenas e não indígenas.

### 6.2.3 Espaços educativos e inovadores

Os ambientes de informação de natureza etnológica, organizados especificamente para comunidades nativas, devem ter um papel fundamental na **revitalização e preservação da cultura indígena**. A partir de seus contextos históricos e de suas **línguas originárias**, podem viabilizar **ações integradoras, dialógicas e educativas** ao disponibilizar ativos informacionais que podem ser acessadas e usadas para o **desenvolvimento, desempenho e bem-estar** da população. Há ainda previsões para solução de problemas presentes nas sociedades

indígenas, bem como no **fortalecimento de suas identidades** e na construção de caminhos futuros (CIVALLERO, 2007a, p. 3, tradução nossa).

Os espaços informacionais precisam ser entendidos pela comunidade não só como lugar de **preservação etnicocultural**, mas também como ferramenta de inclusão social, de resgate e **manutenção da cultura étnica e consolidação identitária**. Além disso, eles podem fornecer - como unidades de informação - serviços em defesa de uma **realidade plural** e pacífica; de abordagens e **interações construtivas** entre grupos dominantes e minoritários (CIVALLERO, 2007b, tradução nossa). São instituições que protegem informações, conhecimento/saberes valiosos e **inovadores** para **tomada de decisões**, em nível local ou nacional, nas áreas da ecologia, da saúde indígena, na educação, nos sistemas alimentares (caça, pesca); na agricultura e na criação e manejo de animais domésticos. Há ainda a tutela acerca dos cultivos de plantas medicinais e farmacológica, entre outras possibilidades de construção e de iniciativas empreendedoras, possibilitando, dessa forma, obter experiencias, inovações e aprimoramentos, a partir de posses informacionais (TAPFUMA; HOSKINS, 2017, tradução nossa).

Os ambientes informacionais, seja uma biblioteca, um arquivo, um museu ou um repositório, são espaços que possibilitam a valorização e preservação de **patrimônios culturais**. São lugares de conhecimento, de **pesquisa, de estudo, de guarda da memória e mantenedores da cultura** indígenas (BEDIN; PADILHA; LOPES, 2019). Por isso importante que, nessa perspectiva, sejam ambientes reconhecidos e valorizados também pela população indígena. As suas **emancipações**, a sua **autonomia informacional e documentária** de natureza etnológica, dependem desses núcleos. Esses ambientes são considerados **inovadores**, ao oportunizarem **capacitação e desenvolvimento, inclusão e coesão social**, a partir de acessos e posses informacionais pelos povos indígenas em outras instituições, públicas ou privadas, não governamentais em favor da inserção, capacitação e geração de emprego e renda para as minorias, tal como, os indígenas. Neste sentido, os autores Bedin; Padilha; Lopes (2019) relatam que, uma iniciativa **em conjunto** denominado "tríplice hélice", composta por um governo de estado, uma universidade e uma empresa, e **ambientes de inovações** (informação, conhecimento e tecnologia), e colaboração da comunidade, desenvolveram naquele estado (Santa Catarina) de forma **cooperativa**, um programa de **valorização do patrimônio cultural** indígena. Destacando que, a tríade **informação, conhecimento e**

**tecnologias** são recursos fundamentais para a **inovação e desenvolvimento de habilidades, aptidões e inteligências**.

#### 6.2.4 Espaços de interações e mediações mediante tecnologias informacionais

Espaços informacionais comunitários são lugares cativos para **práticas culturais** entre os indivíduos, passíveis de desenvolvimento de ações mediadoras da informação e da cultura; são **espaços de construção social** entre sujeitos interpretantes e objetos informacionais (SILVA; FLECA, 2021). Os processos de **sociabilidade** se potencializam nos territórios onde vive a população originária, **interligando cultura** com formação educacional orgânica. Há processos de sociabilidade também nos vínculos familiares e comunitárias, com seu **protagonismo**, ao buscarem promover o **pensamento crítico e reflexivos** a partir de suas **histórias ancestrais**. Tal quadro possibilita aos aprendizes a revisão permanente no enfrentamento da estrutura de poder através do **compartilhamento de saberes** (SILVA; FLECA, 2021). Um saber sempre pode ser complementado e melhor esclarecido a partir e conforme sua demanda, junto aos núcleos informacionais com acervos de disponíveis.

Mello (2019b, p. 102) entende que “os acervos que compõem o Museu do Índio e as informações de natureza etnológica, que são ali disseminadas, acabam por refletir a **diversidade cultural** dos povos indígenas do país”. Assim, a documentação de natureza etnológica produzida pelo estado brasileiro subsidia uma série de ações que venham contemplar **especificidades culturais** ou, outras demandas da seara jurídica (MELLO, 2019b). Esses espaços informacionais tribais são **mantenedores da cultura** porque levam tecnologias, **revitalizam histórias e idiomas**. As tecnologias de informação e comunicação são **ferramentas de inclusão social tecnológicas** em ambientes informacionais, as quais podem ajudar seus usuários a aprender manuseá-las e, usá-las como **suportes de interações** e de acessos informacionais. Em último grau, esses **espaços de excelência** devem ultrapassar as atividades de processamentos técnicos internos e assumir um papel fundamental para o **exercício da cidadania; para a promoção dos equipamentos culturais** e o desenvolvimento de **recursos educacionais** de fomento à leitura e à apropriação e uso da informação (FONSECA; CAVALCANTE; ZANINELLI, 2022, p. 3).

A promoção e valorização do conhecimento indígena, através das tecnologias de informação e comunicação, a fim de **gerir recursos terrestres, hídricos** e da **biodiversidade**, é uma ação valorizada na África. Lá são vistas como formas eficazes de salvaguardar e disseminar conhecimento indígena; enquanto este for considerado base para **tomada de decisões** em nível local para com o conhecimento internacional (NWAGWU, 2007, tradução nossa).

**As tecnologias** são **instrumentos facilitadores** da **interação dialógica** entre as populações, ambientes e objetos da informação e da cultura. As **rádios indígenas** são exemplos de **meios tecnológicos** de comunicação que transmitem informações intertribais, alcançando diversos espaços e comunidades étnicas, as quais também as utilizam para **mandar e/ou compartilhar vozes, mensagens** entre os seus. Neste sentido Buddle (2004, tradução nossa), apresenta uma discussão sobre a importância das **mídias aborígenes**, relatando que “[...] rádio aborígene urbano fornece um impulso à **sociabilidade** ao **envolver os ouvintes** em um **diálogo contínuo**; ao promulgar uma participação socialmente competente em eventos da comunidade aborígene” (BUDDLE, 2004, p. 30, tradução nossa). Um programa de rádio indígena, diz o autor, disponibiliza **tecnologias sociais** que podem **fornecer aos ouvintes** diversas informações que necessitam para alcançar, socialmente, um **senso de localidade**. São formas de comunicação que funcionam como ato cativo, **mediado por múltiplos registros** incluindo **a fala, a música, a dança e a escrita**, através do **vestuário e do comércio**, e outros (BUDDLE, 2004, tradução nossa).

As tecnologias da informação e comunicação compõem espaços imprescindíveis na **difusão de saberes** às comunidades tradicionais. Elas favorecem o **acesso democrático** à informação, propiciando práticas de leituras e a difusão do conhecimento tradicional – são **processos de interação** e compartilhamento de ativos informacionais, “propiciando maior **engajamento dos indivíduos**, uma vez que esse processo permita que o comunitário se aproprie do **seu protagonismo** diante da sua **própria espacialidade cultural**” (FONSECA; CAVALCANTE; ZANINELLI, 2022, p. 14). Neste sentido, Mello (2019a) relata que é possível perceber um despontar informacional dos indígenas, a partir de acessos às tecnologias de informação e comunicação (TICs). Assim também o pesquisador antropólogo, o qual respondeu o questionário para esta pesquisa, relatou que percebeu **o despontar informacional dos indígenas**, a partir de **acessos às tecnologias de comunicação** e que essas inovações exigiram da população originária, adaptações com a

modernidade, como luz elétrica, aparelhos de TVs e mais recentemente, com os telefones celulares com rede de Internet. Com relação às **mídias sociais**, o cacique Guarani-Kaiowá (em entrevista), disse que na **mídia youtube** existe indígena que **ensina a língua** Guarani e/ou outras particularidades mais. Diz que, para os indígenas aprenderem a **criar vídeos** como **forma de documentar a cultura e saberes indígenas** seria uma coisa boa para a população.

Os ambientes ou espaços informacionais indígenas devem ser prioridades nos planos de desenvolvimento de políticas públicas governamentais. Instituições e/ou organizações informacionais de natureza etnológica, de proteção, de apoio ao desenvolvimento, manutenção e perpetuação da cultura e da comunidade nativa, são de importância e urgência nas pautas de políticas públicas estatais.

### **6.3 Estruturas organizacionais**

Alicerçada nas análises e interpretações de documentos que foram coletados para esta pesquisa, foi possível a elaboração da categoria “Estruturas organizacionais”, em sequência, desenvolveu-se os indicadores gerados a partir dos recortes das palavras com significados e/ou semanticamente semelhantes. O agrupamento dessas palavras possibilitou a estruturação das unidades de provas temáticas. Assim, os indicadores elaborados foram: Projeto de criação de espaços de atenção à cultura tradicional indígena; Políticas públicas de desenvolvimento indígena, integrada às políticas públicas nacional; Política de revitalização, proteção e transmissão de línguas originárias; Política pública de organização e preservação cultural do conhecimento indígena; Projetos políticos de criação e implementação de estrutura tecnológicas de informação e comunicação indígena; Projetos políticos de financiamento de recursos tecnológicos e de implementos agrícolas em terras indígenas.

Com as unidades de provas destacadas e respectivos indicadores favoreceu-se as discussões e inferências.

Tais organizações e respectivas políticas são apresentadas e analisadas no Quadro 4.

**Quadro 4 - Estruturas organizacionais**

CATEGORIA	INDICADORES	UNIDADES DE PROVA	UNIDADES DE CONTEXTO
ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS	Projeto de criação de espaços de atenção à cultura tradicional indígena	Escolas de Tradição Viva Agência de Desenvolvimento indígena Departamento da Língua e Cultura indígena Incubadora de projetos Comitê Gestor de ações Indigenistas Sistema de saúde e nutrição para os povos indígenas	Escolas de Tradição Viva, em diferentes comunidades nas Filipinas, de modo similar, mantêm suas formas culturais, incluindo as línguas, vivas. Foi criada Fundação Nacional do Índio (Lei n. 5.371/1967), em substituição ao SPI, que definiu concepções sobre política indigenista [...]. O Governo Federal criou, em 2005, o Comitê Gestor de Ações Indigenistas Integradas da Grande Dourados e Região [...].
	Políticas públicas para o desenvolvimento indígena integradas às políticas públicas nacional	Desenvolvimento sustentável Biodiversidade Gestão de recursos hídricos e da biodiversidade Mudança climática Etnodesenvolvimento Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos Programas de treinamento Alfabetização Informacional Coworking e empreendedorismo Mercado de trabalho Preparação de alimentos (pesca, caça)	[...]. FUNAI promove ações de etnodesenvolvimento nas aldeias, orientando indígenas e fortalecendo suas formas de organização, a partir de seus modos tradicionais [...]. Reduzir o analfabetismo digital [...] apareceram ligados ao teletrabalho, mas ao mesmo tempo, podem ser uma fonte de emprego em si, e uma solução de ligação para empreendedores, autônomos e Pequenas e Médias Empresas. O espaço transformar-se-ia assim numa incubadora de projetos, adotando fórmulas inovadoras que incentivam o coworking e o empreendedorismo, sobretudo num contexto de crise [...].
	Política de revitalização, proteção e transmissão de línguas originárias	Sistemas de revitalização de suas línguas Tradição oral Línguas e saberes tradicionais Conhecimento indígena Conhecimento tácito Valor histórico Formas de expressão Sistema etnológico de aprendizagem Atividades coletivas Meios de comunicação comunitários Rádios tribais	Criar Departamento da Língua e Cultura na escola; Comunidades indígenas têm restituído seus próprios sistemas de revitalização de suas línguas. [...] estabeleceram um sistema de aprendizagem em que os mais velhos ensinam a língua aos jovens da comunidade [...]
	Política pública de organização e preservação cultural e	Modos de criar Cantos, cerimônias	[...]. A cultura é definida pelas condições ecológicas e pelas

CATEGORIA	INDICADORES	UNIDADES DE PROVA	UNIDADES DE CONTEXTO
	do conhecimento indígena	Medicina tradicional Acervos culturais Sistemas de conhecimento indígena Diversidade cultural Educação indígena Patrimônio cultural Sítios tradicionais Cultura como ferramenta Culturas musicais na área indígena Arquivos para a pesquisa etnohistórica Preservação da Memória Centros de pesquisa tribais	instituições tradicionais que ajudam a sustentar a comunidade [...] atividades de desenvolvimento que trabalham com e por meio do conhecimento indígena têm várias vantagens importantes sobre projetos que operam fora deles [...]. As atividades em medicina tradicional, operam ao lado de seu sistema de conhecimento moderno equivalente [...], observação de transformação de muitas atividades tradicionais, como processamento e embalagem de alguns produtos de saúde e alimentos, em empresas de pequena escala [...]
	Projetos políticos de criação e implementação de estruturas tecnológicas de informação e comunicação indígena	Criar bancos de dados para Sistema Tradicional Indígena (STI) Digitalizar a produção de informações Fundos para o desenvolvimento único das bases de dados Infraestrutura de tecnologia Inclusão Digital Infozentros e bibliotecas Acesso à Internet Plano de prestação de serviços tecnológicos Serviços públicos digitais Teletrabalho Acesso às tecnologias Laboratório de informática Aulas de informáticas Sistema de redes de serviços de saúde	Promover a valorização e aplicação do conhecimento indígena, através das tecnologias de informação e comunicação para a gestão dos recursos terrestres, hídricos e da biodiversidade [...]. Seria necessário um esforço deliberado na criação de estruturas institucionais, nacionais e regionais de ciência e tecnologia, como bancos de dados, que forneceriam informações atuais e históricas, bem como específicas e ambientais [...]. A infraestrutura de tecnologia, que geralmente se refere a computadores e dispositivos de comunicação e infraestrutura digital, além do conteúdo disponível em fontes digitais, exigiria uma consideração séria [...].
	Projetos políticos de financiamento de recursos tecnológicos e de implementos agrícolas em terras indígenas	Equipamentos agrícolas Tecnologias agrícolas Trabalhar a terra Valorização da terra Recursos naturais Implantar ações estratégicas de melhorias de espaços nativos Apóio financeiro Projetos para a policultura (sistema agrícola sustentável) Agricultura Política agrícola nacional	Desenvolvimento Social e Combate à Fome, [são] ações de articulação de políticas públicas para melhoria da qualidade de vida nas aldeias da região do MS. [...] os formuladores de políticas devem prestar maior atenção ao conhecimento indígena no processo de desenvolvimento em nível de política. Isso é muito importante na preparação da política agrícola nacional

CATEGORIA	INDICADORES	UNIDADES DE PROVA	UNIDADES DE CONTEXTO
		Gestão dos recursos terrestres	para um país. [...] os agricultores usaram técnicas de agricultura de conservação, como lavoura mínima, cultivo misto, cobertura morta de semeadura direta, etc

Fonte: Elaboração da autora

As estruturas organizacionais configuram-se conforme as formas de arranjos das atividades desenvolvidas em uma organização: são divididas, organizadas e sistematizadas. Para um entendimento mais amplo, esses arranjos apresentam aspectos físicos, humanos, administrativos, jurídicos, financeiros e econômicos. Uma vez estruturado o campo organizacional, poderosas forças emergem e levam as organizações a se tornarem mais similares entre si. Essas forças se interagem com as características institucionais nas formas estruturais legítimas (PECI, 2008).

Na perspectiva do neoinstitucionalismo, o qual apresenta novas propostas paradigmáticas de pensamento sobre as diferentes estruturas de instituições públicas, é de fundamental importância repensar em uma nova modelagem de políticas públicas, de modo a serem estruturadas e planejadas para o etnodesenvolvimento de comunidades locais; bem como manterem o firme propósito de construir espaços e ferramentas que favoreçam essas comunidades indígenas, no processo de restituição de seus próprios sistemas de revitalização cultural e de saberes. No paradigma neoinstitucionalista, segundo Dimaggio e Powel (1991, tradução nossa), as mudanças nas organizações sociais guardam uma relação de dependência com as mudanças no ambiente institucional. Por isso, todas as tentativas de alteração em ambientes institucionais, querem manifestar interesses econômicos e não-econômicos precisam ser analisadas num processo de mudanças institucionais.

As políticas públicas informacionais e culturais, fomentadas a partir da visão do neoinstitucionalismo, implicam mudanças estruturais a serem adotadas pelas instituições públicas estatais que atuam, diretamente, com população indígena brasileira. Embora pouco se sabe sobre políticas públicas informacionais para os povos indígenas no Brasil, destacam-se os trabalhos do Museu do Índio e da Biblioteca Curt Niemuendajú, que são instituições informacionais, mantidas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Elas gerenciam documentos, materiais e artefatos culturais indígenas. Contudo, sob a ótica de suas extensões, são ainda

consideradas incipientes ou insuficientes, pois é perceptível que estas instituições não chegam até as comunidades mais distantes dos grandes centros urbanos do Brasil. Seus acervos bibliográficos ainda seguem modelos antigos de catálogos, sendo “atual” somente a forma da disponibilização desse catálogo, que é via **rede de Internet**, com imagens das capas das referências nestes ambientes catalogadas. Embora disponibilizem alguns *links* para **acessos on-line**, estes, na maioria das tentativas de aceder, acusaram erro. Tais ambientes também dispõem de um espaço on-line que possibilita acessar algumas **bibliotecas digitais** de outras instituições não indígenas em suas interfaces, [Link PHL.NET](#) (FUNAI.ORG.BR, 2022).

Ao refletir sobre a importância, relevância e valor da elaboração de políticas públicas informacionais efetivas, cujos objetivos seriam atender as **comunidades originárias** brasileiras, considera-se que os serviços ofertados pelos ambientes de informação ligados à FUNAI, estão estagnados ao tempo. Esta assertiva é confirmada pelas pessoas pesquisadas nesta tese; dentre elas a liderança indígena Guarani-Kaiowa: quando questionado se tinha conhecimento e já tinha acessado páginas on-line da Biblioteca Nimuendajú e/ou do Museu do Índio, esse entrevistado afirmou que não sabia que existiam esses espaços. Já o professor pesquisador respondeu: “acessei esporadicamente **banco de dados** da FUNAI/Brasília para conseguir **mapas de terras indígenas**, porém, considero Museu do Índio mais completo para se pesquisar fontes informacionais”. É perceptível que o professor, talvez, por ser um pesquisador da temática indígena, conseguiu obter a informação que buscava, com maior agilidade, naqueles espaços.

Do exposto, fica evidente a **importância das políticas informacionais** a serem desenvolvidas para facilitar **acessos e posses** de informações e conhecimentos, pelas populações indígenas. Destaca-se, portanto, a necessidade de “deslocar”, no sentido de **fazer chegar**, até as comunidades periféricas e rurais, **produtos e serviços informacionais**, seja na forma física ou *on-line*, armazenados em espaços físicos ou, em formatos digitais para que, deste modo, essa população seja incluída e contemplada informacionalmente. Ratificando esse ponto de vista, a Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA) declara que os seres humanos têm **direitos fundamentais** de acesso às **expressões do conhecimento, ao pensamento criativo, à atividade intelectual** e de expressar seus pontos de vista publicamente. Para uma **ação afirmativa informacional** em prol

das populações indígenas, é preciso **priorizar planos e projetos com formulações de políticas públicas** com esse propósito.

### 6.3.1 Projeto de criação de espaços de atenção à cultura tradicional indígena

O desenvolvimento de projetos políticos, os quais oportunizam às comunidades indígenas tradicionais entenderem acerca da organização e preservação de suas culturas, é uma forma de dar atenção e de viabilizar o fornecimento de **recursos valiosos** para o etnodesenvolvimento; mormente quando se considera a **preservação do meio ambiente**, como florestas, rios, oceanos, dentre outros espaços e **recursos naturais**, como de valor inestimável para sobrevivência no planeta. Essas práticas devem ser estimuladas, mas precisam ser registradas e compartilhadas entre as etnias e demais sociedades, visando comum entendimento. As sociedades do conhecimento, emergentes, parafraseando Nwagwu (2007, p. 737, tradução nossa) devem atuar com todo o esforço possível para “incluir o conhecimento indígena de todas as comunidades originárias existentes no mundo”, como componentes principais de **sustentabilidade para o planeta**. Do contrário, diz o autor, o mundo globalizado será menos colorido do que o atual, visto que, o novo mundo terá omitido os **valiosos recursos de conhecimento nativo** dessas comunidades, porque os consideram menores, “em vantagens competitivas no atual esquema de coisas” (NWAGWU, 2007, p.737, tradução nossa).

A atual sociedade, ao reconhecer e valorizar tais saberes, estará encorajando a abertura de diálogos entre os indivíduos nativos, possibilitando-lhes maior liberdade e possibilidade de autorrealização. Nesse quesito, respeitar crenças, valores e princípios éticos propicia soluções de problemas multidimensionais, pois a interação dialógica pode estimular a comunicação, a cooperação e ainda promover a sabedoria entre os interagentes. Portanto, a promoção de espaços e/ou ambientes com atividades de **desenvolvimento para as comunidades indígenas** apresentam várias vantagens em relação a projetos que atuam fora destes ambientes, isto porque realizadas conjuntamente entre governos, instituições de pesquisas e as próprias comunidades originárias, que trabalham com e por meio **do conhecimento e cultura indígena**, apresentam várias vantagens em relação a projetos que atuam fora destes ambientes. Neste sentido, o estudo de Cardama e Caridad Sebastián, (2019, tradução nossa), relata sobre o **empoderamento digital** de comunidades nativas, nas quais as

linhas tecnológicas são pautadas pelo **desenvolvimento pragmático** do *Sumak Kawsay* – também chamado de “filosofia de vida” -uma nova visão para conceituar o **desenvolvimento econômico e social** com base na **visão de mundo indígena**. Tal visão representa uma proposta conceitual epolítico a partir do equilíbrio integral dos processos sociais, econômicos e ambientais (GARCÍA ÁLVAREZ, 2014 apud CARDAMA; CARIDAD SEBASTIÁN, 2019, p. 2, tradução nossa) da articulação de planos de **serviços tecnológicos**; alfabetização digital, entre outros. São projetos que permitem modificar os espaços culturais indígenas numa **incubadora** com fórmulas **inovadoras e empreendedoras** para as comunidades indígenas.

No estudo realizado por Nwagwu (2008, tradução nossa) é discutida a relevância crítica **dos bancos de dados locais** de informações sobre **ciência e tecnologias** para o **desenvolvimento e sustentabilidade** do conhecimento indígena da África; defendendo essas bases de dados como **infraestruturas** importantíssimas de **evolução e progresso**, que **fornecem recursos informacionais** àquelas populações.

O conhecimento originário é considerado a base para tomada de decisões em nível local, argumenta Nwagwu (2008, tradução nossa) tal qual nas atividades de **tratamento com a medicina tradicional**; nas atividades de **empresas farmacêuticas**, que **buscam plantas** utilizadas na **farmacopeia tradicional** e procuram aprender como usá-las, sob orientação dos **médicos indígenas** locais. Em se tratando da **medicina tradicional e plantas medicinais**, os autores Guzmán-Rosas e Kleiche-Dray, (2017, p. 330, tradução nossa) relatam que no México, no presente século, importantes ações foram realizadas sobre o conhecimento da **medicina tradicional**, porquanto“o reconhecimento legal dos povos indígenas como sujeitos políticos que gozam do direito de preservar suas instituições de saúde e tradições”. Os saberes indígenas relatam os autores, têm lugar fundamental nos espaços da diversidade cultural; têm notoriedade da tradição étnica, porém, são valorizados mais como **patrimônio** do que, como saber/conhecimento. Isso porque os parâmetros regulatórios não ultrapassaram, de forma expressiva, a administração pública daquele país, de tal forma que “são categorizados, incluídos ou atendidos, mas não gozam de reconhecimento, de aceitação e inclusão real no sistema nacional desaúde (GUZMÁN-ROSAS; KLEICHE-DRAY, 2017, p. 330, tradução nossa). Destacam que as políticas públicas realizadas, neste sentido, não foram fortalecidas o suficiente para que pudessem apresentar um quadro sólido o bastante para alcançar

o que é assumido nos respectivos ordenamentos jurídicos nacional e internacional; aquém do satisfatório, foram implementadas somente políticas públicas instrumentais (instrumentalização das práxis).

Dentre os diversos projetos políticos e **atividades tradicionais** do e com o conhecimento, o **saber** e a **cultura indígena**, destacam-se também que, na Nigéria, uma comunidade indígena, auxiliada por empresas de pequena escala, processa embalagens de certos **produtos de saúde e de alimentos** a partir de componentes de conteúdo local, enquanto ganham padrões internacionais significativos (NWAGWU, 2008, tradução nossa). Mais um exemplo do quanto é premente a **criação de espaços, leis, decretos** específicos para amparar, cuidar e/ou **gerenciar o sistema de ativos culturais**, ou de **tradição** para que não sejam desviados, desvalorizados e furtados das comunidades indígenas originárias. Entende-se, desse modo, que o **desenvolvimento de projetos** que concebam espaços estruturais, como **ambientes, agências ou plataformas** para organização e proteção da **cultura** tradicional, também contemplam formas cooperativas de valorização, inclusão e preservação dos conhecimentos, da história e memória ancestrais e/ou etnicoculturais. Portanto, há de se estender esses projetos como conjuntos articulados de esforço entre **políticas públicas e lideranças indígenas** possíveis de serem efetivados.

Com o exposto, preconiza-se que projetos políticos de atenção à população indígena sejam planejados e elaborados de forma **integrada** entre comunidades indígenas, instituições governamentais, universidades e/ou empresas, estabelecendo um **comitê gestor** para as ações a serem desenvolvidas.

### 6.3.2 Políticas públicas para o desenvolvimento indígena integrada às políticas públicas nacional

Outra proposta que pode ser vinculada à anterior é a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento para as populações indígenas, considerando que esses povos são exímios protetores da natureza com *expertise* em sustentabilidade da biodiversidade. Seus saberes são fundamentados em diferentes cosmologias: na terra, na natureza e nas pessoas que convivem com essa natureza (NAKATA, 2013, tradução nossa). Por isso, é necessário que poderes estatais propiciem ações **políticas de etnodesenvolvimento**, cuja efetivação permeiam com as unidades

nativas, seja pela colaboração da proposta, seja pela apropriação de **sabedoria ancestral**, de acordo com suas formas de ver e entender o mundo.

Com relação aos assuntos **econômicos nas comunidades locais**, os saberes indígenas também são considerados como pilares para o desenvolvimento. De acordo com Congresso Indigenista Interamericano (1972) citado por Aguilar (2009, p. 167) as atividades de pesquisa nas áreas de desenvolvimento das comunidades indígenas e seus saberes são chaves do desenvolvimento econômico, pois estas fornecem informações valiosas sobre adaptação ao meio ambiente, uso e conservação de recursos naturais.

A partir desse ponto de vista, observa-se que o conhecimento indígena acumulado por essas pessoas constitui um acervo de técnicas de grande importância para a **sustentabilidade a longo prazo** e, é com esse pensamento que se acredita em **planos e projetos políticos** elaborados por agentes que reconhecem o valor das abordagens participativas e colaborativas, na tomada de decisões, com o foco no **desenvolvimento sustentável** a partir de posses informacionais culturais indígenas.

As políticas públicas de desenvolvimentos informacionais, integradas com outras políticas públicas nacionais, seriam uma proposta de **políticas públicas transversais**. Por exemplo, projetos de desenvolvimento de ambientes informacionais, propostos pelo Ministério da Cultura, poderiam ter pontos colaborativos com Ministério da Educação e, no desenho atual, ser agregado ao Ministério dos Povos Indígenas. Suas ramificações ainda contariam com o fomento do Ministério de Economia ou da Fazenda; com o apoio do Ministério do Meio Ambiente, com o alcance institucional do Ministério das Comunicações, entre outras organizações institucionais públicas de **fundo econômico**, como **bancos estatais** e o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS). Juntos, formarão **super estruturas** com **ações estratégicas** de atuação coordenadas, o que fortalecerá a concretização de projetos integrados e/ou subprojetos, em áreas de educação, cultura, social, política, financeira, agroecológica, tecnológica, entre outras. É nesse **universo de cooperação** que devem situar as ações de desenvolvimento, capacitação, inovação e **empreendedorismo** da e para as comunidades indígenas brasileiras.

Um modelo brasileiro, já formalizado e que representa essa **parceria**, é o Projeto de Cooperação Técnica Internacional celebrado entre Museu do Índio/Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Organização das Nações Unidas para

a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), denominado: Salvaguarda do Patrimônio Linguístico e Cultural de Povos Indígenas Transfronteiriços e de Recente Contato na Região Amazônica. Esse projeto visa “promover ações de salvaguarda do patrimônio linguístico e cultural de povos indígenas, localizados em áreas de fronteiras com outros países latino-americano com especial atenção a povos de recente contato<sup>15</sup>” (MUSEU DO ÍNDIO On-line, 2022).

A temática do conhecimento indígena, de acordo com Aguilar (2009) foi inserida nas pautas governamentais devido a uma nova configuração mundial. Esta impôs às organizações estatais que adotassem,

[...] medidas para atender aos requisitos de entidades supranacionais. Assim, por exemplo, tanto o Banco Mundial quanto o Banco Interamericano de Desenvolvimento começaram a incluir nos seus planos requisitos ou medidas a “favor” dos povos indígenas para apoiar projetos econômicos nacionais (AGUILAR, 2009, p.164).

Aguilar (2009) ressalta que, diversos eventos como encontros, congressos e debates têm discutido sobre a importância e a necessidade de um **sistema de resgate, organização e difusão de informação** relativo à temática indígena, por parte das organizações indígenas e de outras que trabalham a favor delas de forma cooperada. O objetivo é valorizar e reconhecer sua importância como insumo de valor.

### 6.3.3 Política de revitalização, proteção e transmissão de línguas originárias

Dentre os diversos projetos de políticas de preservação da cultura indígenas, nas diversas partes do globo, o Correio da Unesco no ano internacional das línguas indígenas, 2019, apresenta importantes discussões e exemplos dessas políticas. Nesse sentido, Degawan (2019, p. 6, apud UNESCO, 2019) reconhece que:

Os povos indígenas obtêm seus sistemas de identidades, valores e conhecimentos de sua interação com seus territórios, sejam estas florestas ou mares. Suas línguas são moldadas por seu ambiente – são suas tentativas de descrever seu entorno que formam as bases de suas línguas únicas. Desta forma, quando o território é alterado, também ocorrem mudanças na cultura e, eventualmente, na língua (DEGAWAN 2019, p. 6, apud UNESCO, 2019).

---

<sup>15</sup> São grupos que mantêm fortalecidas suas formas de organização social e suas dinâmicas coletivas próprias, e que definem sua relação com o Estado e a sociedade nacional com alto grau de autonomia. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/povos-indigenas-isolados-e-de-recente-contato-2/povos-de-recente-contato-1>. Acesso em: nov. 2022.

Esse autor assevera que, há um crescente reconhecimento mundial dos sistemas de conhecimento indígena, reativando esperanças de que as línguas indígenas prosperem e se espalhem em suas formas faladas e escritas. Algumas comunidades na África têm procurado restituir seus **próprios sistemas de revitalização** de **sus línguas**, a partir do desenvolvimento de um sistema de aprendizagem, onde os mais velhos **ensinam a língua** aos mais jovens da comunidade. Degawan (20190 apud UNESCO, 2019) relata também que, nas Filipinas, existe um projeto nas escolas, denominado “**Escola de tradição Viva**” que, de modo semelhante às da África, possibilita as comunidades originárias manter seus modos culturais, incluindo **as línguas, de forma viva**.

Na Ilha de Páscoa, entre Chile e Taiti, foi criado um projeto escolar, denominado **Departamento da Língua e Cultura da tribo “Rapa Nui”**, tendo o apoio da Agência de Desenvolvimento indígena, do Ministério de Desenvolvimento Social e do Ministério da Educação daquele país (DEGAWAN 2019, p. 6, apud UNESCO, 2019). Segundo esse projeto, os nativos junto com professores, produziram **textos de educação primária**, de Ciência, História, Matemática, além de cartilhas para **aprender a ler e escrever a língua**. No Canada, segundo Gómez (2019) foi desenvolvido um projeto denominado “**Câmera em seu Coração**”, que proporciona aos jovens de comunidades indígenas, **ferramentas de produção audiovisual móvel**. Essa ação resultou em mais de mil **documentários** e deu visibilidade às comunidades estigmatizadas da etnia Walpikoni (SAPOVA; ORTEGA, 2019, apud UNESCO, 2019)

Na Guatemala, foi criada uma **estaçao de rádio, meio de comunicação** preferida para defesa dos **direitos indígenas**. Essas estações de rádios, argumentam Cojti e Portalewska (2019, p. 16 apud UNESCO, 2019) desempenham um papel crucial na **defesa do direito à liberdade de expressão** dos povos indígenas. “Oferece a maneira mais eficaz de disseminar informações sobre questões que afetam as comunidades; também **revelam notícias** da violência que os atingem. **Rádio, uma salvação para os povos indígenas**”, constatam os autores.

De acordo com UNESCO (2019) os **meios de comunicação comunitária** indígena, são reconhecidos como valioso recurso para descolonizar as mentes e criar um senso de **orgulho cultural e linguístico**.

As rádios podem ser eficientemente usadas para destacar músicas e conhecimentos ancestrais e, para informar as pessoas sobre formas de organização local que atualmente são ameaçadas pela globalização e pela visão de mundo imposta pelas grandes corporações internacionais de mídia (UNESCO, 2019, p.16).

As rádios, como meios de comunicação, têm o potencial de fazer chegar as informações às distantes regiões, necessitando somente da posse do aparelho por quem for fazer a recepção.

No Brasil, foi desenvolvido o **Programa de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas** (PROGDOC), (MELLO, COUTO, 2017, p. 91). Este programa segundo os autores, tinha por função precípua **qualificar os povos indígenas** como principais parceiros na **promoção de seus registros culturais**. Sua principal característica era instrumentalizar tais grupos na **realização de trabalhos de cunho documentário** e no **gerenciamento de centros de documentação** em suas terras indígenas. Esse Programa é marcado pela **captura digital de registros culturais** pelos próprios indígenas, depois de treinados por meio de oficinas promovidas pelo Museu do Índio. Os documentos produzidos pelo Programa são posteriormente inseridos na documentação do Museu e nos centros de documentação indígena gerenciados pelos próprios indígenas.

Constata-se que tais relatos, expressam ações proativas fundamentais para reconhecimento e valorização das línguas e culturas indígenas e que podem ser implementadas, com o mesmo grau de sucesso, em propostas de projetos políticos elaborados no Brasil.

#### 6.3.4 Política pública de organização e preservação cultural e do conhecimento indígena

Os conhecimentos e cultura indígena, como mencionados no item anterior, têm uma relação direta com os seus sistemas de línguas. Os povos da floresta vivem há séculos **em sintonia com a natureza**, por isso, desde sempre, os indígenas **interpretam sinais** que a natureza lhes envia, para **tomar decisões corretas**; suas línguas, como parte principal da cultura e do conhecimento, acumulam uma grande variedade de informações que poderiam oferecer soluções de enfrentamento a problemas causados pelas **mudanças climáticas no mundo**.

Na perspectiva de uma política pública tendente a amparar um sistema de **organização e preservação da cultura de saberes indígenas**, acredita-se que serão necessários esforços conjunto no âmbito do governo federal, que venham garantir tal iniciativa. Visto que sistemas de conhecimento indígena, conforme já comentado anteriormente, são reconhecidos mundialmente como fator fundamental de desenvolvimento de **potencialidades aos povos indígenas**. Portanto, para sustentar sua preservação, é necessário instituir **políticas com ações dinâmicas**, que integrem esses saberes e/ou culturas a um conjunto acumulado e proativo de conhecimentos tácitos, de experiências práticas e representações etnicoculturais da **diversidade cultural**; as quais acumulam uma história milenar de interações com **seu ambiente natural** (GUZMÁN-ROSAS; KLEICHE-DRAY, 2017, tradução nossa). Para efetivação de um projeto dessa natureza, é imprescindível a coleta e/ou recuperação de todas as manifestações informacionais e culturas.

Esses conhecimentos e culturas referem-se a bens materiais ou imateriais, vinculados à linguagem, às relações sociais, à espiritualidade e, a uma **visão coletiva do mundo**. O desenvolvimento de projeto político cultural deve contemplar as diversas formas de registros de artes indígenas e de suas representações, como nas **pinturas, desenhos, ornamentos, artesanatos, danças, cantos e músicas** na língua originária; também **receitas medicinais, comidas típicas e alimentos, agriculturas, manejo do solo para cultivo, manejos de animais domésticos**; sobre **caças e pescas, rituais e cerimônias religiosas, festas**, entre outras formas de manifestações culturais e de conhecimentos, constituindo, assim, um rico acervo que contempla as diversas esferas etnicoculturais indígenas.

Neste sentido, segundo Aguilar (2009),

[...] o conhecimento indígena é tido como um pilar para o desenvolvimento, pelo qual as atividades de pesquisa nessa área junto com as comunidades indígenas são chaves, pois estas fornecem informações valiosas sobre adaptação ao meio ambiente, uso de recursos naturais e conservação deles (CONGRESSO INDIGENISTA INTERAMERICANO, 1972c, p. 32 *apud* AGUILAR, 2009, p. 167).

Assim também, Guzmán-Rosas e Kleiche-Dray, (2017, tradução nossa) observam que, no México, o Plano Nacional de Desenvolvimento, apresenta um direcionamento da política pública que um governo dará aos temas que considera prioritários, tais como elaboração de planos de governo, que levaram ao desenho de

**programas e projetos** sobre o tema dos **conhecimentos tradicionais**; como a política nacional para **inclusão e respeito à diversidade cultural indígena**, indicando que seriam realizados programas específicos para eles, com distribuição horizontal de gastos públicos (GUZMÁN-ROSAS; KLEICHE-DRAY, 2017, p.299, tradução nossa) a serem investidos para a realização dos programas em questão.

Políticas de desenvolvimento e organização do conhecimento e da cultura originária são empenhos a serem feitos, pelas comunidades que, no atual momento, vivem à margem da **cadeia global de informação** (NWAGWU, 2007, tradução nossa). Isso quando se pensa nos processos de identificar, compreender, digitalizar e integrar seus sistemas de conhecimento, para permitir que sejam acessíveis universalmente e, deste modo, disponibilizar maiores opções para resolução de problemas.

Na atual sociedade do conhecimento, com os avanços da ciência e tecnologia, o principal ponto para a resolução de problemas, de forma rápida, é a criação e implantação de estruturas tecnológicas como suportes informacionais e comunicacionais.

#### 6.3.5 Projetos políticos de criação e implementação de estrutura tecnológica de informação e comunicação indígena

As políticas públicas para criação de ambientes e estruturas tecnológicas de informação e comunicação (TICs) aos povos indígenas brasileiros podem ser caracterizadas como ação proativa e inovadora para inclusão e alfabetização digital e informacional das pessoas indígenas, principalmente, aquelas que vivem nas comunidades rurais e distantes de centros urbanos. Os indígenas são parte de um segmento da sociedade que sempre ficaram excluídos no acesso à informação e das novas tecnologias informacionais e redes de Internet (PINTO, 2008) mormente, quando da disponibilização dos primeiros computadores aos indígenas,

[...] revelaram um desconhecimento sobre seu uso, logo as TICs através de sistemas de redes, causaram outra exclusão, pois estas ferramentas implicavam uma conexão-vinculação, mas a realidade indígena em geral carecia união, existindo alguns fatos isolados de grupos étnicos com conexão simples a redes com uma difusão dos seus conteúdos nos circuitos virtuais (sobretudo de países do Norte) (PINTO, 2008, p.38).

Na atualidade, em meio aos avanços das tecnologias, com a implantação de programas e projetos de inclusão digital, seguindo sua difusão de **dispositivos móveis com redes de Internet**, em compartilhamento constante de informações, não é demais considerar os indígenas, principalmente os mais jovens, que estejam inseridos nessa dinâmica **tecnológica**. É necessário, porém, um esforço deliberado rumo à criação de estruturas institucionais, nacionais e regionais de **ciência e tecnologia**, de modo a fazer frente à **exclusão digital** e articula-las junto a outras políticas de luta, para, dessa maneira combater as culturas estereotipadas e as desigualdades sociais, principalmente, no contexto das populações indígenas brasileiras.

Neste sentido, Pinto (2008, p. 44) lembra que a inclusão digital indígena começou e tem-se desenvolvido, fundamentalmente, através de parcerias entre o setor público e privado, neste sentido “uma das principais ações criadas pelo governo para eliminar a exclusão e promover a democratização foi o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), por meio da Lei 9.998, de 17 de agosto do ano 2000”. Comungando o mesmo ponto de vista, Nwagwu (2007, p.744, tradução nossa) comenta que:

[...] o governo deve ser o principal motor em qualquer esforço para criar bancos de dados para sistema de informação tribal [...]o principal provedor de fundos é o estado; os pesquisadores (e suas comunidades científicas) têm um *ethos* nacionalista; os cientistas de investigação são empregados como funcionários públicos.

Nesse viés, é preciso ressaltar que as iniciativas das políticas públicas devem partir das instituições públicas governamentais e alcançar as partes interessadas, isto é, as organizações indígenas. O autor argumenta, além do mais, que os **bancos de dados de ciência e tecnologia** desempenham papéis cruciais no planejamento de desenvolvimento educacional na avaliação de pesquisa sobre conhecimentos indígenas, pois estes fornecem informações atuais e históricas bem como específicas e ambientais.

A exemplo do exposto, na Ásia, alguns países têm considerado que **os bancos de dados** de informação científica e tecnológica são elementos cruciais de infraestrutura nacional e, têm acompanhado essa percepção pela mobilização de recursos.

Em um esforço para consolidar o desenvolvimento de sua economia nacional, a China iniciou a Infraestrutura Nacional de Conhecimento da China (CNKI), cujo objetivo geral era digitalizar a produção de informações, expandir a difusão e distribuição de informações e fornecer um ambiente social para a inovação do conhecimento nacional e desenvolvimento (NWAGWU, 2007, p.741, tradução nossa).

Por esse mesmo empenho, faz-se necessário que as **instituições governamentais brasileiras** tenham consciência e percepções da **importância e valor da informação** para o **desenvolvimento local e nacional**. A ausência de políticas e/ou propostas de recursos tecnológicos para recuperar e salvaguardar esses ativos, tais quais **bancos de dados científicos**, pode afetar o entendimento acerca da utilidade da informação, na medida em que esta for ignorada pelos formadores de políticas em relação à organização e processamento da informação etnológica. Assim, “uma vez que os formuladores de políticas decidem as prioridades, o baixo nível de consciência continuará, portanto, a rebaixar o papel da informação para o desenvolvimento nacional” (NWAGWU, 2007, p. 748, tradução nossa).

Nwagwu (2007, tradução nossa) relata ainda que, foi concebido pela UNESCO, o Manual de Política Nacional de Informação, para ser usado como uma ferramenta prática para funcionários de nível político nos Estados membros da África. O propósito era ajudá-los a lidar com os enormes riscos e oportunidades apresentados pela rápida escalada de ideias intimamente relacionada à superestrada da informação, ciberespaço e a sociedade da informação. (NWAGWU, 2007, 748, tradução nossa). Este autor entende que um dos principais indicadores na avaliação da **inclusão digital e alfabetização informacional** é o **impacto social de organizações**, como **infocentros e bibliotecas**, acima da avaliação quantitativa do acesso ou uso, dessas organizações ou mesmo da **tecnologia** que fornecem.

Articular e promover projetos de valorização e aplicação do conhecimento indígena, por meio das tecnologias de informação e comunicação são planos de **gestão de recursos terrestres, hídricos e da biodiversidade**. Tais planos podem ser eficazes diante de **impactos ambientais**, como das cheias ou das secas, quando a população pode se favorecer das tecnologias informacionais interativas, para promover e **compartilhar metodologias indígenas**; aumentar a **conscientização ambiental** e a participação da comunidade local na **conservação e respeito à natureza** (CARDAMA; CARIDAD SEBASTIÁN, 2019, tradução nossa).

As perspectivas, relacionadas às **políticas de implantação de ferramentas e estruturas tecnológicas** para as comunidades indígenas vão ao encontro das ideias e/ou de modelos relatados por pesquisadores dedicados à essa temática; estes entendem e defendem a **importância das tecnologias** para diversas ações de inovações e desenvolvimento de comunidades indígenas, tais quais (NWAGWU, 2007; CARDAMA; CARIDAD SEBASTIÁN, 2019; GUZMÁN-ROSAS; KLEICHE-DRAY, 2017; PINTO, 2008; AGUILAR, 2009). Esses autores defendem, igualmente, a **implantação de projetos políticos de inclusão digital e alfabetização informacional das populações indígenas**. Neste sentido, Pinto (2008) argumenta que “a inclusão digital representa um canal privilegiado para equalização de oportunidades da nossa desigual sociedade em plena era do conhecimento” (PINTO, 2008, p. 40). A autora lembra que no Brasil, tempos atrás, os **programas sociais para os indígenas** não faziam parte de planos e projetos governamentais. Porém, por necessidades, os indígenas se organizaram em associações para demandar suas participações ou inclusões nas **políticas digitais**. As políticas digitais e estruturas tecnológicas, tais quais **disponibilização de computadores e dispositivos de comunicação, infraestrutura digital e informacional**, são imprescindíveis para **formação e aprendizagem interativas** da comunidade, capacitação oficial de grupos minoritários, assim como a política digital inclusiva (CARDAMA; CARIDAD SEBASTIÁN, 2019, tradução nossa). Para que as **políticas de inserções tecnológicas digitais** sejam efetivadas, com eficiência nas comunidades indígenas, é premente a capacitação de pessoas (recursos humanos) que possam atuar com essas tecnologias.

Essas capacitações, lembra Nwagwu (2007, tradução nossa) não deve ser limitada às habilidades básicas; deve estender-se também às habilidades técnicas, ao planejamento, à análise e formulação de políticas de gestão de tecnologias de informação e comunicação (TIC). Por essa via de pensamento, a preparação de recursos humanos para atuar com as tecnologias da informação e comunicação, inclui a preparação para coletar, usar e disseminar informações, bem como para lidar com os riscos que ameaçam um projeto de banco de dados informacionais, por exemplo. As capacitações favorecem **acessos à computadores** em espaços públicos, como nos **infocentros**, que oportuniza aprendizagem em diferentes tecnologias: **acessos à Internet**, aprendizagem em **marketing digital**, como uma **inovação** para **divulgação e promoção cultural**, entre outras habilidades.

A implementação de políticas nacionais de informação, principalmente, de políticas informacionais específicas para os indígenas surge como um elemento fundamental e necessário para enfrentar diversos desafios com relação às populações indígenas. Devem ser compreendidos como componentes de inovação, de inclusão e de desenvolvimento social indígena.

Considera-se, a partir do exposto, o quanto necessário e urgente são os “pacotes” de ações que implementem esses benefícios destinados ao etnodesenvolvimento da população indígena brasileira.

#### 6.3.6 Projetos políticos de financiamento de recursos tecnológicos e implementos agrícolas em terras indígenas

Outro projeto político tão importante e necessário, ante o desamparo e a falta de desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas, é a elaboração de plano de ação, que tenha, no seu bojo, o financiamento de recursos tecnológicos e implementos agrícolas que propicie às comunidades indígenas trabalhar a terra para o plantio de alimentos de forma sustentáveis. O uso de implementos agrícolas pelos indígenas é considerado um modelo moderno, já que, na era das novas tecnologias, é preciso inclui-los nas práticas mais eficientes, como novas formas de inovar a agricultura familiar sustentável.

De acordo com Posey (1995), citado por Senanayake, (2006, tradução nossa) descobriu-se, recentemente, que o conhecimento indígena de zonas ecológicas, como **recursos naturais, agricultura, aquicultura, manejo florestal e caça**, são saberes mais sofisticados do que se supunha anteriormente. As atividades de desenvolvimento que trabalham com, e por meio do conhecimento indígena têm várias vantagens importantes sobre projetos que operam fora deles. Um exemplo clássico, é a reversão da monocultura científica para a **policultura não científica** (cultivo misto), intencionando, deste modo, que suas reordenações sociais étnicas servem como um contraponto aos conceitos impostos e empreendidos pela sociedade do consumo. As policulturas tradicionais, com características que as tornam desejáveis foram ignoradas por pesquisadores agrícolas em países em desenvolvimento, ao

introduzirem ali o **conceito de revolução verde**<sup>16</sup>, nesses países (SENANAYAKE, 2006, tradução nossa). Mas, “recentemente, a pesquisa sobre **policulturas** floresceu e alguns de seus benefícios estão se tornando claros para as comunidades” (SENANAYAKE, 2006, p. 90, tradução nossa).

Senanayake (2006, tradução nossa) diz que a **policultura** é um **sistema agrícola sustentável** que prevaleceu no Sri Lanka por mais de 2.500 anos. Esse tipo de sistema agrícola possui muitas características sustentáveis, com práticas de preservação e conservação ambiental de seus *habitat*; esse povo conserva suas culturas tradicionais como diversidade de dieta, geração de renda diversificada, estabilidade de produção, minimização de riscos, baixa incidência de pragas e doenças, uso eficiente de mão de obra, intensificação da produção com recursos naturais limitados e maximização de retornos sob baixos níveis de tecnologia (SENANAYAKE, 2006, p. 91, tradução nossa) viabilizando melhores condições de vida na comunidade.

No Brasil, a atual conjuntura de invasões e disputas fundiárias de terras indígenas, por mineradores, fazendeiros, agricultores, usineiros entre outros, tem gerado constantes conflitos e violências para com a população indígena. Tais invasões acarretam doenças por desnutrição, contaminações por produtos químicos usados, deliberadamente, por esses invasores nos ecossistemas, poluindo o solo, as águas de rios, os biomas nativos, o ar das localidades onde vivem os indígenas, os quais correm sérios riscos de vida. Diante disso, urgem **políticas estratégicas** de reconstrução, recomposição dos espaços étnicos, de melhorias, sobretudo da saúde indígenas, incluindo a segurança alimentar. Para isso, necessitam a priori, da atenção governamental e da **atuação dos órgãos de proteção das comunidades indígenas**, de modo a devolver-lhes um ambiente seguro. Ademais, as comunidades precisam de **atendimento permanente**, ações contínuas promovidas pelos entes públicos. Isso vai demandar **projetos de financiamentos** como o de **implementos agrícolas**, e/ou, **ferramentas tecnológicas** que facilitem a **preparação da terra**, de forma sustentável e **ecologicamente corretas**, para **produção de alimentos**, restaurações e

---

<sup>16</sup> Revolução Verde consistiu na modernização da agricultura em escala global, **efetivada por meio da incorporação de inovações tecnológicas na produção**. Teve como base as sementes geneticamente modificadas, os maquinários agrícolas e os insumos químicos, como fertilizantes e agrotóxicos. No Brasil, a incorporação técnica foi feita por meio de incentivos governamentais concomitantemente à expansão das fronteiras agrícolas para as regiões do Cerrado. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/a-revolucao-verde.htm>. Acesso em: nov. 2022.

**conservações de seus *habitats* naturais;** sejam projetos para reflorestamento dos espaços, sejam para despoluições dos rios e dos ambientes naturais, de modo que a vida nas florestas se restabeleça.

Essas são proposições de ações estratégicas e desafiadoras, porém, não impossíveis. Demandam políticas públicas para melhoria ou eliminação da precariedade e vulnerabilidade de pessoas indígenas brasileiras. São propostas de uma **política de combate à fome com política agricola para restabelecer a qualidade de vida** das populações nativas, inclusive o **desenvolvimento socioeconômico e sustentável** dessa população. Esse pensamento encontra amparo na Agenda 2030, das Nações Unidas, em seu objetivo 2, o qual propõe acabar com a fome, **alcançar a segurança alimentar, garantir uma alimentação saudável**, melhorando a nutrição e promovendo a **agricultura sustentável** (IFLA, 2019). Além disso, essa agenda garante **o acesso à água e energia limpa**; objetiva promover **crescimento econômico sustentado; acabar com a pobreza** em todos os lugares; tomar medidas urgentes contra as **mudanças climáticas**, entre outros objetivos para transformar o mundo.

Essas propostas políticas citadas pela Agenda 2030, são mencionadas pela INFLA como um conjunto de serviços informacionais que instituições de informação devem disponibilizar aos seus usuários. No caso da agricultura, sugere reunir ativos relacionados às pesquisas e dados sobre culturas, mercado e métodos de agricultura produtiva para oferecer aos consultentes. Essa proposta pode ser adequada e disponibilizada para população indíga brasileira.

## **7 PROPOSTA DE CENTROS INFORMACIONAIS COMO SISTEMA DE GESTÃO E MEDIAÇÃO**

A proposta de centro de informação como um sistema de gestão e mediação, para a população indígena, tem a finalidade de projetar o desenvolvimento de estruturas de ambientes informacionais. Tais ambientes devem favorecer o fluxo de informações das fontes informacionais e dos processos de acessar e apossar-se desses ativos, contextualizados nas comunidades indígenas brasileiras. O processo da gestão desses espaços envolve o ato de desenvolver estruturas de organização, seleção, armazenamento e disseminação de produtos e serviços de informações e/ou culturas de natureza etnológica; necessária ao aprimoramento, expansão e melhoria das condições de vida de populações indígenas brasileiras. A prática de uma boa gestão de um espaço informacional favorece a interação dialógica no eixo - profissional da informação, usuário da informação, ativos informacionais. São processos da mediação cultural/informacional dinâmicos, de modo que o contato, a comunicação interativa, a reciprocidade, pressupõe atos inter-relacionados que só um ambiente informacional, visto como um centro de cultura, pode promover em benefício de seu público.

Estratégias de políticas públicas informacionais, destinadas às populações indígenas brasileiras, que possam alcançar as comunidades originárias nas diversas regiões do país, devem apresentar direcionamentos para resoluções de carências informacionais das populações originárias brasileiras. Tais políticas públicas para esse fim devem ser planejadas e assessoradas por agentes indígenas, capacitados para gestão que poderiam validar, o reconhecimento e a concretização de um sistema integrado de gestão e mediação cultural de saberes aos povos indígenas do Estado de MS, tal qual um centro de informações e culturas indígenas.

### **7.1 Integração das categorias como diretrizes de ação**

As análises documentais permitiram a formação de categorias e indicadores para gerar propostas estratégicas de diretrizes de ação para o desenvolvimento de centros informacionais, aos povos indígenas sul-mato-grossense. Considerou-se relevante nesta parte da tese, apresentar alguns recortes das falas dos sujeitos

colaboradores, para enfatizar alguns pontos, as discussões sobre a proposta apresentada relacionados aos ativos e ambientes informacionais.

Destacou-se que as categorias “ativos informacionais”, de modo geral, passam pela contribuição da gestão, visto que o planejamento estratégico consiste de métodos desenhados para gerir ativos de modo adequado, tendo em vista a cosmologia e entendimento indígena. Uma gestão em colaboração com o profissional da informação favorecerá o desenvolvimento de modelos de gestão de ativos congruentes aos pensamentos etnicoculturais; a técnica para gestão e organização engloba todos os processos organizacionais de ativos, inter-relacionados com as estratégias da gestão - é a gestão em si – que confere autonomia informacional. Ela demanda procedimentos para habilitar um indivíduo em gerir ativos informacionais de modo autônoma. Neste caso, deverá ser compatível com contexto e ponto de vista dos indígenas. Já os processos de gestão de ativos informacionais como produtos de valor agregado, atêm-se aos procedimentos gerenciais que podem contribuir para alavancar o reconhecimento e valorização de ativos informacionais de natureza etnológica. Num outro momento podem ofertar novas oportunidades, de novos produtos e serviços originários, outrora subestimados; é o caso dos recursos genéticos, hoje bastante requisitado pelo comércio internacional. Constatase, a favor desse fenômeno, que as vendas de medicamentos de origem tradicional têm rendido altas cifras em valores monetários.

É possível ponderar que, ativos informacionais indígenas, são considerados por estudiosos e pesquisadores de outros países, como Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Uganda na África, Índia, entre outros – como um insumo de muito valor, o qual necessita ser reconhecido e valorizado em todo o mundo. Os processos de documentação desses ativos requerem urgência, para que desta forma, sejam protegidos e resguardados, mais ainda, diante de constantes procuras e compartilhamento de informações de maneira fácil e ágil. É basilar pensar em um sistema de informação como um mecanismo para garantir os acessos e posses informacionais. Na atual sociedade do conhecimento, os ativos informacionais indígenas, começam a fazer parte, inclusive, nos meios acadêmicos, conforme relato de Nakata (2000, tradução nossa), onde pesquisadores interessados nos estudos sobre práticas de desenvolvimento sustentáveis, têm colaboração de ONGs e da ONU, organismos que se preocupam com a perda de biodiversidade de espécies, ecossistemas naturais e o futuro do planeta. Essas organizações têm manifestado

apoio na questão da gestão desses ativos, como formas de registrar, organizar e salvaguardar, para ser validado e até incorporado ao “corpus científico”, por conseguinte, utilizado, posteriormente. São elementos importantíssimos, principalmente, nas questões da preservação ambiental, desenvolvimento sustentável e na resolução de problemas em comunidades locais.

Infere-se que os planos de gestão desses ativos são os que podem lhes garantir o resgate, a organização e preservação, inclusive, capacitar pessoas para com eles trabalharem. Pois, a gestão de ativos informacionais, é pontual em todas as etapas e processos documentais/informacionais. A vista disso assegura-se que a gestão de ativos informacionais, também está inerente, aos “Ambientes informacionais”, e/ou centros informacionais - porque, informação, conhecimento, saberes devem ser localizados e/ou armazenados em um ambiente adequado, até mesmo “nas nuvens”. Mesmo que centralizados, os ativos necessitam das estratégias, dos processos, das técnicas da gestão.

Essa categoria e respectivos indicadores foram assim denominados por estarem em sintonia, uns com os outros, pois, ambientes informacionais são certamente, espaços especializados na gestão, que cuidam, tratam, preservam informação, conhecimento e/ou saberes de diversas naturezas, inclusive dos povos originários. Além disso, são prestadores de múltiplos serviços para usuários atuais e também, para os potenciais usuários; trata-se de ambientes dinâmicos, que estão sempre em função do seu público. São espaços educativos e inovadores, visto que proporcionam pesquisa, estudos, leituras e escritas; facilitam a aprendizagem, capacitam e aperfeiçoam pessoas proativas; tornando-se, assim, ambientes inovadores para os povos indígenas. O virtual se intercomunica por espaços diversificados, porque são lugares de interação e mediação por meio do diálogo e de tecnologias da informação e comunicação, pois os ambientes de informação favorecem a troca e a manifestação das culturas, através de ferramentas tecnológicas como a Internet e outros meios de comunicação como as rádios, que também possibilitam essa interação, por meio do diálogo nos espaços físicos.

Essa interação dialógica nesses espaços foi demonstrada na fala da liderança indígena Guarani-Kaiowá, durante entrevista - quando questionado se já esteve em uma biblioteca, e como fora a experiência; o mesmo relatou:

*Sim, sempre ia na biblioteca pegar um livro, um texto, na biblioteca da cidade, ia pegar um livro pra minha filha quando me mandava, a gente conversa lá e pegava o livro. Pra achar o livro era difícil, mas era, as vez tem gente pra ajuda, tem hora que não tem. Toda vez já leva tudo marcado, como que é o nome, assim, era mais fácil.*

A fala demonstra que houve diálogo e interação entre o agente da biblioteca e a pessoa do indígena. Da mesma forma, foi inquirido, a opinar sobre aprendizado/lição que a população indígena poderia mediar ou interligar por meio de espaços culturais e saberes de natureza etnológica, on-line ou físico para um sujeito da sociedade não indígena, como forma de trocas de saberes.

*Essa troca online aí que você fala, hoje já está acontecendo muito. Se você dá uma olhada na...tem muitos indígenas no canal do Youtube por exemplo que ensina o Guarani, tem uma menina inclusive daqui de Amambai, que está em Dourados, ela tem um canal que está sempre ensinando uma coisinha, falando de uma coisa ou de outra.*

Nessa fala, o entrevistado está apresentando trocas de experiências, mediações culturais por meio de redes sociais e Internet, onde membro da comunidade ensina a língua, denotando que o processo de ensinar é uma ação mediadora.

Esses ambientes informacionais de natureza etnológica, embora sejam imprescindíveis e necessários para disponibilizar e compartilhar informações, saberes e culturas aos povos indígenas brasileiros, neste país, não se tem visto ou lido muita coisa sobre esses espaços para os indígenas, principalmente, o espaço bibliotecas. Nas literaturas, é possível encontrar estudos que discutem mais os museus, como ambientes de preservação cultural indígena, mesmo que não se tenha feito um levantamento sobre essa temática e não seria o caso, neste estudo.

A questão em destaque de ambientes informacionais indígenas, gira em torno da importância de implantação de espaços físicos ou híbrido, mas, principalmente, o delinea o desenvolvimento e implantação de estruturas tecnológicas informacionais, como ferramentas para mediar informações. Há uma tendência global em digitalizar e formar bancos de dados informacionais, disponibilizá-los via redes de Internet, para acessar no formato digital. E devido ao cenário imposto pela pandemia da Covid-19, com o isolamento social, a Internet e meios de comunicações digitais se destacaram, como formas de acessos informacionais de modo remoto. Com a difusão da digitalização de documentos e de textos, de disponibilização de e-books, de vídeos e

imagens digitalizadas e disponibilizadas nas redes de informações, os leitores são impostos a se adaptarem a esse novo modelo de interação, bem como as suas estruturas de acessos e de leituras informacionais. Neste sentido, o professor antropólogo, colaborador nesta pesquisa, expõe sua opinião, ao ser inquirido sobre o desenvolvimento de políticas públicas informacionais para as comunidades indígenas no Estado do MS:

*Não tenho conhecimento de nenhuma política pública informacional para os povos indígenas no MS. Eventualmente ocorre alguma ação pontual, como a da UFMS, que para atender os alunos da região de Aquidauana, durante a pandemia da Covid19, instalou antenas de internet nas aldeias daquele município, para as aulas on-line.*

A comunidade referida é da etnia Terena, onde vivem muitos alunos universitários, que durante a pandemia da COVID-19, permaneceram isolados em suas comunidades locais. Para não ficarem sem participar das aulas, a universidade proporcionou a instalação de redes de Internet nas comunidades.

Acredita-se que essa inovação tecnológica permanecerá como suporte essencial para as atuais e futuras gerações. Também, na atualidade, devido à valorização mundial do conhecimento indígena, visualiza-se essa nova tendência de gestão informacional para futuros próximos, no sentido de resgatar, organizar, classificar, salvaguardar e disponibilizar informação, conhecimentos e/ou saberes indígenas, para comunidades originárias sul-mato-grossense. Por isso, defende-se aqui, um sistema de gestão e mediação cultural de saberes para comunidades indígenas, como um sistema de fluxos informacionais que possa contemplar todas as comunidades ávidas desses ativos. Sem impedimentos de ordem política, esse sistema deve conter e/ou disponibilizar variados formatos e tipos de informações etnicoculturais.

A elaboração de políticas públicas informacionais destinadas aos povos indígenas brasileiros é uma ação direcionada não somente a valorizar seus saberes, conhecimentos e culturas, mas também para o desenvolvimento informacional, intelectual e etnicocultural de comunidades indígenas brasileiras. Nesse pensamento, para ser legitimada e efetivada essa forma de política, faz-se necessário institucionalizar os ambientes informacionais, de modo que as garantias de atendimento efetivo das demandas informacionais de populações indígenas sejam, no mínimo, resguardadas. É possível pensar em um novo modelo de projetos,

estrategicamente elaborados, que consiga transportar o entendimento e o pensamento indígena para a forma de “desenhos textuais”, de modo a torná-los congruentes com suas necessidades informacionais, no ponto de vista cosmológico.

## **7.2 Políticas públicas como garantia de direitos informacionais para população indígena**

Um projeto político voltado para criação de espaços de atenção à cultura tradicional vem da ideia de um novo modelo de organização institucional destinado à preservação da cultura indígena. Esse projeto deve estar vinculado, de forma multidirecional, a órgãos públicos, a universidades e organizações não governamentais, e a outras instituições que possam preencher, de modo intensivo e multidisciplinar, as lacunas demandadas por povos indígenas brasileiros. Isso quer dizer agências, comitês, incubadoras, as escolas de tradição viva, como citado anteriormente – todas interagindo conjuntamente, em prol de garantir direitos de acessos e posses informacionais/culturais às populações originárias.

Os Indicadores elaborados sobre políticas públicas para o desenvolvimento indígena, integradas com políticas públicas nacionais, trazem a perspectiva de uma política também multidirecional com as instituições públicas de áreas diferentes das dos povos indígenas. Contudo, podem apresentar uma proposta unificada, como uma espécie de subprojetos com ações para o desenvolvimento mais amplos das comunidades, a envolver todas as categorias de políticas, capazes de contribuir com frações substanciais, para o etnodesenvolvimento. Além de tudo, podem colaborar com a biodiversidade, com a gestão de recursos hídricos, com mercado de trabalho, com o sistema financeiro e econômico, com o sistema educacional indígena, da saúde, da alimentação, entre outros. Todas essas ações, reforçam-se, são indicadas contribuir com o desenvolvimento etnocultural das populações indígenas brasileiras.

Dentro desse mesmo contexto de atuação, uma proposta de políticas públicas de revitalização, proteção e transmissão de línguas originárias, deve ser entendida como uma proposta necessária e urgente ao constatar, por meio das leituras de pesquisas e estudos (UNESCO 2019; MELLO, COUTO, 2017; PINTO, 2008), o quanto, os povos indígenas brasileiros, perderam, em decorrência dos processos de colonização. De acordo com ISA (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, on-line, 2022), atualmente no Brasil, são falados mais de 160 línguas e dialetos pelos povos

originários; essas 160 línguas fazem parte de um acervo de sete mil línguas faladas no mundo atual, e antes da colonização no Brasil, esse número era próximo de mil.

Com a evolução e desenvolvimento da sociedade e os frequentes contatos dos indígenas com a sociedade não indígena, as línguas se modificam constantemente. Além de influências mútuas, “as línguas guardam entre si origens comuns, integrando famílias linguísticas, que, por sua vez, podem fazer parte de divisões mais englobantes - os troncos linguísticos” (ISA, online, 2022), enfatiza ainda que, “se as línguas não se isolam, seus falantes, tão pouco”. Esse site ISA, relata, por último, que no Brasil, tem muitos indígenas que falam e/ou entendem mais de uma língua, e não raro, dentro de uma mesma aldeia, fala-se várias línguas – fenômeno conhecido como multilinguísmo. Expõe que, dentre essa diversidade, somente 25 povos têm mais de cinco mil falantes de língua indígena, tais quais: Apurinã, Ashaninka, Baniwa, Baré, Chiquitano, Guajajara, Guarani (Ñandeva, Kaiowá, Mbya), Galibi do Oiapoque, Ingarikó, Huni Kuin, Kubeo, Kulina, Kaingang, Mebêngôkre, Macuxi, Munduruku, Sateré Mawé, Taurepang, Terena, Ticuna, Timbira, Tukano, Wapichana, Xavante, Yanomami, e, Ye'kwana (ISA, on-line, 2022).

Para recuperar essas e demais línguas para que não se percam, e para mantê-las vivas e atuantes, será um enorme desafio para os projetos políticos de recuperação e resgate; porém, já existem no Brasil, projetos que objetivam a recuperação e/ou manutenção, como o projeto mencionado anteriormente, desenvolvido em conjunto entre Museu do Índio e UNESCO.

Com o estabelecimento de uma política pública que revitalize e/ou reactive, estimule os sistemas das línguas originárias entre as diversas etnias brasileiras, principalmente aquelas onde os mais jovens já não costumam usá-las, é possível vislumbrar uma ação proativa que mantenha viva a língua originária, como forma de sustentação cultural étnica. Esta é uma ação, como as demais citadas anteriormente, que precisa estar em franca interação com as comunidades originárias, inclusive para colaborar nos registros culturais dessa natureza.

Ao encontro das propostas de políticas mencionadas acima, a política pública de organização e preservação cultural e do conhecimento indígena se vincula às propostas culturais desenvolvidas nos espaços informacionais, dada a natureza colaborativa destes, entre profissional da informação e agentes indígenas. Tais espaços oferecem ou mesmo se identificam como os arquivos, bibliotecas, museus, centros de documentação, repositórios e outros. São políticas para o desenvolvimento

de acervos, com técnicas de armazenamento e preservação, das diversas formas de manifestações etnicoculturais: artesanatos, os cânticos, as danças, ritos, sistemas tradicionais da educação, da saúde, entre outros, que poderão ser registrados nos diversos formatos para serem organizados e preservados ante posterior disseminação.

Na mesma linha de atuação, projetos políticos de criação e implementação de estruturas tecnológicas de informação e comunicação indígena, devem visar a implantação de recursos e estruturas tecnológicas, como uma ferramenta para favorecer as comunidades indígenas nos acessos e posses informacionais; nas interações comunicacionais, para alfabetização informacional tecnológica, para captação e registros de saberes e/ou artefatos indígenas, a serem realizados por meio de dispositivos móveis, ou outros elementos tecnológicos, como os computadores. Junto ao pacote das estruturas tecnológicas, deve ser inserida rede de Internet para facilitar o compartilhamento informacional e comunicacional. É necessário e muito importante que as propostas para a implantação de estruturas tecnológicas nas comunidades indígenas, tenham a colaboração das empresas de comunicação, juntamente com as instituições governamentais: Ministério das Comunicações, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério do Planejamento entre outros, além das organizações indígenas, como partes interessadas. Assim, o professor pesquisador, sugere o desenvolvimento de políticas públicas informacionais para atender aos povos indígenas do MS:

*Nos últimos 10 anos os adultos começaram a ter acesso ao celular, o qual agora também está chegando às mãos dos jovens e adolescentes.*

*Essas políticas deveriam ser planejadas juntamente com as comunidades indígenas (cada uma é diferente da outra), a partir de suas demandas/necessidades: antena de internet, laboratório de informática, aulas de informática, etc.*

No ponto de vista do pesquisador, o interesse por acessos de informações pelos povos indígenas começa com a necessidade de sobrevivência de pessoas adultas. Estas tiveram de sair de suas aldeias à procura de trabalho, porque as aldeias já não conseguiam mais produzir o suficiente. Devido às invasões de seus espaços por fazendeiros e agropecuaristas, foram concentrados em pequenos espaços, obrigando-os, desta forma, a sair para o mercado de trabalho. Nesse contexto,

começam os primeiros contatos e acessos às novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), pelos indígenas sul-mato-grossenses.

Entende-se que essa proposta de implantação de TICs para população indígena como uma ação proativa, em prol do desenvolvimento e inovação desses povos. Da mesma forma, tão necessário e importante para as comunidades indígenas brasileiras é o desenvolvimento de projetos políticos para o financiamento de recursos tecnológicos para a agricultura e implementos agrícolas; proporcionando instrumentos de trabalhos que facilite a produção de alimentos de forma sustentável. Tal proposta deve considerar ainda que a maioria das etnias brasileiras, principalmente as pertencentes ao Estado de Mato Grosso do Sul, são pessoas dotadas de práticas e saberes agrícolas; haja vista a fala da liderança indígena sobre o que seria necessário, naquela comunidade, para produzir bens essenciais, ao etnodesenvolvimento:

*Talvez um planejamento bom para essa comunidade, pras reservas, que sempre a Liderança Guarani-Kaiowá tem lutado para conseguir, porque o Guarani-Kaiowá é agricultor, se andar por aí [na aldeia], você vai ver bastante plantação de mandioca, de milho, de arroz... ele é agricultor, e a liderança tem lutado bastante, pra mexer na terra hoje, tem que ter tecnologia, no mínimo um trator, isso acredito ser essencial.*

O Cacique justifica como principal necessidade de implementos agrícolas para facilitar formação das lavouras, pois naquela comunidade tem muito mato como a braquiária (espécie de capim com raízes ramificadas e profundas), difícil e moroso de tirar com enxadas, demandando tempo e muito esforço do trabalhador. Por isso, o relato de quão necessário esses recursos e ferramentas para o etnodesenvolvimento das comunidades rurais indígenas. Com o mesmo reconhecimento, o professor antropólogo, entende e sugere uma estratégia para melhoria das condições de vida das populações indígenas do MS:

*Para a melhoria das condições de vida dos povos indígenas do MS a primeira ação urgente seria a ampliação e demarcação dos territórios tradicionais; a segunda ação estratégica seria o incentivo e suporte para a produção agrícola nas aldeias, para retomar a autonomia e segurança alimentar.*

Essas propostas de estratégias de desenvolvimento que o professor sugere devem fazer parte de ações políticas de melhorias e desenvolvimento daquelas

comunidades, em colaboração com outras propostas de políticas públicas de desenvolvimento étnico-social.

Nunca é tarde destacar que um projeto político para a aquisição de ferramentas agrícola favoreceria todos os moradores da comunidade, até porque as comunidades indígenas vivem em comunhão e interações entre os seus; tudo nas aldeias é compartilhado. Um sistema de gestão e mediação cultural de saberes, destinados para essa população, além da disponibilização para acessos informacionais, poderia oferecer conhecimentos em forma de orientações e treinamentos; na oferta de modelos e práticas de agricultura, policulturas, hidroculturas, entre outras. Da mesma forma capacitação para o uso das ferramentas tecnológicas, necessárias ao manejo de máquinas modernas, possibilita a interação de saberes. Portanto, o fim útil desse tipo de projeto é reconhecer tamanha riqueza do conhecimento/saberes e culturas indígenas; de quanto importante, resgatar e registrar esses elementos como ativos de valor agregado, relacionado e inseridos nos processos de inovação e desenvolvimento sustentáveis e do etnodesenvolvimento local.

Para efetivação de projetos de ambientes de informações e culturas indígenas, é primordial o desenvolvimento de ações políticas governamentais, visando garantir e concretizar as iniciativas de sistema de gestão e mediação cultural de saberes indígenas. No contexto de um sistema de mediação cultural, que realiza atividades interconectadas com ambientes e sujeitos informacionais, ocorre o processo contextualizado de atividades coletivas, entre a comunidade e profissional da informação, surgindo assim, respostas que possam sanar necessidades, e/ou questões, como as apresentadas nas falas dos sujeitos inquiridos nesta pesquisa. Do mesmo modo, surgem soluções e/ou explicações para as categorizações realizadas e apresentadas, a partir da análise de conteúdo.

### **7.3 Gestão baseada em evidências como processos de mediação cultural de saberes indígenas em bibliotecas e museus**

A gestão baseada em evidências é um processo de tomada de decisão em pleno desenvolvimento de ações, a partir de uma informação científica, atualizada, verdadeira, crítica e consciente; para responder e/ou esclarecer uma questão, ou, para corroborar uma indagação que necessita ser evidenciada, esclarecida. Para isso, reúnem-se diversas fontes de informações que possam garantir uma resposta ou

resultados confiáveis para resolução do problema. Compete ao profissional gestor documentário e informacional, acessar os ambientes de informação para pesquisar, recuperar, resumir, selecionar e reunir as informações solicitadas para posterior uso.

Essas atividades da gestão baseada em evidências vão ao encontro do processo de mediação cultural/informacional, pois o sentido da mediação está diretamente relacionado aos processos de interconexão nas esferas social e cultural. Infere-se, deste modo que a tomada de decisão como parte da gestão necessita da interconexão profissional, entre agente da gestão, os espaços de informações, o objeto informacional, com o sujeito usuário da informação. Nesse processo de busca de informações exatas, atualizadas e cientificamente comprovadas, é importante a inter-relação dialógica, como um ato conectivo, socializado, para que ocorra a comunicação entre os interagentes, além da interação como ambiente informacional, organizado para esse fim. Neste sentido, os produtos e serviços agregados em espaços informacionais e culturais, ao serem consultados, usados e apropriados, são considerados como uma ação da mediação informacional e cultural, devido aos processos interativos, sujeito e objeto.

Com esse entendimento, ao considerar o conceito do método da gestão baseada em evidências e os objetivos propostos, a análise realizada nos websites da Biblioteca Curt Nimuendajú, e do Museu do Índio, como unidades informacionais referenciais na temática estudada, acrescentaram pontos importantes na discussão dos resultados desse estudo sobre gestão e mediação cultural: considerar a relevância, na mediação cultural, dos espaços de bibliotecas e museus como agentes que podem comungar as melhores evidências científicas para a tomada de decisão, com base nas posses informacionais e culturais.

Desse modo, destaca-se que os espaços informacionais ligados à FUNAI, tais quais, a Biblioteca Curt Nimuendajú, e o Museu do Índio, são ambientes públicos que armazenam e disponibilizam informações e culturas indígena, tanto para a população indígena como para demais público interessados na temática ali armazenada.

Constatou-se no website da Biblioteca Curt Nimuendajú, que um ambiente especializado na temática indígena brasileira é capaz de preservar informações sobre políticas indígenas e questões ambientais, em terras indígenas. Seu acervo conta com cerca de 50 mil obras registradas entre livros, folhetos, periódicos, coleção de recortes de jornais, obras de referência, monografias, dissertações e teses (A BIBLIOTECA, 2022). Sua gestão oferece os seguintes serviços informacionais:

[...] pesquisa *on-line* sobre os títulos existentes [...], pesquisa e levantamento bibliográfico, comutação bibliográfica, empréstimo domiciliar e empréstimo entre bibliotecas, catalogação na fonte, normalização de publicações segundo a ABNT e serviços reprográficos de documentos e acesso à Internet para pesquisa.

Disponibiliza ainda:

[...] espaço aberto ao público em geral e espaço de estudo coletivo e individual, [...] dispõe de 4 mesas e também 6 baias, entre as quais 4 oferecem computadores com acesso à Internet, utilizados pela comunidade para estudos e/ou realização de trabalhos. Oferece também, atendimento especial aos deficientes físicos (A BIBLIOTECA, 2022).

Observou-se, nesse ínterim, na página do catálogo on-line dessa biblioteca, um *link* de acesso de bibliotecas digitais de outras intuições, com informações multidisciplinares, possíveis de serem acedidas no formato digital.

Dentre as instituições informacionais mantidas pela FUNAI, além da Biblioteca já relatada, há também o Museu do Índio (MI) que organiza e salvaguarda artefatos culturais, documentos e informações históricas étnicas de povos indígenas brasileiros e da América Latina. A página on-line (*website*) menciona que o acervo do Museu do Índio é composto de ricos materiais que representam a diversidade cultural étnica dos mais de 305 povos indígenas brasileiros. O espaço, tradicionalmente, recebe visitantes espontâneos, tão bem quanto turmas de estudantes e educadores de instituições públicas e privadas [...] (O MUSEU, 2022). Dentre suas atividades, mantém exposições permanentes e temporárias para trabalhos culturais e educativos, bem como, para circulação e permanência de visitantes em seus jardins.

Em sua página, o *website* disponibiliza *links* informativos sobre: como chegar ao local através da disponibilização do *Google Maps*; visitas educativas; centro audiovisual e centro cultural Ikuiapá, que podem ser acessados para maiores informações. Disponibiliza *link* para baixar livros (*livros para download*); acesso à base de dados de referência bibliográfica (Catálogo), informes sobre eventos, cursos e oficinas, exposições, acervos *online* do Arquivo Virtual, Biblioteca Virtual, Coleções Etnográficas e Dicionários Multimídia. O Museu disponibiliza ainda *links* que permitem acessos a partir da etnia de cada povo, porém, nem todas as imagens são carregadas, impossibilitando sua visualização.

Evidências pontuais como essas, sobre as organizações informacionais destinadas, principalmente, aos povos indígenas do Brasil, são produtos de uma proposta iniciada ainda no século XX, como estruturas de projetos políticos de recuperação e armazenamento de documentos, informações, saberes e artefatos indígenas, mantidas pelo estado nacional. Suas missões e objetivos vêm se adequando, conforme exigências da atual sociedade da informação: a disponibilização, promoção e facilidades de acessos informacionais e culturais, para todos que delas necessitam e buscam.

Percebe-se, a partir das análises nos websites desses ambientes informacionais, que espaços como o Museu do Índio, estão se adequando às tecnologias de informação em redes de Internet, hoje considerada uma ferramenta primordial para fazer fluir informações até as comunidades mais longínquas neste país. A Biblioteca, porém, ainda atua nos modelos de catálogos bibliográficos, não disponibilizando informações de forma remota. Neste sentido, conforme conceitos da mediação informacional e cultural – a interação sujeito e objeto informacional só acontece no formato físico, local da Biblioteca. Logo, os ambientes Biblioteca e Museu, ligados à FUNAI, necessitam avaliar, renovar e atualizar suas plataformas de produtos e serviços, tais como, ambientes informacionais e culturais, dinâmico e proativo. Assim, podem se vincular à técnica de levantar melhores evidências científicas, visando tomada de decisões, na resolução de problemas informacionais, que não têm alcançado as comunidades indígenas, distantes de Brasília (localização da Biblioteca Curt Nimuendajú) ou, do Rio de Janeiro (localização do Museu do Índio). Destaca-se que esses ambientes informacionais ligados à FUNAI deveriam elaborar propostas de capacitação e aprendizagem das populações que vivem nas comunidades periféricas e rurais. Essas comunidades ainda carecem de aprender o mínimo: acessar e usar os dispositivos informacionais, apossar-se de informações e também reconhecer esses mesmos ambientes como espaços informacionais indígenas.

Ressalta-se que a gestão baseada em evidências pode ser uma prática em ambientes informacionais indígenas, como recurso para tomada de decisão. Ao ser ativada, poderia prevenir tragédias, tal qual a ocorrida com a população indígena da

etnia Yanomami,<sup>17</sup> do estado de Roraima, que há anos sofrem por omissão e negligências do poder estatal frente ao garimpo ilegal nas terras pertencentes àquela etnia. Talvez, na existência de um sistema de gestão e mediação cultural de saberes que oferecesse serviços informacionais atualizados e verídicos, baseados em estudos e pesquisas - de modo interconectado entre comunidade e agências de atenção aos indígenas, secretarias e organizações estatais - pudessem, juntos, tomar providências para evitar tamanho sofrimento e descaso. A garantia da vida e da integridade daquela população poderia ter sido priorizada até para a sua defesa. Infere-se que esses serviços informacionais, poderiam, em efetiva medida, ser ofertados pela Biblioteca Curt Nimuendajú, juntamente com o Museu do Índio, por serem espaços sustentados pela FUNAI.

Assim exposto, diante das evidências apresentadas neste estudo, a partir das análises de conteúdos nos artigos científicos, identificou-se a relevância do reconhecimento e valorização de ativos informacionais e culturais indígenas, de diretrizes para uma boa gestão. Revelou-se quão necessário a gestão nos espaços informacionais, para salvaguardar, disseminar e mediar essas informações e culturas, para o desenvolvimento etnicocultural de povos indígenas. No mesmo sentido, as análises, permitiram levantar diretrizes de políticas públicas informacionais direcionadas às populações originárias como ação proativa para o etnodesenvolvimento das comunidades; diretrizes políticas para implantação de equipamentos tecnológicos informacionais, oportunizando, desta forma, a inserção digital e interação de comunidades indígenas por meio de dispositivos comunicacionais, informacionais e redes de Internet.

A proposta de oferecer subsídios para compor diretrizes de efetivação de sistema de gestão e mediação cultural de saberes indígenas, descrito nos objetivos específicos deste estudo, foi concretizada conforme apresenta o Quadro 5, com as diretrizes de gestão e suas ações de políticas públicas informacionais:

---

<sup>17</sup><https://www.brasildefato.com.br/2023/02/01/parem-de-mentir-lider-yanomami-dario-kopenawa-critica-militares-e-rebate-bolsonaristas>. Acesso em: jan. 2023.

**Quadro 5 - Diretrizes de gestão de políticas informacionais para população indígena brasileira**

DIRETRIZES DE GESTÃO	AÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS INFORMACIONAIS
Levantar demandas informacionais nas comunidades indígenas	<ul style="list-style-type: none"> <li>I. Agendar encontros e/ou reuniões com a comunidade indígena para explanação, demonstração de uma proposta de sistema de gestão e mediação cultural, pensada para aquela comunidade;</li> <li>II. Definir linhas de ações a serem adotadas para atender as demandas informacionais;</li> <li>III. Promover formas de orientação das pessoas para o reconhecimento da riqueza do conhecimento/saberes originários e, da importância de sua preservação registrada, para futuros acessos e posses.</li> <li>IV. Elaborar planos/desenhos políticos de recuperação, organização, seleção e armazenamento de ativos informacionais, a partir do entendimento de agentes indígena e de seus contextos étnicos;</li> </ul>
Capacitar e orientar agentes indígenas para gerir ativos informacionais originários	<ul style="list-style-type: none"> <li>I. Planos de capacitação e treinamentos de recursos humanos, a partir de estímulos para interesses da população indígena;</li> <li>II. Criação de equipes multiculturais para desenvolver e atuar junto a programas informacionais e culturais de natureza étnica nas comunidades indígenas;</li> <li>III. Orientar e ensinar, para valorização e reconhecimento de suas culturas, proporcionar a aprendizagem e desenvolvimento socioculturais, oportunizando a autonomia informacional indígena</li> </ul>
Instituir ambientes de gestão de informação indígena como espaço de socialização, interação e compartilhamento etnicocultural indígena	<ul style="list-style-type: none"> <li>I. Desenvolver estruturas organizacionais de informação e cultura indígena, de forma físicas, digital, on-line e/ou híbrida;</li> <li>II. Promover cooperação entre estados e municípios, organizações não governamentais, organizações indígenas e profissional da informação para a implantação de ambientes informacionais de excelência no tratamento gerencial de ativos étnicos;</li> <li>III. Desenvolver políticas de organização e desenvolvimento de coleções de natureza etnológica, estratégias de recuperar, indexar e disseminar através dos ambientes informacionais,</li> <li>IV. Desenvolver métodos de salvaguardar ativos informacionais como recursos vitais, culturais, de valor agregado como produtos de inovação e sustentabilidade;</li> <li>V. Planejar ambientes integrados entre as comunidades indígenas de diversas etnias;</li> <li>VI. Promover atividades educativas por meio de dispositivos tecnológicos para desenvolver habilidades;</li> <li>VII. Ofertar serviços de alfabetização digital, capacitação para desenvolvimento de mídias digitais.</li> </ul>
Propor serviços e produtos tecnológicos informacionais para comunidades indígenas	<ul style="list-style-type: none"> <li>I. Desenvolver projetos políticos para implantação de estruturas tecnológicas nas comunidades indígenas, com aquisição de máquinas e dispositivos de informática, redes de Internet, para a inserção digital e informacional de pessoas indígenas;</li> <li>II. Elaborar e montar infraestruturas tecnológicas para recuperação, digitalização e armazenamentos de dados informacionais de natureza etnológica;</li> <li>III. Elaborar projetos de captação de recursos financeiros para aquisição de equipamentos tecnológicos nas comunidades.</li> </ul>
Proporcionar estratégias de melhorias de vida nas comunidades indígenas	<ul style="list-style-type: none"> <li>I. Propor estratégias, integradas com as instituições/organizações públicas estatais, como um modelo multidirecional, abrangendo diversas áreas como, alimentação, uso do solo, recursos hídricos, sistema da saúde, educação, entre outros - fortalecendo e fomentando o desenvolvimento junto às comunidades;</li> <li>II. Projetos políticos de desenvolvimento de sistema agrícola sustentáveis, como agricultura familiar, produção de hortaliças, fruticulturas e afins;</li> </ul>

DIRETRIZES DE GESTÃO	AÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS INFORMACIONAIS
	<p>III. Programas de desenvolvimento econômico de pequenos produtores, que comercializam seus produtos sustentáveis, nas escolas para merendas escolares e, em feiras de pequenos agricultores.</p> <p>IV. Exposições e comercialização de artesanatos e acessórios ornamentais indígena.</p> <p>V. Apresentar programas de cuidados no cultivo e manejos de animais domésticos, alternativas para produção de peixes (piscicultura), abelhas (apiários), entre outras fontes produtivas de alimentos e rendas.</p>
Recuperar e preservar línguas originárias	<p>VI. Desenvolver projetos de recuperação, restituição e preservação das diversas línguas originárias existentes no país;</p> <p>VII. Elaborar proposta de implantação de disciplinas de ensino da língua indígena, nas escolas indígenas e também, nas instituições de ensino superior de licenciaturas indígenas, como formas de resgate sociocultural nativo e preservação cultural;</p> <p>VIII. Promover encontros entre anciões e juventude para contação de histórias orais, como formas de praticar a língua.</p>
Preservar ambientes, medicina tradicional, conhecimentos/saberes indígena, como propriedade intelectual originária	<p>I. Projeto de financiamento de tecnologias e implementos agrícola para trabalhar a terra de forma sustentável;</p> <p>II. Programas de restauração e recuperação de solo, bacias hidrográficas e reflorestamento de espaços degradados;</p> <p>III. Política de desenvolvimento de segurança e certificação de saberes medicinais, farmacológicas, biológicas, ecológica e proteção ambiental – garantindo direitos autorais indígenas e patenteamentos desses conhecimentos;</p> <p>IV. Projeto de seleção e armazenamento de sementes e grãos diversos, para preservação e manutenção das florestas, e também para sustento das lavouras, das hortifrutícolas, e da própria comunidade originária.</p>

Fonte: Elaboração da autora

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como tradição cultural, o conhecimento e/ou saberes indígenas são praticados continuamente e requerem renovação por meio de expressões ativas no seio da comunidade local. Essas expressões vêm à tona por meio de eventos, práticas, desempenhos, entre outros, em razão do conhecimento indígena ser um corpo altamente contextualizado, onde as atividades coletivas da comunidade são partes essenciais do sistema de gestão do conhecimento. São essas atividades que fornecem o contexto e o ambiente propício para o processo de criação e da geração de novos conhecimentos – interações e trocas de saberes geram novos saberes.

Assim, esta pesquisa trouxe evidências para o reconhecimento de um ambiente informacional e cultural de natureza etnológica, o qual favorece o encontro, a interação dialógica, a troca de saberes, conhecimentos, por meio de acessos informacionais de forma física, digital ou on-line. Esses ambientes, em contexto das comunidades locais, ao possibilitarem a interação, viabilizam a mediação cultural, onde os próprios indígenas controlam os processos pelos quais suas diversidades são culturalmente mediadas entre os povos. Desse modo, os ambientes informacionais, ao serem geridos conjuntamente entre profissional da informação e agentes indígenas, potencializam os vínculos comunitários indígenas através da mediação informacional e cultural inter-relacionados. A mediação cultural, tal qual um conjunto de elementos que, a partir dos processos de apropriação e significação, constituem interpretações e construções de sentidos no âmbito dos espaços informacionais; essa mediação cultural está imersa nos processos de apropriação cultural estabelecidos, desde ambientes informacionais e respectivos produtos culturais disseminados por eles. Assim também, no contexto de ambientes informacionais/culturais indígenas, a mediação cultural surge como principal elemento para assegurar a aproximação e acessos dos cidadãos com os bens culturais.

A proposta de políticas públicas para garantir e efetivar um sistema de gestão e mediação cultural de saberes indígenas é uma ação tendente ao desenvolvimento organizacional de espaços. Tais sistemas têm amparo nos processos de gestão para criar e organizar ambientes de informação de natureza etnológica, como forma de mediar informações e/ou culturas por meio da interação social com a comunidade indígena. As ações de direcionamentos políticos para ambientes informacionais, a partir da gestão de ativos informacionais indígena, favorecem o reconhecimento e

valorização de saberes e/ou conhecimento étnico, como um insumo de alto valor que precisa ser resgatado, protegido e gerenciado, a partir da compreensão indígena.

Destarte, esta pesquisa teve como objetivo geral apresentar diretrizes para o desenvolvimento de um sistema de gestão e mediação cultural de saberes indígenas. Foi desenvolvida com o propósito de proporcionar subsídios para a criação de políticas públicas informacionais para os povos indígenas sul-mato-grossense. Deduz-se que a proposta foi alcançada, a partir da gestão baseada em evidências, o que possibilitou identificar diretrizes de gestão informacional e cultural, por meio de ambientes informacionais, tais quais espaços cativos para gerenciar ativos informacionais de natureza etnológica.

A verificação de dispositivos informacionais ligados à organização e/ou instituição que atuam como centro de salvaguardar a cultura de saberes indígenas, foi corroborada, ao serem verificadas as práticas das instituições informacionais indígenas, Biblioteca Curt Nimuendajú e Museu do Índio, ligadas à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) como uma organização pública mantenedora das instituições informacionais e, das políticas públicas direcionadas aos povos indígenas brasileiros. Constatou-se que esses espaços informacionais indígenas no Brasil são, na atualidade, os que mais se aproximam da proposta de um sistema de gestão e mediação cultural de saberes indígenas, por já estarem atuando como gestoras de ativos informacionais indígenas. Porém, verificou-se que esses ambientes, Biblioteca Curt Nimuendajú e o Museu do Índio não têm alcançado as comunidades indígenas, que vivem distantes desses centros, como as localizadas no Estado de Mato Grosso do Sul. Seria importante repensar e remodelar seus objetivos e missões, na perspectiva de espaços mediadores de informações e culturas.

O recolhimento de sugestões e opiniões de profissionais (*expertises*) que trabalham com as questões indígenas foi realizado. Foi sugerido e assente que a população indígena sul-mato-grossense, não conta com políticas públicas informacionais, consequentemente, desconhecem serviços e produtos de informações e de cultura destinados a eles. O professor apontou a necessidade de estruturas organizacionais que ofereçam melhores condições de trabalho, de segurança alimentar, de equipamentos e ferramentas tecnológicas e agrícolas para o etnodesenvolvimento e melhoria de condições de vida dessa população.

Identificou-se uma comunidade indígena e sua liderança que relatou sobre sua perspectiva rumo ao desenvolvimento de um sistema de gestão e mediação cultural

de saberes, destinados a essas populações. Evidenciou lacunas e carências informacionais daquela comunidade indígena sul-mato-grossense que precisam ser supridas diante das diversas demandas e evolução social, global. Tais lacunas, um sistema de gestão e mediação cultural de saberes, poderia aprovisioná-los e/ou atendê-los. A coleta favoreceu relatos contundentes sobre o desconhecimento da comunidade, com relação aos ambientes informacionais mantidos pela FUNAI. A pesquisa fez saber que esse importante órgão governamental não tem comparecido na região das localidades indígenas para nenhum tipo de atividade. Por isso, identificou-se diversas carências de políticas, principalmente de assistência no desenvolvimento local, no financiamento de equipamentos agrícolas fundamentais para que os indígenas trabalhassem a terra para o plantio de seus alimentos; num outro ponto, relatam-se demandas de estruturas tecnológicas de informação e comunicação com rede de Internet.

Nesse quesito, foi pontuada a questão do desenvolvimento de sistema de gestão e mediação cultural de saberes, como sendo algo muito importante para a comunidade, ainda mais sendo gerido por um agente indígena. Constatou-se a imprescindibilidade da capacitação e da aprendizagem do agente nativo, para a gestão e mediação de informações e culturas locais, dado que considera todas as formas de obter conhecimento e aprendizado como válidas e necessárias. Foi sugerido que todas as ações que têm a pretensão de ser ativada na comunidade devem ter a aprovação daquela liderança.

Vale ressaltar que objetivos específicos, que propunham oferecer subsídios para compor diretrizes capazes de efetivar sistemas de gestão e mediação cultural, de natureza etnológica aos povos indígenas foram concretizados, mediante dados recuperados para o desenvolvimento de políticas públicas informacionais indígenas que permitiram destacar elementos de direcionamentos de gestão e ações de políticas públicas permitindo a efetivação desses objetivos. Deste modo, tais diretrizes e respectivas ações políticas podem ser desenvolvidas a partir de um sistema de gestão e mediação cultural. Nesse sistema, o profissional da informação, como gestor criativo, crítico e estratégico, juntamente com sua equipe de trabalho, entre eles agentes indígenas e suas lideranças, podem se apoiarem dados informacionais científicos, seja para articulação política sobre a proposta e suas linhas de ações que estão sendo elaboradas; seja para apresentar e/ou encaminhar às organizações governamentais, como as Secretarias de Estado, Agências Públicas, Conselhos

Municipais, Fundação Nacional do Índio, entre outras instituições. O intuito é construir, finalmente, uma rede de colaboradores para o desenvolvimento institucional na implementação de políticas públicas informacionais indígenas, objetivando a concretização da proposta, pois não basta planejar e/ou intencionar, as ações precisam ser concretizadas e adequadas aos ambientes etnicoculturais.

Assim também, entende-se que as demandas, diretrizes e ações políticas apontadas no Quadro 5, podem ser incluídas e discutidas nas agendas e pautas legislativas em forma de leis, decretos, normas, enfim, como metas ou providências, que necessitam de atenção sistemática e de longo prazo de articulação por parte das organizações governamentais e indigenistas, para consolidar direitos e lutar pela garantia informacional da população indígena brasileira.

A partir das análises e reflexões que evidenciaram as categorias ativos informacionais, ambientes informacionais e estruturas organizacionais, é possível inferir que a proposta de um sistema de gestão e mediação cultural de saberes indígenas poderá ser efetivada, a partir de projetos políticos informacionais, com estratégias estruturadas sustentadas no ponto de vista e/ou entendimento da comunidade originária. O sujeito informacional e organizacional é quem atribui sentido e, dessa maneira, o atributo valorativo dos ativos informacionais tem o potencial de variar dependendo das distintas compreensões. É preciso que a população indígena, representada por suas lideranças, aprove tal projeto e concorde que seus saberes culturais e conhecimentos sejam registrados, organizados e preservados, como devem ser feitos com insumos de alto valor. Nesse sentido, comprehende-se que a grandeza da informação e do conhecimento, reside na compreensão de que esses ativos formais ou informais minimizam incertezas e lacunas a partir de aprendizagens.

A elaboração de projetos para criar ambientes de informação para populações indígenas é condição *sine qua non* para disseminação e mediação de informações de natureza etnológica, entre as comunidades indígenas brasileiras. Acessar e apossar-se de informações são, portanto, processos de aprimoramento e desenvolvimento baseados na apropriação da informação, de saberes, da cultura.

Com o exposto, acrescenta-se que a pesquisa permitiu constatar a ausência de políticas públicas informacionais para a população indígena brasileira. Em consequência, essa população vive à margem de ambientes e/ou espaços informacionais; sem acessar e apossar-se desses ativos, a maioria sofre com a exclusão social, descaso, exploração, fraudes, falta de capacitação para o trabalho,

analfabetismo, pobreza, entre outros problemas, demandando urgênciano desenvolvimento de políticas públicas informacionais efetivas para solucionar tais problemas. Essas políticas deveriam ser propostas e implantadas pelo estado nacional, sendo este o tutor das causas indígenas no Brasil.

As diretrizes apresentadas exprimem importantes pontos a serem considerados, quando se trata de conhecimento, saberes e culturas indígenas, como elementos valiosos para o etnodesenvolvimento, e produtos de inovações e desenvolvimento sustentáveis. Os ambientes informacionais são espaços de excelência para salvaguardar e disseminar informações, saberes e/ou cultura de natureza etnológica. São espaços que permitem a interação social, que possibilitam e habilitam a aprendizagem, o desenvolvimento sociocultural, a partir da troca, da dialogia e da mediação cultural, informacional.

As diretrizes de gestão de ativos e ambientes informacionais evidenciam a importância de reconhecer e valorizar a grandeza dos saberes indígenas. Suas línguas, seus sistemas tradicionais medicinais e de saúde, sistemas agrícolas, de alimentos, preservação ambiental, sistema ecológicos, cuidados do solo e da água, são ativos que compõem um rico manancial para o desenvolvimento sustentável local, nacional e global. Verificou-se ainda que os indígenas são pessoas que vivem em comunhão com a natureza, com a floresta, com a terra e com o cosmo e, normalmente, em suas comunidades, costumam compartilhar todos as ações ali realizadas; mesmo que as tarefas sejam individualizadas, são realizadas sempre em grupo. As diretrizes para implantação de estruturas tecnológicas de informação e comunicação são propostas basilares para inserção das populações indígenas no atual contexto da sociedade da informação. Tais diretrizes também servem de parâmetro para a implementação de investimentos em equipamentos e dispositivos tecnológicos, colaborando com a inclusão e alfabetização informacional tecnológica e digital de povos indígenas.

As políticas públicas destacadas foram reconhecidas nas revisões das literaturas; também mencionadas nas palavras do Líder indígena entrevistado e nas sugestões do professor pesquisador de grupos indígenas. Essas propostas políticas são excelentes para serem aplicadas e desenvolvidas em prol das comunidades indígenas brasileiras, ávidas por informações. São propostas políticas que clamam pela cooperação das organizações estatais para sua efetivação, pois considera-se que as políticas públicas informacionais direcionadas às populações originárias,

poderia contribuir na diminuição de diversos problemas relacionados a esses povos: conflitos de terras, invasões de propriedades, destruições da natureza, tratamento de doenças, entre outros que aflige as comunidades.

As diretrizes apresentadas para o desenvolvimento de um sistema de gestão e mediação cultural de saberes indígenas como forma de proporcionar subsídios para a criação de políticas públicas informacionais, de destaque, aos povos indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul (MS), foi corroborado neste estudo e, além disso, identificou políticas para o etnodesenvolvimento socioculturais, inferindo planos multidirecionais com outras áreas de atuação política que poderiam ser agregadas a esta.

Ressalta-se que este estudo vai ao encontro dos objetivos da Agenda 2030, recomendados pela ONU em relação aos trabalhos que devem se concentrar em promover os direitos humanos, igualdade de gênero e senso de cidadania global; promover a inclusão e a diversidade através do combate à discriminação e ao racismo; promover os direitos dos povos indígenas por meio do combate a estereótipos e preconceitos persistentes e emergentes, sendo essa população, considerada entre as mais pobres do mundo. São porém os maiores detentores do conhecimento vital de gerações sobre como viver com a natureza e estar em equilíbrio e harmonia com o mundo natural.

Assim também, a UNESCO tem desempenhado um papel de liderança na construção da sociedade do conhecimento inclusiva, que propõe acesso universal à informação e conhecimento. Uma sociedade onde as pessoas têm capacidade, não apenas de adquirir informações mas também de transformá-las em conhecimento, compreensão e objetivos que as capacitam a melhorar seus meios de subsistência e contribuir para o desenvolvimento cultural, social e econômico de suas sociedades e/ou comunidades, tais quais as comunidades indígenas brasileiras.

As diretrizes e políticas públicas apontadas servem não só para resgatar e armazenar conhecimento e/ou saberes indígenas, mas sim levar ao reconhecimento, inclusive na academia, para apoiar estudos e pesquisas como ativos científicos, imprescindíveis para o etnodesenvolvimento local sustentáveis, como bens de alto valor econômico, social, cultural para o progresso das nações; saberes originários que podem ser utilizados na prevenção de desastres naturais e na recuperação do meio ambiente, na manutenção ecológica da natureza, recursos valiosos e sustentáveis que precisam ser registrados, gerenciados e preservados para gerações futuras.

Esses ativos informacionais, devem ter outro entendimento, além da visão ocidentalista europeia e para isso, é necessário e primordial, sua descolonização, a partir do entendimento e pensamento étnico, originário.

Destaca-se que esta pesquisa apresenta uma temática muito relevante para as áreas do conhecimento da Ciência da Informação, para a Sociologia, Antropologia, Educação, Administração e outras. As diretrizes e políticas públicas apresentadas servem também para resgatar o conhecimento indígena e levar ao reconhecimento, inclusive à academia, como ativos imprescindíveis, de alto valor econômico, social, cultural, para o desenvolvimento das nações. Trata-se de saberes originários que podem ser utilizados na prevenção de desastres naturais, na recuperação do meio ambiente e na manutenção ecológica da natureza; bens valiosos e sustentáveis a serem registrados, gerenciados e preservados para gerações futuras.

Sugere-se que estudos futuros relacionados a temática da cultura e conhecimento indígena, seja mais frequente no Brasil e demais países, principalmente, naqueles onde vivem populações indígenas; tais estudos podem apresentar resultados valiosos para serem compartilhados a fim de amparar novas pesquisas relacionadas à essa problemática. O processo de reconhecimento e valorização da cultura indígena, precisa ser destacada a nível mundial; precisa ser divulgada através de estudos e pesquisas na área da Ciência da Informação, conjuntamente, com a Biblioteconomia, Museologia e Arquivologia, as quais estudam ambientes informacionais como espaços de gestão da informação e da cultura – espaços de excelência para resgatar, organizar, salvaguardar e mediar informações e culturas indígenas. Também, são espaços que podem planejar em colaboração com lideranças indígenas, projetos políticos informacionais com estruturas tecnológicas, formando sistemas informacionais híbridos de mediação cultural que dialoguem e interajam com outras comunidades indígenas, no compartilhando de informações e culturas inter étnicos e, com demais sociedade global.

Por fim, destacam-se algumas dificuldades e fragilidades encontradas para a realização da pesquisa: foi com relação ao acesso da pesquisadora em terras indígenas, em fazer-se ser entendida perante líderes indígenas; dificuldade para encontrar um profissional pesquisador que se dispusessem a responder o questionário proposto. Nesse período de estudos e pesquisas ocorreu ainda, um outro complicador de tensões e ansiedades que foi a pandemia da Covid-19 que exigiu o afastamento social, gerando constante inseguranças e incertezas não só no

desenvolvimento da pesquisa e na vida acadêmica da pesquisadora, mas também nas questões pessoais e familiares, que somatizaram para o andamento natural do estudo. Neste sentido, chegar até esta finalização é uma grande vitória.

## REFERÊNCIAS

ABDULLAHI, Ismail. Cultural mediation in library and information science (LIS) teaching and learning. **New Library World**, v. 109, n. 7/8, pp. 383-389, 2008. Disponível em: [www.emeraldinsight.com/0307-4803.htm](http://www.emeraldinsight.com/0307-4803.htm). Acesso em: jun. 2020. <https://doi.org/10.1108/03074800810888195>.

ACESSO e oportunidades para todos: como as bibliotecas contribuem para a Agenda 2030 nas Nações Unidas. **International Federation of Library Association and Institutions -IFLA**, 2015?. (Documento eletrônico).

AGUILAR, Alejandra. O indigenismo na era da informação. **Ponto de Acesso**, n. 2, v. 3, p. 158-191, 2009. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/81654>>. Acesso em: 16-jul.-2022.

ALMARABE, Tamara. Knowledge management of e-government in Jordan. **iJAC**, v. 4, Issue 4, nov. 2011. Disponível em: <http://www.i-jac.org>. Acesso em: maio 2021.

ALMEIDA, Maria da Graça Gomes. **O papel do profissional da informação bibliotecário no apoio à prática da medicina baseada em evidências: olhares convergentes entre profissões em Salvador**. 2008. 225f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em:  
<HTTPS://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/7939>. Acesso em: mar. 2022.

ALMEIDA, Marco Antônio de. Mediação e mediadores nos fluxos tecnoculturais contemporâneos. **Informação & Informação**, Londrina, PR, v. 19, n. 2, p. 191-214, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/informacao/>. DOI: 10.5433/1981-8920.2014v19n2p191. Acesso em: jul. 2020.

ALMEIDA, Marco Antônio de. Mediação da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 1-23, 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119328>. Acesso em: jun. 2019.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Ação cultural e protagonismo social. In: GOMES, H. F.; NOVO, H. F. (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017, p. 45-58.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Mediação da informação**: um conceito atualizado. [S. l.; s. d.]. Destinatário: Maria A. J. Arruda. Texto enviado por e-mail em: 04 jun. 2019.

ALVES, Deise; VIEIRA, Martha Victor. A legislação indígena no Brasil republicano do SPI à FUNAI: avanças e continuidades. **Albuquerque: Revista de História**, v. 9, n. 18, p. 85-109, jul. dez. 2017. Disponível em:

<https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/download/5777/4269/>. Acesso em: jan. 2022.

AMARAL, Luis Alfredo do. **Gestão de sistemas de informação**: relatório de disciplina contendo o programa, conteúdo e métodos de ensino. Texto apresentado para Escola de Engenharia da Universidade do Minho. out./1997.[ documento eletrônico].

AMARAL, Luis Alfredo do. **PRAXIS**: um referencial para o planejamento de sistemas de informação. [Tese de doutorado], Minho, PT: Universidade de Minho, 1994.[documento eletrônico].

ANWAR, Mumtaz A. **Role of information management in the preservation of indigenous knowledge**. [S. l.; documento eletrônico].

AZOULAY, Audrey. Política da UNESCO de colaboração com os povos indígenas. **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)**. UNESCO Brasil, 2021. [recurso eletrônico].

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. *E-book*.

BAZZATTI, Cristiane; GARCIA, Elias. A importância do sistema de informação gerencial para tomada de decisão. [recurso eletrônico, S. d.; p. 1-13].

BEAL, Adriana. **Gestão estratégica da informação**: como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e de alto desempenho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2004. *E-book*.

BEDIN, Jéssica; PADILHA, Renata Cardozo; LOPES, Thainá Castro Costa Figueiredo. A valorização da cultura indígena a partir dos ambientes de inovação na região de Chapecó. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, n. 2, v. 24, p. 498-511, 2019. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/121391>>. Acesso em: 19-jul.-2022.

BERNAL, D. M. R.; MOLINA, L. G. Gestão do conhecimento e gestão por competências: estudo de caso no arquivo da Justiça do Trabalho de Londrina. **AtoZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento**, v. 6, n.2, p. 4– 13, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/atoz.v6i2.57875> DOI: 10.5380/atoz.v6i2.5787. Acesso em:

BIBLIOTECA Curt Nimuendajú. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/biblioteca>. Acesso em: maio 2022.

BITTENCOURT, Bernadete de Lourdes; RONCONI, Luciana Francisco de Abreu. Políticas de inovação social e desenvolvimento: o caso da Bolsa de Terras. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 5, p. 795-818, set./out. 2016.DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612151759>. Acesso em: dez. 2022.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989. (Memória e Sociedade). *E-book*.

BOOTH, Andew. Evidence-based librarianship: one small step. **Health Information and Libraries Journal**, v. 19, p. 116-119, 2002. Disponível em: <https://bibliotecariodesaude.com.br/biblioteconomia-baseada-em-evidencia-bbe/evidence-based-librarianship-one-small-step>. Acesso em: mar. 2022.

BOOTH, Andew. Evidence-based practice and the developing world. **Health Libraries GroupHealth. Information and Libraries Journal**, v. 25, pp.74–77, 2008.

BRINER, Rob B.; DENYER, David; ROUSSEAU, Denise M. Evidence-based management: concept cleanup time? Exchange. **Academy of Management Perspectives**, p. 19- 32, nov. 2009. [documento eletrônico].

CAMILLO, Everton da Silva; CASTRO FILHO, Claudio Marcondes de. Diretrizes para formular políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas: foco nas ODS 4 da agenda 2030 para América do Sul. **Informação e Informação**, Londrina, v. 25, n. 4, p. 327-356, out./dez. 2020.

CAMPOS, Arthur Ferreira; VALÉRIO, Erinaldo Dias. Aya Biblioteca: investigação para a encontrabilidade da informação étnico-racial. **Ciência da Informação Revista**, Maceió, v. 8, n. 2, p. 105-120, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://ayalaboratorio.com/>. Acesso em: ago.2022.

CARVALHO, João Eduardo Coin de. As representações sociais e o conhecimento do cotidiano: uma crítica metodológica a partir da filosofia da linguagem. **Revista Neurociências**, v. 13, n. 3, p. 145-151, jul./set. 2005.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, PB, v. 24, n. 1, p. 13-1, jan./abr. 2014.

CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (Org.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, culturas e transformações sociais**. Dourados, MS: UFGD, 2015.

CHEN, Hsuanwei Michelle; DUCHENEAUX, Tawa. How are we doing in tribal libraries? A case study of Oglala Lakota College Library using information visualization. **Library Management**, v. 38, n. 1, p.20-44, 2017.

CIMI. Conselho Missionário Indigenista. Relatório: violência contra os povos indígenas no Brasil: dados de 2021. Brasília, DF: **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB**. 2021. [documento eletrônico]. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-violencia-povos-indigenas-2021-cimi.pdf>. Acesso em: set. 2022.

CIOL, Renata; BERQUET, Vera Silva Marão. Evidência e informação: desafios da medicina para próxima década. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v. 14, n. 3, p. 221-230, set./dez. 2009. Disponivel em:

<https://www.scielo.br/j/pci/a/kLhZJP5qg5XnsW8fkYtQTjn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: fev. 2022.

CIVALLERO, Edgardo. Bibliotecas y pueblos nativos. In: CIVALLERO, Edgardo. **Bibliotecas indígenas**: Revisión bibliográfica y estado actual de la cuestión a nivel internacional. Cordoba, Argentina: Wayrachaki ed. 2007a, p. 3-4.

CIVALLERO, Edgardo. Indigenous peoples, identity & inclusion. In: WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS. 73rd. IFLA GENERAL CONFERENCE AND COUNCIL. Libraries for the future: progress and development of South African Libraries, 19-23 Aug. 2007b. Durban, South Africa **IFLA Library Serving the General Public Section**. Disponível em: <https://archive.ifla.org/IV/ifla73/index.htm>. Acesso em: abr. 2022.

COMUNIDADES Indígenas. Disponível em:  
<https://www.secic.ms.gov.br/comunidades-indigenas-2/>. Acesso: nov. 2021.

CONVENÇÃO nº 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais. Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho, 7 de jun. 1989. [documento eletrônico, disponível na web]. Acesso em maio 2022.

DANTAS, Cleide Furdo Nascimento; FERREIRA, Rubens da Silva. Os conhecimentos tradicionais dos(as) erveiros(as) da Feira do Ver-o-Peso (Belém, Pará, Brasil): um olhar sob a ótica da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n. 2, p. 105-125, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/ytW7W4WHzhnM3QJ9VXm9Mnf/?lang=pt>. Acesso em: out. 2019.

DAVALON, Jean. A mediação: a comunicação em processo? Prisma.com. **Revista de Ciência e Tecnologia e Comunicação**, 4, 2019.  
<http://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2100>;

DAVENPORT, T.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial**. Rio de Janeiro: Campus, 1998. E-book.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and collective rationality in organizational fields. In: DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: The University of Chicago: Press, 1991. E-book.

FACHIN, Juliana. Mediação da informação na sociedade do conhecimento. **Biblio**: **Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 27, n. 1, p.25-41, jan./jun. 2013.

FIGUEIREDO, Americo Rodrigues de. Gestão baseada em evidências. **GVEEXECUTIVO**, v. 19, n. 1, p. 30-32, jan./fev. 2020, Fundação Getúlio Vargas.

FONSECA, Diego Leonrado de Souza; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman; ZANINELLI. O processo de mediação cultural e os saberes tradicionais: a biblioteca como espaço de preservação cultural dos povos indígenas. **Revista Brasileira de**

**Biblioteconomia e Documentação**, v.18, n. 2, p.1–20, 2022.

Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1802>. Acesso em: out. 2022.

FONTAINE, Guilherme. Los aportes del neo-institucionalismo al análisis de políticas públicas. **Revista Andina de Estudios Políticos**, v. 5, n. 2, p. 80-98, 2015.

FOUCAULT, Michael. **Arqueología do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. *E-book*.

FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**. 2. ed. São Paulo, Loyola, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. *E-book*.

FULLMER, Millicent. Já estamos lá? Visualizando a cultura indígena na biblioteca de hoje. **Diário da IFLA**, v. 47, n. 3, p. 313-320, 2021. [documento eletrônico].

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br>. Acesso em: abril, 2022.

FUNDO BRASIL. Violência sofridas pelos povos indígenas no Brasil. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/violencias-sofridas-pelos-povos-indigenas-no-brasil/>. Acesso em: set. 2022.

GAWER, Annabelle; CUSUMANO, Michael A. Industry platforms and ecosystem innovation. **The journal of product innovation management**, v.31, n. 3, p.417-433, 2014. Association DOI: 10.1111/jpim.12105. Acesso em: set. 2022.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. *E-book*.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. *E-book*.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação consciente da informação: categoria fundante ao protagonismo profissional e social. In: SILVA, Francièle Carneiro Garcês; ROMEIRO, Nathália Lima (Org.). **O protagonismo da mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2019a. p. 187-205.

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo social e mediação da informação. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 5 n. 2, p.10-21, mar./ago. 2019b. DOI: <https://doi.org/10.21728/logeion.2019v5n2.p10-21>. Acesso em: fev. 2020.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e protagonismo social: relações com vida ativa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen

Habermas. In: GOMES, Henrique Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (Org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 27 – 43.

GOMES, Henriette Ferreira. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. *Informação & Informação*, Londrina, PR, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio/ago. 2014. Disponível em:

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao>. Acesso em: ago. 2019.

GÓMEZ, Maria Nélida González de. Novos cenários políticos para a informação. *Ciência da Informação*, v.31, n.1, p. 27-40. Brasília, 2002. DOI: [10.18225/ci.inf..v31i1.975](https://doi.org/10.18225/ci.inf..v31i1.975). Acesso em: mar. 2022.

GUERRA, Vania Maria Lescano. A representação social dos alunos indígenas de Dourados (MS/Brasil): discurso e identidade. *Revista Língua & Literatura*, v. 14, n. 23, p. 53-76, dez. 2012.

GUTIÉRREZ, Mario Pérez-Montoro. La gestión del conocimiento como estrategia adaptativa. In: GUTIÉRREZ, Mario Pérez-Montoro. **Gestión del conocimiento en las organizaciones**: fundamentos, metodología y praxis. España: Ediciones Trea, 2008, p. 24-28. E-book.

HABERMAS, Jurgen. "The public sphere" In Mukerji, C.; Schudson, M.(Ed.): **Rethinking popular culture**. Contemporary perspectives in cultural studies. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1991. pp.398-404. Disponível em: <https://opentextbc.ca/mediastudies101/chapter/habermas-public-sphere/>. Acesso em: mar. 2022.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura**: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Os indígenas no censo demográfico 2010**: primeiras considerações com base no quesito cor e raça. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena\\_censo2010.pdf](https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf). Acesso em: set. 2022.

INSTITUTO Socioambiental (ISA). Disponível em: <https://www.socioambiental.org/>. Acesso em: mar. 2022.

KAUARK, Fabianada Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa**: um guia prático. Itabuna, BA: Via Litterarum, 2010.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocentristas. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, set. 2005, p. 8-24. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>. Acesso em: mar. 2020.

LAPOLLI, Paulo César. **Implantação de sistemas de informações gerenciais em ambientes educacionais**. 2003.98 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de

Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. Information systems in global business today. In: LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. **Management information systems**: managing the digital firm. 13th. ed. England: Pearson, 2014. p. 32-70, Chapter 1. *E-book*.

LE COADIC, Y. **A ciência da informação**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LEVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2008. *E-book*.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Prefácio. In: LUCIANO, Gerson dos Santos. **O Índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Secretaria de Educação, Alfabetização e Diversidade; Museu Nacional, 2006, p. 11. *E-book*.

LUCIANO, Gerson dos Santos. Movimento indígena etnopolítica: história de resistência e luta. In: LUCIANO, Gerson dos Santos. **O Índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Secretaria de Educação, Alfabetização e Diversidade; Museu Nacional, 2006. Cap.2, p. 56-85. *E-book*.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. *E-book*.

MARTELETO, R. M. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 1995.

MARTIN-BARBERO, Jesus; BARCELOS, Claudia. Comunicação e mediações culturais. Diálogos Midiológicos-6, v. 23, n. 1, jan./jun. 2000.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Cidadania e Cultura (SECICMS). **Comunidades indígenas**. [Informação eletrônica]. Disponível em: <https://www.secic.ms.gov.br/comunidades-indigenas-2/>. Acesso em: set. 2022.

MEIRA, Marcio. "Consegui cumprir todas as metas que estabeleci e fui além" . (Entrevista): Políticas indigenistas. In: **Povos indígenas no Brasil 2006/2010**. Instituto Socioambiental (ISA).p.79-86. *E-book*.

MELIÁ, S.J. Bartolomeu. Memória, história e futuro dos povos indígenas. In: CHAMARRO, Graciela; COMBÊS, Isabelle (Org.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul**: história, cultura e transformações sociais. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, p. 15-17. *E-book*.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. **Fenômeno informational indígena na contemporaneidade**. 2019a. 312 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) –

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Rio de Janeiro: IBICT, 2019a.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. A documentação de natureza etnológica como recurso estratégico para os povos indígenas. **Memória e Informação**, v. 3, n. 1, p. 99-112, jan./jun. 2019b.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. O fenômeno informacional indígena e o processo de documentação. **InCID: Revista Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 1, p. 93-108, mar./ago. 2018. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v9i1p93-108.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. Alguns apontamentos sobre epistemografia, informação e indigenismo. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jul./dez. 2017a.[documento eletrônico].

MELLO, Rodrigo Piquete Saboia de. Para além do Lupon-Indigenismo: novos aspectos informacionais da política indigenista brasileira. **RASI: Revista de Administração, Sociedade e Inovação**, Volta Redonda, RJ, v.3, n. 1, p.34-47, jan./jun. 2017b. Disponível em:  
<https://www.rasi.vr.uff.br/index.php/rasi/article/view/133>. Acesso em: jan. 2021.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. **Os ativos intangíveis étnicos e o processodecolonial da organização do conhecimento**. [s. d.; n. p.]; [documento eletrônico].

MELLO, Rodrigo Piquete Saboia de; COUTO, Ione Helena Pereira. A metamorfose da memória indígena no âmbito dos projetos de documentação da UNESCO. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 11, n. 2, p. 90-104, ago.2017. Disponível em:  
[www.pontodeacesso.ici.ufba.br](http://www.pontodeacesso.ici.ufba.br). Acesso em: fev. 2019.

MELLO, Rodrigo Piquete Saboia de; PIMENTA, Ricardo Medeiros. Os repositórios públicos do Estado brasileiro e a construção da autonomia informacional dos povos indígenas. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 47, n. 2, p. 100-109, maio/ago. 2018.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de; SOUZA, Rosale de Mattos. As novas configurações político-institucionais do estado brasileiro: demandas de acesso à informação para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) de 2014 a 2015. **RACIn**, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 34-52, jul./dez. 2015.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. 21.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.*E-book*.

MOLE, A. J. C.; EKWELEM, V.; DIN, C. L. Repackaging indigenous knowledge for non-indigenous user in university libraries. **Library Philosophy and Practice (ejournal)**. 2018. Disponível em: <http://digitalcommons.unl.edu/libphilprac/2111>. Acesso em: fev. 2019.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e as lutas pela descolonialização na Reserva Indígena e acampamentos-tekoha – Dourados/MS.** 2015. 299 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Presidente Prudente, SP: UNESP, 2015.

MURA, Fabio; SILVA, Alexandra Barbosa da. Breve balanço sobre a situação territorial indígena após a Constituição Federal de 1988 no Brasil: conflitos fundiários, agronegócio e políticas de Estado em questão. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza et al. **A antropologia e a esfera pública no Brasil:** perspectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 6º aniversário. Rio de Janeiro: E-Papers, 2018. p.83-105. *E-book*.

MUSEU do Índio. Disponível em: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br>. Acesso em: fev. 2022.

NAÇÕES UNIDAS. Resoluções aprovadas pela Assembleia Geral. **1904 (XVIII). Declaração das Nações Unidas sobre eliminação de todas as formas de discriminação racial.** Reunião Plenária, 1261, 20, nov. 1963. [material eletrônico]. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1963.pdf>. Acesso em: set. 2022.

NAKATA, N. Martin. Indigenous digital collections. **Australian Academic & Research Libraries**, v. 38, n. 2, p.99-110, jun. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1080/00048623.2007.10721280>. Acesso em: abr. 2022.

NAKATA, N. Martin. Indigenous knowledge and the cultural interface: underlying issues at the intersection of knowledge and information systems. **IFLA Journal**, v. 28, n. 5/6, p. 281-291, 2002.

NEVES, Lino João de Oliveira. Desconstrução da colonialidade: iniciativas indígenas na Amazônia. **Ecadernos CES[on-line]**, v. 02, dez. 2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1302> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/eces.1302>. Acesso em: dez. 2020.

NONAKA, Ikujirō; TAKEUCHI, Hirotaka. Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram dinâmica da inovação. 20. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Brazil, 1997. *E-Book*.

NDLOVU, Morgan. Por que saberes indígenas no século XXI? uma guinada decolonial. **Epistemologia do Sul**, Foz do Iguaçu, PR, 1 (1), p. 127-144, 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/782>. Acesso em: mar. 2021.

OLIVEIRA, Aline Nobrega de. **Civilização ou barbárie?** A política estatal de extermínio indígena no relatório Figueiredo (1967-1968). Brasília, DF, 2019. 70 p. (Trabalho do Conclusão de Curso – Universidade de Brasília – Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História).

OLIVEIRA, Denize Cristina. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Revista Enfermagem**, UERJ, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 569-576, out./dez. 2008. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0104-3552/2008/v16n4/a569-576.pdf>. Acesso em: um. 2022.

OLIVEIRA, Jucelino Pessoa de; BATISTA, Leonardo Moraes; PIMENTEL, Mariana Barbosa. Mediação cultural: pistas para a construção de ações transversais em arte, cultura e educação. In: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC). Departamento Nacional. **Mediação cultural em arte educação**. Rio de Janeiro: SESC, Departamento Nacional, 2021, p. 16-25. (Educação em Rede, v. 19). [recurso eletrônico].

OLIVEIRA, Luiz Antonio de. “**Cultura, direitos, políticas**: a construção de uma agenda pública no campo das políticas culturais para os povos indígenas e a diversidade étnica no Brasil contemporâneo”. 2015.230f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Recife, PE: UFPE, 2015.

**2019a. 312 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Rio de Janeiro: IBICT, 2019a**

PAGLIARO, Heloísa; AZEVEDO, Marta Maria; SANTOS, Ricardo Ventura. Demografia dos povos indígenas no Brasil: um panorama crítico. In: **Demografia dos povos indígenas no Brasil** [on-line]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005, pp. 11-32. Saúde dos Povos Indígenas collection. ISBN: 978-85-7541-254-1. <https://doi.org/10.7476/9788575412541.0002>.

PAIVA, Eliane Bezerra. Conceituando fonte de informação indígena. **Informação & Sociedade**, v.24, n.1, p. 61-70, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/download/16472/10876>. Acesso em: fev.2019.

PECI, Alketa. A nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 4, n. 1, mar. 2008. Disponível em: www.ebape.fgv.br/cadernosebape. Acesso em: ago. 2022. [documento Eletrônico].

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, Londrina, PR, v. 19, n. 2, p. 01 – 22, maio./ago. 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao>. Acesso em: set. 2019.

PETERS, B. Guy. Political Institutions: old and new, In: **A new handbook of political science**. [The several contributors and in this collection Oxford University Press]. New York: Oxford University Press, 1996, p.180-193. Disponivel em: <https://hostnezt.com/cssfiles/politicalscience/A%20New%20Handbook%20of%20Political%20Science.pdf#page=180>. Aceso em: abr. 2022.

PINTO, Alejandra Aguilar. A “inclusão digital indígena” na sociedade da informação. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, v.1, n.2, p. 37-51, 2008. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v1.n2.2008.1162>. Acesso em: jun. 2020.

POVOS Indígenas no Brasil (PIB): Órgão Indigenista Oficial. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/%C3%93rg%C3%A3o\\_Indigenista\\_Oficial](https://pib.socioambiental.org/pt/%C3%93rg%C3%A3o_Indigenista_Oficial). Acesso em: jan. 2022.

POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul J. (Ed.). *The New institutionalism in organizational analysis*. Chicago, USA, 1991. *E-book*.

POZZOBON, Jorge. O lumpen-indigenismo do estado brasileiro. **Journal de la Société des Américanistes**, t. 85, p. 281-306, 1999. Disponível em: doi : <https://doi.org/10.3406/jsa.1999.1738>. Acesso em: mar. 2022.

RAMÍREZ VELÁZQUEZ, C. A. Las comunidades indigenas como usuarios de la información. **Investigación Bibliotecológica**, v. 21, n. 43, p. 209-230, jul./dec. 2007. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.22201/iibi.0187358xp.2007.43.4134>. Acesso em: mar. 2021.

RASTELI, Alessandro; CALDAS, Rosangela Formentini. Percepções sobre a mediação cultural em bibliotecas na literatura nacional e estrangeira. **Transinformação**, Campinas, SP, v. 29, n. 2, p.151-161, maio/ago., 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas.4. ed. São Paulo: Atlas, 2017. *E-book*.

ROUSSEAU, Denise M. Is there such a thin as “evidence-based management”? . **Academy of Management Review**, v. 31, n. 2, p. 256-259, 2006. Disponível em: <https://journals.aom.org/doi/10.5465/amr.2006.20208679>.

ROY, Loriene. Indigenous libraries and innovative multicultural services. [S. l.; s. d. ; não páginado; documento eletrônico.

RUTHES, Sidarta; SILVA, Christian Luiz da. O uso de estudos prospectivos na análise de políticas públicas: uma análise bibliométrica. In: CONGRESSO LATINO-IBEROAMERICANO DE GESTÃO DA TECNOLOGIA, NÃO USE NÚMEROS ROMANOS OU LETRAS, USE SOMENTE NÚMEROS ARÁBICOS, 2015, Porto Alegre. **Anais...Porto Alegre**: Altec, 2015. p. 1-19.

SANTILLE, Juliana. Biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados: novos avanços e impasses na criação de regimes legais de proteção. Revista da Escola Superior do Ministério Público. Distrito Federal, Brasília, v. 10, n. 20, p. 50-74, jul./dez. 2002. Disponível em: [https://escolamp.org.br/revistajuridica/20\\_03.pdf](https://escolamp.org.br/revistajuridica/20_03.pdf). Acesso em: abr. 2022.

SANTOS, Neri dos; RADOS, Gregório Jean V. **Fundamentos teóricos de gestão do conhecimento**. Florianópolis, SC: Pandion, 2020.[recurso eletrônico].

SANTOS, Boaventura de Souza. Epistemologia do Sul. (Entrevistado por Cleyton Andrade). **Escola Brasileira de Psicanálise**. 29 out. 2020. [documento eletrônico]. Disponível em: <https://www.ebp.org.br/epistemologias-do-sul/>. Acesso em: maio, 2022.

SANTOS, B. S.; ARAÚJO, S.; BAUMGARTEN, M. As epistemologias do sul num mundo fora do mapa. **Sociologia**, Porto Alegre, v. 1, n. 43, p. 14-23, set./dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-018004301>. Acesso em: maio, 2022.

SANTOS, Antônio Raimundo dos, et al. **Gestão do conhecimento**: uma experiência para o sucesso empresarial. Curitiba, PR: Ed. Universitária Campagnat, 2001. *E-book*.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; BORTOLIN, Sueli. Mediação e difusão em arquivos: inter-relações teóricas. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 144-161, jan./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.36517/2525-3468.ip.v5i1.2020.43289.144-161>. Acesso em: abr. 2021.

SARKHEL, Juran Krishna. Strategies of Indigenous Knowledge Management in Libraries. **Qualitative and Quantitative Methods in Libraries** (QQML), v. 5, p. 427-439, 2016.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo, Cengage Learning, 2012. *E-book*.

SÊMOLA, Marcos. **Gestão da segurança da informação**: uma visão executiva. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, p. 1-12. [documento eletrônico].

SETEmortes em dez dias: violência contra indígenas dispara no Brasil. **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/09/15/sete-mortes-em-dez-dias-violencia-contra-indigenas-dispara-no-brasil>. Acesso em: set. 2022.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@Revista Eletrônica**, v. 17, n. 1, p. 1-14, 2015. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEPQ129.pdf>. Acesso em: abr. 2021.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; GOMES, Henriette Ferreira. A importância da mediação para a construção de uma autonomia no contexto dos usuários da informação. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, PA, v. 23, n. 2, p. 33-44, maio/ago. 2013.

SILVA, Elaine da; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Avaliação da aplicação do método ‘análise de conteúdo’ em pesquisa sobre processos de gestão da informação e do conhecimento como subsídios para a geração de inovação. **Informação e Informação**, Londrina, PR, v. 24, n. 1, p. 326-355, jan./abr. 2019. SIMIONESCU, Codruța-Diana. Cultural heritage, identity and cultural mediation. **Rev. Hermeneia**, n. 21, 2018. Disponível em:

<https://www.proquest.com/openview/a11f691ca835314d90ed9a7eeabdd6c9/1.pdf?pq\_origsite=gscholar&cbl=1106344>. Acesso em: out. 2021.

TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2008. *E-book*.

TAPFUMA, Mass; HOSKINS, Rut. Visibility and accessibility of indigenous knowledge on open access institutional repositories at Universities in Africa. In: NGULUBE, Patrick (Ed.). **Handbook of research on theoretical perspectives on indigenous knowledge systems in developing countries**. Hershey, Pennsylvania, US: Ig Global, [2017]. Chapter 11, p. 248-266.

TREVISAN, Luciana Calvo; DAMIAN, Ieda Pelogia Martins. Gestão do conhecimento: diretrizes e práticas recomendadas às organizações. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 47, n. 2, p. 21-34, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4069>. Acesso em: ago. 2021.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 1987. *E-book*.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura. **Correio da UNESCO**. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000366654\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000366654_por). Acesso em: ag. 2022.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura. **Políticas da UNESCO de colaboração com os povos indígenas**. 2021. 38 p. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000262748\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000262748_por). Acesso em: mar. 2022.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Informação e conhecimento em organizações complexas. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação**. São Paulo: Polis; Cultura Acadêmica, 2008. p.11-26.

VENERE, Mario Roberto. **Políticas públicas para populações indígenas com necessidades especiais em Rondônia: o duplo desafio da diferença**. 139 f. Dissertação (Mestrado) – Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Núcleo de Ciência e Tecnologia. Programa de Pós-Graduação – Porto Velho, 2005.

VICENTE, Victor Manuel Barbosa. Políticas públicas: uma contribuição sucinta à edificação de um modelo para sua análise. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, DF, v. 4, n. 1, p. 26-47, 2014.

VIEIRA, Ronaldo. **Gestão do conhecimento**: introdução e áreas afins. Rio de Janeiro, 2016. *E-Book*.

## **APÊNDICES**

**APENDICE A**  
**FONTES BIBLIOGRÁFICAS**

REFERÊNCIAS SOBRE: CONHECIMENTO INDÍGENA	Base de Dados: BRAPCI	RECUPERADOS 23	RELEVÂNCIA 11
AGUILAR, Alejandra. <i>Identidade/diversidade cultural no ciberespaço: práticas informacionais e de inclusão digital nas comunidades indígenas no Brasil.</i> <b>Informação &amp; Sociedade: Estudos</b> , n. 1, v. 22, 2012. Disponível em: < <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/92580">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/92580</a> >. Acesso em: 19-jul.-2022.			
BARBIO, Luciana Alves. Comissão Rondon e a representação da identidade Paresí: um diálogo através de fotografias. <b>Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde</b> , n. 2, v. 5, 2011. Disponível em: < <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/129440">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/129440</a> >. Acesso em: 19-jul.-2022.			
BEDIN, Jéssica; PADILHA, Renata Cardozo; LOPES, Thainá Castro Costa Figueiredo. A valorização da cultura indígena a partir dos ambientes de inovação na região de Chapecó. <b>Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina</b> , n. 2, v. 24, p. 498-511, 2019. Disponível em: < <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/121391">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/121391</a> >. Acesso em: 19-jul.-2022.			
JESUS, Patrícia Oliveira de; FONSECA, Andreia; NEVES, Andriele Aline Pereira; ARAÚJO, Cecília Cássia de Almeida; MENDES, Fernanda; NATALINA, Graciele. O Papel das organizações internacionais na preservação da cultura indígena. <b>Múltiplos Olhares em Ciência da Informação</b> , n. 1, v. 5, 2015. Disponível em: < <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/70290">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/70290</a> >. Acesso em: 19-jul.-2022.			
MAROLDI, Alexandre Masson; LIMA, Luís Fernando Maia; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Análise de citações presentes em teses e dissertações sobre educação indígena. <b>Informação &amp; Informação, Londrina</b> , v. 23, n. 3, p. 177-201, set./dez. 2018. Disponível em: < <a href="https://www.uel.br/revistas/informacao/">https://www.uel.br/revistas/informacao/</a> >. Acesso em: 19-jul.-2022.			
MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. Alguns apontamentos sobre epistemografia, informação e indigenismo. <b>Revista Conhecimento em ação</b> , Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jul./dez. 2017a. [Documento eletrônico].			
OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire; ALBUQUERQUE, Maria Elisabeth Baltar Carneiro de; PINHEIRO, Mariza de Oliveira. A KYNYI ARERUIA: MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO PROCESSO DE CONVERSÃO INDÍGENA NO NORTE/BRASIL/GUIANA. <b>Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação</b> , n. XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em: < <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/105026">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/105026</a> >. Acesso em: 19-jul.-2022.			
PAIVA, Eliane Bezerra; CARVALHO, Ediane Toscano Galdino; RAMALHO, Francisca Arruda; SILVA, Josélia Rodrigues da. Pesquisando informação indígena: periódicos e dissertações como fontes de informação. <b>Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia</b> , n. 1, v. 11, 2016. Disponível em: < <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/30712">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/30712</a> >. Acesso em: 19-jul.-2022.			
PINTO, Alejandra Aguilar. O protagonismo comunicacional-informacional-digital indígena na sociedade da informação: antecedentes, experiências e desafios. <b>Anuario Electrónico de Estudios em Comunicación Social “Disertaciones”</b> , v. 11, n. 2, 2018. Disponível em: < <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/30712">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/30712</a> >. Acesso em: 19-jul.-2022.			
QUEIROZ, Kamilla Rebeca Souto; PAIVA, Eliane Bezerra. ESTUDO DE COMPORTAMENTO DE BUSCA E USO DA INFORMAÇÃO DE UNIVERSITÁRIOS INDÍGENAS: o perfil dos usuários. <b>Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação</b> , n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: < <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/103502">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/103502</a> >. Acesso em: 19-jul.-2022.			
SILVA, Flávio Leal da. Da doação à adoção: arquivos, memórias e cidadania indígena em contextos de apropriações diferenciadas. <b>Acervo - Revista do Arquivo Nacional</b> , n. 1, v. 31, p. 77-93, 2018. Disponível em: < <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/43419">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/43419</a> >. Acesso em: 19-jul.-2022.			

REFERENCIAS SOBRE: BIBLIOTECAS INDÍGENAS	BASES DE DADOS: BRAPCI	RECUPERADOS 17	RELEVANCIA 17
AGUILAR, Alejandra. O INDIGENISMO NA ERA DA INFORMAÇÃO. <b>Ponto de Acesso</b> , n. 2, v. 3, p. 158-191, 2009. Disponível em: < <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/81654">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/81654</a> >. Acesso em: 16-jul.-2022.			
MAGALHÃES, Soraia Pereira. Minorias linguísticas, documentos biblioteconômicos e a realidade de uma biblioteca pública na Amazônia. <b>Perspectivas em Ciência da Informação</b> , n. 1, v. 25, p. 78-101, 2020. Disponível em: < <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/138049">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/138049</a> >. Acesso em: 16-jul.-2022.			
MAROLDI, Alexandre Masson; LUCCA, Djuli Machado de; REZENDE, Angerlânia; HAYASHI, Carlos Roberto Massao; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. PARA ALÉM DAS AUTORIAS: NOVA APLICAÇÃO PARA OS ESTUDOS DE FRENTE DE PESQUISA. <b>Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação</b> , n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: < <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/102261">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/102261</a> >. Acesso em: 16-jul.-2022.			
MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. A BIBLIOTECA MARECHAL RONDON E A DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE NATUREZA ETNOLÓGICA. Revista Bibliomar, n. 2, v. 16, p. 29-43, 2017b. Disponível em: < <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/126342">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/126342</a> >. Acesso em: 16-jul.-2022.			
PAIVA, Eliane Bezerra; RAMALHO, Francisca Arruda; CARVALHO, Ediane Toscano Galdino. Informação indígena na biblioteca digital de teses e dissertações da Universidade Federal da Paraíba. <b>Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação</b> , n. 2, v. 10, 2017. Disponível em: < <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/151720">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/151720</a> >. Acesso em: 16-jul.-2022.			
SUPO, Julia; SUAIDEN, Emir José. O impacto das bibliotecas digitais na transferência da informação para os alunos indígenas. <b>Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação</b> , n. 3, v. 11 No 3, p. 625-644, 2018. Disponível em: < <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/76752">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/76752</a> >. Acesso em: 16-jul.-2022.			

REFERENCIAS SOBRE: POLÍTICAS INFORACIONAIS INDÍGENAS	Base de Dados BRAPCI	RECUPERADOS 02	RELEVANCIA 02
AGUILAR, Alejandra. O INDIGENISMO NA ERA DA INFORMAÇÃO. <b>Ponto de Acesso</b> , n. 2, v. 3, p. 158-191, 2009. Disponível em: < <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/81654">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/81654</a> >. Acesso em: 19-jul.-2022.			
PINTO, Alejandra Aguilar. A “inclusão digital indígena” na Sociedade da Informação. <b>Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação</b> , n. 2, v. 1 No 2, p. 37-51, 2008. Disponível em: < <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/70952">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/70952</a> >. Acesso em: 19-jul.-2022.			

REFÊRÊNCIA SOBRE: GESTÃO DO CONHECIMENTO INDÍGENA	Base de Dados BRAPCI	RECUPERADOS 1	RELEVANCIA 1
QUEIROZ, Kamilla Rebeca Souto; PAIVA, Eliane Bezerra. Estudo de comportamento de busca e uso da informação de universitários indígenas: o perfil dos usuários. <b>Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação</b> , n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: < <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/103502">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/103502</a> >. Acesso em: 19-jul.-2022.			

REFÊRÊNCIAS SOBRE: MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO INDÍGENA E MEDIAÇÃO CULTURAL INDÍGENA*	Base de Dados BRAPCI	RECUPERADOS 2	RELEVANCIA 2
CHAVES, Mayco Ferreira; FREITAS, Lídia Silva. Entre informações e entre culturas: diálogos entre a mediação da informação e a interculturalidade *. <b>Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação</b> , n. XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em: < <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/105142">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/105142</a> >. Acesso em: 19-jul.-2022.			

\* CHAVES, Mayco Ferreira; FREITAS, Lídia Silva. A BIBLIOTECA DEVERIA ESTAR DO NOSSO LADO: COM/SOBRE QUILOMBOLAS E INDÍGENAS E SUAS RELAÇÕE COM A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/103755>>. Acesso em: 19-jul.-2022.

<b>REFERÊNCIAS SOBRE: SABER INDÍGENA</b>	<b>Base de Dados BRAPCI</b>	<b>RECUPERADOS</b>	<b>RELEVANCIA</b>
MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. Alguns apontamentos sobre epistemografia, informação e indigenismo. <b>Revista Conhecimento em Ação</b> , n. 2, v. 2, p. 93-107, 2017. Disponível em: < <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/71256">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/71256</a> >. Acesso em: 19-jul.-2022.	4	4	3
RIHAN, Bianca; SETTE, José Raphael. Neoliberalismo e o movimento zapatista, entre o universal e o particular: mediações, comunicação e luta política. <b>Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura</b> , n. 1, v. 24, p. 125-146, 2022. Disponível em: < <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/197662">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/197662</a> >. Acesso em: 19-jul.-2022.			
ROSENDÓ, Ailton Salgado; MEDEIROS, Heitor Queiroz de. Formação de professores indígenas e possibilidades decoloniais. <b>Liinc em revista</b> , v. 17, 2021. Disponível em: < <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/168637">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/168637</a> >. Acesso em: 19-jul.-2022.			

### Base de Dados SCOPUS

<b>REFERÊNCIAS SOBRE: GESTÃO DO CONHECIMENTO INDÍGENA</b>	<b>BASE DE DADOS SCOPUS</b>	<b>RECUPERADOS</b>	<b>RELEVANTES</b>
ASAMOAH, C., & NGULUBE, P. Exploring models for the management of indigenous knowledge in academic libraries of ghana. <b>Information Development</b> . 2021. Doi:10.1177/02666669211052928		34	6
JAIN, P. Indigenous knowledge management in botswana using ICT applications. <b>Concepts and advances in information knowledge management</b> , p. 167-191, 2014. Doi:10.1533/9781780634357.2.167 Retrieved from <a href="http://www.scopus.com. CapítuloLivro">www.scopus.com. CapítuloLivro</a> .			
JAIN, P. "Empowering Africa's development using ICT in a knowledge management approach", <b>The Electronic Library</b> , v. 24 n. 1, p. 51-67, 2006. <a href="https://doi-org.ez87.periodicos.capes.gov.br/10.1108/02640470610649245">https://doi-org.ez87.periodicos.capes.gov.br/10.1108/02640470610649245</a>			
PANT, A., & MOORTHY, A. L. Knowledge management and safeguarding indian traditional knowledge. <b>Annals of Library and Information Studies</b> , v. 60, n. 2, p. 88-97, 2013. Retrieved from <a href="http://www.scopus.com">www.scopus.com</a>			
SHARIEF, O. A. E.; MUDAWI, M. S. E.; MOHAMED, R. A. Indigenous knowledge in sudan: Perceptions among sudanese librarians. <b>IFLA Journal</b> , v. 47, n. 3, p. 361-374, 2021. doi:10.1177/03400352211013839.			
ZAMAN, T.; KULATHURAMAIYER, N.; YEO, A. W.; FALAK, H.. Modelling indigenous knowledge creation as a living system. <b>International Journal of Knowledge Management Studies</b> , v. 6, n. 2, p. 136-150, 2015. Doi:10.1504/IJKMS.2015.071760.			

<b>REFERÊNCIAS SOBRE: BIBLIOTECA INDÍGENA</b>	<b>BASE DE DADOS SCOPUS</b>	<b>RECUPERADOS</b>	<b>RELEVANTES</b>
CHEN, H. M.; DUCHENEUX, T. How are we doing in tribal libraries?: A case study of oglala lakota college library using information visualization. <b>Library Management</b> , v.38, n.1, p. 20-44, 2017. Doi:10.1108/LM-09-2016-0071.	10	10	7
CIVALLERO, E. Indigenous libraries in australia and new zealand: A bibliographic update. Bibliotecas indígenas en Australia y Nueva Zelanda: una revisión bibliográfica. <b>Revista Interamericana de Bibliotecología</b> , v.30, n. 2, p. 231-250, 2007. Retrieved from <a href="http://www.scopus.com">www.scopus.com</a> .			

CIVALLERO, E. Library services and indigenous peoples in latin america: Reviewing concepts, gathering experiences. <b>IFLA Journal</b> , v. 47, n. 3, p. 321-330, 2021. Doi:10.1177/0340035220987573.	
HARE, J.;ABBOTT, W. Library support for indigenous university students: Moving from the periphery to the mainstream. <b>Evidence Based Library and Information Practice</b> , v.10, n. 4, p. 80-94, 2015. Doi:10.18438/b86w3q.	
<hr/>	
TAYLOR, S. State library of queensland indigenous library services: overcoming barriers and building bridges. <b>Australian Academic and Research Libraries</b> , v. 34, n. 4, p.278-287, 2003. Doi:10.1080/00048623.2003.10755248.	
THORPE, K.;GALASSI, M. Rediscovering indigenous languages: the role and impact of libraries and archives in cultural revitalisation. <b>Australian Academic and Research Libraries</b> , v. 45, n. 2, p.81-100, 2014. Doi:10.1080/00048623.2014.910858.	
<b>REFERÊNCIAS SOBRE: POLÍTICA DE INFORMAÇÃO INDÍGENA</b>	<b>BASE DE DADOS SCOPUS</b>
	<b>RECUPERADOS</b>
	<b>11</b>
	<b>RELEVANTES</b>
	<b>5</b>
CARDAMA, S. M.;SEBASTIÁN, M. C. Digital empowerment in ecuador through its infocenters. El empoderamiento digital en Ecuador a través de sus infocentros. <b>Revista Espanola de Documentacion Cientifica</b> , v. 42, n. 3, 2019.Doi:10.3989/redc.2019.3.1616.	
NWAGWU,Ezinwa, W. Creating science and technology information databases for developing and sustaining sub-saharan africa's indigenous knowledge. <b>Journal of Information Science</b> , v. 33, n. 6, p.737-751, 2007. Doi:10.1177/0165551506077374.	
KREBS, A. B. Native america's twenty-first-century right to know. <b>Archival Science</b> , v. 12, n. 2, p. 173-190, 2012. doi:10.1007/s10502-011-9161-2.	
NKEREUWEM, E. E. A conceptual framework for the use of scientific and technical information in national development in nigeria. <b>Information Services and use</b> , v. 5, n. 6, p. 323-330,1985. Doi:10.3233/ISU-1985-5605.(Não Relevante)	
PARKER, S.From indigenous knowledge to information policy. <b>Information Development</b> , v. 26, n.2, p.115-116, 2010. Doi:10.1177/0266666910368215.	

<b>REFERÊNCIAS SOBRE: MEDIAÇÃO CULTURAL INDÍGENA</b>	<b>BASE DE DADOS SCOPUS</b>	<b>RECUPERADOS</b>	<b>RELEVANTES</b>
		<b>67</b>	<b>2</b>
BUDDLE, K. Media, markets and powwows: Matrices of aboriginal cultural mediation in canada. <b>Cultural Dynamics</b> , v. 16, n. 1, p. 29-69, 2004. Doi:10.1177/0921374004042750.			
RUSSI, A. Ethnographic collections, indigenous people and the representation: The changes in the museum process with the collaborative experiences. [Coleções etnográficas, povos indígenas e práticas de representação: As mudanças nos processos museais com as experiências colaborativas]. <b>Sociedade e Cultura</b> , v. 21, n.1, 72-94, 2018. Doi:10.5216/sec.v21i1.54881.			

## BASE DE DADOS DA SCIELO

<b>REFERÊNCIAS SOBRE: GESTÃO DE BIBLIOTECA INDÍGENA</b>	<b>BASE DE DADOS SCIELO</b>	<b>RECUPERADOS</b>	<b>RELEVANTES</b>
.		<b>2</b>	<b>1</b>

MAGALHÃES, Soraia Pereira. Minorias linguísticas, documentos biblioteconômicos e a realidade de uma biblioteca pública na Amazônia. Artigos • <b>Perspectivas em Ciência da Informação</b> , v. 25, n. 01, jan-mar. 2020 • <a href="https://doi.org/10.1590/1981-5344/3988">https://doi.org/10.1590/1981-5344/3988</a> . Acesso em: jul. 2022.			
ARCELO SEVERGNINI, Nastasia Valentina. Nación y territorio: políticas estatales de gestión de los pueblos indígenas “charrúas” en el Uruguay (1828-1833). <b>Rev. hist. Am.</b> , Ciudad de México , n. 161, p. 85-113, dic. 2021 . Disponible en < <a href="http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S2663-371X2021000200085&amp;lng=es&amp;nrm=iso">http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S2663-371X2021000200085&amp;lng=es&amp;nrm=iso</a> >. accedido en 24 agosto 2022. Epub 21-Feb-2022. <a href="https://doi.org/10.35424/rha.161.2021.944">https://doi.org/10.35424/rha.161.2021.944</a> .			
<b>REFERÊNCIAS SOBRE: POLÍTICA CULTURAL INDÍGENA</b>	<b>BASE DE DADOS SCIELO</b>	<b>RECUPERADOS</b> 4	<b>RELEVANTES</b> 2
GUZMAN-ROSAS, Susana Carolina; KLEICHE-DRAY, Mina. La inclusión del conocimiento tradicional indígena en las políticas públicas del Estado mexicano. <b>Gest. polít. pública</b> , Ciudad de México , v. 26, n. 2, p. 297-339, dic. 2017 . Disponible en < <a href="http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1405-10792017000200297&amp;lng=es&amp;nrm=iso">http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1405-10792017000200297&amp;lng=es&amp;nrm=iso</a> >. accedido en 23 agosto 2022.			
FIGUEROA HUENCHO, Verónica. Pueblos indígenas y políticas públicas. El proceso de formulación de la política indígena en Chile en el gobierno de Eduardo Frei Ruiz-Tagle, 1994-2000. <b>Gest. polít. pública</b> , Ciudad de México , v. 25, n. 2, p. 447-482, dic. 2016 . Disponible en < <a href="http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1405-10792016000200447&amp;lng=es&amp;nrm=iso">http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1405-10792016000200447&amp;lng=es&amp;nrm=iso</a> >. accedido en 23 agosto 2022.			

## PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES

<b>REFERÊNCIAS SOBRE: BIBLIOTECA INDÍGENA</b>	<b>BASE DE DADOS PORTAL CAPES</b>	<b>RECUPERADOS</b> 30	<b>RELEVANTES</b> 5
CIVALLERO, Edgardo. Bibliotecas indigenas en Australia y Nueva Zelanda: una revision bibliografica. <b>Revista Interamericana de Bibliotecología</b> , v. 30, n.2, p. 231-50, 2007.			
CIVALLERO, Edgardo. Library services and indigenous peoples in Latin America: reviewing concepts, gathering experiences. <b>IFLA Journal</b> , v. 47, n. 3,p. 321-30, 2021.			
CIVALLERO, Edgardo. Bibliotecas indígenas: revisión bibliográfica y estado actual de la cuestión a nivel internacional.Cordoba, Argentina: Wayrachaki ed. 2007.			
CIVALLERO, Edgardo. Libraries as trenches: resistance, militancy and politics. <b>Partnership: the Canadian Journal of Library and Information Practice and Research</b> , v. 11, n. 2, fev. 2017. Doi:10.21083/partnership.v11i2.3849.			
TEJADA SÁNCHEZ, Alvaro Julián. Estado del arte de los proyectos desarrollados en las bibliotecas indígenas del Perú. <b>Biblio: Revista Electrónica de Bibliotecología y Ciencias de La Información</b> , v. 31, 2008.			

<b>REFERÊNCIAS SOBRE: MEDIAÇÃO CULTURAL</b>	<b>PORTAL CAPES</b>	<b>RECUPERADOS</b> 4	<b>RELEVANTES</b> 4
MOTTA, Fernanda Miranda de Vasconcellos; SILVA, Ronaldo André Rodrigues da. A adoção de tecnologias digitais da reconstrução do patrimônio: relato da experiência do Museu Nacional, Brasil. <b>Informação &amp; Sociedade</b> , Estudos, v.30, n. 2, 2020.			

DUQUE CARDONA, Natalia. Funciones culturales osimbolicas en las bibliotecas ysu relación con la desigualdad: el caso de Medellin.**Revista Interamericana de Bibliotecología**,v.43, n. 1, 2020.

CHAVES, Mayco Ferreira; FREITAS, Lídia Silva de. Entre informações e entre culturas: diálogos entre a mediação da informação e a interculturalidade. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v.12, n. 2, 2017.

<b>REFERÉNCIAS SOBRE: POLÍTICA INFORMATACIONAL INDÍGENA</b>	<b>PORTAL CAPES</b>	<b>RECUPERADOS</b> 1	<b>RELEVANTES</b> 1
EIRÃO, Thiago Gomes; LEITE, Fernando César Lima. Access to public information and the democracy: some thoughts. <b>Biblios</b> ,v.75, p. 35-45, 2019.DOI:10.5195/biblios.2019.491.			

## APÊNDICE B

### QUESTIONÁRIO COM PERGUNTAS ABERTAS ENCAMINHADO AO PROF. DR. ANTROPÓLOGO.

Meu nome é Maria Aparecida Jacques de Arruda, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Unesp, Campus de Marília.

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada: Sistema Online de Gestão e Mediação Cultural e Saberes de Natureza Etnológica aos Povos Indígenas do MS. Sua opinião ou seu ponto de vista como resposta sobre a proposta do estudo, destinado à população ameríndia sul mato-grossense, será de suma importância e de grande valor para o estudo, porém, você não deve participar contra a sua vontade. Em todos esses casos você não será prejudicado, penalizado ou responsabilizado de nenhuma forma, se por ventura você venha se sentir indisposto ou acontecer imprevistos, você pode se recusar a participar da pesquisa e nada vai te afetar. Todas as informações coletadas neste estudo serão confidenciais (seu nome jamais será divulgado). Somente o pesquisador e/ou equipe de pesquisa terão conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo. Os dados coletados serão utilizados apenas para esta pesquisa. Foram elaboradas oito (8) perguntas abertas conforme se apresentam abaixo.

1. Na sua atuação como estudioso e pesquisador indigenista, se dedica a uma etnia específica? Qual(ais)?

*R. Atuo com todas as etnias de Mato Grosso do Sul, mas com destaque para as etnias Guarani e Terena. No mestrado e doutorado pesquisei o povo Bororo no MT.*

2. Na atualidade, devido sua experiência com as populações indígenas você tem percebido um despontar informacional dessas populações ameríndias brasileiras? Justifique.

*R. Com Certeza. Como muitos adultos, para sobreviver tiveram que entrar no mercado de trabalho, pois nas aldeias não produzem mais o suficiente, eles começam a ter acesso às novas tecnologias de comunicação/informação. Esse processo teve início a uns 15 anos atrás, quando todas as aldeias passaram a ter luz elétrica (Programa Luz Para Todos) e começaram a ter acesso à TV aberta e sua programação. Nos últimos 10 anos os adultos começaram a ter acesso ao celular, o qual agora também está chegando às mãos dos jovens e adolescentes.*

3. Em sua opinião, como seria o desenvolvimento de políticas públicas informacionais e/ou culturais que possam servir/atender de forma eficaz e diretamente a população indígena do MS?

*R. Não tenho conhecimento de nenhuma política pública informacional para os povos indígenas no MS. Eventualmente ocorre alguma ação pontual, como a da UFMS, que para atender os alunos da região de Aquidauana, durante a pandemia da Covid19, instalou antenas de internet nas aldeias daquele município, para as aulas on-line. Essas políticas deveriam ser planejadas juntamente com as comunidades indígenas (cada uma é diferente da outra), a partir de suas demandas/necessidades: antena de internet, laboratório de informática, aulas de informática, etc.*

4. Em 2019/2020 na página online da FUNAI havia umas propostas de melhorias para as comunidades indígenas no Brasil, dentre elas, sugeriu adotar estratégias de melhorias de condições de vidas dessas populações. Você teria sugestões estratégicas dessa natureza para os indígenas do MS?

R. Para a melhoria das condições de vida dos povos indígenas do MS a primeira ação urgente seria a ampliação e demarcação dos territórios tradicionais; a segunda ação estratégica seria o incentivo e suporte para a produção agrícola nas aldeias, para retomar a autonomia e segurança alimentar. No caso de algumas aldeias muito próximas de centros urbanos, o planejamento junto com a comunidade, de cursos profissionalizantes.

5. Na perspectiva de um sistema online de gestão e mediação cultural e de saberes e/ou conhecimento de natureza etnológica aos povos indígenas do MS, qual seu ponto de vista sobre?

R. Seria favorável, desde que fosse pensado/planejado e executado juntamente com as comunidades indígenas, em sintonia com o ordenamento jurídico nacional/internacional, que fala do respeito à autonomia dessas comunidades.

6. Como pesquisador e/ou estudioso das questões indígenas brasileiras, já acessou as fontes informacionais disponibilizadas na Biblioteca da FUNAI/Brasília? Justifique sua resposta.

R. Já acesei esporadicamente o banco de dados da FUNAI/Brasília, mais para conseguir mapas das Terras Indígenas. Para base de dados, o Museu do Índio/RJ é bem mais completo para os pesquisadores.

7. Qual sua perspectiva acerca da integração de um sistema de gerenciamento e mediação cultural e/ou saberes etnológico com a biblioteca da FUNAI/Brasília?

R. A questão é que a FUNAI ultimamente está "contrária" aos interesses dos povos indígenas. Seria mais favorável a um projeto a partir do próprio movimento indígena. No entanto, em um futuro próximo, caso a FUNAI mude sua configuração política, seria possível uma parceria para propor uma mediação cultural de saberes etnológicos entre as aldeias e a biblioteca da FUNAI/Brasília.

8. Você teria sugestões para que este projeto de pesquisa venha se concretizar em futuros próximos?

R. A principal sugestão é que qualquer iniciativa que vá envolver/impactar as comunidades indígenas, seja realizada a partir da consulta e participação dessas comunidades.

**APENDICE C**  
**ENTREVISTA COM LIDERANÇA INDÍGENA**  
**TRANSCRIÇÃO DA ENTEVISTA**

Entrevista com Capitão/Líderança indígena de etnia Guarani-Kaiowá da Aldeia Amambaí, acompanhado do vereador indígena daquele município (Sr. Tato), que assessorava o Capitão nas respostas.

**1ª Pergunta**

Em 2020, na página online da Funai, era proposto estratégias para o desenvolvimento da população indígena brasileira. Uma dessas estratégias seriam ações para satisfazer as necessidades fundamentais dos indígenas e por isso, mais do que crescimento econômico, o país deveria concentrar seus recursos e esforços para produzir bens essenciais.

1.1 No seu ponto de vista, quais seriam esses “bens essenciais” para o desenvolvimento de sua comunidade?

**Resposta:**

Como você falou...(fala do Tato) é.. uma coisa que...o capitão deve concordar assim, primeiro que, as lideranças não tem acesso a esse... como você está falando desse planejamento, eu mesmo não sabia desse planejamento, então, os caciques mesmo não ficam sabendo. Acho que há uma distância bem grande, né capitão, entre o que a Funai, entre as lideranças...sabe assim, isso precisa ser concertado bastante.**Capitão:** Isso que acontece, porque talvez tem um planejamento bom para comunidade, para as reservas, porém nunca a gente ficamos sabendo... a gente sabe só por cima assim...nunca, quando... que nem agora, que vem falando assim, que é assim, assim...qual que é mais realidade... umas coisas assim, nunca falava para gente... como o vereador tá falando que a gente conhece muito pouco.

**(Tato)** uma coisa que o capitão sempre tem lutado pra trazer pra cá, é...porque assim, o Guarani-Kaiowá, assim, ele é agricultor, muito agricultor, então se você vai andar por ai, tem bastante produção de mandioca, de milho, de arroz...ele é agricultor, E o capitão tem lutado bastante, pra que a gente... aqui na comunidade, pra que hoje na enxada pra você fazer tá difícil...hoje tem braquiária, antes não tinha braquiária aqui, e agora pra mexer na terra aí, tem que ter o mínimo de tecnologia, no mínimo um trator, isso acredito ser essencial, e o capitão tem lutado assim, junto à Funai pra que essas coisas chegam até aqui. Só que a Funai assim... antes a Funai era até responsável por muita coisa, mas hoje ela já não funciona. Hoje é só proteção de territórios né? Não tem mais outras...

## 2ª Pergunta

Para a melhoria das condições de vida dos indígenas brasileiros, considerando sua diversidade sociocultural, quais estratégias deveriam ser adotadas pelo Estado?

### Resposta:

Ouvir eles por exemplo, ouvir a liderança, sem ouvir a liderança eles (Funai) não vão conseguir fazer nada. Porque não adianta montar uma coisa lá (Brasília) sem conhecer aqui...aí traz, aí tenta implantar e não é aquilo...nossa... não dá certo; como você falou a diversidade ai, cada etnia dessa aí no Brasil, tem uma especificidade. Funai tem que construir daqui...sair daqui para lá e não de lá pra cá.

## 3ª Pergunta

Como você enxerga, as mudanças socioculturais indígenas em sua comunidade, ocorridas nas últimas décadas em decorrência das interferências da sociedade não indígena?

### Resposta:

Muito não, mas é...sempre...que nem a gente falou, a cultura que muda, que para sempre...envolve mais assim, é...poucas coisas sabe? Que a cultura mesmo pra gente viver como agora é tempo...como cultura é passado...várias coisas...(Tato) na verdade a interferência vem da própria Funai né? Na verdade, era do SPI, porque as oito primeiras aldeias que a gente tem, aldeamento é de Dourados pra cá, Amambai é uma delas, foram as primeiras criadas né? Então antigamente não existia isso aqui.., ó você vai morar, dessas cercas aqui que você mora (*divisas*)... isso não existia pra nós antigamente, tanto que índio agora tá na Argentina, tá no Paraguai...não tinha essa fronteira criada assim, por vocês (*brancos*) mesmo né? Tanto que hoje, um índio vem lá do Paraguai, quer morar aqui, ele vai morar aqui. Existe um...Estado querendo parar isso aí, mas é uma coisa que tem que ser trabalhado, mas acontece ainda. Então a primeira interferência (*cultural*) veio do Estado mesmo, do próprio Estado, quando ele delimitou né? - ó vocês vão ficar aqui...ele não levou em conta muita coisa, como, porque que tem famílias estão separados hoje em vários aldeamentos desses? Porque foram levados pra lá né? Igual a figura do capitão mesmo, aqui nós somos 9000 (*nove mil*), mas pra gente a autoridade aqui é o capitão, quando ele fala não importa... seja o que for...então a gente respeita, porque ele é o capitão da aldeia, é o cacique. E as mudanças assim, isso nos jovens, crianças...elas continuam assim; - ó o capitão falou que não é pra ter aula hoje, tá bom...os professores respeitam, porque a gente tem isso bem forte, porque tem ser a liderança. Mas as mudanças assim ó, hoje o mundo está aqui né? (*se referia ao celular na mão*), e hoje qualquer criança tem acesso, então acho assim, as mudanças, elas vão acontecer mesmo, e acho que isso é normal no ser humano...tanto índio, não indígena vão evoluindo. Há uma troca né, hoje uma criança pega isso aqui (*celular*), aprende coisa aqui, é... mas o que a gente sempre trabalha, sempre conversa pra gente não esquecer que a gente é e onde a gente vive, né?

E a gente fala assim né, entre nós (*risos*) que o índio, ele é índio em qualquer lugar...pode ir lá no Japão, lá ele é índio. E o índio é assim...por causa dessa cor (*pele*) assim, cabelo liso, um conhece o outro em qualquer lugar...então assim, essa coisa que tá mudando aí...acredito

que não está mudando muito não, essa mudança é normal no mundo aí né? A gente vai ser sempre índio em qualquer lugar né?

#### **4ª Pergunta**

Desde o início da colonização do Brasil, os colonizadores têm tentado integrar os indígenas na sociedade nacional, com o objetivo principal, apoderar-se de suas terras e de suas riquezas naturais; agindo com violências e expulsando-os de seus espaços. Ainda hoje, de modo mais velado, os indígenas ainda sofrem agressões, são discriminados, ignorados e sofrem preconceitos raciais. Com isso, os indígenas perderam muito de suas ancestralidades originais em todos os sentidos.

Neste ponto de vista, fale como você entende essas perdas e se há possibilidades de resgatar (recuperar) saberes e culturas tradicionais de sua etnia, na atualidade?

#### **Resposta:**

Não, é assim né... como a gente tá falando, hoje em dia a pessoa muda, mas é.. com o tempo...a pessoa... bem o Guarani pra ele tem que recuperar né...ele tem que conhecer né? A língua, tem a vestimenta...quando tem assim o nosso dia 19 aí. (*19 abril, dia do índio*), vem muitas criançada, como é que eles vem né... como o pai também lembra quem que era...pra gente não perder a cultura. Então eles já se vestem igual tempos dos antigos. Tem o professor que ensina... mesmo tem a tecnologia, a gente agradece em guarani ele que ensinava, coloca na mente a mesma cultura.

#### **5ª Pergunta**

Nessa trajetória histórica de colonização do Brasil, no seu ponto de vista, como a população indígena contribuiu e continua contribuindo na construção e desenvolvimento da sociedade não indígena?

#### **Resposta:**

Como você fala é... como a gente fala é... contribuição...é de imposto você fala? Como seria isso? (**Tato**) Seria assim capitão: o que a gente fez ou a gente faz que seja também importante aí pra quem está fora, uma contribuição, o que nos deixamos aí pros brancos, né? Na minha opinião é assim, a própria Constituição vai reconhecer, nós somos os primeiros habitantes do Brasil, acho que essa é uma contribuição que não tem... antes de qualquer um chegar aqui, a gente já morava aqui...na verdade, esse país aqui nós, ajudamos a construir né? Isso os livros de história aí, tentam esconder, mas estivemos lutando junto na Guerra do Paraguai, nós estivemos...é...quando foi abrindo essa região aqui, a maioria era...a questão da erva mate laranjeira, a mão de obra era indígena, praticamente cem por cento, só que o pessoal tentam esconder né, mas ajudamos a construir tudo que tem aqui... e a própria língua brasileira como nomes de lugares Itaporã, éPirapora, etc. tereré, tereré que Mato Grosso do Sul todo toma, a bebida é nossa, (*conta uma lenda*): tinha um cacique já ia morrer né? Ele estava muito cansado, ele ajudou um senhor de muita idade, mesmo não podendo ajudar, ele ajudou...e aquele senhor era um... como se fosse um espírito né, aí falou pro cacique: olhe vou deixar um presente pra você e deu pra ele a erva, e falou esse aqui vai te deixar forte de novo... porque a erva realmente, você toma um tereré assim ela te anima..., a medicina com

plantas medicinais e até o banho, porque os colonizadores europeus não tinham hábito de banhos diários, é, a mandioca, batata, milho...

### **6ª Pergunta**

A mediação cultural é entendida como um processo de interligação de objetos, de falas, de ambientes e de pessoas. Em um diálogo entre pessoas ou em um contato com um objeto cultural, a mediação ocorre carregada de cultura entre os interagentes que possibilitam o entendimento entre as partes. (*Pesquisador explica a questão de forma mais coloquial, para se fazer entender*) e pergunta:

Assim, qual aprendizado/lição os povos indígenas podem estar mediando/interligando através de um espaço cultural de natureza etnológica, seja *online* ou físico, para um sujeito da sociedade, como forma de troca de saberes para o etnodesenvolvimento de sua comunidade?

### **Resposta:**

(Tato) Essa troca *online* aí que você fala, hoje já está acontecendo muito...se você dá uma olhada na...tem muitos indígenas no canal do *Youtube* por exemplo que ensina o guarani.., tem uma menina inclusive daqui de Amambai, que está em Dourados...ela tem um canal que está sempre ensinando uma coisinha, falando de uma coisa ou de outra...mas de uma biblioteca mesmo que é a sua proposta, biblioteca *online* pode ser muito importante...Acho que hoje tem pouco material produzido ainda assim, escrito... não tem muito ainda, do próprio indígena produziu, tem produzido à respeito, mas não os próprios... mas acho que produção de vídeos assim, essas coisas...seria uma coisa demonstrando...os documentos.

### **7ª Pergunta**

Na possibilidade de uma pessoa indígena de sua comunidade, administrar (gerenciar) um sistema cultural e de saberes étnicos, organizado pelos indígenas. Como você entende essa possibilidade e o que precisaria no seu entendimento, para se concretizar essa ideia?

**Resposta:**

Tem que ter um apoio pra criar, uma capacitação, aí...mas é uma coisa muito possível sim, mas precisa desse primeiro...um apoio alí e tal...capacitação a respeito do que vai ser feito e aí faz... apoio sem apoio não tem jeito.(*pesquisador pergunta: que tipo de apoio você que fala?*)**Tato** responde: apoio financeiro e também isso...(celular = tecnologia)

**8ª Pergunta**

Você já foi em uma Biblioteca? Se sim, qual a finalidade e como foi sua experiência? Se não, por qual motivo?

**Resposta:**

Sim, sempre ia na biblioteca pegar um livro, um texto... na biblioteca da cidade...ia pegar um livro pra minha filha quando me mandava, a gente conversa lá e pegava o livro. (*Qual sua experiência?*). Pra achar o livro era difícil, mas era...as vez tem gente pra ajuda, tem hora que não tem. Toda vez já leva tudo marcado, como que é o nome, assim, era mais fácil.

**9ª Pergunta**

Você sabe que a Funai tem uma Biblioteca e um Museu *Online*? Já acessou esses espaços digitais da Funai? Se sim, par qual finalidade, e como foi sua experiência? Se não, por qual motivo?

**Resposta:**

Até agora mesmo não sabia. (*Ficou sabendo durante a entrevista*)

**10ª Pergunta**

Qual seu ponto de vista sobre uma biblioteca digital/*online* como um sistema de preservação e armazenamento de documentação, histórico cultural e da memória indígena, interligado com a biblioteca da Funai que alcance as comunidades indígenas, através de Redes de Internet?

**Resposta:**

Na verdade, como a gente fala é bom se tivesse um, deve ser com...mas a gente não sabia e a Funai também nunca falava isso, porque eles sabem que como sendo da Funai a gente procurava muito né...Funai abandonou nós ..só tem umas coisinhas, entrega... umas intimação...só isso, mas pra ajuda mesmo não tem mais...até mesmo pra Procuradoria nem tem mais agora, pra fala com ele agora tá difícil. Só tem lá em Brasília, lá em cima, mas aqui na região de Mato Grosso é difícil.

**11ª Pergunta**

Você gostaria de acrescentar mais alguma informação adicional em relação aos assuntos discutidos durante a entrevista?

**Resposta:**

A Ideia sobre uma Biblioteca, seria uma coisa boa né, que pode interligar e... acho que toda informação é boa, né?

Ficou com alguma dúvida sobre alguma questão/pergunta, que gostaria de falar?

Resposta: não.

## **ANEXOS**

## ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Título do Projeto de Pesquisa: SISTEMAS DE GESTÃO E MEDIAÇÃO CULTURAL DE SABERES DE NATUREZA ETNOLÓGICA AOS POVOS INDÍGENAS DO MS**

**Pesquisador Responsável:** Maria Aparecida Jacques de Arruda

---

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa acima especificada. O convite está sendo feito a você porque sua opinião ou seu ponto de vista como resposta sobre a proposta de um Sistema de Gestão e Mediação cultural de saberes de natureza etnológica (Indígena), como uma biblioteca digital, destinados para população ameríndia sul mato-grossense, será de suma importância para se realizar esta pesquisa. Sua contribuição é de grande valor, porém, você não deve participar contra a sua vontade.

Antes de decidir se você quer participar, é importante que você entenda porque esta pesquisa está sendo realizada, todos os procedimentos envolvidos, os possíveis benefícios, riscos e desconfortos que serão descritos e explicados abaixo.

A qualquer momento, antes, durante e depois da pesquisa, você poderá solicitar maiores esclarecimentos, recusar-se a participar ou desistir de participar. Em todos esses casos você não será prejudicado, penalizado ou responsabilizado de nenhuma forma, se por ventura você venha se sentir indisposto ou sofrer de alguma doença após assinar o acordo, você pode se recusar a participar da pesquisa e nada vai te afetar.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável: Maria Aparecida Jacques de Arruda, no telefone celular (-----), residente na Rua ----, Campo Grande, MS, ou e-mail [maria.arruda@unesp.br](mailto:maria.arruda@unesp.br) e também, com a Professora Dra. Rosangela Formentini Caldas, orientadora da aluna pesquisadora, e-mail [r-caldas@unesp.br](mailto:r-caldas@unesp.br). Este estudo será analisado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. Esse Comitê de Ética (CEP) é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo ou se estiver insatisfeito com a maneira como o estudo está sendo realizado, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual Paulista, situado na Rua Hygino Muzy Filho, 737, Bairro Mirante, CEP 17525-900, Marilia, SP. telefones (14) 3414-9643 ou (14) 3402-1336, de segunda a sexta, das 08:00 às 12:00hs, horário de São Paulo, ou pelo e-mail [cep.marilia@unesp.br](mailto:cep.marilia@unesp.br).

Todas as informações coletadas neste estudo serão confidenciais (seu nome jamais será divulgado). Somente o pesquisador e/ou equipe de pesquisa terão conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo. Os dados coletados serão utilizados apenas para esta pesquisa.

Após ser apresentado(a) e esclarecido(a) sobre as informações da pesquisa, no caso de aceitar fazer parte como voluntário(a), você deverá rubricar todas as páginas e assinar ao final deste documento elaborado em duas vias. Cada via também será rubricada em todas as páginas e assinada pelo pesquisador responsável, devendo uma via ficar com você, para que possa consultá-la sempre que necessário.

## INFORMAÇÕES IMPORTANTES QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE A PESQUISA

### Justificativa para realização da pesquisa:

A proposta de um Sistema de gestão e mediação cultural de saberes de natureza etnológica para as comunidades indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul, interligado com o Sistema de Informação Biblioteca *Curt Nimuendajú* da FUNAI/Brasília, com o auxílio de aparelhos tecnológicos de informações e comunicações (TICs) (Ex. celular, notebook) administrado por um profissional da informação com colaborações de membros indígenas e também, com possíveis parcerias entre órgãos estatais e/ou privadas será com certeza, um grande avanço para evolução, aprendizado e competência informacional para esses povos indígenas e respectivas culturas, ao reconhecer a importância da informação para o etnodesenvolvimento, na atual sociedade da informação.

Assim, este estudo se justifica por sua relevância e inovação nas áreas das Ciências Sociais e consequentemente, na Ciência da Informação as quais com suas teorias conceituais, históricas e epistêmicas, contribuirão no desenvolvimento discursivo e comprobatório da tese proposta;

Desta forma, esta proposta de estudo será estrategicamente elaborada, discutida e planejada para dedicar-se às questões documentais de origem etnológica e relacionados, abordando os processos de buscas, recuperações, organizações, seleções e armazenamentos informacionais/culturais, que facilitarão e otimizarão o tempo das pessoas nas pesquisas e acessos de saberes e conhecimentos/culturas, pela população indígenas e indigenistas.

Destaca-se que este estudo vem ao encontro também, com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que até o ano 2020, tinha solicitado estudos dessa natureza ao advertir que:

Em virtude das particularidades existentes entre diferentes regiões, países como o Brasil necessitam adotar estratégias em busca de melhoria das condições de vida das suas populações [...], em se tratando de populações indígenas, há de ser considerada, com grande ênfase, a diversidade sócio-cultural dos diferentes grupos étnicos. Têm-se considerado fatores e situações como suporte a um processo de desenvolvimento duradouro, os quais devem ser tomados em conjunto, já que há uma interdependência entre eles (FUNAI, *online* 2020).

Essas estratégias de melhorias das populações indígenas e desenvolvimento duradouro ali sugeridos, serão possíveis se essas populações forem instrumentalizadas e capacitadas para tais ações e para a construção de objetos e espaços que os representem culturalmente, como um espaço de saberes etnológicos.

A FUNAI (2020) propunha também para o etnodesenvolvimento, estratégias voltadas para as necessidades básicas,

[...] ou seja, uma estratégia destinada a satisfazer as necessidades fundamentais de um grande número de pessoas, mais do que crescimento econômico por si mesmo. Isto significa que o país deve concentrar seus recursos e esforços no sentido de produzir os bens essenciais;

Fortalecer visão interna, ou endógena, e não uma visão externa e orientada para as exportações e importações;

Usar e aproveitar as tradições culturais existentes e não as rejeitar a priori como obstáculos ao desenvolvimento e, ainda, basear as ações de desenvolvimento no uso dos recursos locais quer sejam naturais, técnicos e humanos;

Respeitar, e não destruir, o meio ambiente, ou seja, é válida do ponto de vista ecológico, orientando-se para a auto sustentação nos níveis local, nacional e regional;

Ser mais participativa do que tecnicocrática (FUNAI, 2020, *online*).

Desta forma, um sistema de gestão e mediação cultural de saberes etnológicos contemplaria essas estratégias requeridas para o etnodesenvolvimento de populações indígenas do Estado do MS e do Brasil.

Um sistema informacional (Biblioteca on-line) reúne diversos tipos de suportes, seja ele físico como os materiais impressos, os vídeos, materiais sonoros e imagéticos, e também, materiais digitais, disponíveis em *CD-Rom*, *Pen-Drive*, Bases de Dados on-line e Internet, onde armazenam e/ou salvaguardam informações e conhecimentos confiáveis que serão disponibilizados para aquisição e

posse de forma consciente e reflexiva, viabilizando às pessoas o aprimoramento e desenvolvimento intelectual e crítico. Promove o desenvolvimento de competências e fortalece/empodera os diálogos e argumentos nas ações reivindicatórias e tomadas de decisões. Por isso, acredita-se que na atualidade, os povos indígenas consideram suas participações na promoção e execução de ações que possibilitem acessar e apropriar-se de tais insumos para concretizar as melhorias de condições de vidas seguindo as estratégias elencadas acima e propostas pela FUNAI.

Desta forma, se justifica o estudo com a certeza de apresentar uma pesquisa de grande importância social e inovadora pois, irá agregar conhecimentos e contribuir com as sociedades étnicas/indígenas e não indígenas, com as áreas da Ciência da informação, da Sociologia, Antropologias, Educação, entre outras.

#### OBJETIVOS DA PESQUISA:

##### **Objetivo geral:**

Apresentar diretrizes para o desenvolvimento de um sistema de gestão e mediação cultural de saberes/conhecimentos de natureza etnológica, proporcionando subsídios para criação de políticas públicas informacionais de destaque aos povos indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul (MS)

##### **Objetivos específicos:**

- a) Verificar dispositivos informacionais (Biblioteca e Museu) de organizações e/ou Instituições, que atuem como centro de salvaguarda de saberes indígenas;
- b) Recolher sugestões e/ou opiniões de professores (*expertises*) que trabalham com questões indígenas;
- c) Levantar opiniões, pareceres ou convicções de lideranças indígenas pertencentes ao Estado do MS;
- d) Apresentar diretrizes que motive a efetivação de sistemas de gestão e mediação cultural de natureza etnológica aos povos indígenas;
- e) Propor ações que facilitem o desenvolvimento de políticas públicas informacionais indígenas.

#### **População da pesquisa**

Os universos dos sujeitos profissionais (*expertises*) deverão ser os centros de estudos e pesquisas de universidades e instituições especializadas (museus, bibliotecas e arquivos), órgãos Estatais ou instituições semelhantes, onde poderá se encontrar essas pessoas.

Sobre o universo das comunidades indígenas propõe-se a entrevistar seus líderes, para isso, sugere-se visitar algumas lideranças dos seguintes povos/etnias: (abaixo elencado mais de uma comunidade, para caso, alguma delas não seja possível a visita, tem-se uma segunda opção).

Guarani-Kaiowá e Ñandeva: localizados nas Comunidade indígenas no município de Amambai, MS, região Sul do Estado;

Terena: localizados nas Comunidades Indígenas no município de Aquidauana, região Oeste do MS; ou ainda, Líder Terena de Comunidades urbanas do município de Campo Grande.

#### **Procedimento**

Com o propósito de atender aos objetivos propostos, considera-se esta investigação do tipo exploratório descritivo, uma vez que a temática foi muito pouco explorada na Ciência da Informação, particularmente na questão do contributo da gestão de sistema de mediação cultural e de saberes de natureza etnológica.

E, para melhor entender os pensamentos e narrativas dos sujeitos indígenas sobre seus entornos étnico cultural de forma mais livre e clara, e melhor identificar os múltiplos fenômenos cosmológicos, cultural e dos saberes desses povos do MS, necessita-se recorrer a técnicas de averiguação mais apropriadas (DI CHIARA, 2000), e também para a consecução dos objetivos descritos anteriormente, elege-se como método a gestão baseada em evidência (GBE), a qual vai ao encontro com a perspectiva de alcançar os propósitos determinados neste estudo de maneira crítica e comprovada cientificamente pois esta metodologia é bastante relevante por demandar três ou mais fontes de evidências como garantia de resultados confiáveis e consistentes para essa proposta.

Deste modo optou-se pelos seguintes procedimentos de coletas de dados e/ou fontes de evidências que podem alicerçar esta pesquisa:

1. Pesquisa bibliográfica (levantamentos de estudos de investigações científicas em bases de dados informacionais nacionais e internacionais);
2. Organizações que realizam atividades com e para os povos indígenas (Ex. ONU, UNESCO, FUNAI), levantamentos e análises de políticas informacionais, fatores de ações afirmativas de empoderamento e etnodesenvolvimento às populações ameríndias do MS;
3. Profissionais (*expertise*), antropólogos, museólogos, bibliotecários e/ou educadores pesquisadores e estudiosas da temática indígena no Brasil: coletar informações por meio de entrevistas semiestruturadas a ser aplicada a esses sujeitos que estudam e pesquisam a temática do conhecimento indígena;
4. Líderes e/ou gestores (representantes) de comunidades indígenas em aldeias do estado do Mato Grosso do Sul (MS), contatá-los, agendar encontros entre a pesquisadora e lideranças e entrevista-los através de questões abertas.

#### **Riscos em participar da pesquisa:**

A princípio não há nada que possa vir a provocar algum risco ou prejuízo nos e para os participantes da pesquisa. Talvez a presença da pesquisadora na comunidade possa causar certo constrangimento para a liderança que se propõe ser inquerido.

#### **Benefícios em participar da pesquisa**

Considera-se como primeiro benefício em participar da pesquisa, seu entendimento da proposta de gestão de um sistema *online* de mediação cultural de saberes de natureza etnológica (Biblioteca indígena *online*); e segundo, sua participação ajudará no desenvolvimento deste projeto que poderá contribuir e acelerar resultados das lutas e reivindicações junto aos poderes públicos, com o etnodesenvolvimento de suas comunidades indígenas, a partir de acessos e usos de informações e de saberes culturais.

#### **Privacidade e confidencialidade**

É garantido a você que suas respostas às perguntas serão gravadas, mas serão tratados de forma a garantir a sua privacidade e a confidencialidade, que os dados pessoais não serão divulgados e os dados da pesquisa a serem divulgados ou publicados não permitirão a identificação do participante.

#### **Custos envolvidos pela participação da pesquisa**

A participação na pesquisa não terá custos ao participante, tampouco compensações financeiras, pois não haverá necessidades de locomoções de seus espaços para participar da entrevista.

#### **Danos e indenizações:**

Se ocorrer qualquer problema ou dano pessoal durante a entrevista as quais o Sr. (Sra.) será submetido(a), lhe será garantido o direito a reparos imediato e gratuito pelo pesquisador, não excluindo a possibilidade de indenização determinada por lei, se o dano for decorrente da pesquisa.

#### **Consentimento do participante**

Eu, abaixo assinado, declaro que concordo em participar desse estudo como voluntário(a) de pesquisa. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) sobre o objetivo desta pesquisa, que li ou foram lidos para mim, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação e esclareci todas as minhas dúvidas. Foi-me garantido que eu posso me recusar a participar e retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto me cause qualquer prejuízo, penalidade ou responsabilidade. Autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo mantendo em sigilo a minha identidade. Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pelo Pesquisador Responsável.

**Nome do(a) participante:** \_\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**local e data:** \_\_\_\_\_

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

**Nome do Pesquisador:** MARIA APARECIDA JACQUES DE ARRUDA

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Local/data:** \_\_\_\_\_

**Nome do Professor/orientador:** ROSANGELA FORMENTINI CALDAS

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Local/data:** \_\_\_\_\_

Nos casos em que o participante for iletrado, incluir espaço para impressão digital e deixar espaço para assinatura de ao menos uma testemunha que presenciou o esclarecimento/consentimento:



Assinatura Datiloscópica (se não alfabetizado)

Presenciei a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do participante.  
Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Local/data: \_\_\_\_\_

**ANEXO B**  
**RESPOSTA DA FUNAI SOBRE INGRESSO EM TERRAS INDÍGENA – VIA E-MAIL**

FUNAI/Assessoria de Acompanhamento aos Estudos e Pesquisa <aaep@funai.gov.br>25 de jan. de 2023, 09:28

Senhora pesquisadora,

Encaminhamos o Parecer de Mérito emitido pelo CNPq, para conhecimento.

OBS: Por gentileza acusar recebimento desta mensagem.

OBS: desconsiderar a solicitação do Parecer CEP CONEP, pois já consta nos autos.

Atenciosamente,

E. SILVA

AAEP/PRES-FUNAI